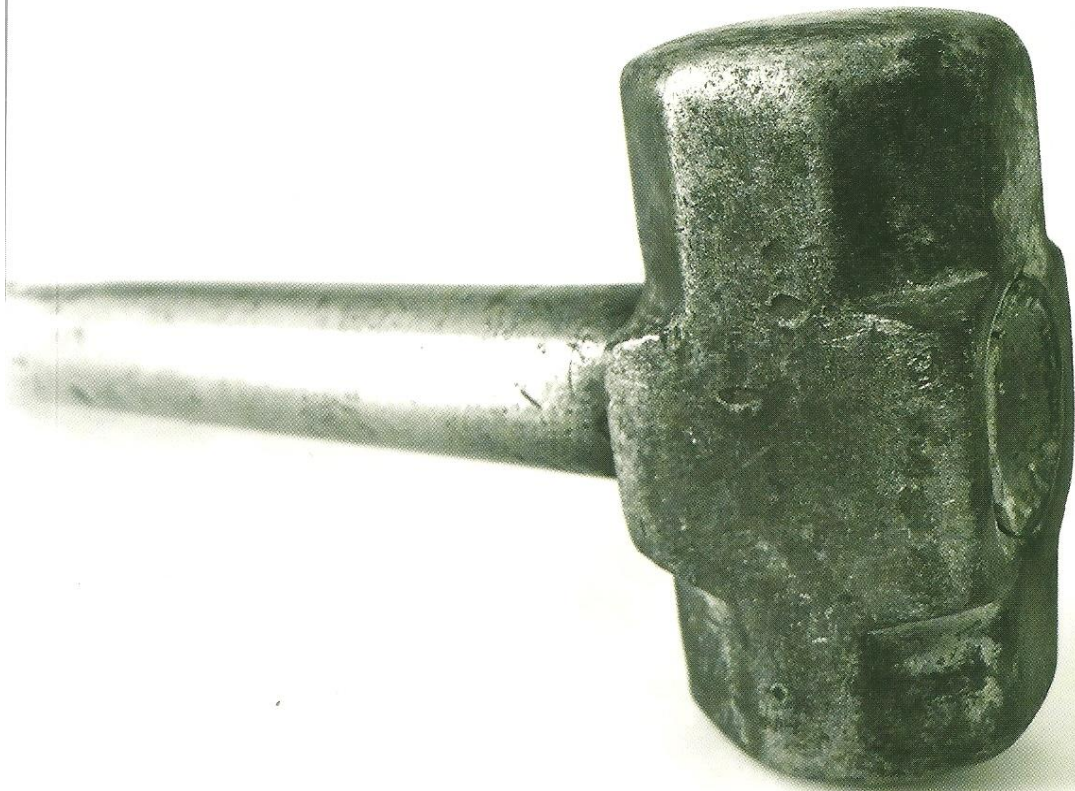


Getúlio Nascentes da Cunha (Org.)

HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS E RELAÇÕES DE FORÇA



HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS E RELAÇÕES DE FORÇA



Universidade Federal de Goiás

UFG *Reitor*

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitor

Eriberto Francisco Bevilaqua Marin

Diretor do CAC/UFG

Manoel Rodrigues Chaves

Diretora do Departamento Editorial CAC/UFG

Regma Maria dos Santos

Conselho Editorial

Cleves Mesquita Vaz, Eliane Aparecida Justino, Gleyce Alves Machado,
Ivânia Vera, Luanna Lopes Lobato, Luciana Borges, Maria Aparecida Lopes Rossi,
Nádia Campos Pereira, Regma Maria dos Santos

Getúlio Nascentes da Cunha (Org.)

HISTÓRIA, REPRESENTAÇÕES
CULTURAIS E RELAÇÕES DE FORÇA



Sumário

- 7 Apresentação
- 11 Periodismo político-partidário em Goiás nas décadas de 1920 e 1930
| Cristiano Alencar Arrais
- 43 A riqueza da nação: liberalismo, fisiocracia e protecionismo no pensamento econômico brasileiro do século XIX
| Julio Bentivoglio
- 67 Disciplinarização e resistência: disputas e transformações no mundo do trabalho dos carregadores
| Luzia Márcia Resende Silva
- 93 *Memórias do cárcere*: o testemunho de Graciliano Ramos
| Kamilly Barros de Abreu Silva
- 117 A autobiografia e a elaboração de sentido do eu: o Projeto Bernardiano
| Márcia Pereira dos Santos
- 153 Fetiche, idolatria e alienação: José de Alencar, leitor de Marx
| Valdeci Rezende Borges
- 181 “Criminalidade” na comarca do rio Paranaíba/Catalão (1890-1941)
| Eliane Martins de Freitas
- 215 A sociedade portuguesa da Reconquista: aspectos do cotidiano
| Teresinha Maria Duarte
- 247 O jogo nas noites do Rio do início do século XX
| Getúlio Nascentes da Cunha
- 277 Sobre os autores

Apresentação

O PRESENTE LIVRO SE COLOCA COMO uma pequena mostra da produção historiográfica de parte dos professores que hoje atuam no curso de História no campus de Catalão. Mesmo os não produzidos no âmbito estrito do curso são representativos das abordagens e dos interesses dos professores desse grupo. Nesse sentido, o livro mostra a possibilidade de se manter uma produção historiográfica de qualidade e com temas que transcendem o local, mesmo quando se trabalha em uma instituição pequena, no interior do país. As dificuldades colocadas por essa realidade são superadas a cada dia na pesquisa e no ensino, por meio da busca constante da qualidade.

Os textos têm uma abrangência temática bastante ampla, cobrindo aspectos da realidade local, do regional, chegando ao nacional (Brasil e Portugal). Os temas trabalhados abrangem a disputa política entre grupos regionais, a vida cotidiana, a leitura, a memória. As fontes utilizadas são as mais variadas, desde as mais tradicionais como os discursos políticos e fontes medievais, passando pelos processos judiciais e os jornais, e chegando à literatura e às fontes orais. Os marcos teóricos utilizados nas análises

também apresentam pluralidade, acompanhando as discussões que têm sido travadas no campo da historiografia. Autores como Roger Chartier, Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Reinhard Kosellek, Edward P. Thompson são referências que explícita ou implicitamente percorrem os vários textos aqui apresentados.

Os textos podem ser agrupados em três linhas. A primeira que tem como tema central o conceito de “relações de força”, inclui os textos dos professores Cristiano Pereira A. Arrais, Julio Bentivoglio e Luzia Márcia Resende Silva. A segunda linha, cujos trabalhos envolvem a literatura e tomam como guia as noções de “memória” e de “representação”, reúne os textos das professoras Kamilly Barros de Abreu e Silva, Márcia Pereira dos Santos e do professor Valdeci Rezende Borges. No terceiro conjunto de textos, em que predominam os conceitos de “cotidiano” e “campos de experiência”, compõem os textos das professoras Eliane Martins de Freitas e Teresinha Maria Duarte e do professor Getúlio Nascentes da Cunha.

No texto “Periodismo político-partidário em Goiás nas Décadas de 1920 e 1930”, Cristiano Arrais analisa, a partir do jornal *Voz do Povo*, as mudanças na estratégia discursiva utilizado pelo grupo político ligado a Pedro Ludovico, antes e depois de assumirem o poder em Goiás. Julio Bentivoglio, no texto “A riqueza da nação: liberalismo, fisiocracia e protecionismo no pensamento econômico brasileiro do século XIX”, discute a construção de um pensamento econômico no Brasil independente e a forma como esse pensamento se constituiu a partir da disputa entre fisiocratas e liberais, apontando para os limites apresentados pelos dois discursos. Já Luzia Márcia R. Silva, em “Disciplinarização e resistência: disputas e transformações no mundo do trabalho dos carregadores”, nos coloca diante das tentativas de disciplinarização de uma classe de trabalhadores e de suas lutas pela manutenção da autonomia de trabalho, com a recusa de uma sindicalização que não atende a seus interesses.

Em “*Memórias do cárcere: o testemunho de Graciliano Ramos*”, Kamilly Abreu e Silva nos mostra como *Memórias do cárcere* pode ser tomado como uma obra síntese das preocupações estéticas e políticas de Graciliano Ramos enfatizando a importância que a memória teve em todas as suas obras.

Márcia Pereira dos Santos, em “A autobiografia e a elaboração de sentido do eu: o projeto Bernardiano”, utiliza-se das obras do escritor goiano Carmo Bernardes para discutir os limites e as possibilidades da escrita autobiográfica. Já em “Fetiche, idolatria e alienação: José de Alencar, leitor de Marx”, Valdeci Rezende Borges, aponta várias semelhanças entre ideias expressas por José de Alencar e alguns conceitos de Karl Marx, o que possibilita levantar a questão: seria José de Alencar um leitor de Marx?

Eliane Martins de Freitas, no capítulo intitulado “Criminalidade na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão – 1890-1941”, analisa a violência presente na comarca de Catalão, mostrando sua cotidianidade e sua aceitação pela sociedade como forma legítima de solução de conflitos. Em “A sociedade portuguesa da reconquista: aspectos do cotidiano”, Teresinha Maria Duarte discute os principais aspectos do cotidiano da sociedade portuguesa nos momentos de sua constituição como nação no século XIII. E, encerrando essa coletânea, Getúlio Nascentes da Cunha, em seu texto “O jogo nas noites do Rio do início do século XX”, trata da crescente importância que os jogos de azar passam a ter na cidade do Rio de Janeiro, principalmente como espaço de sociabilidade para seus habitantes.

O curso de História de Catalão espera que esse livro seja seguido por vários outros e que a publicação dos resultados das pesquisas de seus professores e também de outros estudiosos (historiadores ou não!) que tenham afinidades com as discussões realizadas no interior do curso possa se tornar uma realidade cada vez mais cotidiana, contribuindo de modo efetivo para a qualidade da formação de nossos alunos.

Getúlio Nascentes da Cunha

Periodismo político-partidário em Goiás nas décadas de 1920 e 1930¹

| Cristiano Alencar Arrais

INTRODUÇÃO

O que teve a revolução de 1930, em Goiás, de revolucionária? Com o que Pedro Ludovico Teixeira, o chefe revolucionário local, rompeu, ao lhe serem entregues as rédeas da política estadual? Como se formaram as oposições em Goiás ao longo da década de 1920 e quais as suas principais bandeiras? Essas são as perguntas que movem minha investigação sobre a relação entre periodismo político-partidário e as oposições em Goiás na Primeira República, as quais, em parte são respondidas neste trabalho.

Partindo da percepção de que a realidade regional não pode ser compreendida de forma coerente sem que esteja relacionada às reflexões que ultrapassam seus limites geográficos, proponho analisar este período com base na noção de *mobilidade discursiva*, entendida como a capacidade de migração de um determinado padrão argumentativo dentro da cultura política

¹ Este texto se constitui como resultado parcial de um trabalho mais amplo acerca da imprensa político-partidária em Goiás nas décadas de 1920 e 1930, que teve como etapa inicial a dissertação de mestrado *Identidade e Cidades de Fronteira*, defendida em 2003, na UFG.

local, de acordo com as demandas de momento. Através dessa noção heurística creio ser possível descobrir o compartilhamento de um mesmo campo de experiência dentro da cultura política regional, que ignora 1930 como marco histórico, e indicar a pouca fixação deste campo a vinculações ideológicas porventura em choque. Ela indicaria, ainda, a plasticidade com que os indivíduos envolvidos na arena política acomodam seus discursos de acordo com as disposições da dinâmica nacional. A categoria *mobilidade* se associa, assim, ao processo de mediação de certas experiências ideológicas, às relações de força já estabelecidas e à sua incorporação a determinada cultura política. Fenômeno esse que provocaria a extinção ou, no mínimo, a fluidez de suas fronteiras. No caso específico de Goiás, essa mobilidade está linguisticamente registrada nos periódicos locais que apoiavam ou criticavam o governo no período em questão – os quais, em última instância, representam os indivíduos e grupos que declaravam apoio à dominação caiadista ou aqueles que se assumiam como partidários da oposição àquela oligarquia.

Não é objeto principal desse trabalho verificar se os relatos aqui expostos expressam a “verdade”. Meu interesse, entretanto, vai além da performance verbal observada nos documentos aqui citados. Procuo entender as fontes apresentadas como construções intelectuais portadoras de intenções e visões de mundo únicas: daí a utilização da categoria *discurso* no sentido de instrumento ou estratégia de intervenção sobre a realidade que tem por objetivo comunicar-se e, ao mesmo tempo, construir uma interpretação sobre o mundo. Assim, a observação das fontes procura responder à indagação sobre como os mecanismos de argumentação e persuasão utilizados estruturam ou, de forma menos determinista, dimensionam as expectativas dos homens do passado.

Com esse procedimento desejo manter uma distância segura em relação à memória oficial sobre o período da transferência da capital que molda boa parte da historiografia sobre o período e, ao mesmo tempo, funcionar como ponto de aderência de uma memória reticente. Uma memória localizada na penumbra dos acontecimentos e muitas vezes contrária ao “sentido” da história – sentido esse fornecido pela poderosa orientação que foi legada ao presente pelo estratégico culto à figura de Pedro Ludovico. Dessa forma,

busco manipular minha narrativa no sentido de recuperar as normas, valores e categorias que davam sentido àquele mundo. A meu ver eram estas representações que sustentaram comportamentos, motivaram e orientaram as estratégias argumentativas dos indivíduos aqui referidos.

Não nos enganemos, entretanto, quanto ao *status* narrativo aqui concedido à análise do período. É preciso admitir, como explica Rüsen (2006), que o conhecimento histórico possui grandes dívidas com a questão da narrativa visto que ela apresenta-se atualmente como o ponto central de articulação do discurso histórico por meio de elementos como retrospectividade, seletividade e particularidade. Assim, mais do que construção *a posteriori* determinada pelos critérios externos ou da consciência criadora (White, 1995), ela produz conhecimento para o presente e dota de sentido o passado, selecionado sem desprezar o seu caráter de referência. Na base de sua sustentação está a razão histórica, entendida como a capacidade intrínseca do discurso histórico de gerar argumentos racionais e convincentes no interior da representação da experiência histórica que o historiador constrói, visando a adesão à tese que pretende promover (Perelman apud Pessanha, 1989, p. 232).

Dirigidos a um público receptor específico e vinculados a círculos políticos relativamente homogêneos, os periódicos por mim selecionados estabeleceram uma relação de identidade com seus leitores e aglutinaram as mais diversas tendências governistas ou antigovernistas, indo desde a crítica puramente política até as acusações de cunho pessoal.

Mas é preciso lembrar que a fundação dos principais jornais aqui elencados pode ser entendida como a etapa avançada da formação de uma agremiação político-social, com uma linha de atuação definida e desejosa de apresentar sua viabilidade junto à população ou de consolidar uma dominação já estabelecida por meio de outros mecanismos. O jornal é, portanto, instrumento utilizado para tornar público seu lugar dentro de um quadro ou situação política. Mas é, também, instrumento comunicante com os simpatizantes de seus respectivos grupos (agindo como promotor das ideias e ao mesmo tempo como diretriz de seu pensamento – produzindo os discursos autorizados e, ao mesmo tempo limitando suas fronteiras) e o lugar onde

se estabelece o debate com os outros grupos políticos institucionalizados. Fornece, portanto, uma espécie de legitimação instrumental à agremiação que representa:

Sim, sr. Articulista, o nosso jornal é cáustico que desorienta, e fere, mas tão somente aqueles que desgovernam o Estado, porque a sua voz é a da justiça, e não é a voz da justiça que caustica e fere os culpados, impenitentes?

Mas, para as consciências rectas é e será o clarim profético que a todos desperta ao toque do rebate, apontando nos horizontes políticos o dia da redenção. (*Voz do Povo*, 25/11/1927)

Após ou concomitantemente à criação do jornal, busca-se também viabilizar e institucionalizar o agrupamento político existente de fato, tornando-o agora também de direito. Sistematizando e legitimando suas propostas sobre a criação do Partido Republicano de Goiás, registra:

Em meio a este triste quadro de misérias a serem combatidas, [ilegível] e estirpadas dos hábitos administrativos e políticos de Goyaz, brota com prestígio do valimento pessoal a coragem cívica de cada um de seus membros esse grupo de eméritos e determinados patriotas a inscreverem-se na recente organização política, obedientes ao objetivo glorioso de salvar Goyaz das garras aceradas desse monstro arquejante, cujos passos vacilantes assignalam a saude malsã, a vida em agonia. (*Voz do Povo*, 26/12/1927)

Como veículo de propaganda do novo partido político fundado em Goiás, o periódico *Voz do Povo* foi fundado em 1927, pela então oposição ao regime caiadista. Seu proprietário era Ignácio P. de Loyola e seu diretor o senhor Augusto Jungmann, que contavam com a ativa participação de diversos desembargadores e juizes do estado, como Mário Caiado. Declarado crítico do governo de Brasil Caiado e de seu sucessor em 1929, Alfredo de Moraes – todos os dois governando sob os auspícios do senador Antônio Ramos Caiado –, será através deste periódico (que antes de 1930 recebia colaboração do médico Pedro Ludovico Teixeira, através de artigos enviados da cidade de Rio Verde) que poderemos perceber as estratégias argumentativas e os procedimentos de classificação e delimitação das representações que se firmaram através das disputas políticas em Goiás.

Nada indica, entretanto, que existisse um campo ideológico mais ou menos definido que identificasse a formação da nova agremiação com o gérmen de uma definitiva ruptura política, cujo marco seria a revolução de 1930. Como poderemos perceber, a intensa disputa política, expressa nas linhas dos jornais, anunciaria um momento tenso apenas em relação ao contexto regional. Além de uma complexa plasticidade social, que revelaria uma de suas faces no debate político e nos argumentos utilizados pelos contendores do período. Mais especificamente no final da década de 1920 com a aproximação do pleito eleitoral para a presidência do Estado.

O DEBATE POLÍTICO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO

Diz o ditado popular que “a roda pior do carro é a que faz mais barulho” (*Novo Horizonte*, 28/8/1928). Ao governo de Goiás do final da década de 1920² tal dito não parecia ser incorreto. Na verdade, parecia evidente que os piores indivíduos são os que protestam contra tudo e todos. A referência podia ser aplicada à pequena e quase inexistente oposição que existia no Estado. Localizada principalmente em Rio Verde e na própria Cidade de Goiás e tendo como elementos mais representativos alguns membros do poder judiciário, além de um jovem médico do interior, tal agremiação política assumia mais o caráter de caluniadores que de real oposição, sobretudo em relação ao líder do Partido Democrata, o senador Antônio Ramos Caiado.

Mesmo distantes de qualquer vinculação com uma perspectiva nacional ou que ultrapassasse a linha do rio Paranaíba essa quase inexistente oposição começa a ganhar corpo com a fundação do Partido Republicano de Goyaz, em 11 de novembro de 1927. Em seu diretório provisório constava os nomes do coronel Virgílio José de Barros, coronel Salathiel Simões de Lima, coronel Samuel Sabino de Passos, coronel Antônio Martins Borges, coronel Orlando Borges, dr. Americano do Brasil, major João da Rocha Lima, dr.

² O período da Primeira República em Goiás é dominado por praticamente duas oligarquias. Os Buhões e, a partir do processo de depuração ocorrido no interior do Partido Democrata, os Caiado. O maior nome da oligarquia dos Caiado é Antônio Ramos Caiado, deputado e senador da República.

Agnello Arlinton Fleury Curado, dr. José Honorato da Silva e Claro de Godoy, entre outros (*Voz do Povo*, 23/12/1927).

Mas sua base de apoio principal – e portanto mais visível – estava assentada nos membros do Superior Tribunal de Justiça, através de quatro dos cinco desembargadores do estado de Goiás (Oliveira Godoy, Vicente Miguel, Emílio Pova e Maurílio Fleury), além de outros membros do Judiciário local. Dentre eles destacava-se Mário D’Alencastro Caiado, proeminente juiz do estado e primo de seu desafeto político Antônio Ramos Caiado, e Augusto Jungmann, advogado e um dos fundadores e diretores de *Voz do Povo*. Localizada à rua Senador Eugênio Jardim, a sede do periódico distava quatro casas do Tribunal de Justiça e ficava à esquerda da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – localização oposta, portanto, ao jornal situacionista *O Democrata*, localizado do outro lado do rio Vermelho, na rua 13 de maio, n. 17, pouco abaixo da Praça do Chafariz, da matriz de Santana e da sede do governo.³

Os conflitos com o Executivo eram movidos por supostas irregularidades, denunciadas pelos desembargadores no governo estadual e pela constante tentativa de cooptação de seus membros para favorecer atos do governo. Sendo historicamente dominado pelo governador e seu séquito, ao Legislativo não restava outra direção que não aquela determinada pelo chefe do executivo local. A total dominação política seria completada quando o Judiciário estivesse dentro do círculo de influência do governo.

Essa subordinação, entretanto, não seria fácil. Principalmente após a série de conflitos que se formaram entre o senador Ramos Caiado e os membros do Superior Tribunal de Justiça. O motivo principal teria sido a suposta irregularidade na aquisição de vultosa quantidade de terras do Estado pelo senador, localizadas nas fazendas de Aricá e principalmente Thesouras. Segundo *Voz do Povo* os mecanismos utilizados para a aquisição de tais propriedades foram os mais sórdidos possíveis. Desde a utilização dos próprios parentes como testemunhas da efetiva ocupação das terras há tempos, passando pelo descumprimento dos prazos estabelecidos em lei,

³ Após o fechamento de *O Democrata*, em 1930, aquele prédio seria novamente ocupado pelos partidários de Antônio Ramos Caiado em 1934, para fazer dele sede de seu novo periódico, *A Coligação*.

foi mencionada até a própria alteração da constituição estadual feita para favorecer sua legitimação, com a supressão, após a aprovação pelo Congresso estadual, de um dos artigos que lhe causavam empecilhos.⁴

Contestada pelo Tribunal de Justiça, a disputa chega ao ponto de aquela casa enviar ao Presidente da República pedido de intervenção federal no estado, em razão dos desmandos praticados pelo grupo de Totó (*Voz do Povo*, 5/8/1927). Desautorizando ordens judiciais, desrespeitando a isonomia dos poderes, o estado transformara-se, segundo aquele ponto de vista, numa das propriedades da oligarquia Caiado.

Para acabar com qualquer resistência dentro do Tribunal, a solução encontrada foi simples. Ao invés de extinguir, aposentar seus membros ou tomar qualquer atitude mais truculenta, o governo utilizou-se de um estratagem perfeito. Com os poderes que lhe competiam, enviou à Assembleia projeto de lei aumentando o número de membros do Tribunal. De cinco para nove. Os novos elementos seriam indicados pelo governador, o que faria com que a situação do governo ficasse em maioria dentro daquela casa. Prontamente percebida, a tática é denunciada e espalhada aos quatro cantos, chegando à capital federal, através do *Jornal do Brasil*.

E o senador Caiado encontrava-se então na iminência de ver perante a justiça discutida a legitimidade de seus títulos de propriedade referentes aos extensíssimos latifúndios das Theouras do Baixo e Aricá, havidos com o amparo da hoje conhecidíssima ‘lei pessoal’, uma vez que o sr. José Joaquim de Sant’Anna por ele prejudicado, estava coligindo seus documentos para um prelio judiciário. Justamente, precisamente nesta ocasião foi que o senador Caiado resolveu por à mostra o seu “desinteresse e patriotismo”, incompatibilizando-se com os desembargadores para poder substituí-los no Tribunal por outros juízes mais acessíveis [...]. A supressão de um artigo, depois de sancionada a lei, é coisa que repugna aos mais ignorantes em matéria constitucional. Diz ss. Que o artigo em questão fora registrado na câmara, mas não se descobriu como nem quando foi ele suprimido. (*Voz do Povo*, 8/7/1927)

⁴ A Lei de Terras do Estado de n. 725 de 11 de agosto de 1923 foi promulgada no *Correio Oficial* de 16 de agosto de 1923. Depois foi promulgada novamente no dia 25 do mesmo mês com a supressão do seu artigo 3°. Nessa época o secretário de estado era Brasil Ramos Caiado.

Os jornais situacionistas espantam-se com o alarde. Afinal, nada de mais natural e mesmo grandioso para o estado que ver tão ilustre Casa ser aumentada. Teria vindo a *Voz do Povo* ao mundo apenas para combater essa medida? Impossível compreender como um órgão de tão ilustres e civilizados intelectuais não desejassem que o Tribunal de Justiça fosse ampliado aumentando assim a participação de juristas.

Todo o mundo sabe e o Conselheiro Accacio descobriu que dois enxergam mais que um, assim como dez enxergariam mais que cinco.

E que mal há nisso?

Ameaça para a segurança coletiva?

Não, absolutamente, não. Começa mal, ou então esse “Povo” não é povo: é polvo, que estende os seus tentáculos para agarrar nas suas ventosas os que não queriam ver a pureza da verdade.

Não vemos perigo algum em melhorar uma instituição notável de saber, quando temos homens de envergadura de Odorico Gonzaga, Rodolfo Vieira e outros marcando passos na magistratura, sendo que o brilho de sua cultura exige um descortino maior para bem de todos.

Porque cercear o progresso e o melhoramento dos cargos úteis? (*Novo Horizonte*, 17/7/1927)

Talvez, insinuava o jornal, o Tribunal não fosse tão imparcial quanto deveria. Afinal, como acreditar nessa imparcialidade se alguns membros daquela douta agremiação já haviam completado mais de 25 anos de serviço público, podendo, portanto, aposentar-se recebendo todos os vencimentos que teriam direito mas preferem “servir gratuitamente ao Estado, não por amor ao ofício, mas por simples Diletantismo”. Não haveria nisso coisas menos nobres que sentimentos cívicos?

O mesmo periódico desconfiava da acusação de aquisição irregular de terras por parte do sr. Antônio Ramos Caiado, Totó Caiado, que se defendia das acusações impetradas contra sua pessoa. Para ele, o caso havia sido tendenciosamente adulterado pelos seus detratores. Segundo ele, o Colégio Civil estabelecia que todo aquele que por trinta anos sem interrupção possuísse como seu um imóvel, teria o direito de requerer ao Juiz seu título de propriedade, para constar no Registro de Imóveis, lei que remontaria a 1893.

Somente em 1923 é que o Congresso Estadual passaria a legislar sobre o assunto, acrescentando àquela exigência a de que tivessem sido “pagos os impostos durante todo o tempo de ocupação, estando mencionados os limites das terras ocupadas”, e que o documento de posse de mais de 30 anos tivesse sido registrado em livros competentes até 10 de maio de 1920.⁵

Quanto à intervenção branca no Judiciário, isso era apenas mais uma prova de que, em Goiás, “a maior e mais nefasta das oligarquias” tinha total domínio. *Voz do Povo* fazia as contas: na Câmara Federal, dos sete representantes a que o estado tinha direito, três eram legítimos Caiados (o senador Totó, um genro e um cunhado). O Presidente do Estado era irmão do valoroso chefe, cargo ocupado anteriormente por dois de seus cunhados. O presidente da Câmara era também outro cunhado, sendo seu irmão o primeiro secretário do senado estadual. Seu filho já era deputado estadual e tinha o monopólio do fornecimento de carne verde à população da capital (*Voz do Povo*, 8/7/1927).

O próprio senador Antônio Ramos Caiado responde às acusações de nepotismo, acusando os desembargadores de favorecerem seus parentes. Depois, defendendo-se do título de chefe oligárquico, ataca seu desafeto Mário D’Alencastro Caiado em carta enviada à redação do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro:

A verdade porém, diz ss. – é que o Poder Judiciário no meu Estado é apenas uma figura de retórica. Ele não existe de fato. Toda a sua ação, toda a sua nobre e alta missão está completamente anulada pela prepotência e pelo arbítrio pessoal.

Como bem sabe essa ilustrada redação, quatro desembargadores (que são acompanhados por dois juízes politíqueiros, um deles esse sr. Mário D’Alencastro) pediram ao honrado sr. Presidente da República a intervenção federal no Estado, e o sr. Presidente de Goyaz tendo conhecimento desse pedido, pôde então refutá-lo com o próprio relatório deste ano, do sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, um dos suplicantes da intervenção, no qual afirma “o bom fundamento da justiça e congratula-se com o Governo”.

⁵ As terras, segundo Totó Caiado, haviam pertencido ao ex-senador e patriarca da família, Antônio José Caiado, avô de Antônio Ramos Caiado e de Mário Caiado, desde o final do século XIX. Nesta versão, Totó Caiado havia adquirido a mesma propriedade por compra (Cf. *Novo Horizonte*, 22/5/1927).

Assim é que se acusa a situação de Goyaz!...[...]

Outra injustiça que se faz mister destruir é a afirmativa de que a situação de Goyaz é uma oligarquia. Veja sr. Redator no terreno dos fatos a contradicta. Os principais cargos de Goyaz são ocupados por pessoas estranhas à família Caiado. (*Novo Horizonte*, 12/6/1927)

O caso, entretanto, parecia ser bem mais complicado do que afirmava o senador Totó. *Voz do Povo*, ao invés de combater as declarações do senador com outras acusações, fez as contas dos cargos ocupados por toda a parentela da família Caiado no governo, no âmbito federal, estadual ou municipal. E apresentou a lista aos seus leitores e aos do *Correio da Manhã* no Rio de Janeiro.

	Membros	Vencimentos anuais		
		Federaes	Estaduaes	Municipaes
Irmãos				
1	Antônio Ramos Caiado, senador e chefe	53:00\$	-	-
2	Brasil Ramos Caiado, presidente e professor	-	47:600\$	-
3	Arnulpho R. Caiado, intendente e professor	-	9:600\$	22:000\$
4	Leão Ramos Caiado, Diretor E. Artífices, Senador	11:000\$	4:000\$	-
5	Ubirajara R. Caiado, deputado	-	4:000\$	-
Genros				
6	Lincoln Caiado, deputado e professor	53:000\$	3:600\$	-
7	Luiz Xavier, juiz substituto federal	20:400\$	-	-
8	Euller Coelho, inspetor agrícola	12:000\$	-	-
Sogros				
9	Juliano de Castro, deputado e professor	53:000\$	6:600\$	-
10	Abílio de Castro, thesoureiro, D. fiscal, deputado	9:000\$	4:000\$	-
11	Agenor Castro, diretor Escola Direito e Pharmácia, Hosp. e professor	-	19:200\$	-
12	Bernardo Albernaz, médico da polícia	-	12:0000\$	-
13	3 senhoritas professoras	-	9:600\$	-
Cunhados				
16	Rocha Lima, senador, sogro de Julio Caiado	53:000\$	-	-
17	Francisco Perillo, senador, professor	-	7:600\$	-

(continua)

	Membros	Vencimentos anuais		
		Federaes	Estaduaes	Municipaes
Primos				
18	Olegário Pinto, senador	53:000\$	-	-
19	Geraldo Caiado, senador, administrador do porto	16:000\$	-	-
20	Raul Caiado, coletor Anapolis	-	12:000\$	-
21	Carlos Caiado, administ. Porto F. Lemos	-	7:200\$	-
22	Vasco Caiado, fiscal de obras	-	4:800\$	-
23	Joaquim Albernaz, chefe secção	-	4:200\$	-
24	Argemiro Amorim, escrivão imposto geral		8:000\$	
25	Luiz Caiado, fiscal consumo	4:000\$	-	-
26	Sebastião Caiado, escrivão, Receb. Formosa	-	4:800\$	-
27	Ayrosa Caiado Castro, presidente Tribunal	-	15:600\$	-
28	Theodulo Caiado Castro, intendente Anicuns	6:000\$	4:000\$	-
29	Raulino Caiado Castro	-	-	6:000\$
30	Antenor C. Amarin, senador, v. Presidente estado	-	4:000\$	-
31	Walter Nascimento, inspetor estradas	-	14:400\$	-
32	Weaker Nascimento, engenheiro município	-	-	6:000\$
33	Oswaldo Nascimento, empregado público	-	3:600\$	-
34	2 senhoritas professoras	-	7:000\$	-
36	Nicanor Albernaz, fiel tesoureiro	-	3:000\$	-
37	Newton Albernaz, promotor público	-	3:600\$	-
38	Francisco Azeredo Caiado, tesoureiro, deputado	-	10:600\$	-
39	Honório Azeredo Caiado, colector municipal	-	-	6:000\$
40	Wadjou R. Lima, fiscal de Luz Elétrica	-	3:000\$	-
		327:400\$	253:600\$	40:000\$
Total: 621:000\$000.				

Os Caiados custam, portanto, 621:000\$000 ao Brasil (*Correio da Manhã*, 25/3/1928).

Boatos de ameaças de morte de ambas as partes circulam pelo estado e chegam ao Rio de Janeiro. Se, por um lado, os desembargadores temiam por sua vida, por outro, o próprio senador passava à imprensa notícias de uma

trama para sua morte elaborada pelos desembargadores descontentes de seu Estado. Os telegramas apontam que as informações estariam sendo passadas ao senador por seu irmão, Leão Caiado. O *complot* estaria sendo preparado para o momento de sua viagem para Goyaz. Enquanto isso, o senador aguardava novas informações para poder retornar ao seu estado (*Voz do Povo*, 1/7/1927).

O destaque para as ameaças de morte que estavam sendo feitas ao senador Caiado parece demonstrar a seriedade da questão. *Voz do Povo* é quem se mostrava mais preocupada com o perigo da real ocorrência de um fato tão grave.

Os matadores do sr. Ramos Caiado estavam mesmo dispostos a trucidá-lo.

As suas probabilidades de salvamento eram tão precárias como as daquele candidato ao suicídio que, não satisfeito em haver ingerido forte veneno, resolveu enforcar-se num galho sobre caudaloso rio, para nele perecer afogado caso falhassem os outros recursos. E completando seus planos ainda havia um tiro de revólver nos ouvidos. Toda a gente sabe o resultado: a bala seccionou a corda, o cidadão caiu no rio, cujas águas sendo bebidas em grande quantidade fizeram o papel de antídoto e, afinal, salvou-o do afogamento uma embarcação que passava. (*Voz do Povo*, 15/7/1927)

Foram três as “tentativas” de assassinar o prestigioso político. A primeira delas seria feita através de um emissário mandado ao Rio para executar o serviço, mas a polícia nada encontrou no hotel onde o suposto sicário havia se hospedado. A segunda tentativa tramada propunha assassinar Totó, quando estivesse retornando a seu Estado. O local do homicídio já estaria escolhido e, segundo se sabia, seu nome terminava com a palavra “grande”. Quanto ao terceiro *complot*, o caso era mais grave, implicando mesmo uma questão de segurança nacional.

A Internacional de Moscou, com os olhos perspicazes do camarada Rikoff, havia muito que acompanhava a formidável atuação do senador Caiado no nosso parlamento e por isso achou (esses russos tem cada uma!) que seria imprescindível aos interesses superiores do comunismo o seu desaparecimento. Os criminosos, segundo se propala, reuniram-se no bar Americano, que fica na avenida Rio Branco, no ponto mais movimentado do Rio de Janeiro. Aí se conjurou o assassinato a exemplo do que sucedeu a César, em pleno Senado Federal, quando estivesse ss. com seu verbo de fogo e a catupeleteante fluência que todos lhe admiram anathematizando, zurzindo as tais “ideias comunistas violentas e exaltadas”.

Ciente do *complot*, consta que o senador Caiado já ensaiava proferir dramaticamente o célebre ‘tu quo que...’ quando fosse apunhalado; mas – seguro morreu de velho – resolveu antes dar queixa às autoridades, no que fez muito bem.

A polícia agiu com toda a presteza e segurança e, infelizmente – esta polícia carioca é mesmo uma desgraça de ruim – nada conseguiu apurar sobre o terrível *complot*. (*Voz do Povo*, 15/7/1927)

Eis a versão da oposição sobre as ameaças de morte sofridas por Antônio Ramos Caiado. Mas, a investida principal do periódico, ainda direcionava-se contra o aumento do número de desembargadores no Tribunal de Justiça. A vitória do governo incitara a oposição aos ataques. A clareza da artimanha utilizada pelo executivo local fora tão grande que o *Jornal do Brasil*, através das informações enviadas pelos opositoristas que acompanhavam o conflito da capital federal, anunciava em seu giro pelo Brasil que, ao invés de caminhar para uma situação harmoniosa, o conflito parecia agravar-se ainda mais.⁶

Com os novos integrantes o Tribunal compunha-se agora de nove membros. A presidência, antes exercida por Emílio Póvoa, é colocada em xeque e proposta nova eleição antes do encerramento daquele mandato. Estarrecidos, atordoados com os acontecimentos, a articulação em torno de um candidato único torna-se impossível ou impensável. Os desembargadores de oposição, desarticulados, perdem a presidência. Ayrosa é eleito novo Presidente do Tribunal de Justiça, com 4 votos. Emílio Póvoa recebe 3 votos, Godoy e Calmon recebem um voto cada. Como vice-Presidente,

⁶ “É que agora mesmo acaba de ser sancionada uma lei criando mais quatro lugares no Tribunal goiano que, assim fica composto de 9 desembargadores, apesar do serviço de distribuição da Justiça ali, não reclamar, de nenhum modo esse acréscimo considerável. Sucede, porém, que dos cinco desembargadores de que se constitui até agora o Tribunal, quatro são apontados pelo sr. Ramos Caiado como seus adversários políticos. Será, pois para que esse chefe goiano tenha maioria no Tribunal que se resolveu, agora criar aí mais 4 lugares que serão naturalmente providos por amigos de confiança. É de notar que o presidente de Goyaz, sr. Brasil Caiado, entra nesse complicado caso por assim dizer, como Pilatos no Credo. O Presidente Brasil é apenas irmão do senador Ramos Caiado e nada tem com a divergência entre este e o Tribunal. Mas obrigado a cumprir as determinações do mano e chefe, sustenta o sr. Brasil, sem querer, no Estado, essa luta de que nasce e que mantém a desarmonia entre o Executivo e o Judiciário” (*Jornal do Brasil*, 27/7/1927).

toma posse Odorico de Siqueira, com quatro votos. Godoy e Fleury recebem dois votos cada e Calmon obtém apenas um. A divisão das Câmaras seria outra medida promovida no sentido de celebrar a total desarticulação dos desembargadores “bolchevistas”: a Civil seria composta por Oliveira Godoy, Vicente Miguel e os novatos Celso Calmon e Benjamim Vieira. A vara criminal estaria representada por Emílio Pova, Maurili Fleury e os caiadistas Henrique Itiberê e Odorico Gonzaga. Ambas as câmaras seriam presididas por Ayrosa de Castro.⁷

Mal imaginavam os desembargadores que o movimento ainda não tinha chegado ao seu ápice. No dia seguinte, 30 de setembro, os membros das duas câmaras reuniram-se conjuntamente.

E de surpresa um dos novos nomeados – desor. Itiberê – apresentara um requerimento inaudito e insólito: propunha que o Tribunal renovado retirasse o pedido de intervenção feito ao honrado Presidente da República.

Lá estava vigilante o Senador Caiado, medindo todas as palavras do novo desembargador, que, pálido, trêmulo mal as balbuciava [...]

Dos antigos desembargadores, e a nossa pena ia traçando legítimos em vez de antigos, faltava um e os três presentes, entre surpresos e indignados, discutiram e votaram contra [...]. O delírio de onipotência preferiu humilhar os desembargadores, velhos servidores da Justiça, mas aqui ainda há um erro de visão.

Humilhados ficaram os novos desembargadores que sentiram fuzilar-lhes por sobre a cabeça o olhar minaz do Senador. (*Voz do Povo*, 5/8/1927)

Mas nem só de artimanhas políticas vivia a oligarquia dominante. Segundo o periódico oposicionista, os tradicionais métodos de coerção e intimidação eram frequentes. As agressões, segundo Pedro Ludovico,

⁷ “Os novos desembargadores são: des. Celso Calmon Nogueira da Gama, que vinha exercendo o cargo de chefe da Polícia; Odorico Gonzaga de Siqueira, que ocupava o cargo de juiz de direito em Catalão; Henrique Itiberê, que era juiz de direito da comarca de São José do Duro e estava em comissão no lugar do Procurador Geral do Estado; e Domingos Vieira, advogado no foro goiano. Com a posse dos desembargadores, foi eleito o novo Presidente do Tribunal, dr. Ayrosa de Castro, único dos antigos membros dessa Corte de Justiça que se manteve solidário com a política do sr. Ramos Caiado. E assim deixou de ser eleito o desembargador mais antigo, praxe que vinha sendo seguida tradicionalmente no Estado desde os tempos do Império” (*Jornal do Brasil*, 31/7/1927).

se davam de todos os modos: “quer no desrespeito arrogante aos direitos políticos dos que são oposicionistas ou a quaisquer direitos dos que, não sendo oposicionistas, não se filiam ao grupo que representa o caiadismo.” Parentes dos chefes governistas cometiam crimes ao ar livre e andavam soltos pela rua. O próprio chefe governista de Rio Verde, em pessoa, havia recentemente dado uma pancada com a coronha de um fuzil em um pobre carreiro, “produzindo-lhe um grande hematoma, sendo a vítima presa e pagando depois 200\$ pela carceragem e conserto do fuzil. Bastam esses fatos, não citando inúmeros outros, para se avaliar o paraíso que habitamos”. O ilustre tenente Ferreira, “o degolador de José Velloso, encontra-se há dias, nesta capital, em plena liberdade e prestigiado pelo Caiadismo”. Esse distinto senhor era simplesmente acusado de ter degolado e retirado uma das orelhas de sua vítima, à qual se achava aderida uma porção da pele do rosto – inclusive a metade do bigode – saindo em público com o troféu e ainda guardando o punhal tinto de sangue no uniforme militar (*Voz do Povo*, 27/1/1928).

Com a candidatura de Alfredo Lopes de Moraes pela legenda democrata para a presidência do Estado – em lugar do nome de Lincoln Caiado, vetado pelo governo federal – a oposição vê naquele fato a oportunidade que o povo esperava para se ver livre da dominação caiadista.

Todos os goianos estão fartos de saber que a candidatura Alfredo de Moraes a Presidente do Estado foi o resultado da intervenção não armada como receavam os dirigentes, ao ponto de lhes causar arrepios a simples ideia de sua realização, mas amistosa e diplomática, emanada de quem pode mais do que as baionetas e os esbirros da polícia estadual.

Talvez tenha ela agradado mais à oposição do que ao situacionismo, o qual, como vulgarmente se diz, parece ter comido a fruta cozida por se tornar mais fácil a sua inevitável deglutição. (*Voz do Povo*, 28/12/1928)

Com Alfredo Lopes, a oposição dava-se por satisfeita. Ele viria assumir “a curul presidencial sem ambições mesquinhas, sem ódios ou rancores pessoais, não há de certamente ter motivos para se deixar nortear pelos instintos malignos e retrógrados do sanhudo chefe da familiocracia do dominante”. Esperançava o povo que seu governo fosse o reconstrutor e jamais o

continuador da dinastia que fez de Goiás “um burgo pobre, uma bacanal!” (*Voz do Povo*, 25/1/1929).⁸

Mas para descrédito da oposição a situação política do Estado parece nada mudar. Na verdade, antes mesmo da eleição do novo Presidente, o clima de violência é intensificado. Ao menos é o que noticia *Voz do Povo* sobre uma série de desmandos e atos de terrorismo praticados na região de Jataí e Rio Verde, com a prisão de nomes como Martins Borges, Pedro Ludovico e “pacíficos partidários” do grupo político do coronel Carvalhinho.⁹

Quanto às ações praticadas pelo novo presidente do estado em favor do regime de liberdade, em detrimento da influência caiadista, a decepção era grande.¹⁰ Na verdade, como afirma Machado (1990), seu curto governo deixara o estado endividado. A pressão também era muita. Por um lado a insatisfação de Totó Caiado pela intervenção branca do governo federal ao expurgar da chapa vencedora os nomes vinculados à sua família. Por outro a pressão da oposição que passara a ver o dr. Alfredo Lopes de Moraes como um fraco:

⁸ De fato a eleição de Alfredo Lopes de Moraes teria a princípio gerado sério desagrado dentro da oligarquia dos Caiado. Tanto é verdade que o então presidente do Estado Brasil Ramos Caiado renuncia ao cargo faltando apenas um dia para o fim de seu mandato, apenas para não ter o desconforto de passar o cargo para seu sucessor. “Podemos dar como a mais assinada vitória do Partido Republicano a candidatura do dr. Alfredo de Moraes, cujo nome merece a confiança dos goianos. Desde o momento em que deixou de ser segredo a circunstância de ter sido à última hora levantada a candidatura do dr. Lincoln Caiado, à presidência do Estado, a qual foi solenemente vetada, o nome do dr. Alfredo de Moraes já não satisfazia às ambições do caiadismo” (*Voz do Povo*, 21/8/1928).

⁹ “Rio Verde, 28: Estamos sob regime de terror. Delegado Regional ontem chegou prendeu alguns remanescentes grupo Carvalhinho que aqui estão trabalhando pacífica e honestamente. Dr. Pedro Ludovico e senador Martins Borges acham-se detidos [...]”; “Rio Verde, 29: Papai e Pedro ontem presos traiçoeiramente delegado Barros, a) Gercina”; “Monte Alegre, 1: Violências continuam, requeremos *habeas corpus* porém Delegado não cumpriu ordem. [...] Estamos sob toda espécie de coação pois nem podemos telegrafar de Rio Verde devido ameaças. Prisões sucedem-se sem motivo [...]”. *Voz do Povo*, 1/2/1929.

¹⁰ “Não se compreende, não mais se tolera essa indiferença perfeitamente criminosa, uma vez que é certo que o Presidente do Estado não as insinua, não as endossa. Não mais se pode admitir esta atitude: ou o dr. Alfredo de Moraes se demonstra francamente solidário com todas as medidas ignóbeis postas em prática pelo Caiadismo que timbra em diminuí-lo, em reduzi-lo a uma figura sem expressão, ou se invista da precisa envergadura que o seu cargo exige, repelindo o cangaço oficial que os seus correligionários estão implantando no Estado” (*Voz do Povo*, 31/1/1930).

Já nem quero condenar o Senador Caiado pelo vilipêndio que inflinge a Goyaz, porque este homem não merece mais qualificativo, tantos e tantos são os seus atos de cínicos menosprezos à dignidade de seus conterrâneos. Nem me revolto contra a fraqueza do sr. Alfredo de Moraes, anuindo às ilegalidades do Chefe da oligarquia. Não!

Declaro apenas a esperança perdida de um regime de liberdade e justiça para todos que foi prometido ao povo de Goyaz. (*Voz do Povo*, 28/2/1930)

Política e administrativamente desgastado, o presidente do estado licencia-se do cargo e assume seu lugar o vice Humberto Martins Ribeiro, em 11 de agosto de 1930. Este, porém, não conseguiria nem ao menos esquentar a cadeira da qual havia acabado de apossar-se. Pouco mais de dois meses depois seria destituído do cargo pela revolução coordenada em plano nacional pelo ex-ministro de Washington Luís e ex-candidato a presidência da República pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas.

Há que se notar a falta de notícias nos jornais locais de oposição referentes a esse período de conturbação política no plano nacional. É interessante notar ainda que em 3 de outubro de 1930 surgem dois artigos publicados originalmente no jornal *O Estado do Rio Grande* sobre movimento inicial para a revolução em *Voz do Povo*. Não há, todavia, qualquer comentário ou real declaração de apoio do periódico ao movimento.

A movimentação acontece, sim, do outro lado do rio Paranaíba, em Minas Gerais.¹¹ Em Uberlândia o *Diário da Revolução* incita os revolucionários a partirem para Goiás, visto que

¹¹ Na verdade antes de iniciado o movimento revolucionário, Mário Caiado, Vellasco e Claro de Godoy já mantinham contato com algumas lideranças políticas de Minas Gerais. Iniciada a revolução, Pedro Ludovico conseguira reunir seus correligionários em Minas Gerais, adentrando em território goiano e trazendo um pequeno grupo armado para tentar tomar o poder. Entretanto, após cruzar o rio Paranaíba é recebido “à bala” pelas forças caiadistas e preso logo em seguida próximo a Rio Verde. Depois, é levado para a Cidade de Goiás, escoltado por Zaqueu Crispim – político municipal de Anápolis – e por César Bastos. Chegando às portas da cidade, o grupo recebe a notícia da vitória dos revolucionários liberais na Capital Federal e a consequente ascensão de Getúlio Vargas ao cargo máximo da nação. De prisioneiro derrotado, Ludovico passaria então a pseudo-acompanhante de seus ex-carcereiros. Cf. Arquivo da Escrivania do Crime. Comissão de Sindicância. *Relatório proferido nos autos n. 154*, Livro 1761, fls. 86-89, de 10 de março de 1932, e também *Jornal Opção*, 16/8/1998, entrevista concedida por Pedro Ludovico Teixeira.

lá está um povo supliciado, sem liberdade, sem direito, sem garantias, reduzido à mais ínfima expressão por circunstâncias que favorecem o atrevimento, a ousadia, a petulância de meia dúzia de indivíduos da mesma casta. Infelizes tem sido aqueles compatriotas nossos, tão boa gente, tão honesta e tão meiga. (*Diário da Revolução*, 17/10/1930)

Um mês depois, *Voz do Povo* voltava a circular. Comemorando a vitória da revolução, publica as declarações de Carlos Pinheiro Chagas ao povo goiano, fazendo votos de representar a revolução o “varar da liberdade nesta terra”. Ao que tudo indica, Mário Caiado constituía-se como elemento central da oposição no estado. Não só pela carta de Pinheiro Chagas, direcionada a ele, mas pela quantidade de telegramas que recebe de todas as partes do estado saudando-o pela vitória da revolução. Chegam-lhe e são publicadas em *Voz do Povo* mensagens de São Paulo (SP), Anápolis, Rio de Janeiro, Trindade, Pouso Alto, Morrinhos, Pirinópolis, Jataí, Rio Bonito, Itaberaí, Anicuns, Barretos (SP), Corumbá, Campinas (SP), Florianópolis (SC), Pires do Rio, Uberaba (SP), Jaraguá, Ouidor, Belo Horizonte (MG). Evidentemente os telegramas não chegam somente para ele, mas para Pedro Ludovico e também para o coronel Virgílio de Barros, entre outros. Mas em quantidade bastante inferior.

Enquanto isso, Totó “sabidamente” retirava-se para sua fazenda e passaria algum tempo sumido da vida política goiana até que se abrisse espaço para retornar como elemento agregador da futura oposição a Ludovico. Mais que estratégica, sua retirada era interpretada na verdade como um ato de covardia, de quem não desejava encarar o verdadeiro tribunal da opinião pública. “Fugiu como um João Fernandes qualquer, delinquente ante a ação da polícia corretiva. Fugiu como um negro em tempos de cativo, receando todos quantos o auxiliaram na conquista do poder” (*Voz do Povo*, 28/11/1930).

Em novembro daquele mesmo ano Ludovico assume a função de interventor federal no Estado, nomeado pelo novo presidente, tomando em suas mãos as rédeas da política goiana. Parecia inaugurar-se um novo tempo, de esperanças na realização dos sonhos de progresso econômico, de renovação, tão presentes nos discursos das novas forças políticas dominantes que ascenderam ao poder juntamente com o Interventor.

Ato contínuo, o Governo revoga o decreto que aumentava o número de desembargadores e criava o Juízo de Menores. Abre também uma comissão de sindicância para apurar as irregularidades cometidas pelo regime decaído e divulgar documentos que comprovavam o desvio de verbas públicas para a promoção de banquetes no Palácio do Governo em 1928 (*Voz do Povo*, 28/11/1930). Parecia ser esse o fim das forças políticas situacionistas e de todos aqueles que juraram lealdade ao caiadismo: utilização da máquina pública para fins pessoais, corrupção, nepotismo, jagunçada, roubo, uso indevido do dinheiro público, coação física, fraude eleitoral. Estas eram as principais acusações que pesavam contra o caiadismo nas páginas de *Voz do Povo*. Elas seriam a base argumentativa para a reivindicação de uma revolução moral no estado, proveniente da revolução política ocorrida em Goiás.

1930: REVOLUÇÃO EM GOIÁS?

O subtítulo acima lança um questionamento cuja resposta não pode ser completamente concluída ao longo dessas páginas, mas somente esboçada. O primeiro elemento necessário à resolução desse problema está dado pela historiografia sobre a revolução de 1930. Boris Fausto (1977, p. 234-235), por exemplo, ao dissertar sobre aquele evento, afirma não existir muitas diferenças de objetivos naquilo que poderíamos chamar de “programas de gestão” dos grupos que disputavam o poder no período. Apesar de a Aliança Liberal surgir de um acordo entre os estados que não tinham seus interesses fundamentalmente vinculados ao café, mesmo assim encontra-se em seu seio a mesma regionalização de forças que se expressava no grupo situacionista. Para Aspásia Camargo (1983, p. 28), a maior diferença em relação à situação e a todas as outras chapas de oposição montadas durante a Primeira República estava no tom inovador e de ruptura do discurso da Aliança Liberal, que se caracterizava “pela máxima ativação dos símbolos políticos, onde a indeterminação dos conteúdos será compensada pela ‘polivalência tática’ das mensagens transmitidas”. Por outro lado, esperava-se, após a eleição, a acomodação, ou um reajuste

de forças e a partilha desigual das instâncias de decisão política nacional, além de algumas benesses dentro do plano regional em face da virtual vitória do candidato governista, conforme demonstram os acordos firmados entre o próprio Vargas e o então presidente.

Esse ajustamento às relações de força existentes no centro do poder também é evidente dentro da cultura política goiana. É curioso encontrar no periódico *Voz do Povo*, os seguintes elogios ao chefe do executivo nacional:

O dia de hoje assinala o feliz aniversário do Exmo. sr. dr. Washington Luís Pereira de Souza, honrado e ilustre presidente da República.

Homem de inconfundível envergadura moral, de atitudes claras e definidas, espírito emancipado e que tem norteado a sua proibidosa administração sob o influxo de uma honestidade à prova de fogo, levando de vencido e com galhardia o seu gigantesco programa financeiro, de estabilização do nosso padrão monetário, que urge normalizar e colocar em bases tranquilas e seguras todos os surtos da atividade comercial e industrial do País; espírito calmo, refletido e inacessível às insinuações tendenciosas das oligarquias insaciáveis e vingativas, norteando a sua brilhante administração por um prisma superior, elevado, na observância de severo respeito ao princípio da autoridade constituída. (*Voz do Povo*, 26/10/1928)

A observar, a amistosidade com que o futuro veículo de divulgação da Aliança Liberal em Goiás trata Washington Luís, sua gestão, seu trato com a coisa pública e seu respeito às instituições republicanas. O que se observa é a redução da tensão política ao espaço regional e, ao mesmo tempo, um ajustamento às instâncias de poder nacionais através de elogios ao Presidente da República. Essa tendência também foi comum nos primeiros anos do governo de Vargas, indicando que o elemento de ajustamento e negociação não foi abandonado no plano nacional, nem no plano regional. Longe de ser o restaurador da autoridade nacional contra o privatismo e o localismo das décadas anteriores a 1930, o governo Vargas aparece como um mediador da relação entre o poder privado e o poder público e entre a ordem nacional e a regional, ou seja, como um restaurador do pacto rompido com a eleição de Julio Prestes e a tentativa de alheamento de Minas Gerais do centro da arena política nacional. Com a implantação

do Estado Novo, a influência desses grupos privados se fez exercer pelos canais de acesso às instâncias decisórias inferiores, representados por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários. As articulações e alianças com segmentos do setor privado em busca de apoio, de legitimidade para o reforço no interior da burocracia governamental, de posições quer individuais quer organizacionais, garantiriam uma relativa autonomia do aparelho estatal no final da década de 1930 (Lamounier, 1997, p. 119-120) e a consequente institucionalização do regime autoritário. Assumindo o controle do processo de modernização do País, o Estado Novo eliminaria assim a necessidade de uma “mudança qualitativa” da sociedade por meio da incorporação dos grupos urbanos (operariado, classe média etc.) ao seu círculo de influência e do aliciamento da burguesia industrial.

No caso específico de Goiás, segundo a historiografia tradicional, a revolução de 1930 assumiu um caráter tanto de ruptura com a conjuntura política e econômica estadual (elevada ao âmbito nacional) quanto de transformação da sociedade. Essa interpretação, entretanto, sofre sucessivas variações. Numa delas, a revolução que atingiu o estado na década de 1930 não significaria somente uma troca de oligarquias no poder, mas iria muito além disso: tratava-se de um “conglomerado de políticos afinados com a política varguista e disposto a promover o desenvolvimento capitalista da região. A esse processo denominavam modernização” (Chaul, 1997, p. 77-78). Em outra variação, a oposição em Goiás apresentou dois momentos específicos: o primeiro, de confiança no governo de Washington Luís no sentido de coibir o poder da oligarquia dos Caiado (o que, contraditoriamente revelaria a inexistência de qualquer outro componente senão o regional na luta da oposição no estado). Tal afirmação pode ser facilmente comprovada quando observado o conjunto da relação que se estabeleceu entre a pouco eficaz oposição política regional e a figura do presidente:

Para a nossa felicidade, parece, Washington Luís subiu a curul presidencial com a ideia pré-concebida de aparar as garras rapaces dessa águia negra que é a oligarquia Caiado. E s. ex. não hesitou mesmo no começo de seu governo em mandar aqui forças do exército para mostrar ao sr. Caiado como, por dá cá aquela palha, esfecelará com um piparote todo o seu [montorro] de

iniquidades e de arbitrariedades clamorosas erguido criminosamente à sombra dessa tirania. (*Voz do Povo*, 4/11/1928)

Um segundo momento seria o de ruptura com o governo federal quando da aproximação das eleições de 1929, visto que o candidato de Washington Luís recebia apoio direto das forças políticas caiadistas. A Aliança Liberal surge nesse sentido como uma forma de preservar a oposição no estado sem que isso significasse oposição programática à situação nacional (Machado, 1990).

Outra interpretação produzida é a de Palacín (1986), que compreende a Revolução de 1930 em Goiás como uma importação do processo desencadeado em nível nacional. Sem ideologia determinada, sem objetivos traçados, com poucos e modestos núcleos de resistência no território goiano (Rio Verde, Ipameri, Anápolis e Cidade de Goiás), essa oposição poderia ser caracterizada como uma expressão de personalidades descontentes com sua posição dentro do quadro político estadual. É desse inexpressivo quadro que trata o *Jornal de Catalão*, em 1929:

Por aí vê o meu amigo o que, no governo passado, se realizou em Goyaz, muito embora um pequeno grupo de descontentes tenha tentado fazer uma oposição insignificante, que em absoluto não obstruiu a marcha da administração apoiada em tudo pelas maiorias. Aliás, esse reduzido número de oposicionistas, chefiado pelo dr. Pedro Ludovico, se insurgiu contra o sr. Caiado quando aquele cavalheiro perdeu a cadeira de deputado federal.

E mais adiante, no mesmo jornal:

De todos os recantos do Brasil surgem telegramas, moções de apoio aos candidatos que a 1º de março vindouro, pleitearam, numa luta titânica, a vitória nas urnas.

Raro é o jornal – e talvez nenhum exista – que não traga as suas colunas recheadas de artigos sobre o momento político demonstrando por a + b as forças eleitorais desta ou daquela facção.

Goiás, pela orientação segura do supremo chefe do Partido Democrata – Senador Ramos Caiado – já se manifestou francamente ao lado das candidaturas Julio Prestes – Vital Soares, cuja fórmula adotada pela maioria

dos Estados da federação será sufragada pela quase totalidade do eleitorado goiano. Dizemos “quase totalidade” porque ainda existe um resquício de opositoristas disseminados pelo Estado que acabam de aderir à candidatura Getúlio Vargas. (*Jornal de Catalão*, 1º/9/1929)

O que se pode depreender de tais declarações? Estaríamos analisando uma forte oposição, articulada aos setores mais avançados de Goiás e afinados com o desenvolvimento do capitalismo na região? Em momento algum tal perspectiva poderia ser comprovada. A incidência de uma série de personalidades cuja formação estava diretamente ligada aos grupos urbanos da região sudeste (médicos, advogados, jornalistas) ou de comerciantes e personalidades do exército se dá nos dois grupos políticos (Totó Caiado era advogado formado em São Paulo e Lincoln Caiado era médico). Além disso, a efetiva atuação da oposição em Goiás – reduzida à disputa de alguns juristas contra os desmandos da ordem dominante – que na maioria das ocasiões restringia-se a reclames nos periódicos e solitários pedidos de intervenção federal – sustenta a tese da existência de uma articulação com políticos do Sudeste do Brasil. Assim, interesses geradores da formação de uma oposição em Goiás só podem ser atribuídos às motivações individuais e pontuais de seus integrantes: contendas familiares, econômicas, conflito entre poderes institucionais, insatisfação com a não renovação dos quadros políticos regionais e com o monopólio do executivo por parte de um grupo restrito, conforme identificou Viscardi (2001) também em outros estados. Além disso, o quadro político pós-1930 nos fornece outros indícios do núcleo de apoio dos revolucionários goianos: “coronel” Carvalhinho, “coronel” Sampaio, “coronel” Antônio Martins Borges, “coronel” Sebastião Clementino de Faria etc.

Por outro lado, é importante lembrar que, apesar de o discurso do pós-30, sempre ligado ao progresso, à modernização, ao fim do atraso, pouco foi realizado nos primeiros anos de gestão do interventor arbitrariamente indicado pelo governo federal, Pedro Ludovico Teixeira (Campos, 1999). Para (Palacín, 1986, p. 81), “quanto menos a revolução seja bem sucedida, maior deverá ser sua memória desse tempo inicial”.

Além disso, poucos nomes de peso foram acusados e julgados culpados de qualquer crime cometido antes da revolução, apesar das diversas

denúncias surgidas.¹² Dois processos parecem ser paradigmáticos. O primeiro, movido contra Getúlio Vaz, amigo e correligionário de Totó Caiado em Catalão. Acusado, em dezembro de 1930, por Diógenes Sampaio – prefeito nomeado por Pedro Ludovico Teixeira – de uma série de crimes políticos e contra a fazenda pública, o processo é encerrado em 1936 sem que ao acusado fosse imputada qualquer pena.¹³ O segundo deles, mais interessante, diz respeito aos crimes ocorridos também na cidade de Catalão no final de outubro de 1929, quando os irmãos Sampaio – inimigos políticos da situação caiadista – assassinaram o delegado José Ayres da Silva em sua própria casa, à luz do dia e na frente de várias testemunhas. Defendidos por Claro Godoy, os acusados conseguem rapidamente um *habeas corpus* e seguem o processo em liberdade. Logo após a vitória da revolução, os mesmos são absolvidos.¹⁴

¹² “Verifica-se destes autos, em que foram ouvidas as testemunhas [...] que o senhor dr. Lincoln Caiado de Castro, médico, residente nesta capital utilizou-se várias vezes, nos seus serviços particulares [...] de caminhões, automóveis e *chauffeurs* do Estado, e que idêntico procedimento tiveram os ex-senadores Antônio Ramos Caiado e Miguel da Rocha Lima”. “Verifica-se deste inquérito que, nos primeiros dias do mês de Janeiro de mil novecentos e vinte e oito, o ex-tenente João da Costa Oliveira Neto recebera ordem direta do então presidente do Estado, dr. Brasil Ramos Caiado, para que se dirigisse com uma escolta de doze praças à fazenda Boa Fama, município de Itaberaí, e lá prendesse seu proprietário José Mendonça e arrebanhasse os animais existentes, conduzindo-os devidamente escoltado com os devidos animais a esta Capital, o que foi feito sem nenhuma formalidade [...] O ex-tenente João da Costa, aproveitando-se da ordem que lhe fora dada pelo então presidente invadiu invernadas de outros fazendeiros [...] animais dos mesmos, cortando caudas e crinas para justificar ao público serem os mesmos deixados pelos revoltosos, escolhendo os mais perfeitos para com ele obsequiar o então presidente dr. Brasil Ramos Caiado [...]”. *Correio Oficial*, 10/1/1931. Cf. também PALACÍN, Luís, 1986, p. 81-86.

¹³ Arquivo da Escrivania do Crime. *Comissão de Sindicância*. 24 de dezembro de 1930.

¹⁴ A defesa pediu, inicialmente, a transferência de total culpabilidade para Delcídes Sampaio, não sendo questionada pelo recém-nomeado promotor *ad hoc* Antônio Baptista de Paiva. O júri chegaria à conclusão de que “o réu Delcídes Sampaio se acha em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”, não sendo, portanto, possível imputar-lhe a culpa. Quanto aos outros dois irmãos, foram declarados inocentes da participação no crime, apesar de estarem juntos no momento do crime. Cf. Arquivo da Escrivania do Crime. *Processo criminal n. 126 de 21 de novembro de 1929*, p. 343V. Diógenes tornar-se-ia após a revolução a base de sustentação política de Ludovico em Catalão, apesar das diversas acusações que sobre ele pesavam e que chegavam ao interventor na forma de cartas anônimas. Cf. *Carta anônima para Pedro Ludovico Teixeira*, sd. Arquivo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Perspectiva contraditória para uma revolução interpretada, como vimos, como elemento modernizador das estruturas políticas regionais. Essa contradição já era percebida pelos vencidos da revolução:

Em Goyaz não podia haver grandes transformações porque a Revolução, de fato, não chegou até nós. Aqui houve apenas uma inovação de homens. O castão da bengala foi virado para baixo. Nada mais. Isso mesmo entretanto não se daria sem a intervenção do sr. Pinheiro Carlos Chagas, segundo *VOZ DO POVO*.

Quando já em todo o país a Revolução plantara a fâmula da Victória os revolucionários de Goyaz se preparavam com foguetes e música para depor o governo estadual. Um recado enérgico a eles transmitido arrefeceu-lhes porém o ânimo guerreiro. Encostaram-se os foguetes e os instrumentos da charanga até que os mineiros nos vieram libertar. (*A Colligação*, 4/10/1934)

Quanto às práticas políticas, a nova oposição apresentava agora as mesmas queixas que eram feitas ao governo anterior a 1930.¹⁵ Daí a seguinte constatação de *A Colligação* de 29/9/1935:

Nós estamos em regime constitucional apenas no papel; o Executivo não respeita e nem procura cumprir a Constituição, em pleno vigor, e até mesmo as garantias individuais já começam, pela vizinhança dos pleitos municipais, a sofrer suas restrições, como são exemplos os graves acontecimentos de Corumbaíba.

Em carta enviada ao Ministro da Justiça, Domingos Vellasco, ex-aliado de Pedro Ludovico, descreve o clima de terror que impera na região.

Em Catalão, após o espancamento bárbaro do diretor do *Diário de Notícias* de Ribeirão Preto, foram agredidas mais três pessoas entre as quais nossos

¹⁵ Se, por um lado, é possível perceber a compra de apoio político através da nomeação de integrantes da situação para cargos públicos no período de domínio da oligarquia dos Caiado, o mesmo pode ser percebido após a revolução de 1930. Cf. *Carta de Getúlio Vaz ao Exmo. Amigo Chefe Senador Ramos Caiado*, de 12 de maio de 1930; *Carta de Getúlio Vaz e Álvaro Paranhos ao Exmo. Amigo e Chefe Senador Ramos Caiado*, de 21 de outubro de 1929; *Carta de Getúlio Vaz ao Prezado Chefe e Amigo Senador Ramos Caiado*, de 18 de setembro de 1929; *Carta de Diógenes Sampaio ao prezado amigo dr. Pedro*, de 10 de fevereiro de 1932; *Carta de Diógenes Sampaio ao prezado amigo dr. Pedro Ludovico*, de 8 de julho de 1933. Arquivo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

eleitores Abílio José Pires e Virmondes Campos, quando conduziam papéis eleitorais [...]. Ainda em Catalão vários companheiros foram ameaçados de espancamento e morte [...] Em Ipameri, anteontem, foram presos arbitrariamente dois companheiros quando requeriam sua qualificação sendo soltos ontem mediante *habeas corpus* concedido após grandes obstáculos. [...] Antes que meus amigos vejam-se obrigados em legítima defesa a reagir energicamente, venho apelar para o esclarecido espírito e alto patriotismo de V. Excia no sentido de tomar imediatas e enérgicas providências contra essas arbitrariedades jamais presenciadas na história política de Goiaz. (*A Colligação*, 25/8/1934)

Há que se enfatizar dois aspectos interessantes: primeiro é a semelhança na descrição das violências sofridas pela oposição – a de agora e do período anterior a 1930: agressão física, fraude eleitoral, desrespeito às liberdades constitucionais etc. Neste caso, podemos observar o mesmo tipo de retórica utilizadas pelas personagens aliadas do poder antes da revolução. Tal mobilidade discursiva se realiza sem grandes rupturas, tanto em relação às acusações quanto em relação à redefinição dos papéis dentro da arena política pós-1930, como Totó Caiado faz em relação a si próprio, como veremos adiante.

O segundo se expressa no tom de alerta contra uma possível resposta armada que poderia ser utilizada pela oposição ao governo de Ludovico. O processo de endurecimento do regime político em Goiás não cessaria, entretanto, após a eleição de Ludovico como governador. Ele tem seu ápice nos meses anteriores à transferência da capital, efetivando-se por meio da cooptação, intimidação, cassação e prisão de diversos parlamentares goianos da oposição com o objetivo de constituir uma maioria segura dentro da Assembleia Legislativa para realizar a mudança, ainda em 1936 (Arrais, 2002) – momento anterior à própria decretação do Estado Novo.

Quanto à família Caiado, ela desaparecerá temporariamente da vida política goiana. Logo após a ascensão de Ludovico, a passagem de Totó Caiado pela cidade de Uberlândia, acompanhado de um destacamento militar dava a impressão de que aquele chefe político derrotado estaria sendo levado a julgamento pelos crimes que praticara durante a República Velha:

Passou, hoje, às 10 horas, pela estação Mogyana nesta cidade o comboio que conduz o sr. Antônio Ramos Caiado, ex-cacique mor da finada politicalha

goiana, até a Capital da República. O déspota destronado vinha em carro fechado, sob a guarda de várias praças do exército, e por essa razão os inúmeros curiosos que afluíram à estação, desejosos de ver a fisionomia que aparentava o “tutu” ficaram privados desse espetáculo. (*Diário da Revolução*, 28/11/1930)

A realidade, entretanto, seria bastante diferente. Apesar de abertos inquéritos policiais para investigar as denúncias contra sua pessoa e a de seus correligionários mais próximos (irmãos, primos etc.) Totó continuou fazendo parte da vida política estadual sem ser importunado – mesmo que relegado ao plano da oposição, que receberia ainda a adesão de antigos aliados de Ludovico, descontentes com seu alinhamento às antigas forças políticas que controlavam importantes colégios eleitorais no interior, com o objetivo de se manter no poder. Descrevendo o momento pelo qual passava o estado após a implantação do Estado Novo, Caiado desabafava:

Orgulho-me do meu passado e zelando-o, não posso ser indiferente à sorte do meu Estado, nesta hora dramática e sombria em que as violências se multiplicam, os impostos asfixiam o povo, quando a administração quer gastar o que não tem, quando os próprios próceres do situacionismo em incrementos dissídios, proclamam em cartas particulares que a LOUCURA impera no alto da administração do Estado; nesta hora, repito, deixo a comodidade e paz do meu lar, numa obra de sacrifício e renúncia, para afrontar as iras dos déspotas, em prol da santidade de uma causa, a que não pode ser indiferente, nenhum goiano patriota. (*A Colligação*, 25/8/1938)

Em tom emotivo o ex-senador se declarava condoído com a conjuntura estadual e, principalmente, participe da angústia vivida pelos habitantes da Cidade de Goiás, que naquele momento viam-se desamparados do título de Capital do estado, após o conturbado processo de transferência para Goiânia. A mudança no *locus* de onde tais discursos são produzidos é evidente. Ela aparece aqui, na tentativa de criação de uma autoimagem positiva por parte de Antônio Ramos Caiado, que, criticando o governo e a má gestão do dinheiro público esperava trazer para si um pouco de simpatia capaz de dar ânimo à nova oposição.

Infelizmente, muitas dessas acusações não puderam ser investigadas: com a decretação do Estado Novo, o interventor agiu rápido, estabelecendo a censura aos jornais e anulando todos os tipos de crítica ao governo

estadual. Pedro Ludovico mantinha-se, assim, no poder: ao invés da restrição do número de indivíduos que se revezam no comando do estado temos agora, após 1930, um monopólio que só chegará ao fim em 1945.

Outra questão importante diz respeito ao indiciamento e condenação de poucos desafetos políticos dos revolucionários, fenômeno que pode conduzir a uma conclusão equivocada sobre a mudança no padrão de atuação do governo, que passaria a rejeitar vinganças políticas. A explicação mais simples leva à imagem de um governo que primava pela racionalidade e pela justiça. Atitude típica a de uma gestão modernizadora, diferente da anterior, que promovia perseguições, intervenções e movia processos em função de interesses pessoais.

A contradição, entretanto, revela-se no leque de acusações feitas antes de a oposição chegar ao poder, conforme exposto nas páginas anteriores. Nesse sentido, a absolvição ou esquecimento das denúncias tem como consequência reforçar a hipótese de que as mesmas seriam falsas. Portanto, por um lado, as declarações de *Voz do Povo* enganaram e *formaram* seus leitores construindo uma imagem depreciativa daquele governo – estruturaram o campo de experiência de seus leitores a partir dos modos de argumentação e persuasão cuja função, puramente pragmática, se justificaria pelos seus fins. Tática bastante comum a grupos políticos que não se apresentam vinculados a uma efetiva plataforma de atuação dentro do estado, mas tem como objetivo somente a contestação do domínio de determinados elementos na política (neste caso, a oligarquia dos Caiado).

Tal conclusão legitimaria qualquer forma de contestação da mudança de poder produzido pelo movimento de 1930, como ameaçava fazer a oposição comandada por Domingos Vellasco e Totó Caiado. Afinal, não havia qualquer motivo para a mudança no centro do poder, a não ser o puro interesse de determinados grupos políticos que não conseguiram ascender dentro dos quadros estaduais antes da revolução. A pactuação com métodos e procedimentos políticos, eleitorais e jurídicos anteriores a 1930, como procuramos demonstrar, reforça a hipótese de que a revolução foi uma forma golpista de tomada do poder. E de que, tanto antes quanto depois do golpe, “oposição” e “situação” careceriam de legitimidade ideológica e institucional tanto em seus argumentos quanto em relação aos interesses que os moviam.

FONTES

Carta anônima para Pedro Ludovico Teixeira, s.d. Arquivo pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/CC.

Carta de Getúlio Vaz ao Exmo. Amigo Chefe Senador Ramos Caiado, de 12 de maio de 1930. Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Carta de Diógenes Sampaio ao prezado amigo dr. Pedro Ludovico, de 8 de julho de 1933. Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Carta de Diógenes Sampaio ao prezado amigo dr. Pedro, de 10 de fevereiro de 1932. Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Carta de Getúlio Vaz ao Prezado Chefe e Amigo Senador Ramos Caiado, de 18 de setembro de 1929. Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Carta de Getúlio Vaz e Álvaro Paranhos ao Exmo. Amigo e Chefe Senador Ramos Caiado, de 21 de outubro de 1929; Arquivo Pessoal de Pedro Ludovico Teixeira. CDOC – UFG/Catalão.

Correio Oficial – Cidade de Goiás, 1923-1931.

Diário da Revolução – Uberlândia (MG), 1930.

Jornal A Coligação – Cidade de Goiás, 1934-1937.

Jornal de Catalão – Catalão, (edição avulsa) 1/9/1929.

Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, (edições avulsas) 1927.

Jornal Novo Horizonte – Catalão, 1926-1929.

Jornal Opção – Goiânia, (edições avulsas) 12/5/1998 e 5/8/1998.

Jornal Voz do Povo – Cidade de Goiás, 1927-1934.

Arquivo da Escrivania do Crime. *Processo criminal n. 126 de 21 de novembro de 1929*. CDOC – UFG/Catalão.

Arquivo da Escrivania do Crime. *Sindicância contra Getúlio Vaz de 24 de dezembro de 1930*. CDOC – UFG/Catalão.

Arquivo da Escrivania do Crime. Comissão de Sindicância. *Relatório proferido nos autos n. 154*, Livro 1761. 10 de março de 1932. CDOC – UFG/Catalão.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. Imagens da cidade e a memória do conflito. In: SANDES, Noé Freire (Org.). *Memória e região*. Brasília: Ministério da Integração Regional, 2002.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: GUIMARÃES, Manoel, L. S. (Org.). *A revolução de 30, seminário internacional*. Brasília: Ed. UnB, 1983.

CAMPOS, Itami. Goiânia como lócus privilegiado da saúde. In: FREITAS, Lena Castello Branco. F. *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG/Ed. UCG, 1997.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

LAMOUNIER, Bolívar. A formação de um pensamento político autoritário na primeira república, uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. v. IX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira, *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: Cegraf, 1990.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PALACÍN, Luis, *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1986.

PESSANHA, José Américo Motta. A teoria da argumentação ou a nova retórica. In: CARVALHO, Maria Cecília (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

RÜSEN, Jorn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília, v. 4, n. 1, 2006, p. 75-102.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café dom leite"*. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

A riqueza da nação: liberalismo, fisiocracia e protecionismo no pensamento econômico brasileiro do século XIX

| **Julio Bentivoglio**

O PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL TEVE expressivos intérpretes, foi objeto de debates acalorados e constituiu disciplina obrigatória nas faculdades de Direito em Olinda e em São Paulo, conhecendo sensível aperfeiçoamento após a Independência e, sobretudo, no início do Segundo Reinado. No Parlamento e no Senado do Império, a presença das ideias econômicas traduzia – ao lado dos relatórios do ministério da Fazenda e das Falas do Trono – uma preocupação constante dos homens do governo com a economia política. Ao mapear o pensamento econômico da época, percebe-se o diálogo constante com o liberalismo europeu e norte-americano. A rigor, a elite política brasileira não somente estava familiarizada com as ideias liberais e seus matizes, como tinha consciência de seus limites e do modo mais adequado de exercitá-las no Império.

Essas considerações permitem avaliar as vicissitudes do liberalismo no Brasil, pois o diálogo intenso com a economia política clássica era materializado em práticas protecionistas e filtrado por ideias conservadoras de uma elite em formação, que se consolidava ao construir o Estado imperial, bem como ao confirmar a ordem escravista e a grande propriedade.

José da Silva Lisboa e Azeredo Coutinho talvez sejam os dois mais conhecidos representantes do pensamento econômico brasileiro. Além deles, outros nomes poderiam ser mencionados, como, por exemplo, João da Silva Caldeira, diretor do Museu Nacional e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tinha ideias bastante originais sobre economia política. Ele defendia que as nações evoluíam sempre em três estágios – agrícola, comercial e industrial – e que a verdadeira soberania de um Estado só poderia ser alcançada no terceiro estágio.

Embora triunfante, o liberalismo conviveu na primeira metade do século XIX com concepções de caráter fisiocrático, como pode ser visto no parecer de Bernardo de Vasconcelos, de 16 de junho de 1838, na Junta de Comércio do Império:

Já hoje não vogam os antiquados conceitos de que um país agrícola, mas cuja população cresce em progressão extraordinária, não deve dar-se a outros ramos da indústria, e, sim, conservar-se estacionário na lavoura de suas terras; vogam, ao contrário, aqueles que, recomendando especial proteção a esta grande artéria da nação, não deixam definhar-se outras, que a essa podem dar e dela receber alimento e vida. (Apud Oliveira, 2001, p. 134)

Além de Cairu, Azeredo Coutinho e Silva Caldeira, boa parte dos intérpretes das atividades econômicas no Brasil desejava uma indústria nacional, como Cunha Barbosa, Frederico Leopoldo César Burlamaque e Raimundo José da Cunha Matos (Oliveira, 200, p. 136s). Ou ainda Manoel Alves Branco, deputado, ministro e senador, que, em seu relatório de 1845, revela:

um povo sem manufaturas fica sempre na dependência de outros povos. A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura. A lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. (Branco, 1845, p. 36)

Com frequência, percebia-se que a ênfase na agricultura de exportação acabava gerando carestia e aumento dos preços de produtos manufaturados para consumo interno. Sebastião Ferreira Soares, em meados de 1850, diretor geral da Repartição Especial de Estatística do Tesouro Nacional e fundador do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, era desta opinião.

Entendia ainda que a má conservação dos caminhos e os precários meios de transporte prejudicavam o abastecimento e o desenvolvimento econômico, numa época em que pontes eram levadas em enchentes, estradas viviam em péssimas condições e os fretes eram caros.

Amaury Gremaud, em estudo sobre o tema, considera que a elite política brasileira estava atualizada em relação aos debates econômicos que ocorriam na Europa. Contudo,

mesmo aceitando que a visão mais ortodoxa de cunho ricardiano tenha prevalecido nos debates ingleses acerca da inconvertibilidade das notas do *Banco da Inglaterra* e que esta visão tenha sido bastante influente no ideário brasileiro, não se pode deixar de notar a presença marcante de outras visões. (Gremaud, 1997, p. 3)

Ou seja, embora a presença da economia política clássica fosse evidente, o pensamento econômico que vigorava no país no início do século XIX era influenciado também por List e Hamilton¹ (Oliveira, 1987), visto que estímulos estatais e proteção alfandegária coexistiam ao lado dos princípios básicos do liberalismo como o livre-cambismo ou a divisão internacional do trabalho.

Uma fala do deputado Nunes Machado, em 18 de setembro de 1847, oferece detalhes acerca de suas concepções, identificando novos autores conhecidos e expressando o teor de seu pensamento econômico sobre o período imperial. Ele afirma que

o Brasil só é político, não é mais nada, quando, senhores, o sistema industrial contém em si quase todos os sistemas políticos, porque a indústria é quem faz desenvolver todas as faculdades da alma, todas as proporções do corpo. Sabe a Câmara quanto os povos civilizados se têm ocupado desta questão e quais os sistemas conhecidos de indústria, entre os quais, os mais notáveis são os de Colbert e de Quesnay [...]. Entretanto, cada um desses sistemas é vicioso [...] o primeiro faz a vaidade nacional prejudicar o comércio, levando

¹ Friedrich List (1789-1846), economista alemão, defensor do protecionismo econômico, certamente lido em tradução francesa publicada em 1841, intitulada *Sistema de economia nacional*. Alexander Hamilton (1755-1804), federalista norte-americano e primeiro secretário do Tesouro Nacional dos Estados Unidos, nomeado por George Washington.

ao isolamento e o segundo porque defende uma liberdade sem limites. E nós? Nós não temos nenhum sistema e por uma dessas contradições do espírito humano invertemos o colbertismo! Isto é, compramos tudo e não vendemos coisa alguma. (APB, 1847, 12, p. 397)

Na sessão do Parlamento, em 16 de junho de 1851, o deputado Zacarias afirma que o lente de São Paulo indicava *teorias absurdas* [grifos no original] de Rousseau e seus adeptos, destoando das diretrizes estipuladas pelo visconde de Cachoeira para os cursos de Direito do país.

Já nos estatutos de 1825, estabelecia-se para cada disciplina do curso os livros básicos de referência que deveriam inspirar os docentes na preparação de suas aulas e servir de complemento para o estudo dos alunos. Para Economia Política foram selecionados os seguintes autores: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, Jean Baptiste Say, Simonde de Sismondi e William Godwin. (Gremaud, 1997, p. 28-29)

Bernardo de Souza Franco, deputado liberal do Pará e futuro ministro da Fazenda, por exemplo, além do pensamento econômico europeu, demonstrou conhecer a atuação dos ministros da Fazenda norte-americanos como Hamilton, Wolcott, Gallatin – que ficou 12 anos à frente desta pasta –, Dallas e Wolbury, nomes que citava com alguma frequência.

Como se vê, os políticos brasileiros acompanhavam as tendências e os debates ingleses, franceses e norte-americanos sobre as questões econômicas e, com alguma constância, se referiam também ao semanário inglês *The Economist*.² Contudo, não desprezavam as concepções do pensamento fisiocrático ou da economia política francesa.

A influência de nomes como os de Smith, Say e Malthus não se fazia sentir apenas na obra do Visconde de Cairu, mas também em Solano Constantino, Acúrcio das Neves, Manuel de Almeida e Ferreira Borges. Solano Constantino traduziu o livro de Malthus, defendeu a industrialização, sendo considerado um dos precursores de List e Carey. Acúrcio Neves apregou a

² Nas atas de várias sessões do Parlamento há referência ao periódico inglês, como na de 9 de junho de 1854.

necessidade das manufaturas para a prosperidade agrícola, procurando mostrar a interdependência econômica dessas atividades (Lima, 1969, p. 52-53).

Expressão dessa heterogeneidade das ideias pode ser vista, no início de 1807, quando o Conde da Ponte, governador da capitania da Bahia, para atender às diversas críticas feitas pelos brasileiros às medidas opressivas que castigavam a agricultura, enviou um questionário para alguns proprietários. As cinco perguntas procuravam descobrir quais as medidas mais reprovadas pela população, se a agricultura havia prosperado ou não, se o comércio encontrava-se restrito, se os gêneros apresentavam boa qualidade e como os agentes econômicos, lavradores e negociantes, convencionavam os preços. A resposta do desembargador João Rodrigues de Brito é elucidativa a respeito das noções que alguns brasileiros tinham da *ciência econômica*, pois demonstra conhecer Say, Smith, Sismondi e Dupont de Neumours. O mesmo desembargador se mostrou partidário da imigração de chineses e hindus para o país, contrário ao excesso de dias santos, à perpetuidade da escravidão, à reclusão do sexo feminino, ao aldeamento dos índios, entre outras coisas. Como ele, o lavrador Manuel Ferreira da Câmara ilustrou seu conhecimento de Smith e Say, criticando leis, regimentos e posturas que obstavam o progresso da lavoura, verdadeira riqueza do país, e também se posicionou contra a obrigatoriedade do plantio de mandioca (Lima, 1969, p. 75).

De todos os intérpretes do pensamento econômico, Cairu, cujo nome se funde com o próprio nascimento da economia política no Brasil, é sem dúvida o mais importante. Três temas articulavam suas reflexões: a ordem natural, as funções do Estado e o livre comércio, embora não desconsiderasse a importância que a inteligência humana tinha na condução da vida econômica. Tais elementos, marcadamente influenciados por Adam Smith, do qual Cairu era ávido leitor, tradutor e propagador, encontravam-se articulados a uma visão específica da sociedade brasileira, segundo a qual bastava a implantação do livre comércio para transformar a ordem econômica. E, ainda que defendesse e justificasse a necessidade dos monopólios, as gerações que o seguiram não pensavam do mesmo modo (Rocha, 2001, p. 94). Para Antônio Penaves Rocha, havia a permanência do pensamento econômico que se desenvolveu no início do século XIX,

ou seja, dentro do mesmo tempo em que corria o processo de agregação da obra de Cairu à cultura letrada nacional, o Brasil mantinha sua posição de nação escravista agrário-exportadora. Desse modo, [promovia-se] a elevação do economista à condição de um dos formadores da nacionalidade, graças ao projeto político por ele formulado, que excluía a revolução valorizando o progresso. [...] Enfim, o pensamento econômico de Silva Lisboa, bem como a memória de sua militância política, foram elevados à condição de modelos para a construção de uma nação que não desejava convulsões políticas e que apostava na ciência como um meio para atingir o progresso. (Rocha, 1996, p. 31)

A obra de Cairu evidencia a persistência da fisiocracia no Brasil, da qual era crítico constante. Ele repudiou o agrarismo fisiocrático de Joaquim Rodrigues de Brito, que havia impresso, em 1804, um trabalho de forte teor fisiocrático: *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações e principalmente de Portugal* (Amzalak, 1928, p. 130). Resquícios da fisiocracia vez ou outra surgiam nos debates parlamentares indicando a importância da lavoura. Um exemplo dessas permanências pode ser visto no debate travado a 7 de junho de 1826. Em uma discussão sobre o projeto de Cunha Matos referente à obrigatoriedade de as repartições públicas e ordens religiosas comprarem apenas os manufaturados brasileiros, José Bernardino Batista Pereira pondera que o Brasil deveria ser forte naquilo que os estrangeiros fossem fracos e sentencia: “agricultura é a mola da riqueza das nações e [...] a primeira de todas as artes é a agricultura” (Lima, 1969, p. 85). Bernardo Pereira de Vasconcelos retrucou-lhe dizendo que a agricultura não é a única fonte de riqueza, porque senão a Polônia seria uma nação rica, em exemplo tomado a Say (1983, p. 76). Para Almeida e Albuquerque, esse projeto poderia ser aproveitado em parte, porque algumas fábricas deveriam ser amparadas pelo governo.

Pondo-se de parte determinadas manifestações fisiocratas que concebiam a agricultura como o fator principal da riqueza de uma nação, ou mercantilistas, que davam maior importância ao ouro e à prata, a maioria evidenciou a influência do liberalismo econômico, com a correspondente inclinação para o livre-câmbio e opinou pelas exportações de nossos produtos agrícolas e importação dos artigos manufaturados, ou seja, defendeu abertamente fazendeiros

exportadores de gêneros agrícolas e o grande comércio importador de produtos industrializados, isto é, defendeu interesses das duas classes de maior peso em nossa economia e as de maiores atividades. (Lima, 1969, p. 89)

Na sessão do Senado de 8 de fevereiro de 1845, em que se discutiu o aumento dos impostos e do direito de ancoragem, ocorreu novo debate expressando conteúdos fisiocráticos. Para o visconde de Olinda, o imposto que aumentava para 50 réis a tonelada recairia sobre a agricultura e o comércio, sugerindo sua diminuição para 40 réis. Bernardo Pereira de Vasconcelos concordaria que o imposto era um remédio amargo, contudo, necessário para contornar o déficit, e que qualquer imposto, direta ou indiretamente, afetava a agricultura ou o comércio. Alertou que, em economia política, as regras gerais tendiam a conduzir os homens de Estado ao precipício. Saturnino de Sousa e Oliveira assevera que embora a agricultura fosse a única fonte de riqueza do país, o imposto seria suportável. Vasconcelos alertou, então, que, ao dizerem que o imposto recaía exclusivamente sobre a agricultura, os senadores faziam reviver “a doutrina dos economistas do século passado”, ou seja, a fisiocracia (ASB, 1841, p. 61). Restauravam “um sistema que já tinha sido proscrito por todo o mundo civilizado.”³

De qualquer modo, o visconde de Cairu foi um dos primeiros a definir o significado da economia política, no Brasil, em *Estudos do bem comum*:

defino a economia política, a ciência da natureza e causa das riquezas das nações, em que se inquirem os retos e eficazes meios de bem se animar e dirigir a indústria geral dos povos, conforme as leis da natureza, para se aumentarem os produtos da terra, além dos que a natureza espontaneamente oferece, a fim da progressiva opulência e prosperidade das nações. (Apud Silva 1978, p. 121)

³ Disse Vasconcelos: “Existe um déficit, temos de preenchê-lo, não o podemos fazer com a emissão de papel-moeda ou com empréstimos; as economias também não o preencheram; temos, pois, de criar impostos; reconhecéis que não há no país senão um ramo de riqueza, a agricultura; rejeitais o imposto de que se trata porque recai sobre a agricultura, logo, ou não quereis imposto algum, e então a vossa franqueza deve manifestar-se; ou então quereis impostos sobre objetos que não são de riqueza, mas isto é um absurdo que se não pode supor” (ASB, 1845, p. 62).

Cairu separa economia política, que se refere à indústria e à riqueza, da política, que se refere à segurança, independência, administração; a teoria da franqueza da indústria não poderia contrariar a teoria da franqueza do comércio, ou seja, condenava a adoção de privilégios para o desenvolvimento *antinatural* das manufaturas (Silva, 1978, p. 123). O Estado já havia protegido a indústria, com a isenção de direitos, portanto, as que não deram certo eram impróprias ou prematuras. “A agricultura deve ser a nossa grande e principal manufatura” (Cairu apud Silva, 1978, p. 124). Esse pensamento expressa, conforme observa Luiz Carlos Soares, o fato de que

os grandes proprietários rurais não queriam perder o controle recém-alcançado sobre o Estado Nacional e por isso recitavam os ensinamentos da “cartilha liberal”, ministrados por seus mestres locais, com o Visconde de Cairu à frente: vender tudo o que fosse possível dos seus produtos de exportação, para todas as regiões, para todos os países, para todos os continentes; e comprar o que fosse necessário pelos preços mais baixos possíveis, mesmo que os produtos adquiridos viessem de longe, dos países estrangeiros. E o resto ficaria por conta da “mão invisível” do destino, regente por excelência das leis econômicas da sociedade. (Soares, 1996, p. 89)

Em *Observações sobre a franqueza da indústria e o estabelecimento de fábricas no Brasil*, o Visconde de Cairu confessou que era natural que a economia brasileira tivesse um destino agrícola, pois todos os fatos e as próprias características do território brasileiro indicavam que a natureza o teria dotado para essa atividade (Rocha, 1996, p. 31).

Desse pensamento seminal, emanado de um representante do governo luso-brasileiro, desdobramentos surgiram e diversas mudanças podem ser verificadas no bojo do Segundo Reinado, especialmente com a penetração de novas doutrinas econômicas, como por exemplo, o socialismo de Sismondi. Isso não impedia que expressões fisiocráticas persistissem mesmo diante de novos problemas que se colocavam a esse ideário. A fala do Ministro Paula Souza, em 1845, é reveladora. Ao recusar-se a emendar projetos, procurando refutá-los no todo, alerta para o fato de que o senador Vasconcelos, que havia discursado previamente,

às vezes aprova os princípios da ciência econômica, e apela para eles; outras vezes diz que só se deve atender à experiência, e até os desdenha, e inculca ler tais autores; agora nesta questão o autor citou certos princípios de diferentes sistemas econômicos [...].

E prossegue, afirmando:

Não direi, entretanto, como o honrado membro, que desprezo as regras das teorias econômicas; porque entendo que não se podem marchar bem sem teorias, salvo o rotineiro charlatão; direi, sim, que é preciso entender as teorias, e servir-se delas com discernimento e reflexão. (ASB, 1845, p. 88)

Há aqui percepção clara de elementos contraditórios disputando as mentes dos homens do governo. Os homens do governo e os “economistas” do século XIX procuravam sempre refletir sobre as ideias liberais para melhor adequá-las à realidade brasileira.

Só para se ter uma ideia, ao todo, o Império teve 83 nomeações de ministros para a Fazenda, o que dá uma média inferior a 10 meses no cargo, como indica José Murilo de Carvalho. Todavia, muitos ocuparam a pasta por mais de uma ocasião e, nos primeiros 20 anos do Segundo Reinado, apenas 16 pessoas desempenham este cargo, o que demonstra uma maior estabilidade do período e uma permanência maior junto ao Ministério, ao contrário do que postula Carvalho (1996). Em geral, eram escolhidos para o gabinete indivíduos com reconhecido saber em economia. Praticamente todos eram bacharéis em Direito ou em Ciências Matemáticas, formados em Coimbra, [o que era] o mais ambicionado sonho da juventude colonial brasileira, mas de realização somente possível a uma “minoría” (Janotti, 1975, p. 11). O título de bacharel era uma prerrogativa para ocupar cargos futuros e obter projeção política, social e econômica.

Observa-se, assim, que, ideário triunfante ao longo de todo o século XIX no Brasil, o liberalismo assumia um caráter de modernidade e de sintonia com o tempo, ao combater preceitos fisiocráticos, ao nortear o processo de construção e reconstrução do Estado e ao ditar as principais diretrizes da política econômica. O liberalismo brasileiro apresentava peculiaridades, embora estivesse devidamente no seu lugar: funcionava como um instrumento

usado pelos que ocupavam o poder para levar adiante o projeto de modernização do Estado e da economia. Presente nos discursos e nas práticas,⁴ ele foi um exercício e uma construção; uma ação política e social. A ele se voltaram liberais e conservadores. É impossível negar sua existência, seus conteúdos, seus limites e sua eficácia. Diferentes autores trataram da questão, e muitos de seus problemas ainda se encontram em debate (Guimarães, 2001). De qualquer modo, o liberalismo brasileiro, ainda autoritário e conservador, transigira com o escravismo e com o princípio da autoridade, possuindo raízes na ilustração portuguesa – paradigma ideológico das elites brasileiras até o surgimento das academias de Direito no Brasil (Rodrigues, 1999). D. Manoel de Assis Mascarenhas, em 16 de fevereiro de 1845, assim se refere a este ideário:

Eu não quero nem esse liberalismo excessivo, nem o contrário; quero o meio termo [...]. Os Estados Unidos fizeram a sua emancipação depois de sanguinolentos combates com a Inglaterra; mas, passado o perigo, deram-se as mãos, trataram do seu progresso, imitaram o exemplo da nação de que se separavam; nós, pelo contrário, não seguimos este belo exemplo. O Brasil, depois de ter feito a sua independência, depois de expulsar os portugueses, tratou de dividir-se, tratou de fazer-se a guerra a si mesmo; as províncias se inundaram de ideias falsas de liberdade... (APB, 1845, p. 673)

Conservador convicto, inclusive mantendo o distintivo nobiliárquico em seu nome, D. Manoel, sob a égide do governo liberal, aproveitou para criticar o Partido Liberal, que não só para ele, como para muitos outros *saquaremas*, era responsável pelos arroubos do separatismo, da discórdia nas diferentes províncias durante os primeiros anos do Segundo Reinado.

De uma maneira geral, os políticos do Império foram estudiosos do liberalismo e das ideias políticas de seu tempo. Marcados pela tradição portuguesa ilustrada e autoritária, reproduziram muito desse conteúdo, acrescido

⁴ A este respeito ver, sobretudo, o último capítulo de minha tese. Bentivoglio, Julio. *O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

de alterações e novas incorporações. O aprendizado político brasileiro, marcado pelas crises do governo de D. Pedro I e do período regencial, fortaleceu a defesa do constitucionalismo como única garantia contra o despotismo. Os políticos desconfiavam do poder. Assim, torna-se compreensível o porquê da leitura de pensadores como Jeremy Bentham, um dos autores prediletos de Paulino José Soares de Souza e de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Por sua vez, John Locke e a defesa do poder baseado no consentimento individual era demasiadamente reformista para a elite brasileira, ainda que oferecesse justificativa razoável para o escravismo. Tocqueville, cujas obras enfatizavam que a liberdade civil só aumentava na medida em que se ampliava sua regulamentação pelas leis, era muito apreciado. Temos aí algumas das bases do liberalismo político brasileiro, fundamentado por preceitos de legalidade constitucional, governo legitimado e eleições regulares censitárias. Tanto no plano político, quanto no plano econômico e social, este liberalismo procurava materializar princípios como o racionalismo, o individualismo, o igualitarismo, o reformismo e o progresso (Macedo, 1997, p. 16). Aspecto relevante é que esse ideário incorporava o pensamento norte-americano e mesmo o alemão. Os brasileiros do século XIX sabiam das dificuldades de tomar a Europa como espelho e, além disso, muitos homens do governo nutriam apreço pelo federalismo e pelas instituições norte-americanas. Outros, pelo protecionismo de List. De qualquer modo, traços da ilustração ibérica, permanências da política pombalina conferiam-lhe vestígios conservadores e autoritários. Os construtores do Estado brasileiro e seus principais agentes herdaram muitas práticas lusitanas, com uma política autodefensiva, reformista, que valorizava a integridade do Império, à custa de muitos privilégios.

As ideias liberais no século XIX serviram para firmar o consenso necessário para a formação de uma classe dirigente, ao mesmo tempo em que justificava a economia mercantil escravista, ocultando contradições sociais internas, com base na impessoalidade das leis e nos princípios legais da constitucionalidade no Brasil. O discurso liberal assumiu um duplo registro: serviu para marcar o compasso com as ideias europeias “modernas” e para criar uma imagem de progresso, que justificava uma atuação política, por vezes ambígua e contraditória (Schwarz, 1973). Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo,

identifica o liberalismo brasileiro em meados de 1830 como “inicialmente concebido como instrumento contra o despotismo real, em seguida defendendo-se das pretensões democratizantes radicais” (Nogueira, 1986, p. 140). Isto é, ele servia para defender a ordem constitucional com liberdade, mas sem anarquia.

Como se vê, os princípios liberais possuem trajeto longo em solo brasileiro. Combustível para o processo de emancipação, ideário triunfante ao longo de todo o século XIX, o liberalismo assumiu no Brasil um caráter de modernidade, de sintonia com as novidades do mundo. Ele norteou o processo de construção do Estado e as principais diretrizes da política econômica. Mas tal *pedra filosofal* era vista com reserva pelos indivíduos que, a todo custo, procuravam adaptá-lo à realidade brasileira. As ideias liberais eram velhas conhecidas, presentes desde o final do século XVIII, em movimentos como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Revolução Pernambucana ou as lutas pela emancipação.

No que se refere à introdução de ideias econômicas no Brasil, diferentes autores concordam que ela ocorreu em diferentes momentos, assumindo características distintas, para atender ao colonialismo ou à necessidade de emancipação nacional e vinculando-se a diferentes instâncias da sociedade. O saber econômico e seu desenvolvimento estiveram ligados a movimentos reivindicatórios que exigiam mudanças e deveriam acomodar interesses econômicos de diferentes grupos dentro do Estado brasileiro. A difusão do pensamento econômico coincidiu com o processo de emancipação e, posteriormente, com a formação do Estado nacional. Seu conhecimento e seus usos práticos alimentaram debates acerca dos rumos da nova nação, além de revelar a importância e a presença dos comerciantes junto ao Estado.

As ideias econômicas chegaram de modo definitivo à Colônia, como um campo do saber, em 1809, quando a Coroa Portuguesa criou as Aulas de Comércio,

supervisionadas pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, destinadas, segundo Canabava, aos que almejassem ser comerciantes de alto nível. Estas funcionaram entre 1810 e 1830, porém muito pouco se conhece sobre elas. Em 1846, as Aulas de Comércio da Corte foram reformuladas, passando a ser ministradas em dois anos. (Gremaud, 1997, p. 66)

O conhecimento (e a divulgação) da ciência econômica inicialmente se restringia à Corte e ao Estado e depois foi difundido nas Academias de Direito, a partir de 1827. Chegou também ao Parlamento e ao Senado e, em seguida, incorporou as discussões que permeavam o ambiente mercantil da praça comercial do Rio de Janeiro. Nas Faculdades de Direito, criadas em 1827, difundiam-se doutrinas econômicas com ênfases distintas: em Olinda havia a influência da escola clássica de Smith e Ricardo e dos utilitaristas ingleses, em São Paulo predominou a escola clássica em sua vertente francesa (Gremaud, 1997, p. 9), mesclada com ecletismo e a presença de leituras de Sismondi, Chevalier e McLeod.

Vale lembrar que o estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro também contribuiu para a publicação de textos econômicos de autores portugueses e brasileiros (Moraes & Camargo, 1993). Segundo Silva (1978, p. 118), “com o surgimento dos gabinetes de leituras e das primeiras bibliotecas públicas, o acesso às ideias econômicas começou a se difundir. Nesse processo, a cultura jurídica perdeu o seu caráter teórico e erudito para se apresentar como eminentemente prática”.

No final do século XVIII, Adam Smith havia sido lido por Cláudio Manuel da Costa, por Azeredo Coutinho e Antônio Moraes e Silva (Rocha, 1996, p. 33-34). Outros autores que também o descobriram, “apregoavam aos quatro ventos os benefícios que ele podia trazer ao império português” (Rocha, 1996, p. 34). Azeredo Coutinho, filho de senhores de engenho e autor do *Ensaio Econômico*, defendia uma simbiose entre agricultura e indústria. Foi governador e bispo de Pernambuco e fundou, em 1800, o seminário de Olinda, desenvolvendo ideias muito originais, que superam sua vinculação às concepções mercantilistas, ao defender o uso de excedente metálico para a aquisição de mercadorias. Afirmava que se poderia viver sem o ouro, mas não sem alimentos, enfatizando, portanto, que as nações agrícolas se tornam mais prósperas, pois as demais nações lhe seriam dependentes (Oliveira, 2001, p. 58-59). Mesmo tendo lido Adam Smith, Coutinho ficava mais próximo da escola fisiocrática, pois, a partir de Quesnay, acreditava que a riqueza e a produtividade, em última instância, eram dadas de Deus e que o comércio e a educação garantiam a sobrevivência do

sistema econômico (Kuntz, 1982, p. 30). Suas ideias foram constantemente reproduzidas nas discussões do Parlamento. Para Ferreira Lima, todos os “economistas” brasileiros da fase colonial “pertenceram à escola fisiocrática da economia lusitana, colaborando quase todos nas famosas *Memórias Econômicas* da Academia Real das Ciências de Lisboa, com a única exceção de Alexandre Gusmão” (Lima, 1969, p. 68).

O padre Alexandre Gusmão, um pouco antes do surgimento de Cairu ou de Azeredo Coutinho, já havia apresentado algumas ideias sobre a economia portuguesa, dizendo que

o comércio passivo era o pior de todos os negócios, bem como o fato de não haver manufaturas em Portugal. Com o propósito de diminuir o déficit da balança comercial recomendava: impedir o aumento de gente inútil, ainda que fossem clérigos, nobres, restringir o luxo, ampliar a agricultura e os meios de transportes, estabelecer fábricas e incentivar o comércio. (Lima, 1969, p. 46)

Pouco mudou tal concepção no Brasil Império, pois os interesses da lavoura não eram contrários à industrialização, desde que não se mexesse nos privilégios de isenção de direitos de importação para matérias-primas e taxaço sobre exportação de produtos agrícolas. Para Geraldo de Beauclair, a originalidade do pensamento econômico brasileiro, de cunho liberal, além das Academias de Direito, pode ser visualizada na Junta do Comércio e na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A Junta Comercial foi extinta com o Código Comercial de 1850. De 1808 a 1850, os interessados em conseguir benefícios para seu comércio ou para suas unidades fabris poderiam solicitá-los ao imperador em requerimento, que era encaminhado ao Parlamento, para que um deputado-inspetor desse o parecer (Oliveira, 2001, p. 80s). A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada em 31 de outubro de 1825. Seus membros estavam “muito mais próximos dos fisiocratas franceses pela ênfase que davam às propriedades agrícolas e à agricultura” (Perugine, 1978, p. 67). Mas, “a adesão às teorias dos fisiocratas era muitas vezes comprometida por uma falsa concepção do que nelas se entendia por agricultura e em contraste ao que no Brasil se praticava com igual nome” (Perugine, 1978, p. 67). Fizeram parte da Sociedade Auxiliadora:

José Clemente Pereira, José Joaquim da Rocha, Carneiro Leão, José Antônio Lisboa, Joaquim Inácio da Costa Miranda, Alves Branco, Saldanha da Gama, marquês de Barbacena, marquês de Itanhaém, Du Pin e Almeida, Vergueiro, Araújo Lima, visconde de Baependi, visconde de Santo Amaro, visconde de Macaé, entre outros.

Beauclair relaciona as medidas que estimularam as fábricas com o pensamento econômico vigente e a atuação governamental, baseando-se em ampla documentação de manuscritos do Arquivo Nacional. Segundo o autor, a consulta de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1838, sobre questões atinentes às fábricas é um dos documentos mais importantes para se compreender a questão fabril na primeira metade do século XIX (apud Oliveira, 2001, p. 64). Em 1837, afirma o político citado que era necessário incentivar todos os ramos da indústria (Oliveira, 2001) que se dividiam em naturais – aquelas que se utilizavam de matérias-primas nacionais – e artificiais – que se utilizavam de matérias-primas importadas. Era juízo comum que só as primeiras deveriam receber proteção do governo. E os pedidos mais comuns eram: dinheiro para montar ou ampliar as instalações fabris, isenção de direitos para matérias-primas ou máquinas, privilégios exclusivos e imunidades e isenções de impostos (Oliveira, 2001, p. 87). Naquele tempo, era comum que o governo concedesse duas loterias para auxiliar as indústrias nascentes. Para os membros da Junta Comercial, os prêmios deviam ser dados às indústrias genuinamente nacionais: com proprietários, mão de obra e matérias-primas brasileiras. Um exemplo disso pode ser visto no pedido de Zeferino Ferraz, apreciado no Parlamento em três de julho de 1840. Ele pediu seis loterias para auxiliar sua fábrica de papel (APB, 1840, t. 2, p. 46) com matérias-primas indígenas como o tucu, algodão, pita e gaxina. A Câmara disse que três loterias eram suficientes, pois as matérias-primas eram de fácil aquisição. Lembro que indústria nacional era um termo com sentido genérico, que correspondia a toda e qualquer atividade produtiva em geral. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi presidida pelo marquês de Olinda, marquês de Abrantes, por Rio Branco e recebia dotações do orçamento imperial (Silva, 1979).

De 1808 a 1840, o Rio de Janeiro teve 77 estabelecimentos classificados pela Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e navegação como fábricas ou manufaturas. Desses, 56 eram artesanais e produziram gêneros como sabão, vela, sebo, alimentos etc. Já entre 1857 e 1860, organizaram-se mais de 80 companhias, quase todas com privilégios e subvenções do governo imperial (Oliveira, 2001, p. 115).

O governo imperial procurou incentivar a industrialização brasileira ao conceder o título de *fábrica nacional*, o que, entre outras coisas, trazia privilégios como o não pagamento de direitos alfandegários ou sobre importações. João Maurício Wanderley consolidou essa política de incentivo em 1857, à frente da pasta da Fazenda. Ao auxiliar algumas fábricas em detrimento de outras, revelava o forte intervencionismo do Estado brasileiro.⁵ Isto apesar de, desde a Independência, a tradição agrária da economia brasileira ter sido mantida, evitando-se tentativas para desenvolver a indústria nacional e resistir à pressão inglesa para acabar com o tráfico (Costa, 1999, p. 9). Governo centralizado, voto censitário, vitaliciedade para o Senado e o Conselho de Estado asseguraram a manutenção de uma elite política que se perpetuou no poder graças ao sistema de clientela e patronagem (Costa, 1999, p. 10).

Sobre o clientelismo devemos lembrar que, em 1847, Manoel Alves Branco questionou Francisco de Paula Souza e Melo, ambos liberais, por sua afirmação no Senado de que “para o exercício de empregos públicos o critério único deveria ser o da competência do candidato e não, como vinha acontecendo, o da sua filiação partidária, fazendo ressalva apenas para os cargos de confiança do governo” (Holanda, 1997, p. 82). Era uma prática constante que, a cada mudança de governo, ocorressem demissões maciças dos protegidos da situação anterior. O princípio de lealdade era mais importante que o de competência.

⁵ “A expansão da economia mercantil e das relações capitalistas emancipavam a economia da política, fazendo com que ela deixasse de ser entendida apenas como um conjunto de regras para bem governar a família ou a casa; tornavam-na, pelo contrário, a estrutura que move a sociedade, tendendo a submeter a política a seus interesses...” (Mattos, 1987, p. 150).

Até 1850, a maioria dos membros da elite que participava do governo fôra educada em Coimbra, universidade que nasceu na virada do século XIV e que, no final do século XVIII, tinha uma orientação iluminista, com caráter reformista e pedagógico, mas profundamente conservador.⁶ Suas formulações contrastavam com o pensamento liberal europeu, mais individualista, revolucionário e radical.⁷ O choque entre as duas correntes, a matriz coimbrã no âmbito jurídico e a matriz liberal no âmbito econômico, político e social, era sentido na jovem nação brasileira já a partir de 1837. Assim, as raízes do pensamento liberal brasileiro se encontram na Ilustração portuguesa, paradigma ideológico das elites brasileiras até o surgimento das academias de Direito no Brasil.⁸ Para superar seus próprios entraves, o Reino de Portugal teve que, amparado pelos princípios da Ilustração, impor-se, conciliando individualismo e autoridade do Estado, que era considerado como o garantidor da segurança e do desenvolvimento do país. Ao observar o comportamento da elite política portuguesa, percebe-se que os construtores do Estado brasileiro e seus principais agentes herdaram muitas de suas práticas. Analisando a atuação de Pombal, que incentivava a produção de gêneros coloniais, importação de escravos e criação de um comércio mais favorável a Portugal, afastando ingerências estrangeiras, quer de jesuítas, quer de ingleses, e as iniciativas do governo imperial, no início do Segundo Reinado, guardadas algumas especificidades, observam-se muitas semelhanças. A agricultura de exportação foi privilegiada, houve a manutenção do fornecimento de escravos, foi elaborada uma política alfandegária mais adequada aos interesses brasileiros, minimizando a influência inglesa. A renovação econômica, marcada pelo pensamento liberal e pelo fortalecimento do Estado, que conduziu as reformas com vistas ao desenvolvimento econômico ocorrido em Portugal, ressoou no

⁶ “O seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o iluminismo italiano...” (Carvalho, 1996, p. 57).

⁷ Sobre o tema, ver Cardoso, (1988) e também Costa, João Cruz. (1987, p. 323-342).

⁸ Ver Falcon (1993) e Dias (1982, p. 100-170).

Brasil Império, como caminho trilhado e conhecido, que serviu de referência velada e inspiração explícita. O itinerário português, de certa maneira, marcou sensivelmente a intelectualidade brasileira de formação coimbrã. A Revolução do Porto, em certa medida, motivou o processo brasileiro de emancipação. O liberalismo português, livre dos excessos revolucionários, deliberadamente identificados com a anarquia, inspirado em Locke e em Verney, constituiu os traços essenciais do liberalismo brasileiro, acrescido de algumas modificações. Autores iluministas censurados, como Montesquieu e Locke, foram reabilitados no Brasil, apresentando os fundamentos necessários para a instauração e manutenção da ordem: racionalidade, direito à propriedade e supremacia do Estado como mantenedor da ordem social e promotor do desenvolvimento.

Percorrendo os debates parlamentares, de então, o leitor verifica que, aos políticos imperiais, não faltou a clareza das circunstâncias: havia necessidade de conciliar esse histórico das ideias liberais com as especificidades da realidade brasileira. A discussão travada entre o deputado Souza Franco e o visconde de Itaboraí é ilustrativa. Franco afirma, em 25 de abril de 1850:

não tenho receio de sustentar essas ideias [liberais], e de lhes anunciar o triunfo futuro, porque confesso que não são propriamente minhas; eu as bebi nesses gigantes financeiros de países gigantes nas ciências, nas artes, nas indústrias, e no comércio, em comparação a nós, que ainda somos pigmeus. (ABP, 1850, p. 482)

Ao que lhe retruca o então ministro da Fazenda:

Disse-se que o ministro da fazenda devia lembrar-se do que se tem praticado em outros países, das medidas adotadas pela Áustria, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Senhores, eu entendo que obraria mal, que seria precipitado o ministro, que por ter lido que em alguns países se praticam certas coisas, as quisesse imediatamente adotar no Brasil, sem examinar se as circunstâncias do seu país são idênticas às daquele que quer imitar [...]. Tenho procurado inteirar-me de algumas coisas que se têm feito em outros países sobre o meio circulante, e as julgo quase todas inaplicáveis às circunstâncias em que nos achamos. (ABP, 1850, p. 482)

Essa ponderação, também aparece anos antes, em 1838, quando Clemente Pereira disse que, para se atingir a liberdade, mantendo a segurança e a ordem do Império, era preciso reformar a legislação, reorganizar o exército e a marinha, bem como estabelecer uma política monetária. No mesmo debate, no Parlamento, Vasconcelos alertou que era preciso difundir *as luzes*, observando-se as especificidades do jovem país.

No Brasil, a elite política imperial não desejava e nem tinha condições de realizar plenamente os princípios liberais, o que não a tornava menos liberal. Mesmo na Inglaterra ou na França o liberalismo era praticado com reservas, como indica a atuação de Robert Peel nas finanças britânicas. Nesse sentido, o deputado Junqueira desmascara a pretensa liberdade comercial inglesa e mostra como aquele ministro aumentara as tarifas para importação de algodão dos Estados Unidos, de 5% para 10% em 1836 (APB, 1846, t. 1, p. 429). Mencionam também o protecionismo que França e Inglaterra praticavam, com políticas alfandegárias bastante austeras, ao adotarem direitos diferenciais em relação aos navios brasileiros, algo que não faziam em relação à Bélgica.⁹ Para Pereira da Silva, a excessiva pressão inglesa deveria fazer com que o Brasil voltasse sua atenção para o comércio com as nações vizinhas: “a política externa do Brasil deve dirigir-se principalmente para as Repúblicas circunvizinhas [...] para o Prata” (APB, 1846, p. 199).

A percepção da desigualdade nas relações comerciais e nas relações políticas foi aprendida bem depressa nos círculos da elite imperial. A Inglaterra era a referência constante, modelo de desenvolvimento econômico. Ao reclamar dos excessos do Senado no tocante aos assuntos referentes a impostos e à renda pública, Souza Franco menciona, na sessão de 29 de agosto de 1850, alguns procedimentos ingleses, provocando certos deputados que o ridicularizam ao dizer que ele tentava fazer os brasileiros se tornarem ingleses. Ele responde:

Os senhores é que querem ser ingleses quando lhes convém defender a organização do Senado, e quando não lhes convém, rejeitam a imitação dos seus

⁹ Trata-se de trecho da fala de Souza Oliveira em 17/7/1846. APB, 1846, p. 174.

estilos. Eu não quero que sejamos ingleses, mas quero que sejamos brasileiros mesmo executando...

Miranda: – As leis inglesas! (APB, 1856, p. 717)

Algumas falas no Parlamento mostram os acertos e as incoerências analíticas de alguns parlamentares. No tocante ao sentir-se liberal, o diálogo abaixo, ocorrido em 2 de março de 1850, é esclarecedor:

Rodrigues Torres: – Quando o nobre deputado fala em partido liberal, eu pergunto-o, que somos nós? É o honrado membro liberal e nós inimigos da liberdade? Se o honrado membro é liberal, não pode deixar de estar conosco; e se não está é pseudo-liberal...

Souza Franco – Graças a Deus! Já ouvi dizer a um ministro que é liberal!

Rodrigues Torres (com força) – Somos liberais; somos amigos das instituições livres; defensores da constituição (elevando a voz); inimigos dela são aqueles que empunham armas para derrubá-la (muitos e repetidos apoia-dos). (APB, 1850, p. 27)

O diálogo é um claro registro da identificação do liberalismo com o princípio da liberdade, do constitucionalismo e da defesa de instituições livres, uma referência ao pensamento lockiano. Mas, enquanto Souza Franco remetia a uma acepção exclusivamente partidário-política, Itaboraí procura especificar o rigor do conceito, no sentido de descaracterizar os liberais enquanto porta-vozes de uma doutrina, na qual os conservadores também se inspiravam. Demonstra também as frágeis fronteiras que separavam o conservador do liberal, relacionadas naquela oportunidade, muito mais, com a situação em que concretamente se colocavam – um era membro do governo o outro da oposição –, do que com a defesa de políticas díspares. Em outra oportunidade, ao tratar do excesso de apólices circulando no mercado, o deputado Vianna fala a Souza Franco que os saquaremas eram forçados a esse expediente para contornar as dívidas deixadas pelos ministérios *chamados* liberais. “Chamados por quê?”, retruca o deputado pelo Pará. “Todos nós somos liberais”, responde-lhe Vianna (APB, 1850, p. 241).

REFERÊNCIAS

AMZALAK, Moses Bensabat. *Do estudo e da evolução das doutrinas econômicas em Portugal*. Lisboa: Academia de Ciências, 1928.

APB - *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Hipólito J. Pinto, 1840 a 1855 (editados entre 1875 e 1881).

APB - *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1856 e 1857 (editados em 1873-1874).

APB - *Anais do Parlamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia J. Villeneuve, 1858 a 1860 (editados em 1860).

ASB - *Anais do Senado do Império do Brasil (1840 a 1860)*. RODRIGUES, José Honório (Org.). 4. ed. Brasília: Subsecretaria de Anais / Senado Federal, 1978.

ATAS do Concelho de Estado. Terceiro Concelho de Estado. RODRIGUES, José Honório (Org.). Brasília: Senado Federal, 1978, v. 3, v. 4 e v. 5.

BENTIVOGLIO, Julio. *O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRANCO, Manoel Alves. *Proposta e relatório apresentados à Assembleia Geral Legislativa pelo ministro e secretário d'Estado dos Negócios da Fazenda, Manoel Alves Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845.

CARDOSO, José Luís (Org.). *Contribuições para a história do pensamento econômico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Bertrand Brasil, t. 2, v. 3, 1987. p. 323-342.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *RIHGB*, v. 278, p. 100-170, 1982.

FALCON, Francisco José C. *A época pombalina* (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ática, 1993.

GREMAUD, Amaury P. *Das controvérsias teóricas à política econômica: o pensamento econômico e a economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal & PRADO, Maria Emília (Orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Revan/UERJ, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

HONORATO, Cézár T. *O polvo e o porto: a Companhia Docas de Santos (1893-1910)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

JANOTTI, Aldo. *Inícios de uma carreira política num momento da história nacional: o marquês de Paraná*. Tese (Livre docência em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

KUNTZ, Rolf N. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1969. (Brasiliense, 360).

MACEDO, Ubiratan B. de. *O liberalismo moderno*. São Paulo: Lis Gráfica, 1997.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, José G. Vinci de. & REGO, José M. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORAES, Rubem B. & CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Cosmos, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OLIVEIRA, Geraldo B.M. *Após-indústria fluminense: 1808-1860*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, Geraldo Beuclair de. *A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

PERUGINE, Edna. *A palavra indústria na revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1843)*. Tese (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ROCHA, Antônio Penalves. Economia política e política no período joanino. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica da independência e do império*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996. p. 27-46.

ROCHA, Antônio Penalves. *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira Rodrigues. *O liberalismo no Brasil regencial: eclético, ambíguo e conciliatório*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n. 3, 1973.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ)1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliana, 363).

SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

Disciplinarização e resistência: disputas e transformações no mundo do trabalho dos carregadores

| Luzia Márcia Resende Silva

OS HOMENS QUE REALIZAM CARGA E descarga de mercadorias na cidade de Uberlândia (MG), tradicionalmente conhecidos como “chapas”, organizavam-se para demandar trabalho em pontos conhecidos da cidade aos quais denominam “Pedras”. Em 1974, foi fundada na cidade a Associação Profissional dos Ensacadores de Café, Algodão e Cereais em geral de Uberlândia, entidade, que, nos anos 80, transformou-se em Sindicato de Movimentadores de Mercadorias em Geral de Uberlândia. Em 1994, foi fundada na cidade a primeira cooperativa de trabalho no setor de carga e descarga e depois dela inúmeras outras foram fundadas. Esta pluralização das formas de organização para pleitear trabalho levou a uma intensa disputa entre os componentes da categoria pelas oportunidades de ocupação. Uma importante estratégia utilizada nessa disputa foi a construção/reconstrução da imagem pública dos trabalhadores, levada a efeito especialmente pelos grupos ligados ao Sindicato e às Cooperativas.

As estratégias do Sindicato e das Cooperativas, para conseguirem espaço de trabalho num mercado dominado pelos “chapas da Pedra”,

incluiram pressões aos empresários, para convencê-los de que contratar seus filiados/associados é mais vantajoso. Assim, além de livrar os empresários de problemas trabalhistas e com a fiscalização do trabalho, de reduzir seus gastos com pagamentos de benefícios sociais, facilitar a administração de pessoal no setor de carga e descarga, o Sindicato e as Cooperativas se propõem a manter um contingente agrupado e disciplinado para fornecer às empresas sempre que elas precisarem. Para alcançar este objetivo empreenderam uma série de normatizações sobre a conduta dos filiados/cooperados e realizaram paralelamente uma campanha de desqualificação dos “chapas da Pedra”, no sentido de fazer parecer, aos olhos dos empresários, que contratar esses trabalhadores representava, além de uma série de outras desvantagens, um perigo.

Uma importante estratégia utilizada foi trabalhar um sentido pejorativo para o termo “chapa”, pelo qual os carregadores da Pedra são tradicionalmente conhecidos. Sobre esse período anterior à criação do Sindicato afirma Seu Alírio:¹

[...] antes de criarmos o Sindicato, [...] o que existia era os chapa que esperavam no ponto, ali na Vasconcelos, na João Pessoa. O chapa ficava esperando, depois, é que foi criado o Sindicato, e foi instituído pelo Ministério do Trabalho, o quarto grupo, o movimentador de mercadoria, integrante do grupo armazenador, que a gente passou a denominar carregador, e movimentador de mercadorias.

A criação, segundo Seu Alírio, por parte do Sindicato da figura do “movimentador de mercadorias” está ligada a uma preocupação em diferenciar esse “outro trabalhador” daqueles que atuam na Pedra. A mudança de denominação visa mostrar, para aqueles a quem pleiteiam postos de trabalho e para a sociedade em geral, que os sindicalizados estão se constituindo como uma parcela diferenciada da categoria, uma parcela, cujos valores, costumes e hábitos estão sendo moldados, de modo a torná-los mais adequados

¹ Alírio, presidente do Sindicato dos movimentadores de mercadorias de Uberlândia. Entrevista concedida em 1998.

aos valores defendidos pelas classes hegemônicas. Em minha pesquisa pude perceber, no entanto, que muitos foram apenas convencidos a adotar a designação de “carregadores” ou “movimentadores de mercadorias”, sem propriamente alterarem seus modos de vida. As orientações disciplinadoras não causaram efeitos, de modo semelhante, em toda a parcela sindicalizada da categoria. Segundo Seu Amilton,² “há até gente do Sindicato, que saiu do quadro de seus associados e voltou a trabalhar na Pedra aí. Parece que não gostaram do Sindicato e saíram”. Os motivos para que um carregador se agregue ao Sindicato ou dele se desvincule podem ser variados, mas, com certeza, podem incluir desacordos com relação à remuneração e também com as normas de disciplinarização.

“Marcão”,³ um caminhoneiro entrevistado, apresentou comentários interessantes sobre como este tipo de política de melhoria da imagem através da mudança de designação tem ressoado no interior da categoria como um todo, sendo apropriada por outros sujeitos na cidade. Segundo Marcão, alguns membros da categoria, com os quais lidava, também não gostam de ser designados como “chapas”. Como ele não lidava com homens que trabalhavam no Sindicato, nem em cooperativas, mas com trabalhadores organizados em pontos para prestar serviço, fica claro que também os sujeitos desse grupo se apropriaram da estratégia de se renomear para ampliar seus espaços de atuação. Segundo “Marcão”, no entanto, a adoção de diferentes designações no interior dos grupos que atuam na Pedra, teria apenas o objetivo de diferenciar o tipo de atividade prestada por cada grupo. Segundo ele, a designação de “ajudante” se aplica àqueles que atuam mais no sentido de ajudar o caminhoneiro a encontrar os endereços, e “chapa”, àqueles que trabalham efetuando serviço mais pesado, na carga e descarga de sacaria. Mas a forma como termina sua fala parece indicar que a adoção da designação de “ajudante” também está ligada à estratégia de reconstruir a imagem da categoria colocada nos moldes que a disputa com os Sindica-

² Amilton, presidente da Federação dos Carregadores. Entrevista concedida em 1998.

³ Caminhoneiro entrevistado, trabalhava na empresa ARCOM. Entrevista concedida em 1998.

tos e cooperativas tem feito: “[...] o pessoal não gosta da gente chamar de chapa, então a gente chama de ajudante, mas chama chapa, chama chapa fora de serviço. Quando tá junto a gente chama ajudante pra pessoa não sentir ofendida; tem gente que acha ruim, tem outros que não importam, não”. Pelo depoimento de Marcão, designar o trabalhador apenas em sua presença como “ajudante”, mas o conceber como “chapa” pode significar que este tipo de política de “mudança de nomeação da categoria” ainda esteja apenas começando a ressoar como demanda de reconhecimento social junto aos fregueses dos carregadores.

Para os entrevistados, por mais que não considerem adequado serem designados como chapas e ofereçam, para isso, diversas justificativas, no fundo esses trabalhadores assumem que esse nome é que efetivamente designa o trabalho que realizam. Seu Eduardo⁴ e Seu Lourenço⁵ afirmam que em outros estados onde atuaram no ramo, não eram designados como chapas, um termo “mineiro”. Em outras regiões a expressão usada é carregador, ensacador, estivador. Essa afirmação não parece se confirmar, já que há em São Paulo, por exemplo, placas com a designação “chapas”. E programas de TV, como o “Siga Bem Caminhoneiro” do Sistema Brasileiro de Televisão, ao exibir uma reportagem em caráter nacional, no dia 26/9/99 utilizou-se também do termo “chapa” e também do termo “ajudante”. A afirmativa de Seu Lourenço e Eduardo pode, assim, ser compreendida como reveladora de que a utilização do termo “chapa”, de maneira pejorativa, seja própria de Minas Gerais, especialmente de Uberlândia.

Seu Lourenço explica não gostar de ser chamado de “chapa” da seguinte forma: “sempre eu conheço chapa é de ferro, é outra coisa, né!? Agora, eu acho que a palavra ideal é o carregador, né!? Ou ensacador, que é a palavra certa”. Ele preferia que a categoria fosse assim designada, porque considera “chapa” uma palavra feia; se lhe perguntam no que ele trabalha, nunca diz que é como chapa. Seu Inácio, que tem a mesma opinião, afirma:

⁴ Seu Eduardo, trabalhador filiado ao Sindicato. Entrevista concedida em 2002.

⁵ Seu Lourenço, trabalhador filiado ao Sindicato. Entrevista concedida em 1998.

eu, pra mim, no meu golpe de vista, [o nome adequado] seria movimentador de mercadorias.

POR QUE VOCÊ ACHA QUE CHAPA É PIOR?

Ah, acho que é uma palavra meio estranha né? Chapa que eu conheço é uma chapa de ferro, uma coisa assim, não é? Acho que movimentador de mercadorias é mais importante pra gente.

O que pude apreender da utilização de argumentos tão semelhantes é que existe no Sindicato uma orientação para a utilização de termos como “movimentadores de mercadorias/carregadores/ensacadores” para designar a categoria, por serem substantivos destituídos da carga semântica pejorativa atribuída aos chapas. Assim, é possível diferenciar os sindicalizados, atribuindo-lhes um status diferente, “mais importante”.

Apesar do trabalho no sentido de construir os “carregadores/movimentadores de mercadorias/ajudante/ensacador”, os depoentes foram unânimes em dizer que o nome chapa existe e é usado: “Eles fala chapa”; “E a gente somo chapa, né!?” “Aqui em Uberlândia, eles não sabe assim falar um... um carregador, um estivador, eles já chegam logo rasgando, falam: – Eu quero dois chapa aí, ou três”. Dentre os entrevistados, Seu Antônio,⁶ Seu Delfim⁷ e Cláudio⁸ não se mostraram incomodados com a designação de “chapa”, e é assim que se assumem. Seu Eduardo, apesar de expressar o desejo de que outra designação fosse usada, não me pareceu considerar ofensiva a designação, apenas pouco polida.

Com relação à questão da designação daqueles que atuam como carregadores na cidade chamou-me a atenção o fato de que, na maioria das vezes em que os entrevistados se referiam a seus colegas, os identificavam como “homens”. São comuns frases como as seguintes:

⁶ Seu Antônio, Chapa de Pedra na rua, fazia ponto no Posto Chuá. Entrevista concedida em 1998.

⁷ Seu Delfim, Chapa de Pedra na rua, fez ponto em diferentes lugares da cidade. Aposentado à época da entrevista, concedida em 1998.

⁸ Cláudio, Chapa de Pedra na rua, atuava no Posto Amigão, já havia trabalhado no sindicato e em cooperativas. Entrevista concedida em 2002.

[...] mil e duzentos fardo de sal pra tirar dento de uma hora, em quatro **homens**, é corrido!

[...] Por exemplo, a Cargill na área de descarga de soja, hoje ela tem **dez homens** trabalhando, descarregando soja, amanhã tem dez, depois de amanhã, no pique da safra, isso aumenta pra vinte; o Sindicato tem **vinte homens** pra mandá pra ela.

[...] Vê aquele **tanto de home** ali; eles tentam arrancar nós dali...

[...] precisa d'uma turma, **quatro ou oito homens**, liga: **precisa de oito homem**.

A constância na referência ao grupo como “homens” pode significar uma forma de especificar a categoria como composta apenas de homens, não havendo nenhuma mulher que atue na função. Pode significar também uma referência qualificativa que destaca atributos de masculinidade. Um outro significado possível seria criar um padrão amplo de designação que seja capaz de referenciá-los, não apenas enquanto categoria, enquanto trabalhadores, mas como seres humanos em todas as dimensões. Nesse sentido, procuram dar um norte novo a sua própria visualização, reivindicando para si direitos e espaços de “homens”. Talvez o significado real da expressão esteja na conjugação de diversas dessas possibilidades.

As estratégias de disputa que o Sindicato e as cooperativas empreendem na cidade em relação à parcela majoritária da categoria, os chapas da Pedra, além da renomeação da categoria, inclui a busca efetiva de mudança nos comportamentos por parte dos carregadores. Essa estratégia é assumida pelos Sindicatos em todo país e pode ser acompanhada através de um projeto proposto na Câmara Federal para regulamentação da profissão que foi, segundo o autor, Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Gas-thone Righi, inspirado em anteprojeto elaborado pela Federação Nacional dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral. A Federação Nacional, segundo práticas defendidas pelos Sindicatos a ela filiados, define como devem se comportar os trabalhadores na movimentação de mercadorias em geral:

- a. comparecer ao local de trabalho designado com antecedência mínima de 15 min. da hora marcada para o início dos serviços;

- b. trabalhar com eficiência e probidade;
- c. não divulgar segredos das empresas para as quais prestarem serviços;
- d. não desviar ou permitir que sejam desviadas mercadorias durante a realização dos serviços;
- e. zelar pela conservação do material que lhes for entregue para realização dos serviços, inclusive os relativos à segurança e medicina do trabalho;
- f. não ingerir bebidas alcoólicas ou usar substâncias entorpecentes durante os serviços;
- g. não causar danos à empresa tomadora dos serviços;
- h. não se recusar a trabalhar inclusive em domingos e feriados, nos turnos noturnos, bem como nos intervalos para repouso e alimentação.⁹

Além de alíneas, como as citadas, que prescrevem obrigações e normatizam comportamentos, o referido documento prevê dois tipos de punições:

- I) suspensão por 30 dias corridos
 - a. se deixar de comparecer ao serviço para o qual tenha sido escalado, por três ou mais vezes durante o mês, sem motivo justificado;
 - b. comparecer ao serviço em estado de embriaguez alcoólica ou drogado;
 - c. comparecer armado para realizar os serviços;
- II) perda do direito ao exercício profissional:
 - a. ser recidente nas faltas referidas no item anterior;
 - b. se desviar ou permitir que sejam desviados bens ou mercadorias pertinentes à tomadora de serviço;
 - c. se for condenado por crime doloso contra o patrimônio ou contra a vida de companheiro de serviço ou dirigente de empresa tomadora de serviços;
 - d. se, sem motivo justo, recusar-se a utilizar de equipamentos de proteção individual que lhe tiverem sido oferecidos.

O referido documento traz importantes pistas para percebermos sobre quais elementos incidem a disciplinarização/controle e, assim, quais elementos, tradicionalmente, estiveram presentes nas práticas dos “chapas”,

⁹ Trata-se do Projeto de Lei n. 5.486-A, de 1990, de autoria de Gastone Righi, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e Trabalho de Administração e Serviço Público, da Câmara de Deputados.

incomodando os contratantes de seus serviços. Uma vez cerceados, esses comportamentos deveriam deixar de fazer parte da prática dos “movimentadores de mercadorias”, favorecendo um diferencial de sua atuação em relação à atuação dos “chapas”.

Seu Alírio, no entanto, deseja que sua política de disciplinarização vá além do contexto de trabalho para incidir sobre toda a vida do “movimentador de mercadorias”. Sua pretensão para os sindicalizados inclui, além da conquista de hegemonia sobre o mercado de trabalho, a conquista de espaços na sociedade uberlandense. Assim, expressa sua convicção de ser a disciplinarização proposta pelo Sindicato um grande benefício para a categoria, já que a única forma de se conseguir ser “cidadão”, em Uberlândia, é por meio da disciplina nos costumes e na vida. Perguntado sobre regiões da cidade em que tinham origem os carregadores, Seu Alírio fez um longo preâmbulo, explicitando os benefícios que a disciplinarização trouxe aos carregadores. Ele, pessoalmente, à frente do Sindicato, tem orientado esses profissionais a disciplinar suas vidas e seus ganhos, usando seu dinheiro para adquirir bens que lhes possibilitem maior reconhecimento social:

[...] hoje, [...] depois que a gente passou a administrar, a gente passou a se reunir e pedir esse trabalhador que inveje o seu companheiro, [...] não pra... pra cobiçar o que ele tem, mais pra se capacitar, pra analisar, por exemplo, se Sebastião tem uma casa, eu vou lutar pra ter a minha, se Pedro tem um carro, nós trabalhamos no mesmo setor, no mesmo serviço, por que eu não tenho? Se Manoel é um bancário e ganha, digamos seiscentos reais, e se eu ganho mais do que ele um pouquinho, por que ele administra seu dinheiro, tem uma casa, tem um carro e eu sou um João Ninguém? Não tenho nada! E isso aí passou a ensinamento, esse disciplinamento, essa orientação passou a causar influências tais que hoje você pode ver, esses carros que tem parados aí são dos nossos carregadores, que não ganham muito dinheiro não, mas que passaram, a aprender a se valorizar, a querer ocupar um espaço na sociedade, [...] E a gente veio, [...] pra Uberlândia [...] num foi pra ficar rico, mais foi pra ser um cidadão Uberlandense [...] A gente precisa lutar e... pra conseguir espaços melhores [...] disciplinar a nossa vida, pra saber valorizar o nosso dinheiro, né!? E pra ter pelo menos a esperança de que os nossos filhos um dia terão dias melhores do que os nossos.

A proposta de Seu Alírio revela uma mudança de comportamento e valores dos carregadores, que passam a querer comportar-se e viver como outras categorias de trabalhadores socialmente valorizadas. Acredito que a comparação com os bancários, inclusive realçando que um carregador pode ser melhor remunerado do que eles, não é destituída de significados, porque sabemos que, ao lado dos médicos, talvez essa seja uma categoria que ocupou, durante muito tempo, um lugar privilegiado no imaginário dos brasileiros. Mas a questão não é propriamente de remuneração, pois Seu Alírio realça que, para ele, a mudança necessária, é de valores. Assim, suas orientações têm ultrapassado, na disputa com os “chapas”, os contextos do mercado de trabalho para incidir sobre seu lugar social, seus valores e costumes. Percebemos Seu Alírio propondo aos carregadores o estabelecimento de uma nova identidade como carregador, fundada sobre uma nova consciência de si, impregnada de novos valores, a qual busca a reafirmação de sua identidade na cidade.

Seu Alírio cria em seu discurso uma oposição entre os “chapas”, que se negam a aderir ao Sindicato e à sua disciplina, e os “movimentadores de mercadorias”. Segundo ele, os chapas não querem mudar seu comportamento para serem “cidadãos”. Certamente não possuem, como Seu Alírio, uma concepção de cidadania formulada com base no acesso a bens materiais, e suas lutas por direitos na cidade de Uberlândia são conduzidas de acordo com suas crenças, seus valores, seus modos de viver, em que o ter é importante, mas não é tudo. A busca por um lugar social, pela cidadania passa, segundo Seu Alírio, por alguns quesitos, tais como possuir casa e carro, porque quem não administra seu dinheiro disciplinadamente, de modo a priorizar a posse desses bens, é visto na cidade como um “João ninguém”, como um criminoso em potencial.

Para efeito de contraposição, às questões colocadas por Seu Alírio, tomemos um trecho do relato de Seu Eduardo¹⁰ em que fala do que priorizou fazer com seu dinheiro e que diz ter sido uma prática comum aos carregadores “antigamente”. Eu lhe perguntava se os carregadores, quando atingiam uma idade em que não podiam mais atuar, se aposentavam. Sua resposta:

¹⁰ Seu Eduardo, Chapa de Pedra de rua, atuava na esquina da rua Vasconcelos Costa com a praça Rondon Pacheco. Entrevista concedida em 2002.

Tem uns que aposenta, outros nem aposenta, porque é que nem eu falei pra senhora, na época, não guardou, não segurou, nunca cuidou ... estourou muito dinheiro à toa, eu fui um desses, ganhava bem, mas joguei tudo fora. Mas esse tipo de serviço, chegou os sessenta anos em diante, não adianta tentar mais não!

O QUE O SENHOR CHAMA DE JOGAR DINHEIRO FORA?

É não dar valor né!? É pegar e gastar, é farra, é amigo, é amizade, né!? quando eu era solteiro eu não abri conta em banco, no sábado, na segunda eu não tinha mais um centavo. Naquela época, eu ganhava aí na faixa de três salário por semana, certo? Que seria hoje, quinhentos reais por semana, ... certo? Na segunda-feira eu num tinha dinheiro. Porque eu achava tanto amigo, tanto colega e eu era mão aberta. É um dinheiro que a gente [tinha] suado, mas a gente pensava: tem muito serviço, o ramo dá dinheiro, eu ganho cem conto hoje, eu gasto esses cem, que amanhã eu ganho [de novo] se eu num ganhar cem amanhã, ao menos cinquenta eu ganho.

Sem dúvida, a lógica revelada por seu Eduardo parece afrontar os princípios de acumulação em geral observados pelas classes dominantes. Para ele e seus amigos, no tempo em que havia muito serviço (anos 1970/1980) e o ramo dava dinheiro, dinheiro era para ser gasto com tudo aquilo que lhes dessem prazer, não era para ser poupado; no dia seguinte ganhariam outro dinheiro. Não é de se admirar que com prioridades tão distintas, associadas à aquisição disciplinada de bens, como carro e casa, esses trabalhadores não conseguissem um espaço na sociedade local. Hoje em dia, segundo Seu Eduardo, os jovens carregadores não fazem o mesmo que eles faziam, não porque não queiram, mas porque já não podem fazê-lo, porque já não ganham o suficiente, porque “hoje o ramo caiu muito”. Mas essa mudança de comportamento parece mesmo resultar da mudança de valores tão apreçoada, à medida que mais jovens, nascidos e criados em Uberlândia, vão se inserindo no setor.

É importante realçar que algo que pode representar um costume repulsivo para uma categoria social, pode parecer a outra um importante valor, de modo a permanecer existindo sem constituir motivo de “vergonha” a seus praticantes.

Seu Amilton se refere aos trabalhadores da Pedra como “bicho sem vergonha/tudo lerdo/tudo bandido”, certamente pelo fato de os homens que atuam na Pedra se negarem a aderir ao Sindicato e suas políticas.

Considerando que a forma de organização na Pedra deveria acabar e se ressentindo de não conseguirem fazê-lo, Seu Amilton e Seu Alírio veem nas Pedras um quadro deprimente cujos maiores prejudicados são os próprios trabalhadores, que teimam em continuar atuando desta maneira. Reiteram que os trabalhadores das Pedras não possuem nenhuma garantia de benefícios sociais e que, em caso de acidente ou de perda da força física por problemas diversos, pela idade, ou mesmo em caso de morte, ficam completamente desguarnecidos, uma vez que não se configura, nas Pedras, uma estrutura que lhes propicie alguma garantia. Esta perspectiva, elaborada e disseminada por sindicalizados, está, entretanto, impregnada das disputas pelo domínio do mercado de trabalho.

Seu Alírio, que narra de uma maneira significativa sua concepção e de todo seu grupo político no Sindicato e na Federação, considera que a atuação a partir do Sindicato e as orientações e valores por eles defendidos no interior da instituição têm, como principal objetivo, a modificação da imagem da categoria. Narrando-me sobre uma reunião que promoveu com políticos da cidade, para solicitar empenho destes no sentido de apressarem no Congresso e na Câmara Federal a aprovação do projeto de lei que regulamenta a categoria dos movimentadores de mercadorias, Seu Alírio mostra-se orgulhoso de ter “quebrado o queixo dos homens” com a preparação de uma reunião requintada e com o pronunciamento de um discurso bem elaborado. Considera que um dos frutos da reunião foi mostrar as modificações que o Sindicato conseguiu promover na categoria:

[...] a gente trouxe o Zaire Rezende, que fazia, como faz parte ainda, da Comissão de Trabalho e Justiça na Câmara, e o Ronan Tito que fazia parte da Comissão no Senado. A gente convidou, pedindo força pra regulamentar uns projetos que estavam tramitando lá nas áreas, lá no Congresso e no Senado. Era uma reunião pequena, mas pra apresentar convidei um locutor; por hierarquia, eu era o anfitrião e fiz meu discurso. Depois o doutor Ronan Tito, por hierarquia, foi lhe cedida a palavra e ele falou assim: num vou fazer um discurso bonito, à altura do nosso anfitrião porque não estou preparado. Sobre o que era a categoria, o doutor Ronan Tito tinha ali na Vasconcelos uma fábrica de lata, próximo à João Pessoa, parece que tinha máquina de arroz, [...] ele conhecia muito bem o chapa de Uberlândia que tava na João

Pessoa, na Pedra, esse chapa de Pedra, esse pião de ninguém. O Zaire, que foi prefeito de Uberlândia, também conhecia a imagem do chapa antigo. E a gente trouxe eles pra ver as diferenças, as mudanças que o Sindicato conseguiu promover na categoria. O auditório nosso ali é muito bonito, muito bem arrumado. [...] Começamos a reunião, fiz o discurso, aí sempre eu convido os trabalhadores pra eles observarem também. Eles falaram “oh Alírio, cê tá de parabéns porque você quebrou o queixo do homem. Ele achou que ia ser uma reuniãozinha mixuruca, cheia de conversa de bobo, na hora que ele viu o seu discurso, ele caiu o queixo e perdeu a vontade de ir embora”. Perdeu mesmo [...] então esse é um dos motivos de orgulho pra gente é de poder mostrar, pra o nosso trabalhador, que nós somos capazes, embora rudes, embora do interior, nós somos capazes de mudar nossa vida, se nós não ganhamos na sena nem na loteria, vamos trabalhar com os braços, né?! É a profissão que nós temos, trabalhar com os braços, então nós vamos tentar evoluir culturalmente, espiritualmente e, até na matemática...

O modo detalhado como Seu Alírio narra os procedimentos que tiveram lugar naquela reunião revela que o evento em si foi preparado com o objetivo de erigir uma nova imagem da parcela sindicalizada da categoria, contrapondo-a à parcela que atua a partir das Pedras. Seu Alírio explicita que sua política de construção dos “carregadores de mercadorias” envolve também práticas no sentido de romper com a imagem de que são ignorantes. Na reunião realizada, Seu Alírio quer mostrar o contrário para os poderosos e também para os sindicalizados, elaborando e pronunciando um discurso para “quebrar o queixo dos homens”, fazendo-os perceber que ali no Sindicato, ao contrário da Pedra, “não iam ouvir um monte de conversas de bobo”.

Além de mostrar aos políticos ilustres que não são “bobos”, quis aproveitar a situação para, didaticamente, mostrar aos companheiros sindicalizados que é possível, mesmo sendo “rudes”, melhorar a vida e dar um futuro digno aos filhos, obviamente, aderindo a um processo de disciplinarização e apropriação de mecanismos de refinamento capazes de revelar seu crescimento.

As cooperativas, assim como o Sindicato, em sua disputa por espaço no mercado de trabalho, investem na divulgação de uma imagem de organização e disciplina dos carregadores que a eles se associam, o que daria a eles mais eficiência que os chapas da Pedra. Também as cooperativas

procuram produzir uma imagem positiva de seus cooperados em oposição à imagem estereotipada daqueles que atuam na Pedra. Marcos, relações públicas da Cooperativa de Apoio aos Trabalhadores no Transporte no Triângulo (CATTT), quando perguntado sobre que tipo de relação a cooperativa mantinha com os carregadores das Pedras disse:

[...] Agora, [...] é bom a gente num se bicar muito não, concorrência é meio perigosa [...], é um pessoal que usa muito álcool, bebem muito... Então é meio perigoso tanto pra gente quanto pras empresas que pegam eles pra trabalhar, tanto que eles não trabalham em empresa. Eles fazem descargas de caminhões que passam na rodovia, que vão descarregar em empresa. Então muitos caminhoneiros se utilizam deles [...]. Não é só aqui em Uberlândia, em todo o país tem o chapa, tem ponto de chapa... Nós somos os chapas que nós organizamos e montamos uma cooperativa pra dar essa segurança pras empresas e pra assegurar pra nós um trabalho mais certo. [...] Ainda tem empresas aqui em Uberlândia que trabalham com pessoal de rua, na parte de sacaria, [...] mas é perigoso pra eles.

A atitude de Marcos, ao desqualificar os carregadores que atuam nas ruas da cidade e, em contraposição, ao estabelecer uma imagem dos carregadores que atuam nas cooperativas, como “organizados e seguros para a empresa”, expressa certamente a disputa pelo mercado de trabalho na cidade, buscando reforçar uma má imagem dos homens que atuam nas ruas, para reduzir-lhes as possibilidades de atuação. Ao mesmo tempo, é um discurso dirigido aos carregadores, uma vez que proclama que pela organização e disciplinamento propiciado pelas cooperativas é que estarão asseguradas as oportunidades de trabalho. Marcos recorre, ao se referir aos carregadores da rua, a várias expressões pejorativas – alcoolismo/perigoso/ladrão – para realçar que para esse tipo de gente, as empresas já fecharam as portas. É melhor que deixem de resistir e venham disciplinadamente para as cooperativas.

Na disputa entre as cooperativas e o Sindicato, recorre-se, no caso do Sindicato, à noção de que as cooperativas lesam os direitos dos trabalhadores, sendo, portanto, imorais e injustas. As cooperativas recorrem ao argumento de que são organizadas com base na lei e oferecem mão de obra de qualidade, a preços baixos.

Neste contexto de disputas, um argumento utilizado, e que tem grande apelo junto aos empresários, é o de que os chapas da Pedra representam um perigo para as empresas, principalmente a existência de “ladrões”. Este argumento, com forte poder de exclusão, alia a desqualificação ao crime, tornando o carregador um homem que precisa ser vigiado. De todos os elementos desqualificadores a pecha de ladrão em potencial é a que mais ofende os carregadores, que procuram, por meio do discurso, reconstruir a imagem da categoria, especialmente distanciando-os deste estereótipo.

No campo de disputa por trabalho, este tipo de desqualificação é utilizado por todos os grupos: Marcos deixou bem claro que uma das principais armas de propaganda das cooperativas é oferecer aos empresários a garantia de que não serão desviadas mercadorias. No Sindicato, também ficou claro tanto na fala dos dirigentes, quanto na dos filiados entrevistados, que existe um trabalho de fiscalização mútua entre os membros das equipes destacadas para realizar trabalhos numa dada empresa, para que ninguém pegue sequer uma balinha, porque caso isso aconteça a empresa romperá o contrato com o Sindicato e todos ficarão sem trabalho. Houve, no entanto, relatos de fatos sobre desvio e de empresas que romperam contratos, o que mostra que eventualmente pode acontecer este tipo de prática ou, ainda, que estas narrações fazem parte de um discurso pedagogicamente elaborado, com o fito, tanto de oferecer garantias aos empresários, quanto de disciplinarizar os carregadores. Ilson,¹¹ ao falar dos principais requisitos para ser um carregador sindicalizado, foi enfático:

A honestidade.

A HONESTIDADE!?

A honestidade, sabe por quê? O Sindicato perdeu muito serviço por causa de uma bala, de um chocolate [...] É, a gente trabalha ... ali, frente a frente com a mercadoria, entendeu?! Igual, às vezes, tá descarregando uma caixa de bolacha, tá com fome, cai uma caixa de bolacha no chão, ah, vou comer umas bolachinhas, uma só, o homem num vai ver não. Abre o saquinho, come e deixa lá o saquinho no meio, quando tá comendo aquilo, chega um, vai mandado embora do Sindicato, perde, eu acho que perde até o fundo de garantia,

¹¹ Ilson, trabalhador filiado ao Sindicato. Entrevista concedida em 1998.

que uma vez saiu um sem nada. No Arcom, eu era fiscal dele, ele trabalhava na minha turma, mas eu não via ele fazer não, ele pegava era muita coisa. Quando descobri já tinha muito tempo que ele tava pegando, eu era fiscal dele, mas nunca vi.

Os casos narrados não se referem a desvios de grande porte, mas a coisas quase insignificantes. Acredito que esse tipo de narrativa feita por Ilson tem o objetivo de inculcar nos carregadores um absoluto senso de honestidade, fazendo com que eles, nem em casos de fome, tenham coragem de comer uma bolacha, em função do que isso pode acarretar em perdas para aquele que se aventurar. Dessa maneira o Sindicato, apesar de não exigir atestado policial de bons antecedentes, também utilizou uma série de mecanismos para impedir que seus carregadores cometam qualquer desvio de mercadorias. Seu Amilton também realçou a rigidez dessa exigência: “[...] sindicalizado se roubar, hã hã, ele vai até expulso do Sindicato, é excluído do quadro de sócio”. A preocupação em disciplinar comportamentos que envolvam até mesmo eventuais pequenos desvios de mercadorias tanto no Sindicato, quanto nas cooperativas, por vários meios, até mesmo assumindo diante das empresas responsabilidade pelo ressarcimento de prejuízos com eventuais desvios, revela que, por mais que as cooperativas e Sindicato queiram imputar este tipo de prática exclusivamente aos chapas das Pedras de rua, esta pode ser uma prática eventual em qualquer tipo de organização. A diferença é que os chapas das Pedras não teriam como oferecer garantias como a de ressarcimento de prejuízos às empresas. Sua única garantia é dada pelas relações de confiança.

Entre os carregadores entrevistados que atuam a partir das Pedras, a narrativa, ao mesmo tempo que tenta deixá-los acima de qualquer suspeita, afirmando sua honestidade, também deixa entrever que no interior da categoria pode eventualmente ocorrer desvio de uma ou outra coisa.

Seu Delfim afirmou que um dos motivos pelos quais perderam trabalho entre firmas de grande porte (Souza Cruz, Cargill etc.), que agora só lidam com sindicalizados ou cooperados, é a prática de desvio de mercadorias:

Que tem chapa que dá problema, tem chapa que é da firma, vai lá pegar mercadoria e põe lá na..., tem caixa de sabão aberta, sabonete, muita mercadoria

fácil, o cara vai lá e esconde na cabeça e o gerente às vezes não vê. Você só vai sentir quando vai fazer a entrega pra outra firma e vê que na mercadoria tá faltando uma caixa, falta isso, falta aquilo, então o chapa da gente estão roubando, então tem que ter muita cabeça, num pode ser muito violento. Num é toda firma que aceita chapa da rua.

A afirmativa de Seu Delfim indica pelo menos duas coisas importantes: 1) diante da mercadoria fácil, alguns podem mesmo ceder à tentação de “esconder” alguma coisa (o que parece envolver mercadorias de pequeno porte que podem ser facilmente ocultadas); 2) o discurso que imputa este tipo de prática aos chapas da rua, levado a cabo pelo Sindicato e cooperativas tem surtido efeito junto às empresas fazendo com que deixem de trabalhar com eles, sobretudo pelas garantias de ressarcimento de mercadorias eventualmente desviadas. Isso tem paulatinamente ganhado eficiência em detrimento das relações de confiança, mais difíceis de ser estabelecidas em empresas de grande porte, que primam por um maior anonimato entre contratantes e contratados. Assim, a expansão do número de empresas de grande porte na cidade vai obrigando a novas práticas, minando em parte a eficiência dos antigos mecanismos de relação forjados no estabelecimento de confiança.

Seu Antônio, ao dizer da pluralidade da categoria, faz referências ao “chapa mexelão” e reconhece que “tem todo tipo de chapa”. A perspectiva de Seu Antônio é significativa. Para ele, partindo do princípio de que “tem chapa de todo tipo”, caberia ao freguês saber escolher com quem lidar, buscando sempre alguém de “confiança”:

Então, se alguém diz “oh, Seu Antônio, quero conversar com você, para arrumar duas pessoa pra fazer uma mudança pra mim”. Então eu tenho que arrumar duas pessoa do meu tipo, do meu tipo. Eu vou chegar nelas e falar: “oh, psiu, nós vamos fazer a mudança, de acordo com as pessoas que tá lá. Cê sabe como é o sistema da pessoa. Neca de mexer, pegou a caixinha lá, tem nada que abrir. Se ela tiver aberta, eu vou fechar ela, [...]. Se vê um dinheiro em riba numa mesa, larga lá, num é seu não.”

Seu Antônio reconhece que, do ponto de vista dos comportamentos e valores, existe um campo vasto de possibilidades no interior da categoria, realçando que há sempre a possibilidade de se lidar com um “mexelão” e

que a única garantia de se estabelecer controle sobre isso é por meio da confiança. A frase “oh, psiu, nós vamos fazer a mudança, de acordo c’as pessoa que tá lá”, ao mesmo tempo que assegura esta relação de confiança capaz de garantir o controle, indica que, dependendo da pessoa ou do tipo de comportamento do freguês, podem assumir comportamentos distintos: ou “por tudo no lugar certo”, ou “mexer”. O que Seu Antônio deixa também entrever em suas afirmações é que para os chapas que atuam a partir das Pedras nas ruas, o estabelecimento das relações de confiança é vital. Como isso é cada vez mais difícil, estão sendo obrigados a restringir cada vez mais sua atuação, trabalhando para pequenas empresas ou particulares, no caso do Seu Antônio, na realização de mudanças.

Interrogado sobre como se sentia com relação ao fato de que “tem gente que discrimina chapa” continuou:

Em todo local que você chega pra prestar um serviço, a não ser que o cara já seja seu conhecido, o dono do estabelecimento já seja seu conhecido... gera uma desconfiança... Popularmente até falam que chapa rouba... Não vou falar que não rouba não que... tem o lado dos mão leve, tem as pessoas que não pode ver nada de bobeira que leva mesmo. [...] mas tem dia que você chega a ficar revoltado. [...] Cê sai pra fazer um serviço, o cara chega procê e fala que chapa rouba... Um cara um dia na cara dura me falou: chapa rouba... eu num falei nada, fiquei calado. O cara ficou zoando lá e eu queria agredir ele mesmo.

Os problemas enfrentados por Cláudio são semelhantes aos de outros carregadores na cidade. Segundo ele, como falam que chapa rouba e dentro da categoria existe mesmo “os mão leve”, o processo de desconfiança provocado só é superado quando se torna conhecido do dono do estabelecimento. Mas estão sempre sujeitos a constrangimentos no sentido de desconfiança, o que deixa os trabalhadores sérios “revoltados” por saírem para trabalhar e serem tratados como “suspeitos”.

Para entender como os chapas entrevistados lidam com elementos de mudança nas práticas da categoria, cabe refletir sobre o modo como Seu Eduardo faz sua leitura desse processo. Perguntado sobre como achava que os chapas eram vistos na cidade, disse:

[...] Ah... ele é visto assim como [...] num sei nem explicar pra senhora... é discriminado. Eu chego num lugar, cê trabalha de que? Eu trabalho de chapa... Então eles vão pensar, se esse cara trabalha de chapa, ele num sabe nem conversar, isso é um analfabeto, num sabe ler, num sabe escrever.

AS PESSOAS FALAM ISSO? OU O SENHOR ACHA QUE ELAS PENSAM ASSIM?

Não, já me falaram.

AH, FALARAM?

Já, já falaram isso pra mim. Eu já sofri esse tipo de discriminação. [...] nós cansa de chegar em lugares pra trabalhar, cada passo que nós dá dentro do armazém, tem um seguindo nós, certo? Se eu tô com uma sacola de trocar minha roupa, o cara pega minha sacola pra segurar. Muitas vezes já teve lugar pra gente sair e pedir nossa sacola e despejar os trem no chão pra olhar o que é que tem, certo? Como eu sou um cara assim, desde pequeno criado na roça, trabalhando nesse ramo e lutando, eu me sinto prejudicado. Eu não sei, às vezes é um dever da firma, é uma lei, uma obrigação da firma, um sistema, mas a gente se sente humilhado.

A narrativa de Seu Eduardo, como a de Cláudio, expressa a grande dificuldade enfrentada hoje pelos carregadores das Pedras para lidarem com o aumento da desconfiança e com a discriminação que paira sobre os carregadores, resultado sobretudo dos processos de disputa. Sentem este processo como uma ofensa pessoal à sua honra como trabalhadores, já que não a situam no contexto do enfrentamento de sua categoria no sentido de disciplinarização. A disputa por espaços no seio da categoria pelos grupos organizados e as novas exigências colocadas pelas grandes empresas na cidade desencadearam um processo de forte pressão disciplinarizadora sobre a categoria. Essa pressão, com o aumento daqueles que disputam uma oportunidade no ramo, aliada ao forte discurso sobre os “perigos” de se contratar chapas de Pedras nas ruas e ao rebaixamento dos preços da tonelagem no Sindicato e cooperativas, se exerce de forma cada vez mais forte para “enquadrar” os chapas da rua. A humilhação e a discriminação sentidas por Seu Eduardo e a revolta de Cláudio em função das novas atitudes das empresas que colocam em dúvida seus valores de honestidade talvez se arrefecessem se olhassem para os mecanismos de controle existente sobre outras categorias de trabalhadores na cidade.

As estratégias do Sindicato para conquistar espaço envolveram ameaças e pressões às empresas, mas, fundamentalmente, buscaram detectar as insatisfações dos empresários em relação à prestação desse tipo de serviço para proporem sua superação, convencendo-os a abandonar os trabalhadores das Pedras e a contratar trabalhadores sindicalizados. Além das pressões e eventuais ameaças, a conquista de espaço pelo Sindicato deu-se fundamentalmente pelo oferecimento de vantagens. As principais vantagens oferecidas pelo Sindicato foram reduzir os custos e carrear para si todas as responsabilidades com o recrutamento, gestão e remuneração do trabalhador, desobrigando as empresas de qualquer vínculo de responsabilidade com o trabalhador. Assim, conseguindo a empresa uma boa negociação do preço da tonelagem com o Sindicato, contratar seus trabalhadores passava a ser vantagem, uma vez que seria impossível, segundo o discurso do Sindicato, um trabalhador sindicalizado reivindicar na justiça qualquer direito junto à empresa. No entanto, a principal vantagem oferecida pelo Sindicato às empresas é “catequizar o trabalhador, manter o grupo disciplinado e disponível para quando as empresas solicitarem”.¹² Até a criação do Sindicato a questão da disciplinarização era resolvida por meio do estabelecimento de uma série de alianças/acordos entre trabalhadores e seus tomadores de serviço, com vistas a garantir certo equilíbrio entre a necessidade de trabalhar dos carregadores das Pedras e a importância de sua atuação para o funcionamento das empresas.

Conquistar trabalhadores para o Sindicato, como já se afirmou, demandou todo um processo de convencimento de uma parcela da categoria. Seu Amilton se lembra dessas dificuldades: “ninguém gostava do Sindicato. Inclusive eu convenci um para eles, eles tá tudo no Sindicato hoje, mas foi com muita conversa. Senão não conseguia não, muita gente não gosta do Sindicato”. Deixar de trabalhar na Pedra, implicava, além de redução nos ganhos, abrir mão de uma série de costumes e aderir a uma série de regras,

¹² Trecho extraído de documento produzido pela Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio de Café em Geral, Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado de Minas Gerais, visando orientar os Sindicatos filiados sobre a legislação que rege o trabalho de Avulsos e as funções dos Sindicatos.

daí a necessidade de todo um esforço de convencimento. O sentido dessas regras é comentado por Seu Amilton: “é preciso seguir as leis, o regime do Sindicato, porque o Sindicato tem um regime pra manter o trabalhador, que trabalhador num pode ser solto assim igual na Pedra aí não. Lá dentro do Sindicato tem ordem, tem tudo”. Na visão de Seu Amilton, a resistência dos trabalhadores em aderir ao Sindicato, mais que motivada por queixas com descontos efetuados, se deve à resistência em abrir mão de costumes considerados “indisciplinados”,¹³ para seguir as regras do Sindicato.

Para convencer os trabalhadores de que existem vantagens em deixar de “ser solto” e “seguir o regime do Sindicato”, o principal argumento utilizado é de que, como avulso sindicalizado, ele passará a ter direito a uma série de benefícios sociais, enumerados em documento da Federação Mineira dos carregadores da seguinte forma:¹⁴

[...] DOS DIREITOS SOCIAIS:

- As férias são pagas de modo proporcional a sua produção, [...] recolhido pelas empresas 11,12% [...]
- O fundo de garantia também é dever das empresas [...] recolhimento em RTA modelo próprio da mesma lei [...]
- 13º(décimo terceiro) salário também é pago proporcional à Produção [...] 8,34% de julho a dezembro de cada ano
- O salário família é pago pelo INSS, [...] além disto todos os benefícios previdenciários.

A garantia legal de direitos sociais tem sido, durante toda a existência do Sindicato, o principal argumento utilizado para conquistar adeptos.

Dentre os sindicalizados entrevistados, grande ênfase é dada por todos à seguridade social como um dos principais fatores que tornam o

¹³ Quanto à questão de como práticas da “cultura do trabalho” são classificadas pela burguesia como “indisciplina”, ver Fenelon (1992).

¹⁴ Documento expedido pela Federação dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em geral, Auxiliares de Administração do Comércio de Café em Geral, Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais do Estado de Minas Gerais, para orientar os Sindicatos a ela afiliados sobre os direitos dos carregadores, sem data, grifos meus.

Sindicato mais atraente que as Pedras. A fundação do Sindicato como forma de organização para prestação de trabalho na carga e descarga tem sido um processo contínuo e que tem demandado daqueles que estiveram à sua frente, durante todos os anos que se seguiram à sua fundação, uma série de enfrentamentos para conquistar e manter um certo espaço no mercado.

Seu Amilton explica que muitos dos trabalhadores das Pedras se recusavam e ainda se recusam a atuar no Sindicato pelos motivos já apontados: sentimento de que são explorados uma vez que o Sindicato cobra das empresas o dobro do que lhes paga; descontentamento com os descontos efetuados para pagar a seguridade social; descontentamento com as regras que visam disciplinar seus comportamentos “catequizando o trabalhador”; descontentamento com as fiscalizações etc. Ou seja, os carregadores das Pedras visualizavam o sindicato apenas como um concorrente que lhes retirava o trabalho, e com o qual não colaborariam, pois isto significava diminuir seu espaço de atuação.

Existem, ainda, conforme narrativas dos entrevistados trabalhadores que, uma vez sindicalizados, não atuam nas Pedras por considerarem muito arriscado em caso de algum acidente não possuírem nenhuma segurança, por se adequarem às ordens do Sindicato e valorizarem outros benefícios oferecidos por este tais como: clube, assistência médico-odontológica, festas, conforto no local de espera, doações de material escolar para os filhos, possibilidades de realizar vales que os socorram em necessidades etc.

Para se tornar um cooperado, segundo Marcos, é preciso que o homem preencha uma série de requisitos:

Em primeiro lugar, ele precisa se cadastrar junto ao Ministério da Previdência Social. [...] todos os cooperados têm que ter o seu INSS, pra ele poder trabalhar, porque ele é um autônomo. Ele precisa trazer isso pra gente, e também umas duas fotos três por quatro: uma seria pro cadastro dele, e a outra pro seu crachá, usado onde ele vai adentrar as empresas. É necessário que ele traga também uma xerox do seu RG, do seu CPF, que é a documentação que a gente exige, e um comprovante de residência e um atestado de bons antecedentes.

As exigências feitas pela cooperativa CATTT a aqueles que desejavam a ela se associar deixam claro que, no âmbito das cooperativas, não há lugar

para as relações de “confiança/conhecimento”, relevantes tanto para os chapas da Pedra quanto, em menor medida, para os sindicalizados. Nas cooperativas, existem muito mais possibilidades de rápida inserção no mercado de trabalho para os recém-chegados, ainda sem nenhuma rede de relações profissionais, uma vez que é o atestado de bons antecedentes que vai dizer se um homem é ou não de confiança.

Essa nova forma de organização do trabalho vai concorrer na cidade de Uberlândia, com todas as outras formas de organização, mas é com o Sindicato que o confronto vai ser maior, uma vez que vão pleitear trabalho preferencialmente nas grandes empresas, as quais, neste período, já haviam em sua maioria deixado de trabalhar com os chapas da Pedra.

Com as cooperativas de trabalho, modifica-se o panorama das disputas por oportunidades de trabalho na área, não só porque é uma forma nova de organizar os trabalhadores sob regras diferentes das até então praticadas, como por uma série de características que barateiam o custo, o que vai significar uma redução de espaço de trabalho, principalmente para o Sindicato.

Sentindo-se o sindicato prejudicado pela política das cooperativas, que passaram a assumir alguns dos postos de trabalho anteriormente ocupados pelos seus filiados, instaurou-se, então, um conflito de grandes proporções entre as duas formas de organização. O Sindicato, alegando que as cooperativas favoreciam os empresários e não os trabalhadores, tentou impugnar legalmente sua atuação. Aliás, a polêmica entre os sindicatos e as cooperativas longe de ser um problema localizado na cidade de Uberlândia, é hoje uma questão mundial. No Brasil, o sistema de trabalho através de cooperativas é antigo, mas só ganhou impulso depois da constituição de 1988.

As múltiplas formas de organização dos carregadores hoje resultam de um processo que gerou mudanças significativas neste campo de atuação, disponibilizando para o empresariado de Uberlândia uma gama variada de possibilidades de contratações de trabalhadores para carga e descarga de mercadorias em condições vantajosas. Com a concorrência, cada organização passa a disputar a hegemonia no mercado de trabalho e as estratégias de todas elas tem por princípio oferecer vantagens às empresas, mostrando-se cada uma como a melhor forma de prestação de serviço. Assim, na busca

de se fortalecerem, alguns grupos se organizaram, mas a multiplicidade de modos através dos quais o fizeram, manteve a categoria dividida. As disputas entre os vários grupos pela hegemonia, acabaram por gerar para os empresários a possibilidade de auferir ganhos, o que redundou no rebaixamento da remuneração dos trabalhadores do setor. Essa situação tem gerado reações diferentes entre os trabalhadores. Seu Eduardo e Cláudio afirmaram que só aceitam o trabalho quando consideram que a remuneração oferecida é compatível com o esforço que terá de efetuar, caso contrário dispensam o trabalho. A recusa colocada por eles em atuar por preços irrisórios é um modo de enfrentamento que está posto para os trabalhadores de rua, embora essa forma de luta por melhor remuneração possa ter como consequência dias sem trabalho.

As cooperativas e o Sindicato, como formas de organização dos carregadores para se fortalecerem na concorrência, modificam a noção de concorrência anteriormente existente entre os vários grupos organizados nas Pedras. Nesta forma de organização, as disputas pelas oportunidades de trabalho não incluíam a pretensão, por parte dos grupos, de monopolizar o mercado de trabalho, porque cada grupo organizado em um ponto/Pedra de rua tem uma capacidade limitada de prestação de serviço, ou seja, cada grupo só pleiteia o que for suficiente para garantir a sobrevivência do grupo, ou o serviço que o grupo for capaz de prestar. Nas Pedras/pontos de rua a cidade era esquadrinhada em territórios conquistados, com freguesia fiel, e havia um respeito pelos territórios, direitos e fregueses de cada grupo. As cooperativas e o Sindicato querem, cada uma, conquistar e preservar a hegemonia do mercado, estendendo ao máximo sua capacidade de prestação de serviço, conquistando o máximo de postos de trabalho e aglutinando o maior número de trabalhadores.

Seu Antônio e Seu Eduardo atuaram sempre nas Pedras e veem nisso várias vantagens, entre elas, o fato de negociarem pessoalmente o trabalho a ser realizado e o preço que irão receber. Nunca participaram de cooperativas e só atuaram eventualmente no Sindicato, porque consideram injusto que estas organizações negociem seu trabalho por um preço, mas paguem preço menor a eles em função dos descontos de porcentagens de administração,

seguros e, no caso do Sindicato, de direitos trabalhistas e previdenciários. Para eles, outra importante vantagem em atuar na rua é o fato de que, ao terminarem a execução do trabalho, recebem imediatamente o pagamento, o que não acontece nem no Sindicato nem nas cooperativas, que os pagam semanalmente ou quinzenalmente. Mencionam também o fato de não terem que se submeter a quaisquer regras que não sejam aquelas convencionadas por eles, seu grupo e seus contratantes. Não se submetem a regras impostas de fora, regras elaboradas sem levar em conta sua participação.

Seu Amilton e Seu Alírio, que atuaram inicialmente nos pontos de ruas, logo que o Sindicato foi fundado, se filiaram e daí nunca mais saíram, passando a ocupar postos de direção no interior do mesmo. Alegam afinidades com a estrutura de funcionamento do Sindicato e adaptação com suas regras: “lá é bom demais, uma burocracia danada, mas tudo arrumadinho.”¹⁵ As regras e os direitos trabalhistas e previdenciários dos sindicalizados significam a garantia de segurança em caso de acidente, na velhice ou na morte, quando o Sindicato garante a retaguarda de seus filiados. Na rua podem até ganhar mais, mas não possuem nenhuma segurança.

Apesar de afirmarem preferência por uma ou outra forma de organização, as narrativas dos entrevistados mostram que não há uma rigidez absoluta que os impeça de transitarem de uma para outra forma, conforme necessidades, possibilidades e determinadas noções de valor.

Quanto aos valores poderíamos realçar suas noções de justiça e direito, que embasariam suas preferências por trabalhar sem intermediação, sem pagar taxas para que alguém realize negociações que eles mesmos podem realizar; a sensação de exploração de seu trabalho ao saber que cooperativas e Sindicato negociam o trabalho por um preço maior que aquele que lhes paga; o desejo de não se submeter a normas e regras elaboradas sem sua participação; desejo de segurança na velhice ou em caso de invalidez, o que demonstra preocupação com o futuro; ou ainda a busca de viver melhor seu dia a dia. Esses valores são determinantes no estabelecimento de suas preferências.

¹⁵ Fala de Seu Amilton, ao dizer de sua preferência pelo Sindicato em detrimento das ruas.

As diferentes formas de organização existentes representam mudanças significativas no modo de os trabalhadores pleitearem oportunidade de trabalho, desencadeando uma série de modificações no campo de forças dos carregadores da cidade, uma vez que as diferentes estratégias para se firmar, disputar, conquistar e ampliar seus espaços de atuação ressoarão por todo o campo de relações em que estão envolvidos.

A experiência específica dos trabalhadores no setor de carga e descarga de mercadorias na cidade de Uberlândia é significativa, na medida em que revela as pressões históricas pela disciplinarização dos trabalhadores pertencentes a essa categoria presente no Brasil e no mundo, categoria, que, tradicionalmente, exerceu sua função de forma autônoma, sem registro formal, ou vínculo empregatício que os submetesse a qualquer forma de controle construída pelo sistema capitalista, mesmo prestando um serviço essencial ao funcionamento do sistema.

REFERÊNCIA

FENELON, Dea. O historiador e a cultura popular: história da classe ou história do povo? *Revista História e perspectivas*, n. 6, Uberlândia (MG), Edufu, 1992.

Memórias do cárcere: o testemunho de Graciliano Ramos

| Kamilly Barros de Abreu Silva

NESTE TEXTO, ANALISO O LIVRO DE Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, como expressão de um projeto. Um projeto ao mesmo tempo estético, ético e político, e que toma corpo na forma de um testemunho. Dar-lhe visibilidade implica considerar *Memórias* como balanço de toda a vida e a obra de seu autor. Nelas, faz referência a acontecimentos e impressões que recolhe ao longo da vida, desde a infância, e a seu modo de fazer literatura – seu modo de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo e de fazer a transposição literária disto. *Memórias* é autorreflexão, duro julgamento de si mesmo, em sua relação com o mundo em que é obrigado a inserir-se, com os outros, com sua família, com os presos, com seu ofício, sua situação social e seu papel político. É também reflexão sobre a situação da literatura em um mundo revolvido e sobre as responsabilidades do escritor, sobre a situação político-social do mundo e de seu país – testemunho de um momento pavoroso, sombrio, da resistência da vida contra a morte. O reconhecimento de seus limites como homem e como escritor e, conseqüentemente, dos limites de sua arte em embate com a “vida real”, é a expressão de uma maneira moderna de colocar-se e de interpretar o mundo. A modernidade de Graciliano enxerga com lucidez

o desencantamento do mundo, o rompimento definitivo com um mundo de imobilidade e estabilidade. Esta é uma constatação dolorosa, mas essencial, pois a consciência desta perda irremediável torna-se possibilidade de resistência: a partir do esfacelado, reconfigurar o todo com os olhos fixos no horizonte.

Torna-se imprescindível fazer conexões com os outros livros de Graciliano e assim mapear o movimento que nele se delineia e desemboca em *Memórias*. Naturalmente não é meu objetivo analisar as outras obras, para o que me faltaria competência. Desejo apenas sublinhar alguns temas recorrentes, que revelam preocupações persistentes em sua obra. Para usar uma linguagem musical, é como se houvesse, em *Memórias*, um resumo dos vários motivos que aparecem ao longo da produção literária do autor. Estes motivos vão surgindo em crescendo e atingem o paroxismo em sua obra final, espécie de réquiem. Seu projeto consiste em resgatá-los e enfrentá-los, de uma perspectiva cada vez mais ampliada: se a Graciliano sempre interessou sondar a alma humana em conflito e em inadequação com o exterior, descendo aos subterrâneos de seus desejos mais íntimos e inconfessáveis, em *Memórias* ele atinge o último círculo do inferno.

Entretanto, esse projeto não se define apenas a partir do conteúdo, mas também a partir da forma que escolhe para sua expressão. Esforcei-me por não me afundar no terreno pantanoso dos gêneros, mas não posso me furtar à discussão das fronteiras entre ficção e memória na obra de Graciliano, ainda que *en passant*. Sob estes rótulos ele dividiu sua obra e, no ofício de compor seus livros, ultrapassou, cruzou de forma deliberada os limites de um e outro gênero. “Essa mistura de suas instâncias de criação se deu, basicamente, pela utilização do mesmo método de composição: a memória é auxiliada pela imaginação e a imaginação é enriquecida pela memória – coisa que Graciliano Ramos faz questão de explicitar em praticamente todos os seus escritos” (Pessoa Neto, 1999, p. 62). *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*, romances narrados na primeira pessoa, mantêm entre si uma certa continuidade: os personagens são todos escritores, extremamente angustiados, que lembram o passado, rememoram. Ou seja, mesmo sendo obras de ficção, trabalham com o tema da memória. Estes três livros foram escritos antes de ser o autor encarcerado pelo Estado getulista, sendo que *Angústia* foi publicado durante sua permanência na prisão.

Depois, veio a lume *Vidas secas*, narrado na terceira pessoa, também ficcional. A mudança de narrador, nesse caso, indica a impossibilidade de a literatura tornar-se voz daqueles que não têm voz. Fabiano não fala porque não conhece e não domina a palavra; é necessário que alguém fale por ele – uma fala que não alcança o âmago de sua verdadeira condição. Há um hiato entre o que a palavra pode representar e a penúria física e espiritual de Fabiano e dos seus. Existe o sentido político dessa ausência de voz: o subsolo permanece desconhecido e o grito das entranhas do Brasil não ressoa aqui em cima. Mas há o sentido artístico e, no caso de Graciliano, existencial. Ele escreve *Vidas secas* logo após a saída da prisão, em 1937; o livro é publicado em 1938. Está sob o impacto das vivências traumáticas do cárcere, irremediavelmente marcado por uma ferida que ainda sangra. Está em profundo conflito com a sua arte, pois sente mais do que nunca que a literatura é muito frágil diante de tanta violência e opressão. Graciliano vive o drama da irrepresentabilidade: o inimaginável (em *Vidas secas*, sob a forma do cotidiano de uma família nordestina) resiste à transposição para o registro das palavras. As palavras foram esmagadas pela realidade e Graciliano sente que precisa de uma outra forma para exprimir-se, mais “sincera” que a ficção, em que pudesse mostrar-se inteiramente, sem disfarces, em que pudesse transmitir, para além da palavra, uma vivência. Uma forma de completa entrega, de mergulho no abismo.

É assim que Graciliano deixa a ficção pela memória e traz à tona o seu *Infância*, publicado em 1945. Neste livro predomina o ácido e, em certos momentos, o travo azedo. A análise, tanto da família quanto das ambiências, de si próprio e dos outros, é de uma rudeza total. Por ocasião da publicação, Álvaro Lins afirma, no seu *Jornal de Crítica*: “Quando se decidiu a escrever um livro de memórias, a sensibilidade reagiu em toda a sua exacerbação: e exprimiu-se pela exteriorização daquilo que nela se gravava mais profundamente. [...] Um mundo intolerável de castigos, privações e vergonhas” (apud Pólvora, s.d.). Pode-se reconhecer os ecos da prisão também nesta obra. Em muitos momentos, Graciliano associou o suplício da cadeia com o de sua infância, vivida em um meio extremamente violento. Meio áspero, de repressão política, sexual e sobretudo à inteligência. A sensibilidade do menino, ferida a todo instante, no relacionamento penoso com os pais, na

escola, nas ruas, sofrendo o impacto da miséria ambiental. E apesar da violência, procura um espaço, uma expressão, enquanto por fora tece a couraça protetora. “Mais uma vez o sr. Graciliano Ramos se liberta de inúmeras lembranças que o sacodem, mas não cremos que essa seja sua libertação final. Novas lembranças surgirão, e ele mais uma vez se libertará [...]”. Estas palavras de Lêdo Ivo, escritas em 1944, soam proféticas. De fato Graciliano recorre à memória como uma forma de libertação, que atingirá o ápice em *Memórias*. Nas palavras de Primo Levi, autor que reflete sobre as vivências no Holocausto, os testemunhos são feitos não apenas por uma obrigação moral para com os emudecidos, mas também para nos livrarmos de sua memória (apud De Marco, 2004).

Chegamos às *Memórias do cárcere*, onde o projeto de Graciliano tem ao mesmo tempo seu ponto de partida e de chegada. É neste último livro que seu projeto se estrutura, ou, melhor dizendo, revela uma estruturação obtida a partir das outras obras. Nesse sentido, a produção de Graciliano constitui extenso solilóquio, que dialoga consigo mesmo. Embora haja esta fluidez nas fronteiras entre ficção e memória, sendo a reminiscência não apenas justaposta à sua obra, mas parte integrante dela, Graciliano marca essa distinção em seu texto final: *Memórias do cárcere* não é ficção, Graciliano não quer fazer delas uma “espécie de romance” (Ramos, 1989). Agora seu compromisso é com uma vivência coletiva e não apenas com suas impressões individuais do mundo. Ele quer retratar pessoas reais em uma situação-limite, em que é fácil ferir susceptibilidades. É responsável pela imagem destes homens que quer fazer ouvir, assim como é responsável também pela apresentação justa de um momento histórico, que ultrapassa em muito a sua experiência pessoal. Segundo Alfredo Bosi, sua tarefa é delicada. Ora precisa fazer a mímesis de coisas e atos, construindo um ponto de vista confiável ao leitor, ora precisa exprimir determinados estados de alma ou juízos de valor que se associam às situações evocadas.

Todavia, não é intenção de Graciliano produzir história. Ele coloca-se no mundo como escritor e não poderá fugir da expressão literária. Como, então, a memória de fatos históricos pode fazer-se construção literária pessoal sem descartar o seu compromisso com o que vulgarmente se entende

por realidade objetiva? Uma palavra ajuda a avançar na solução do problema. Essa palavra é “testemunho” (Bosi, 2002, p. 221).

A expressão é bifronte, e daí vem a sua riqueza. O testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, casa memória individual com história. Mas o testemunho também se sabe obra de *uma testemunha*, que é sempre um foco singular de visão e elocução. Logo, o testemunho é subjetivo e, por esse lado, se aparenta com a narrativa literária em primeira pessoa. (Bosi, 2002, p. 222; grifo do autor)

O drama íntimo de Graciliano não se nutre apenas de casos pessoais, transpostos no contexto fictício, mas é criado por fatores da situação em que se encontra e deve ser analisado segundo a norma da verdade objetiva (Candido, 1969, p. 50).

No entanto, como literatura, sua escrita não deve fidelidade apenas ao real, pois está submetida também a regras próprias. Além das regras da literatura como instituição, outras grades aprisionam Graciliano: o universo representado por seus escritos. Ele é vítima de um encarceramento textual, que orienta e define sua expressão. Há, aqui, dois tipos de testemunho. Primeiro, um que desenvolve-se como reflexão sobre o significado, a forma e a função da escrita, apresentada no conjunto de sua obra. E, não menos importante, o testemunho de uma época, em que a literatura distancia-se da figura do autor e extravasa a dimensão individual. Daí o interesse pelo outro, como contraparte ao interesse pelo eu. O autor esforça-se por ultrapassar sua *persona* (Lima, 1991) e para falar a respeito de assuntos, problemas e experiências de interesse coletivo. A memória é abordada não como meio de confirmação de uma autoimagem, mas como meio de promover uma crítica dela. A história da prisão do autor é também a da prisão de muitas outras pessoas. “A provação que atinge o herói atinge também os companheiros” (Bastos, 1998, p. 156). A experiência do aniquilamento é herança para todos nós. O livro gira em torno de algo que transcende o eu; por isso Graciliano cobrava de si próprio a escrita do livro, por isso resolve escrevê-lo. Avulta a dimensão ética e política de *Memórias*: oferecer-se como testemunho de uma desgraça que se abateu sobre vários brasileiros e que precisa vir a público.

Sendo o filtro subjetivo tão relevante para a construção de seu texto quanto as situações objetivas que se propôs representar, a escrita do testemunho deve dispor de uma considerável margem de liberdade. “O autor não propõe absolutamente que a testemunha dê um salto para o discurso da imaginação; mas legitima um modo livre, nada ortodoxo, de tratar o fluxo da memória” (Bosi, 2002, p. 234). Graciliano admite uma larga distância entre o observador supostamente neutro e o escritor que contrai ou expande a seu critério a matéria recordada. Ele elaborou um método próprio de rememoração, presente não apenas em *Memórias*, mas também nos outros livros. *São Bernardo* é declaradamente um romance de memória. A história é contada, ou melhor, escrita, por um narrador que lembra e que através da rememoração analisa sua trajetória na vida. Paulo Honório é um homem simples, bruto até, mas que resolve assumir a empreitada de escrever um livro sobre o seu passado, sobre as situações que o levaram a ser quem é. O personagem toma para si a autoria do texto após algumas tentativas frustradas de fazê-lo ser escrito por pessoas importantes da cidade, conhecedores das letras. A linguagem empolada e falsa dos “literatos” se revela muito distante da realidade de Paulo Honório. Ele precisa de uma linguagem franca e direta e de liberdade para dar vazão à torrente de suas memórias.

São Bernardo se abre com a voz do “autor”, explicando como pensou construir o livro que temos em mãos. Além da questão de autoria, de súbito o que podemos ler é um convite à cumplicidade: a sinceridade invulgar do “autor” é funcional para a conquista da simpatia dos leitores. Ele diz de suas três tentativas falhadas e desvela o seu método: “isto vai arranjado sem nenhuma ordem [...] todo o caminho dá na venda” (S.B., p. 10). (Pessoa Neto, 1999, p. 43)

De alguma forma, também *Caetés* é a narração das reminiscências de João Valério. O tempo é mais diluído e menos marcado que em *São Bernardo*: o livro pode ser lido como o diário de João Valério, seu dia a dia, a narração da angústia da falta de batalha. As memórias de João Valério exprimem angústia existencial, um vazio intenso, sentimentos a partir dos quais são organizadas. No entanto, *Caetés* mostra um “mundo parado” (Pessoa Neto, 1999), um mundo que “goza da paz das coisas estabelecidas, imutáveis, da

tranquilidade das vidas bestas do antigo interior” (Pessoa Neto, 1999, p. 42). As ambições do narrador são compatíveis com seus horizontes; para ele, romper, ousar, é desejar a mulher nova do patrão, é querer ser reconhecido por escrever um livro – a profundidade de suas memórias é proporcional à relativa rasura de sua experiência.

Em *Angústia*, o movimento iniciado em São Bernardo se acelera e desgoverna o mundo de Luís da Silva (Pessoa Neto, 1999). A agonia de sentir-se em embate desigual com o mundo exterior explode em delírio, que se reflete em sua maneira de lembrar. A angústia do narrador produz uma convulsão de ideias, que ele é incapaz de organizar em uma sequência lógico-temporal. Transitando entre a realidade e o sonho, para ele os acontecimentos são enevoados, cheios de sombras, sem nexos, sem propósito. *Angústia* provoca a desagradável sensação de que talvez a vida não tenha sentido. Segundo Pessoa Neto (1999, p. 66), Luís da Silva mistura “coisas atuais e coisas antigas”, “cria o ambiente moveção de *Angústia* e faz com que o leitor se sinta como que abandonado pelo narrador num pantanal de informações que são profundas e repetitivas, mas não desencontradas” (p. 68). Ainda segundo o autor, “o primeiro parágrafo de *Angústia* já traz, em esboço, a explicitação do método de rememoração de Luís da Silva: “Levantei-me há cerca de trinta dias [...] Das visões que me perseguiram naquelas noites compridas umas sombras permanecem, sombras que se misturam à realidade e me produzem calafrios” (p. 65).

A teoria da prosa memorialista (Bosi, 2002, p. 234) esboçada nos três primeiros romances, assim como em *Infância* e *Memórias do cárcere*, prevê a liberdade de buscar, através da lembrança, o que Graciliano chama de “verdade superior”, atingida pelo exercício da intuição pessoal, uma entre as leituras possíveis dos homens e dos fatos. Há uma opção clara por uma maneira de lembrar desligada do que parece grande, do que parece ser o mais importante e apegada a minúcias, a pormenores, a detalhes. Sua teoria lhe permite omitir o essencial, ampliar insignificâncias, aceitar o esquecimento. Em contrapartida à liberdade há, contudo, obrigações. Tanto em relação a seu universo literário, com o qual está em constante diálogo, quanto em relação a seu projeto de busca ou resgate de uma verdade superior. No que

diz respeito a *Memórias do cárcere*, especificamente, Nelson Werneck Sodré afirma, no prefácio ao livro, que “a sua honestidade intrínseca [...] não lhe permitiu [...] desmandos [...] tinha responsabilidades tácitas, a que não faltaria” (1989, p. 15).

É essencial lembrar ao leitor que Graciliano escreve suas *Memórias* dez anos depois de sua prisão: foi preso em março de 1936, solto em janeiro de 1937 e começou a redigir o livro em 1946. Escreveu ao longo de sete anos, até 1953, ano em que veio a falecer. Como publicação póstuma, o livro foi privado de um arremate final. Nesse sentido, as lembranças apresentadas não são simples lembranças, mas análise ou interpretação dessas lembranças. Ao longo de anos – os de espera e os de escrita – suas memórias amadureceram. O autor refletiu sobre elas, sobre o que era conveniente mostrar ou omitir, sobre o olhar que lançaria sobre elas, sobre a forma de apresentá-las. Não se trata de mera exposição de acontecimentos rememorados, mas de uma dissecação deles. Distanciado dos acontecimentos e de sua *persona*, Graciliano pode enxergar o que viveu sob um outro prisma, talvez mais iluminado. As memórias da situação em causa – sua prisão – são acrescidas de memórias de momentos anteriores e posteriores a ela. Tanto porque Graciliano lembra, na prisão, de seu passado, quanto porque, no momento ou nos momentos em que escreve, vai resgatando outras memórias e inserindo pensamentos que não surgiram nos dez meses de encarceramento, mas que foram gerados por eles. A memória de Graciliano também se alimenta de memórias alheias. Em várias passagens ele admite que recorreu a amigos e conhecidos para reconstruir os fatos – não apenas para confirmar sua versão, mas muitas vezes para conflitar com ela. Trata-se de uma superposição de memórias, memória de memórias pessoais ou alheias.

Este método de manejo da memória expressa uma descaracterização da dimensão temporal, com predominância do tempo psicológico sobre o cronológico. O tempo da memória é precipitado e lento, cheio de vazios e sentidos densos. O autor alude a ele de forma enevoadá, difusa; o tempo é dilatado ou condensado. Graciliano segue o fluxo da memória, sem controle sobre o tempo. Em primeiro lugar, porque a vivência em si é vertiginosa; depois, porque é privado deste controle: não há relógios ou calendários na

prisão. O hiato entre o enunciado e a enunciação é preenchido por tempos múltiplos, que nos dão a impressão de simultaneidade entre a vivência do passado remoto e recente e do presente do narrar. Esta perspectiva de simultaneidade “indica que o seu interesse é por um tempo mais amplo que o da prisão [...] o autor está em busca de um sentido comum, o que é contrário à natureza de coisa única que tem o acontecimento” (Bastos, 1998, p. 158).

Este interesse nos remete novamente ao projeto de escrita de *Memórias* como reflexão sobre sua inserção e atuação no mundo. As várias faces da memória que apresenta são reflexos de si mesmo, pois são memórias produzidas pelos vários Gracilianos que foi ao longo da vida. O Graciliano das notas redigidas na prisão, germe de *Memórias do cárcere*; o Graciliano que inicia a árdua tarefa de escrever depois de dez anos; os Gracilianos que resistem e continuam a empreitada até o fim. E também os Gracilianos presentes em seus personagens, pedaços de si mesmo que se colam em seu último livro. A angústia existencial que atormenta João Valério, Paulo Honório, Luís da Silva e mesmo Fabiano é característica também e primeiramente do autor.

Se nos detivermos a analisar os tipos gracilianos, sentimos que há um traço comum que os identifica, apesar das diferenças fundamentais entre uns e outros. Alimentando-os há sempre uma obsessão que os espicaça a lutar surdamente contra algo. São todos eles lutadores solitários. Nessa luta encarnçada contra os obstáculos estão todos absolutamente sós, isolados, sem entrar em comunhão com ninguém. (Nelly Novaes Coelho apud Pessoa Neto, 1999, p. 62)

Graciliano está sempre em causa quando se analisa sua obra, principalmente *Memórias do cárcere*. Para ele, a experiência é condição da escrita. Em suas próprias palavras: “Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só. Em determinadas condições, procederia como esta ou aquela das minhas personagens” (entrevista a Homero Senna apud Pessoa Neto, 1999, p. 64). Graciliano converte-se em personagem para melhor conduzir o áspero julgamento de si mesmo; para proceder como o fazia em relação a seus personagens: uma análise sem atenuantes, sem ira nem disfarce, em que ao mesmo tempo possa esgueirar-se para os cantos. O cumprimento de

seu projeto exige que suas memórias ultrapassem sua *persona* e se coloquem como voz daqueles que partilharam com ele a inominável experiência de ser preso de uma hora para outra, sem processo formado, absolutamente sem qualquer motivo e de ser levado de um lugar para outro como um objeto, um corpo sem alma, suportando todo tipo de humilhação, fome, sede, frio, medo, desespero. Nesse sentido, esta obra transcende em muito a autobiografia, colocando-se firmemente como literatura de testemunho, capaz de impor que a memória seja tomada a partir do recorte do pormenor, que “supõe a confissão honesta de que a totalização seria um ideal muito difícil de alcançar e talvez incompatível com os limites da testemunha” (Bosi, 2002, p. 229). Sua versão é uma das versões possíveis e não deseja erigir-se como verdade absoluta. Graciliano contenta-se com sua parcela de verdade, expondo honestamente seus limites. Apresenta-se como um depoente não mais gabaritado que qualquer outro, mas fiel à sua própria consciência; um homem que admite que sua percepção é falha, que sua memória é repleta de lacunas e que seu juízo ético é tateante. “A força da palavra de Graciliano [...] vem da sua coragem de relativizar tanto as versões alheias como as próprias. É um exercício de dúvida que não chega a paralisar a enunciação, mas a torna modesta” (Bosi, 2002, p. 235).

É grande a tentação do silêncio. Após as tentativas frustradas de gerar o livro, ainda na prisão, Graciliano emudece por um longo período de dez anos. Não são apenas as necessidades práticas da vida que o impedem de lançar-se à tarefa – ele está, de alguma forma, amordaçado. Lembremos que o Estado Novo perdura até 1945; sintomaticamente, o autor começa a escrever por sobre as suas cinzas. Naturalmente, o fascismo brasileiro teve influência no caso, apesar de Graciliano, em sua típica postura espartana, não atribuir a ele nenhuma culpa (Sodré, 1989, p. 15). No entanto, suprimir o desejo de escrever é violência maior que impedir o exercício da escrita e ele admite que, durante aqueles anos, não teve nenhuma vontade de entregar-se a ele; refugiou-se no esquecimento, ou pelo menos no adormecimento das lembranças.

Mas podemos compreender Graciliano quando, em uma atitude honrosa que o fascismo definitivamente não merece, não lhe imputa culpas. Pois a dificuldade maior, o que causava mais profundamente o arrefecimento

do desejo, era a própria natureza do que experimentou naqueles dez meses de prisão. Sua vivência foi tão terrível, tão absurda, tão inconcebível, que o próprio Graciliano não a assimila e, muitas vezes, não acredita nela. Depois da intensidade malévola do que viveu, não suportaria ser visto como um impostor, um inventor. A questão da verossimilhança atormenta o escritor, pois a realidade tornou-se um monstro gigante, que assola o reino das palavras; o real superou e transcendeu a noção de real existente e Graciliano sente-se impotente para lidar com o que escapa ao seu entendimento, mas que, ao mesmo tempo, o marcou profundamente e para sempre.

Os anos passam, mas a ferida não para de doer. E o que não para de doer permanece na memória, como um pesadelo recorrente que não nos deixa dormir. É com este sentido que insiro o conceito de trauma na análise de *Memórias*. A literatura de testemunho trabalha com este conceito, associando-o com a psicanálise mas em muito ultrapassando-a. O trauma não é visto apenas como uma experiência dolorosa que promove um recalque, sob a forma mais comum de esquecimento. É uma ferida, uma avaria, para usar seu sentido grego, que justamente não suporta o esquecimento por muito tempo. A dor é intensa e quando atinge o limite, exige sua expressão: um grito, um gemido, uma imprecação ou uma súplica. O confuso sentimento represado sofregamente busca expandir-se e arrebenta os diques que o contiveram. O trauma torna-se alimento, motivação para lidar com a experiência dura e sofrida, encontrando um significado para ela – ele engendra uma resposta, uma ação. O testemunho é um processo doloroso, mas libertador.

Graciliano tem consciência disso; o testemunho vai tornando-se uma exigência, uma imperiosa necessidade. Mas a dificuldade era medonha. Para além do sofrimento de reviver aquele período ominoso, Graciliano martirizava-se pensando na maneira adequada de representá-lo. Está convencido da fragilidade da literatura diante da experiência. O fazer literário sempre foi, para ele, truncado, sofrido. Demandava muito de si mesmo, era implacável em sua autocrítica e na crítica aos valores corrompidos que via a própria literatura se encarregando de divulgar e fortalecer. Graciliano é um escritor que efetivamente reflete sobre a linguagem, na medida em que se recusa a tomá-la como algo simplesmente dado; reconhece em cada palavra, em

cada estrutura gramatical, as diversas possibilidades e camadas de sentido ali sedimentadas pela história. A palavra tem que dizer o necessário, não pode nunca ser aleatoriamente escolhida. O mundo esfacelado com o qual é obrigado a lidar o leva a refletir sobre a natureza da literatura e sua condição de existência em uma sociedade que lhe é hostil. As reflexões do narrador não se referem apenas à elaboração de *Memórias*, mas também aos impasses gerais da literatura e do literato em sua época. Como balanço de sua vida e de seus diversos papéis nela, *Memórias do cárcere* não poderia negligenciar a reflexão sobre sua maneira de expressar-se artisticamente. Arte é sangue, carne, vida; seria inevitável tratar dela justamente no livro que redimensiona o valor da vida e da arte.

Graciliano é obcecado pela revisão, pelo corte, pela eliminação de tudo que não é essencial: “as descrições pitorescas, o lugar comum das frases feitas, a eloquência tendenciosa” (Carpeaux apud Pessoa Neto, 1999, p. 79). Sobre a atividade de escritor, em carta à mulher Heloísa Ramos, escrita em abril de 1935, afirma:

Somos uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros, duma sensibilidade excessiva, duma vaidade imensa que nos afasta dos que não são doentes como nós [...] é necessário que a doença que nos ataca atinja outros com igual intensidade para que vejamos neles um irmão e lhes mostremos as nossas chagas, isto é, os nossos manuscritos, as nossas misérias, que publicamos cauterizadas, alteradas em conformidade com a técnica.

A questão dos usos e abusos da literatura, do fazer literário e do papel do escritor foi exaustivamente discutida em sua obra. Vimos que, nos primeiros romances, o narrador é alguém que se utiliza da literatura para contar sua experiência. Em *Memórias*, livro que é o ápice do processo de negação da ficção e ânsia por testemunho e em que a literatura é definitivamente vista como fraca e limitada, as exigências do fazer literário tornam-se mais e mais rígidas. Sua obsessão interfere na própria constituição da obra, sua insatisfação ameaça impedi-la de vir à tona.

A lentidão do processo de escrita é indicativa do quanto doloroso ele é. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1989), no prefácio de *Memórias*,

“Graciliano Ramos era um trabalhador lento e difícil, incontentável. Não só escrevia pouco e através de longas pausas, como corrigia impiedosamente, jamais se contentava com o texto que lançava em primeira mão. Parecia-nos muito difícil que chegasse a completar a obra” (p. 13). Para piorar a situação, continua Sodré, estava, naquela fase, numa de suas profundas indisposições para escrever. Seu estado físico contribuía para isso: Graciliano estava muito debilitado, literalmente lutando contra a morte. Tinha câncer no pulmão e, depois de uma operação frustrada, havia sido desenganado pelos médicos. De fato, como vimos, a morte surpreende Graciliano, que não chega a terminar o livro. Mas como tinha consciência de que seria publicação póstuma, procurou completá-lo no mais importante, deixando de fora apenas as primeiras sensações de liberdade e impressões que as ruas do Rio de Janeiro lhe causam em 1937, quando sai da prisão.¹

Lutar contra o tempo e contra a morte é motivo suficiente para indisposição. Mas para além de sua precária condição de saúde, havia uma certa apatia, uma ponta de desilusão em relação à escrita, por ser incapaz de traduzir inteiramente o que testemunhou. As lembranças são traumáticas, duras de enfrentar. A escrita é capaz de evocar, através da memória, o estado de espírito do Graciliano-prisioneiro, assombrado por inúmeros fantasmas: solidão, incomunicabilidade, angústia, confusão, desesperança, desconfiança, medo, vergonha, humilhação. A percepção, trazida desde a infância, de que há algo de inadequado na maneira como vê o mundo, algo que provoca o choque entre sua lógica interna e a lógica do mundo exterior, é cruelmente exacerbada em sua passagem pela prisão e cruelmente revivida no processo de escrita, numa tortura de anos. É como se Graciliano tivesse de enfrentar a morte em várias frentes, relembrando seu enfrentamento na prisão e lutando concretamente por sua vida.

Quando brota nele a urgência de escrever, de retomar, através de suas memórias, as rédeas de sua vida, produzindo um sentido para sua trajetória, ele bem sabe que sua tarefa será ingrata e que lhe sugará todas as energias.

¹ Ver a “Explicação final” de Ricardo Ramos, que aparece como posfácio no livro.

Ele a imaginou por muito tempo e só depois de um trabalho lento de espírito se dispôs a enfrentá-la. Sua decisão foi maduramente refletida, após uma difícil gestação; segundo Sodré (1989, p. 14), “ninguém tinha, como ele, consciência da importância da tarefa de escritor”; e assumir a construção deste livro significava carregar todo o fardo deste ofício: falar com a força máxima da palavra, explorá-la em toda a sua densidade, a despeito de todos os perigos, de toda dor, a despeito de si mesmo. Quando converte seu sofrimento em sofrimento de milhares de homens e mulheres, o silêncio torna-se ação e a fragilidade transforma-se em resistência. Apesar de toda a severidade para com a própria obra e o pavor vaidoso de lançá-la à publicidade, não pode deixar de escrever. Mesmo na prisão, não pôde deixar de escrever:

Resiste [...] tenazmente ao meio, nega-se às suas leis e encontra equilíbrio, precário mas decisivo, nas pequenas folhas de papel em que afirma sua autonomia espiritual. A literatura é o seu protesto, a sua maneira de manifestar a reação contra o mundo das normas constritoras. Como em quase todo artista, a fuga da situação, por meio da criação mental, é o seu modo peculiar de inserir-se nele, de nele definir o seu lugar. (Candido, 1969, p. 53)

Importa, no momento em que decide escrever, empunhar a literatura como arma e definir seu lugar no mundo como escritor, como artista. Os terríveis efeitos da modernidade sobre a alma humana e, conseqüentemente, sobre a literatura, são um fato que é impossível não reconhecer. Graciliano conhece a crise da palavra pelo lado de dentro, pois conheceu, também pelo lado de dentro, inclusive dentro de seu corpo, o poder aniquilador que a modernidade fez nascer. Contudo, a modernidade traz não apenas destruição, mas também possibilidades. A partir do fragmentado, é possível reconfigurar. Os cacos podem converter-se em mosaico pleno de um novo sentido – o sentido que pode ser construído a partir da perda de outro.

Graciliano Ramos transforma-se em voz supranacional quando decide dar à luz um projeto que ultrapassa suas necessidades pessoais e torna-se testemunho de um momento da humanidade. A vaidade não tem mais importância, pois não é apenas sua experiência que conta. Graciliano mergulha no universal e faz-se voz poliglota, capaz de representar todos os homens

em um e um homem em todos. A literatura é seu meio de expressão e não se pode renunciar a ele. O poeta não deve calar, pois aquilo que transcende o verossímil exige uma reformulação artística para sua transmissão. Daí a importância da literatura como testemunho: uma modalidade de trato com a experiência que amplia as dimensões e o poder da literatura, exatamente através da consideração de seus limites em um novo mundo. A literatura de testemunho é capaz de organizar o caos de vivências traumáticas, de submeter o delírio e o pesadelo à análise minudente e implacável que os torna inteligíveis. Há nela uma força de ordenação que integra a vivência fragmentada na unidade superior da obra literária. A leitura estética do passado envolvida na literatura de testemunho permite dilatar as possibilidades da literatura e também suas responsabilidades: ela pode desconstruir imagens eleitas vencedoras pela memória e pela história, ao incorporar elementos desconsiderados na análise “tradicional” dos fatos, onde o documentado e provado vale mais que o vivido.

A tarefa de lembrar a tragédia, de narrar o núcleo dos fatos – enfim, de narrar a história a contrapelo – envolve não apenas o enfrentamento, por parte do narrador, do sofrimento experimentado, mas alimenta nele a esperança de que tal narração seja um meio de acusar o inimigo pela barbárie perpetrada e de expô-lo ao julgamento dos homens do presente e do futuro. O projeto de Graciliano é pautado na libertação e no compromisso. Ele tem uma obrigação moral consigo mesmo e com seus companheiros de cárcere, especialmente os mortos. Representar um passado comum, uma página da história brasileira e mundial, exige ética; este passado é credor de uma dívida. Ele exige justiça, exige ser escutado, ser revelado através da voz e do sangue das vítimas. Seu projeto, em sua face talvez mais importante de contramemória, quer denunciar a mentira e o esquecimento forjado e fazer vir à tona a verdade superior soterrada pelo projeto que se tornou hegemônico. É preciso revelar que este projeto alcançou a vitória pelo silenciamento de outros. Havia outros objetivos e expectativas para o Brasil, outras visões de mundo, uma diversidade de propostas – todas submergidas pelo projeto dos vencedores. Para usar a imagem de Bourdieu, o projeto de Graciliano foi derrotado em uma luta de representações. Mas ele pode ser resgatado

e usado como instrumento para tecer a desconstrução de representações políticas e sociais que se mantiveram tempo demais no poder. A memória, animada pela literatura, transforma-se em arma dos vencidos. Manejada de uma forma diferente, ela pode passar de instrumento de vitimização a instrumento de liberdade. No dizer de Hermenegildo Bastos, para que as *Memórias do cárcere* se façam descrição, análise e dissecação da não liberdade, é preciso que nelas se faça presente a liberdade. “Do contrário, nem o autor nem o leitor poderiam contrapor alguma coisa ao cárcere” (1998, p. 158).

É clara a dimensão política da luta travada pela memória contra o esquecimento em *Memórias do cárcere*. Os acontecimentos são registrados, apesar de tudo, para evitar que sejam esquecidos. Rememorar e narrar o indizível é dizer não ao silêncio, é afirmar mais uma vez a força da palavra, indissociada da força da experiência humana obtida na resistência. *Memórias do cárcere* é fruto da resistência. É resistindo que Graciliano recusa o silêncio e torna-se voz ativa. É resistindo que gera o germe do livro – as notas escritas na prisão. É resistindo, até ameaçando – por sentir-se novamente adentrar a humanidade – que anuncia pela primeira vez seu projeto, falando ao diretor da Colônia Correcional da Ilha Grande por ocasião de sua transferência para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro.

Graciliano Ramos constrói um projeto estético, ético e político, mas de forma alguma político-partidário. Esteve sempre vigilante para impedir o aproveitamento da obra literária pela ideologia dominante, assim como combatia a transformação da literatura em instrumento de doutrinação. Manteve-se cômico das armadilhas que suas próprias armas poderiam trazer e impediu a instrumentalização de sua escrita, pois esta é uma luta solitária do artista e pressupõe independência. Apesar de ter sido preso como comunista, Graciliano filiou-se ao partido apenas em 1945. O projeto do livro foi delineado ao longo desses anos, sem qualquer interferência do PCB. Porém, após a morte de Graciliano, Astrogildo Pereira procurou Heloísa Ramos “dizendo que, sendo *Memórias do cárcere* e *Viagem* dois livros políticos, tinham de ter aprovação partidária para a sua publicação, visando até mudanças e supressões” (Abel, 1999, p. 153). Carlos Abel conta esse episódio em seu livro *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Heloísa Ramos

informou ao mensageiro do partido que *Viagem* já havia sido entregue a José Olympio e que *Memórias do cárcere* já estava há muito no cofre do editor, pois Graciliano entregou, ao longo dos anos, três capítulos mensais a ele. Astrogildo, inflexível, marcou nova reunião, em que Ricardo Ramos o recebeu, com o máximo de má vontade. Recusando-se a compactuar com o partido, foi ameaçado e encerrou a discussão devolvendo a ameaça: se algo lhe acontecesse, o partido teria de se haver com seus dois irmãos, menos conversáveis que ele. Acatando as objeções da família, o partido tenta abafar o incidente, que acaba transpirando na revista *O Cruzeiro*.

Parece que, na verdade, Graciliano não se importava com esses achaques do PCB. Durante o Estado Novo, Graciliano já havia sido censurado por escrever crônicas na *Cultura Política* e na *Atlântico*. A primeira era um periódico subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda. A *Atlântico* era revista do DIP e do Secretariado da Propaganda Nacional de Portugal, órgão da ditadura salazarista. O autor respondia que publicava até no *Diário Oficial*, desde que não o censurassem: “se aguentam o que escrevo, publico. E que se danem” (apud Abel, 1999, p. 154). Em *Memórias do cárcere*, ele simplesmente não se propôs olhar e, menos ainda, avaliar seus companheiros como atores de um drama político. Alfredo Bosi (2002) repara na ausência quase completa de discussão ideológica sustentada ao longo das *Memórias* e continua:

A lacuna poderá servir de pista. A testemunha é, neste caso, antes um observador arredio e perplexo do que um intérprete empenhado em dar uma explicação articulada dos valores cuja defesa levou aqueles militantes à desgraça. É uma visada tópica, que se detém no horizonte mais próximo possível da situação vivida e não se dispõe a ultrapassá-la como se receasse dizer mais do que sabe [...]. Não é a luta partidária de cada um que o afeta, mas o seu modo próprio de estar naquelas condições adversas, o seu jeito de sobreviver. (p. 222-223)

Os leitores sectários que esperavam um libelo ortodoxo encontraram no livro desapontamento, quando não irritada frustração. A voz de Graciliano é desconfiada, não distribui gratuitamente louvores ou condenações. Diante da diversidade de classe, de formação, de valores, de caráter, com que se depara na prisão, Graciliano considera o peso do meio social e do lugar de cada indivíduo na sociedade, mas ultrapassa-o. Ele quer enxergar

o homem para além de qualquer ideologia. Mesmo porque a realidade da prisão escancara seu não funcionamento. As bases ideológicas, tanto do governo e seus acólitos quanto dos “revolucionários” de esquerda, pareciam-lhes precárias, e os atores daquela pantomima, improvisadores canhestros. Graciliano não poupa críticas à burguesia, incapaz de estabelecer coerentemente uma liderança revolucionária. A esmagadora maioria dos brasileiros não tinha vez nos planos da “revolução brasileira”, por absoluta ignorância – não havia ecos deste projeto na vida popular de um Brasil pobre e disperso. O “fascismo tupinambá” e seus dirigentes eram desprezados por Graciliano, vistos como títeres controlados pelos poderes verdadeiramente malévolos do fascismo internacional e seus interesses capitalistas. Os militares são por ele ridicularizados, tantos os de direita quanto os de esquerda. Mas apesar das críticas, o escritor quer compreender aqueles homens, quer penetrar-lhes na alma e descobrir o que de fato os torna humanos. Encontra solidariedade nos lugares mais inusitados e assiste à queda de várias máscaras.

Ainda que odeie o capitalismo, não faz corpo comum com os militantes presos, muitos deles envolvidos na Intentona de 1935 ou dissidentes do PCB, que já então se digladiavam em polêmicas ferozes (Bosi, 2002, p. 223). O “comunismo” de Graciliano é de outra natureza. É uma forma de inserção no mundo guiada por um profundo desejo de justiça, um sentimento aflorado do bem e do mal. Era um homem mortificado pela iniquidade, em conflito permanente com uma realidade que brutaliza o homem, física e espiritualmente. Desde sempre se prontificou a denunciá-la, pelo simples fato de que sua consciência não lhe permitiria compactuar com ela. Faço minhas as palavras de Antonio Candido, que melhor do que ninguém descreve a postura política de Graciliano:

a fidelidade ideológica nada tinha de imposição exterior, exigindo deformações do espírito e da sensibilidade; mas brotava de imperativos pessoais e era esculpida por eles, por assim dizer. Era algo obtido por construção interior e postulado livremente no plano do comportamento, com uma grande liberdade de vistas, desinteresse pela palavra de ordem mecanicamente aceita, ausência de sectarismo. Para ele, o comportamento político – forma superior da ânsia de testemunho – foi um tipo de manifestação pessoal em que a sua

imperiosa personalidade se completou, harmonizando-se livremente com uma imperiosa ideologia. Conciliando a fidelidade a si mesmo e aos princípios, foi realmente um homem na mais alta acepção da palavra, ao obter essa integração em profundidade, servindo sem se trair e oferecendo o terreno amargo da sua obra às florações do ideal. (1969, p. 57)

O projeto de Graciliano Ramos, político no sentido mais amplo do termo, descortina, através do testemunho, uma outra história. Os acontecimentos narrados por ele nos recolocam com ímpeto em face do passado experimentado como vencedor. Nos fala de sua vivência na prisão, mas associando-a à realidade maior do mundo. A prisão aparece como reflexo do exterior, possibilitando apurar a análise da sociedade contemporânea, que então surge transbordante de violência. Como historiadora, esta é uma das dimensões de sua obra que mais me fascina. Penso que admitir a extrema violência da história brasileira é exercício fundamental para o historiador. O mito de nossa “vocação pacifista” precisa ser demolido. O Estado Novo, juntamente com este período que vai de 1935 à sua instauração, não deve ser visto como um interregno na história do Brasil, pois ela sempre foi marcada pela violência. Graciliano desvela, em toda a sua obra e mais enfaticamente em *Memórias*, cenas e imagens de pesadelo, de uma vida injusta, pobre, violenta. Nos rincões do país e no fundo dos cárceres, longe da opinião pública de cidadãos corretos e limpos, a violência surge da forma mais cruel: banalizada. Fabiano, Luís da Silva, Paulo Honório em sua juventude pobre, mesmo João Valério, Graciliano-menino, Graciliano-presos, são todos testemunhas disso, obrigados a submeter-se a um poder esmagador para o qual a vida não tem nenhum valor. Tudo e qualquer coisa é motivo para atingir o homem em sua dignidade, preferencialmente atingindo seu corpo. Pois o homem foi reduzido a isto – um corpo. E circunscrito a ele, perde sua humanidade, torna-se um animal qualquer: um rato, uma mosca, um boi.

Constantemente, Graciliano concentra sua narração no impacto da violência sobre o corpo. A animalização é apenas uma das faces dessa interferência. Segundo Franklin Oliveira, “há uma trágica isomorfia entre bichos e homens [...]. Os homens são incapazes de exprimir um mínimo de sua humanidade que, de tão precária, fixa-se ao nível da animalidade” (apud

Pessoa Neto, 1999, p. 58). O bicho está mais perto da morte e Graciliano reveza entre a toca e o sepulcro. O aniquilamento é a finalidade da violência que incide no corpo, de dentro para fora: a comida, o café, a água, o remédio, são todos seus agentes. Mesmo as funções básicas do corpo – assimilar, desassimilar – sofrem interferência; sem falar na privação de sono, na falta de ar, no calor, no frio, na falta de higiene, nas pulgas e percevejos. A tortura não é apenas um episódio isolado, mas exercida diariamente. Denunciar a dominação do corpo, assim como a da vontade, faz parte do projeto de Graciliano: é seu dever resgatar do anonimato e do esquecimento os corpos combalidos de seus companheiros. Pois o corpo é também instrumento de resistência; seu testemunho é também o manifesto da sobrevivência do corpo, campo de batalha da vida contra a morte. Assim como a alma, o corpo é marcado – o trauma surge também no corpo. E é o corpo, através da mão do artista, que desenha o movimento de libertação e compromisso, tornando-se o verdadeiro agente de seu projeto.

Expondo a violência aparelhada, justificada e empregada pelo Estado como prática institucionalizada, Graciliano permite-nos reaver o sentido violento de nossa experiência histórica. Importa perceber como a história descortina-se na obra, como surgem as características da cultura fascista que marcou irremediavelmente nossas consciências, como se interpenetram o sujeito poético e a realidade social que lhe é antitética. Vem daí a escolha de não dialogar com a historiografia que trata do fascismo brasileiro. Não me interessa contrastar sua visão com outras e cair novamente na armadilha da oposição memória/história. Não é meu objetivo verificar a adequação ou inadequação de sua versão em relação às versões produzidas e perpetuadas como fiéis à verdade. A verificabilidade não define o testemunho. Da sinceridade e da autenticidade não decorre verificabilidade. A honestidade da testemunha está em apresentar a sua versão dos fatos. A versão do historiador pode ser criticada, contestada ou reafirmada. A versão autêntica da testemunha, ainda que possa ser contestada, não perderá seu valor como testemunho.

Graciliano desvela o terror do regime de exceção varguista mais intensamente do que nunca. Não contam as versões historiográficas que apresentam o Brasil como uma Alemanha tropical, com campos de concentração

pululando como campinhos de pelada. Ele dá ao “fascismo tupinambá” um tratamento justo, equilibrado, sem exageros e sem eufemismos. Através da lógica perversa de que os fins justificam os meios, muita verdade foi encoberta pelas realizações, especialmente as econômicas, do governo Vargas. Sua imagem, por vários motivos que não caberia comentar aqui, manteve-se preservada e dissociada do horror e, conseqüentemente, também a memória de seu governo. Num mecanismo típico e previsível, os brasileiros “esqueceram” desta parte negra da história, talvez também porque ela não corresponda à autoimagem que queremos ter como nação. O que resta é o Vargas nacionalista e defensor dos trabalhadores, pai dos pobres, que impulsionou como nunca a economia brasileira. Dá medo ver como essa memória pode ser manipulada: basta ver como o PDT e PTB, por exemplo, buscam nela uma referência positiva e colocam-se como herdeiros do trabalhismo varguista, escamoteando suas raízes autoritárias.

Interessa, neste trabalho, perceber como a memória de Graciliano Ramos, convertida pela arte em universal, pode promover uma autorreflexão da história, tanto em relação à sua ligação com a memória – seus usos e abusos – quanto em relação à visão de um período específico. *Memórias do cárcere* apresenta uma versão diferente dos “fatos”. A vivência de Graciliano e seus companheiros presos não foi retratada nos livros de história, muito menos nos documentos oficiais do Estado brasileiro. É uma vivência ignorada ou pelo menos não devidamente esclarecida. É por isso que a literatura em *Memórias* é resistente. É um testemunho de acusação dos algozes, que lavaram as mãos do sangue das vítimas. É um testemunho em defesa dos que, mesmo esmagados, usam a sobrevivência – o próprio corpo – como arma. A versão de Graciliano ilumina as entranhas do Brasil, destroçadas por mucuranas, mas em que a vida ainda pulsa. A constatação e o enfrentamento do absurdo carregam uma intensa esperança. Graciliano lança sua experiência no futuro; planta uma semente. O que pode ser construído a partir dela não concerne apenas a ele, mas a todas as pessoas, especialmente brasileiros que porventura abrirem seu livro. A responsabilidade do autor é transferida para o leitor no momento da leitura, criando uma corrente de resistência a todo totalitarismo.

A história, consciente de sua relação simbiótica com a memória, deve olhar para ela percebendo o quanto este olhar revela de si mesma. Penso que assim a história deve olhar para *Memórias do cárcere*, transformando sua própria escrita em resistente, a partir de um compromisso com a experiência humana, em toda sua glória e decadência. Interessa o que a leitura deste livro, de um ponto de vista histórico, pode desvelar sobre a forma de abordar e conduzir a história. Escutando a voz de Graciliano com cuidado e deferência, acolhendo-a no íntimo de seu coração e de sua consciência, a história pode voltar-se para si mesma, autoconhecendo-se e explorando cada vez com mais ousadia seus limites.

REFERÊNCIAS

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. *Graciliano Ramos: cidadão e artista*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

BASTOS, Hermenegildo. *Memórias do cárcere: literatura e testemunho*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 1. ed. São Paulo: Martins, 1969.

_____. *Formação da literatura brasileira (Momentos Decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. 2 v.

_____. *Graciliano Ramos por Antonio Candido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1996.

_____. *Literatura e sociedade*. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/Publifolha, 2000.

DE MARCO, Valéria. A literatura de testemunho e a violência de Estado. São Paulo, *Revista Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004.

LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *Persona e sujeito ficcional. Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

PESSOA NETO, Anselmo. *Paisagens do neo-realismo em Graciliano Ramos e Carlos de Oliveira*. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PÓLVORA, Hélio. *Graciliano, Machado, Drummond & outros*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. 6. ed. São Paulo: Martins, 1967.

_____. *São Bernardo*. 10. ed. São Paulo: Martins, 1969.

_____. *São Bernardo*. 23. ed. São Paulo: Martins, 1974.

_____. *Caetés*. 12. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record/Martins, 1976.

_____. *Viventes das Alagoas*. 11. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. *Insônia*. 19. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1984.

_____. *Cartas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Angústia*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

_____. *Memórias do cárcere*. 24. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1989. 2 v.

_____. *Vidas secas*. 84. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 24. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 1989.

A autobiografia e a elaboração de sentido do eu: o Projeto Bernardiano¹

| Márcia Pereira dos Santos

*Só podemos ser fiéis àquilo de que nos lembramos e não
lembramos senão daquilo que conhecemos.*

Proust

O PRONOME EU² PARECE ENCERRAR UMA dádiva de vida e de certeza. No entanto é dentro do questionamento dessa pequena palavra que nascem as autobiografias. Essa busca do eu, expressa já em Rousseau e mesmo em Santo Agostinho, tornou-se uma busca por si mesmo levada a cabo por diversos literatos, filósofos, pensadores e, mesmo, por gente que se considera comum, mas que, tendo algo a dizer, o faz por meio a narração de sua vida. A pergunta orientadora desse processo é sempre: quem fui eu? Quem sou eu?

¹ Este artigo é uma versão modificada do capítulo II da Tese: *Relembrações em Minguante: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes*, defendida em agosto de 2007.

² Discussões sobre o eu em autobiografia são amplas. No âmbito dessa discussão vale-se especialmente das análises de Verena Alberti (1991), Carla Milani Damiano (2003) e Fernando Kolleritz (1999). É necessário ainda tomar o pronome *eu* na sua historicidade, lembrando que a experiência da individualidade é basicamente experimentada a partir do mundo moderno. A percepção do eu, neste artigo, parte basicamente do eu como sujeito do enunciado, com qual o autor se dirige ao seu leitor; e, também do eu como si mesmo, ou do eu representado porque narrado, que seria, nesse caso, o personagem. Cf. Paul Ricoeur (1991).

Muitas foram as tentativas de resposta a essas indagações, forjadas a partir de um si mesmo em intenção de um outro. Porque responder a essas perguntas é menos um compreender-se que um dar-se a compreender. Pode-se, portanto, entender a autobiografia como uma opção que um sujeito faz de narrar sua vida. Com essa compreensão é que se toma a literatura de Carmo Bernardes (1915-1996)³ questionando qual o sentido de “eu” elaborado pelo autor a partir de seu projeto autobiográfico, composto pelos livros *Força da nova: relembrações* (1981) e *Quarto crescente: relembrações* (1986), obras que narram a vida de Bernardes da infância até a idade adulta.

Em 1966, numa crônica, Carmo Bernardes confessou:

Já estou cansado de saber que em minha pessoa habitam muitos indivíduos, cada um com um gênio e uma inclinação diferente. Esses capetas estão sempre a armar questões absurdas, vivem em mim como os membros de uma família: cada qual com sua personalidade própria, brigando entre si, querendo impor-me os seus sentimentos e pendores. Como entre as pessoas autônomas, os indivíduos que são o meu Eu possuem um maioral-mandão, que ordinariamente fala mais alto do que os outros. Há uns bobos, uns miúdos, alguns covardes e mesquinhos, e aquele que está sempre na comandância, que é um sujeito dos mais ranhetas, sofisticado e até certo ponto canalha. Esse daí afianço que foi feito do barro da maioria dos homens que há por aí hoje em dia. Porque vieram do trivial, tiveram a mãe cabocla e o pai chapéu atolado, vieram encobrando as suas origens, desconhecendo intencionalmente a existência do angu-com-quiabo. De vez em quando esse tipinho exibido vira pro bobo e indaga com a cara mais regaçada deste mundo: – Arroz-com-pequi? Que é que isto? (Bernardes, 1968, p. 189)

A crônica expõe a autoleitura que Carmo Bernardes lança como um desafio a si mesmo com intenção de mostrar-se aos outros. Bernardes exhibe

³ Mineiro de Patos de Minas, filho de Luiz Bernardes da Costa e Ana Carolina Barbosa, Carmo Bernardes nasceu em 2 dezembro de 1915 e faleceu em 25 de abril de 1996. A família transferiu-se para a cidade de Formosa (GO) em 1920 e em 1925, para a cidade de Damolândia, na época município de Anápolis. Em 1959, muda-se para Goiânia. De sua transferência para Goiânia até o ano de 1965 esteve afastado das atividades jornalísticas regulares fazendo, de vez em quando, algumas colaborações a jornais e revistas da época. A partir do ano de 1965, passou a se ocupar do jornalismo e da literatura, assumindo o cargo de redator do jornal *Cinco de Março*. Ocupou a Cadeira n. 10 da Academia Goiana de Letras. Até sua morte, em 1996, escreveu em vários jornais e revistas da capital goiana.

um pressuposto do mundo moderno: a autoconsciência, o pensar sobre si mesmo, e ainda a multiplicidade dos “eus”, a complexidade fragmentada do sujeito moderno. Almejando encontrar um “eu” que possa ser externado, o autor avalia-se perante o que foi e o que se tornou. Do alto de seus 51 anos, já com as ilusões dilaceradas pelas agruras da vida, Bernardes faz a curva essencial da sua existência: tornou-se, além de jornalista, um literato.

O eu Bernardiano, que aí se evidencia como se dividindo em muitos, numa multiplicidade lida e sentida, aparece como traço da modernidade que descobriu o “eu”. Isso justifica a tomada das discussões de Charles Taylor (1997) sobre a construção da identidade moderna e, ainda, as concepções de identidade e de identidade narrativa, tal como proposta por Paul Ricoeur em *O si mesmo como um outro* (1991), como fundamento teórico para interpretar e compreender a construção de uma identidade e de um sentido de mundo, efetivados por Bernardes, em seu projeto autobiográfico. Nessa perspectiva, o sujeito narrado pelo Bernardes que se autobiografa não aparece isolado em um “si mesmo idem”, mas sim aberto à sua historicidade e à sua cultura, podendo ser lido como um “si mesmo ipse”. Porque Bernardes, ao reconhecer-se numa identidade múltipla e fragmentária, reconhece, ainda, de onde veio, a que cultura pertence, ou seja, reconhece o mundo referencial que o motiva a escrever sobre si mesmo. O pensar sobre sua individualidade fragmentária é, para Bernardes, o começo do trajeto literário⁴ cujo auge se deu com a elaboração, na década de 1980, do projeto autobiográfico que narra sua vida desde a infância até a velhice.

⁴ O primeiro livro publicado por Carmo Bernardes, em 1966, foi *Vida mundo*, coletânea de contos ambientados no sertão; em 1969, publicou dois livros de crônicas, *Rememórias* e *Rememórias II*; em 1972, *Reçaga* (contos) e *Jurubatuba*, seu primeiro romance; em 1976, o livro *Areia branca* (contos); em 1977, *Idas e vindas* (contos e causos); em 1981, *Força da nova – relembrações*; em 1984, a editora Record publicou *Nunila* (romance); *Memórias dos ventos*, outro romance foi publicado em 1986, pela editora Marco Zero; no mesmo ano a Ed. UFG publicou *Quarto crescente – relembrações*; em 1991, a mesma editora publicou *Perpetinha* (romance); em 1994, o autor publicou de forma independente *Jângala: Complexo Araguaia*; em 1995 publica pela Ed. UFG, *Santa Rita* (romance) e *Quadra da cheia* (contos); teve postumamente publicados, em 1997, *A ressurreição de um caçador de gatos* (contos); em 2001, *Selva: bichos e gente*; em 2005, *Xambioá paz e guerra*. Cf. José de Mendonça Teles (2000).

É nesse momento que o autor decide, quase aos 70 anos, escrever sua vida de uma forma sistematizada. O projeto autobiográfico de Bernardes consistia em contar suas experiências de vida em quatro etapas, como as quatro fases da lua. Esse projeto expunha, já no seu início, a perspectiva de Bernardes de ver sua vida como um ciclo, que com a aproximação da velhice chegava ao fim. Interrompido esse projeto por sua morte em 1996, foram publicados apenas os livros *Força da Nova: lembranças* (1981); e *Quarto Crescente – lembranças* (1986), ou seja, Bernardes não concluiu seu projeto autobiográfico.

Certamente a autobiografia tem um grande significado para esse homem que vivera uma transformação radical em sua trajetória: o caipira migrante que chega a Goiás na década de 1920, o tipógrafo e jornalista na década de 1940, e o respeitável literato e, pode-se dizer, ativista ecológico até a primeira metade da década de 1990. Essa transformação de Bernardes ocorre de modo paralelo à transformação de tudo o que fora suas referências de mundo: os homens e a natureza. E essa tentativa de contar suas experiências se molda na condição que Bernardes assume para se tornar um narrador. Mas um narrador que, diferentemente do narrador tradicional, não tem mais o espaço da oralidade para contar sua vida, o que o obriga a dotar a escrita dessa função, que por um lado é redentora de si mesmo, quando admite uma autoexploração que lhe permite elaborar um sentido para sua própria vida; mas que é também, à semelhança das narrativas do narrador tradicional (Benjamin, 1994), a tentativa de dar conselhos e exemplos de vida com a intenção do outro, seu par, o leitor.

De fato, Carmo Bernardes sabia o significado de contar-se:

[...] eu falando só de mim, fazendo-me o centro do mundo.

– “Esse indivíduo está achando que é o quê?” Hão de indagar assim, enojados e com razão. Sei que as memórias só valem se o memorialista coloca o biografado ou autobiografado no centro dos acontecimentos da época. Não é sem tempo que dou acordo disso e, se fiquei no eu, só eu e mais ninguém até agora, foi consciente, sei muito bem que a vida e a história dos indivíduos transcorrem inteiramente na dependência de feitos e fatos que vão sucedendo independentemente da sua existência, embora o indivíduo não seja um mero assistente passivo do desenrolar da história.

O homem faz a história e a história faz o homem num intrigante processo de interação. (Bernardes, 1986, p. 216-217)

O autor, assim, mostra-se consciente do que é escrever “seu eu”. Ele leu várias biografias, autobiografias e livros de memória de autores nacionais, como Graciliano Ramos, e internacionais, como Proust. Justamente por ter noção do que significa autobiografar-se é que expõe essa escrita como uma possível ação política, que une passado e presente em função do devir. Suas memórias respondem a um dever de memória para com o seu povo, para com a natureza e para consigo mesmo; sua voz torna-se a voz desses que considera indefesos e desamparados de tudo.

A autobiografia de Carmo Bernardes, para além das questões comuns desse gênero de escrita, pode ser entendida, também, como um meio de seu autor reconciliar-se consigo mesmo, reconciliando passado e presente. É claro que Bernardes quis ser escritor e esse intuito delineou-se no momento em que decidiu deixar a roça porque, sendo um “sujeito que sabia ler, escrever e falar discurso”, sua vida poderia trilhar outros caminhos que aquele trilhado por seus pais; poderia ser o que desejasse, mas decidiu-se pelo jornal e pela literatura, talvez porque aí vislumbrasse a possibilidade de, expondo-se, mostrar publicamente seu projeto político de um mundo melhor.

Assim, cabe considerar a narrativa autobiográfica bernardiana como um processo de visitação de si, com a intenção de configurar um eu coerente. Ou seja, é possível encontrar, na autobiografia de Bernardes, o impulso de “busca do tempo perdido”, do encontro da lembrança, segundo um estranhamento (Ginzburg, 2001). Porque lembrar não é apenas resgate, mas interpelação e avaliação do passado, que provoca também digressões subjetivas ao redor de uma linha de tempo que dão, à narrativa autobiográfica, uma dimensão de cruzamentos de tempos e de personagens.

A autobiografia foi o caminho escolhido por Bernardes para encontrar o passado, isto é, o sujeito que fora. Seus sentimentos, ilusões, sonhos vão se articulando a fatos e pessoas lembradas, formando um quadro de um homem em sua individualidade, mas pertencente a um conjunto social que lhe deu o itinerário de voltar-se a si mesmo.

Sua autobiografia pode, portanto, ser lida a partir da seguinte definição:

Falando de autobiografia tenho em conta os problemas e defeitos inerentes ao gênero. Uma autobiografia é, antes de tudo, o relato de uma vida; como toda obra narrativa é seletiva e, como tal, inevitavelmente, atravessada. Uma autobiografia é, assim, em sentido preciso uma obra literária; enquanto tal, se baseia na distância, às vezes benéfica outras prejudicial, entre um ponto de visto retrospectivo no ato de escrever o vivido e o desenvolvimento cotidiano da vida. Esta distância distingue a autobiografia do diário. Uma autobiografia, finalmente, se baseia na identidade e, também pela ausência de distância entre o personagem principal do relato, que é o mesmo, e o narrador que diz eu e escreve na primeira pessoa do singular. (Ricoeur, 1997b, p. 13)

Essa perspectiva de Ricoeur ilumina a leitura das lembranças bernardianas, permitindo que as mesmas sejam interpretadas como o passado reatualizado (Seixas, 2001) por meio do narrado. Passado esse que é reconhecido a partir da tessitura de um fio entre as várias passagens da vida de Bernardes, contadas de modo a levar seus possíveis leitores a compreender sua passagem de um “matuto filho de mãe cabocla e pai chapéu atolado” ao reconhecido jornalista e escritor.

Nos anos de 1960 Bernardes emergiu nas letras goianas, elaborando um estilo de escrita dita regional (Almeida, 1985), mas que traduzia sua cultura, por meio da língua que tentava preservar, diante da cultura chamada oficial, que, a seu ver, nega o *modus vivendi* de sua gente – num momento em que o recrudescimento do golpe militar impunha uma censura que pretendia uniformizar os discursos em torno do ideário de modernização que o Brasil parecia necessitar. Mesmo tendo encampado o discurso de uma prática política literária de esquerda, que, por seu lado, tem seu caráter modernizante, Bernardes não renunciou à intenção de conservar a oralidade local como traço de sua escrita e marca de sua identidade cultural, expressando o talento com que conseguiu se inscrever no rio maior de uma língua híbrida, com certeza, mas, ainda assim, nacional.

Todavia, a vida narrada não é a vida vivida. A experiência da narração consiste na “configuração” dos acontecimentos da vida em um enredo, o que, por seu lado, permite uma “refiguração” dessa mesma vida dotando-a de uma identidade narrativa (Ricoeur, 1997a). Isso impõe levar em consideração que entre o que ele viveu, o que relatou e o que foi apropriado por seus

leitores, existe o *intermezzo* do processo narrativo. Bernardes se aproveita disso para impor sua autoleitura como a verdade de si.

Essa capacidade de a vida contada tornar-se uma referência de identidade dá ao autor da autobiografia a satisfação de ver-se a si mesmo representado como personagem de uma história que ele viveu e que pode contar. Autor, personagem e narrador se fundem em uma só pessoa (Jozef, 1997), dir-se-ia um só sujeito, sem, no entanto, serem os mesmos aquele que viveu e aquele que contou essa vida. Poder-se-ia, ainda, dizer que o personagem da autobiografia é o autor se inventando. Isto é, não se pode afirmar que a vida lembrada e narrada seja a vivida, porque o próprio autor não é, em essência, aquele cuja história está sendo exposta. O exercício de memória autobiográfica é marcado por uma ficcionalidade que a própria forma narrativa deixa passar. Nesse caso, é preciso discutir a autobiografia como uma escrita que autoriza o sujeito, entendido como sujeito do mundo moderno,⁵ a um autorreferenciar-se e autorrevelar-se, que se dá não apenas segundo as formas com que reatualiza na escrita seu passado, mas na configuração que tais lembranças, entrelaçadas em um enredo, assumem, desenhando as impressões que deseja provocar. A verdade da autobiografia não depende apenas da credulidade do leitor diante do que lhe conta o autor; ela depende também da capacidade desse autor de gerar simpatia e cumplicidade. Assim, o fato narrado se constitui, também, como algo inventado por meio de uma narrativa que quer seduzir o leitor, fazendo-o cativo da própria identidade que o autor criou para si mesmo como verdade de seu “eu”.

Dessa forma, compartilha-se da crença de Paul Ricoeur de que a narrativa autobiográfica dá ao narrador a possibilidade de ficcionalizar sua vida, elaborando-a como enredo que se realiza em narração. Ou seja, contar essa vida marcada por experiências diversas é tramar essa mesma vida, dando-lhe um sentido, uma forma e expondo uma concepção de mundo.

⁵ Para uma discussão sobre o sujeito na modernidade, cf. os comentários de Jeanne Marie Gagnebin (1997, p. 262) em que discute as definições de sujeito especialmente no que se refere ao pensamento de Paul Ricoeur.

Esse gênero, pode-se dizer, é representativo do mundo moderno, em que se consolida uma nova dimensão do sujeito como indivíduo, como um eu, cuja vida pode ser contada. Conforme afirma Taylor (1997, p. 464), “Rousseau está na origem [...] das filosofias de autoexploração [...]. Ele é o ponto de partida de uma transformação na cultura moderna no sentido de uma interioridade mais profunda e de uma autonomia radical. Todas as correntes partem dele”.

Assim é que Rousseau, inaugurando o apelo à chamada “voz interior”, torna-se, na cultura ocidental, referência fundamental para se pensar a autobiografia e a sua constituição como narrativa de vida de um sujeito que tem consciência de si mesmo e que, buscando uma “voz interior”, encontra nessa narrativa uma mediação para compreender-se a si mesmo no mundo que o cerca (Marques, 2007). Essa ideia enfrenta, no século XIX, duras críticas de Marx, Freud, Nietzsche, cada um a seu modo, questionando essa autonomia essencial do que seria o sujeito que se autoproclama indivíduo (Damião, 2003).

No século XX, como assegura Gagnebin (1997), Ricoeur fez uma investida teórica de restituir a importância da ideia de sujeito – rompendo com o narcisismo exacerbado da ideia de indivíduo –, que se relaciona, no seu próprio modo de identificar-se como sujeito, com o mundo e com a cultura na qual ele se insere. A autobiografia, para esse autor, seria expressão da luta do sujeito por ter uma identidade em um mundo que historicamente experimentou a negação total do homem como indivíduo, como sujeito e pessoa, portador de um ethos político e cultural.

Importa aqui, como faz Paul Ricoeur, questionar o mundo ocidental no século XX. Distinguir a busca humana por uma identidade, que se revela na elaboração de identidades narrativas muitas vezes forjadas como autobiografia, para, então, problematizar e interpretar a elaboração de um “eu” e um si mesmo por Bernardes, nos relatos de sua vida. Sem se manter, entretanto, no solipsismo cartesiano, denunciado por Gagnebin e por todos os fenomenólogos, mas insistindo num sujeito percebido em relação com o mundo e com os outros homens com os quais convive e experimenta a vida.

Nesse sentido é que entender a autobiografia como uma escrita de si para outro envolve o que Philippe Lejeune (1973 apud Damiano, 2003, p. 30-31), define como autobiografia: “narrativa retrospectiva em prosa que alguém faz de sua própria existência, de maneira a acentuar sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade”. Partindo dessa definição, o autor estabelece três características essenciais de uma autobiografia, que podem ser assim resumidas:

A questão da identidade autor-narrador-personagem é o elemento orientador do “pacto autobiográfico” segundo Lejeune. Não importa tanto saber se o texto é verdadeiro ou não, mas se a identidade é real. “Honrar a assinatura (signature)”, seria a principal afirmação do pacto autobiográfico [...]. Após a questão da identidade Lejeune aborda a questão da adequação dos fatos relatados à realidade. Essa relação só pode ser entendida a partir da própria narrativa, já que é uma relação por essência impossível de ser verificada. É o próprio texto ou a verdade que ele apresenta que se pode apresentar à verificação. Verifica-se, portanto, a autenticidade do relato, mas não sua exatidão. Essa questão caracteriza o “pacto referencial”.

A terceira parte do “contrato autobiográfico” [...] refere-se ao “pacto de leitura”, à problemática de recepção estética. As condições históricas de recepção determinam, em grande parte, o “pacto de leitura”. (Damiano, 2003, p. 31)

Nessa definição, três dimensões são colocadas em questão: primeiro, a relação do autor com sua própria identidade; segundo, a relação do autor com o que conta; e, terceiro, a relação do autor com quem vai ler. Aqui se dá o centro da autobiografia: esse atestar, pelo autor, que está contando o que aconteceu em sua vida. Ou seja, não há garantias, não há provas, o que se estabelece é uma relação, ou seja, um pacto entre quem narra e quem lê. A autobiografia impõe ao autor essa dimensão de levar adiante uma empresa que pressupõe, a partir da sua própria iniciativa, um ideal de fidelidade à sua existência posta em relação ao outro em forma de relato. O leitor, por sua vez, acredita no autor, já que este se apresenta como sendo narrador de sua “verdadeira vida”. Para Kolleritz (2004), essa relação dar-se-ia pelo esforço do autobiografado em expor também elementos extratextuais – depoimentos de outras pessoas por exemplo –, que autenticam o que conta;

que deem ao leitor a segurança de que o que lê é realmente a vida que esse sujeito viveu, seu testemunho, devendo, pois ser considerado fidedigno.

Essas implicações da autobiografia, como forma e modelo de escrita, exige que se pense a questão da narrativa como construção, como elaboração de intriga, visto que a existência narrada deve, por seu lado, aparentar a dinâmica de um sentido (de uma direção) que se configura à medida que o autor trama sua vida como relato, fazendo-a compreensível ao outro.

A autobiografia surge, assim, como intenção de, ao narrar uma vida, provocar reflexões sobre ela. No caso de Bernardes, a hipótese aqui desenvolvida é de que esse autor elabora sua autobiografia, construindo o sentido de sua vida, por meio do processo de tornar-se escritor, tendência que, segundo seus relatos, se evidencia desde a sua infância. Ou seja, nota-se, no todo da autobiografia de Carmo Bernardes, a intenção de justificar o porquê da sua transformação de um “roceiro” em escritor. E um escritor que reivindica um passado de roceiro, sem mais o ser, na sua vida presente.

Inicialmente é preciso questionar o momento em que Bernardes elabora sua autobiografia, a década de 1980, quando o autor se porta como sobrevivente do Golpe Militar que instituiu a ditadura no Brasil. Muitos de seus escritos – as crônicas e mesmo, o romance, *Xambioá: paz e guerra* (2005) de edição póstuma – mostram que sua postura política nasceu, como em muitos outros literatos, no impulso de oposição ao regime militar. Bernardes foi denunciado como subversivo e processado pelo regime, só não foi preso porque fugiu de Goiânia se autoexilando na Ilha do Bananal, por mais de um ano. No final da década de 1970 e início de 1980, tentava compreender-se num país que buscava retomar os caminhos da democracia, valor e esteio de lutas após um longo período de violência política.

O povo brasileiro – categoria na qual Bernardes se localizava – precisava ser recuperado, não apenas como sujeito de sua vida, mas também como personagem da história de seu país. Nesse momento, Bernardes desponta na literatura goiana arrogando-se o papel de voz do povo. É o momento preciso em que se sente seguro para afirmar uma leitura de si mesmo, que em seus escritos anteriores aparecia de forma difusa e fugidia. Já tinha publicado o romance *Jurubatuba* e vários livros de contos e, assim,

podia atrever-se à autobiografia, que exporia quem fora, mas principalmente quem era e por que se tornara esse homem. Nesse período o autor viu a consolidação de sua carreira literária em Goiás, o que não significava sobreviver apenas de seus escritos.⁶

Valendo-se do que Pierre Bourdieu (1996) chama de *ilusão biográfica*, é possível dizer que é o próprio Bernardes que toma para si a tarefa de “escrever sua vida”, dotando-a de um sentido único e de uma explicação, que lhe parece tudo o que é possível contar sobre ela. Transformando sua existência em história, memória narrável, ele pontua a sua vida de um lado, a partir do acaso e da inevitabilidade de viver segundo os ditames do povo ao qual pertencia no diário enfrentamento da natureza; de outro, segundo as escolhas que, ao longo de sua história, tomou, assumindo, com isso, riscos e desafios que seu posicionamento diante do mundo lhe impunha.

No início do livro *Força da Nova: relembrações*, Bernardes marca a intenção de contar a vida a partir das origens,⁷ assinalando suas impressões de como e onde se deu seu nascimento:

Meu nascimento devera ter sido num rancho de beira de corgo, e julgo que as terras eram comuns com todos. Mais tarde conheci o sistema de agregação, em que os moradores eram sujeitos aos donos das terras e minha mãe nunca se referiu a tormentos de patrão que eles tivessem sofrido para trás, na vida, morando de agregado dos outros. (Bernardes, 1981, p. 15)

Duas palavras que saltam da narrativa, “rancho” e “agregado”, informam em que mundo aquele menino nasceu. Mundo de gente pobre, despossuída de terra, vivendo dentro de um sistema de trabalho de extrema exploração, nas primeiras décadas do século XX. Salta da narrativa a postura avaliativa

⁶ Bernardes sempre sobreviveu, durante sua vida, de empregos diversos muito mais que de suas atividades jornalísticas e/ou literárias. Em Goiânia é principalmente como funcionário público que garante a subsistência de sua família; no período destacado já é funcionário público aposentado.

⁷ Carmo Bernardes nasceu nos arredores da cidade de Patos de Minas, em Minas Gerais. De família pobre e rural, não proprietária de terras – sustentada pelos vínculos de trabalho e solidariedade das comunidades rurais presentes no Brasil daquele momento –, o menino vislumbrava o mundo segundo os ditames do pai – Luiz Bernardes da Costa e da mãe Ana Carolina Barbosa.

de ver-se como parte de um grupo familiar portador da cultura caipira conservadora, cujo valor de honra e família sustenta-se nos laços construídos no seu meio, seja com os donos das terras, seja com outros iguais.

Bernardes se explica: nasceu pobre, numa tapera de beira de córrego, cresceu pobre em outras tantas casinhas no interior de Goiás e, chegando à capital, Goiânia, em 1959, não experimentou vida diferente. Os infortúnios e as privações foram constantes em sua vida e se tornaram os sustentáculos da vontade de ser escritor. Mais que um ganha-pão – o autor nunca conseguiu sobreviver só do jornalismo ou da literatura – foi o começo de um sentimento de vaidade, de um desafio. Foi tentado por uma vocação, que elaborou como sendo sua desde quando, usando os torrões de tabatinga, rabiscava toda a casa com as primeiras letras. Ansioso em entender o mundo, cabisbaixo em enfrentá-lo, jamais abdicou do olhar curioso, sutil e ferino que, diante de tudo, parecia dizer: eu quero saber!

Ao longo da primeira parte de sua autobiografia Bernardes tem o propósito de mostrar, além de si mesmo, sua gente, o lugar de onde veio, as crenças que conservou, os princípios que nortearam sua vida e, principalmente, as lições do cotidiano que foram sua escola maior:

“– Esse cachorro – novamente o qualificativo desonroso – foi contar” lá embaixo [lá embaixo se referia à casa do pai] que nós vamos mudar pra Goiás”.

Devo ter ouvido essa conversa, e no entusiasmo que todo menino tem de mudar – acho que o ser humano é nômade por natureza – fui à avó Celestina e contei.

Infer-se daí é que eu fui julgado capaz de aguentar guaspadas: meus pais, por certo, já tinham observado que eu sabia dar um nó muito bem dado. E foi nessa quadra também, aos cinco anos de idade, talvez, que conheci e odiei o tipo social mais sórdido que existe, e que iria estragar a última fase da minha existência: o dedo-duro. Entre uma dedoduragem e outra curti uma existência meio atribulada, mas que valeu a pena. (Bernardes, 1981, p. 37-38)

Aparecem na lembrança as características que se tornaram marcas da escrita rememorativa bernardiana: a atenção ao detalhe; a reconstrução de diálogos; a escrita oralizada; a recuperação das sensações; todas essas dimensões podendo ser tomadas como mecanismos de autenticação (Kolleritz, 2004) de suas memórias. O autor confia ao leitor mais que uma lembrança,

uma confidência, que explica, em parte, sentimentos presentes. O passado re-atualizado também traz as marcas do presente vivido, daquelas experiências que forjaram o Bernardes que lembra e que, ao contar-se, externa sua revolta com o tempo da escrita: momento posterior à denúncia que sofreu como subversivo e opositor ao regime militar brasileiro. A relação estabelecida entre um episódio de inconfidência infantil e o dedo-duro de décadas depois mostra como a vida é retramada na escrita.

Bernardes organiza a vida narrada a partir de dois fatos que dificilmente poderiam ser considerados comparáveis: o menino falando para a avó sobre a mudança para uma terra longínqua (de certa forma, encantada, porque desconhecida) e o *dedo-duro* policalesco, que o acusou de subversivo no período da ditadura militar. Intui-se, pela forma do relato, que a sova, apesar de injusta, provocou uma atenção sempre renovada ao ato vil da denúncia, criou a continuidade de um “zelo moral” marcado na pele e sentido como injúria em sua consciência e honra. O menino que apanha reconfigura-se no adulto denunciado à polícia da ditadura.

Daí a procura de sinalizar quem é, quem fora e por que se tornou esse sujeito que prima por uma narrativa detalhada, capaz de dar ao leitor o máximo de informações sobre seu passado e, portanto, sobre sua identidade, numa busca por verossimilhança que se constitui como a principal característica do relato autobiográfico. Esse conflito inicial é relatado como determinante em sua vida futura, desde o começo da saga por Goiás até seus últimos dias em Goiânia.

O menino Carmo Bernardes é narrativamente reconstituído como um sonhador, para o qual o desconhecido não é assustador, é encantado, portador de surpresas que tanto a sua idade como a sua condição de migrante lhe oferecem. Essa identidade, que o narrador caracteriza não apenas como ingenuidade própria da infância, mas como medida de sua vida futura, é de certa forma destruída, junto com sonhos e esperança, pela contínua desagregação de sua cultura rural e, também, pelo contexto político que parecia fazer de sonhos e esperanças marcas de periculosidade de homens e mulheres. Nesse âmbito o menino que sonha (e que parecia sonhar com um mundo melhor) é reconfortante para o adulto, que não podia sonhar.

Tal contexto da infância bernardiana parece aflorar, na escrita, como cenário perdido no presente que lembra, numa lembrança autobiográfica que assume a função de recuperação de si naquela cultura em sua dimensão sensível. Cultura essa que não é avaliada pelo autor apenas em sua materialidade, mas principalmente na sua condição de cultura moral, criadora de valores partilhados e cobrados por todos. A retrospectiva autobiográfica se torna também condicionante do que é lembrado, na medida em que o mesmo deve atender a essa intenção do autor de contar seu mundo.

E é a partir de suas intenções para consigo e para com seu povo, que certas imagens vão sendo cunhadas como retratos do vivido:

Queria lembrar e não dou conta é do grupo todo da nossa comitiva, ainda que fosse assim num retrato apagado. Posso é fazer uma ideia de mais ou menos como ele era estrambótico, e que pingava miséria nem é preciso dizer. A imagem que me figura do bando peregrino é feia demais, deplorável. Uma tropa de animais gafentos, umas éguas e uns cavalos pendendo de magros, as mulheres amontadas de banda, uma delas com uma roda de fiar enganchada no ombro, malaiada nas garupas; um bobo, o José Andreza, acompanhando a pé, balançando uma capanga enorme cheia de badulaques, com a alça cortando o nervão do pescoço branco; um menino cabeçudo amontado numa égua pedrês com uma meninazinha na garupa; e, puxando a guia, o burro ruço, azêmola aristocrática, a imponência realçando sobre a extrema feiura e miséria da farândola.

Essa é a figuração que eu armo da nossa pobre romaria, que para igualar a uma leva de mendigos talvez faltasse apenas a penúria da fome. (Bernardes, 1981, p. 53)

Portadores de miséria, essa é a imagem da família que Carmo Bernardes vislumbra na lembrança que lhe calca, também, o olhar sobre a sua origem de homem portador da cultura rural.⁸ Talvez a abundância de comida fosse, por um lado, a salvação daquele grupo que não dispunha de mais nada de seu a que se apegar; por outro, aquilo que os torna menos suscetíveis aos reveses da caminhada. A caracterização feita situa esse grupo como parte

⁸ A imagem de miséria do povo já fora (Bernardes o sabia muito bem) elaborada por outros literatos. Basta recordar *Vidas secas* de Graciliano Ramos, ou ainda, o conto “A Enxada”, de Bernardo Élis.

de uma visão de mundo, segundo a qual se vale do mínimo, para *sub-existir* (Candido, 1998) e, ainda assim, preservar-se como grupo coeso e portador de um *ethos* próprio, que o distingue de outros e o faz ser o que se é. De um lado, Bernardes denuncia essa miserabilidade; de outro, expressa o princípio de uma norma de vida que vinha regendo a existência até ali e que ditaria as decisões e enfrentamentos futuros.

Homens rústicos, duros no seu trato com a natureza e com a escassez. Não há contradição nas suas vidas. Há um mundo natural e um destino a serem enfrentados. E a viagem a Goiás é narrada dessa perspectiva. As imagens construídas por Bernardes representam um quadro da cultura essencial que o autor visualiza no seu presente como seu trunfo na condição de literato. Contar sua história é, de certa forma, atestar também a sua identidade no presente: a identidade do homem que escrevia sobre selva, bichos e sua gente caipira com “conhecimento de causa”, porque era o mundo que experimentou e do qual retirou o substrato de sua escrita.

Bernardes ostentou com orgulho o passado como marca de sua literatura, fato que o fez um crítico ardoroso daqueles que censuravam sua literatura e sua forma de dar a conhecer a si mesmo por intermédio de seus contos, causos, romances, crônicas e memórias. Não aceitava que seus escritos ambientados no universo do passado fossem tomados apenas como marcas de um regionalismo literário mas, especialmente, como marca de autenticidade da própria vida. Autenticidade que é parte do “pacto autobiográfico” tal como o define Lejeune.

Contando sua vida, tramou-a dentro de uma cronologia que mostra a transformação do menino caipira em literato. Descrevendo a viagem, desde a saída de Minas Gerais, e a vida do grupo que avança pelo Cerrado goiano, como retirantes munidos da esperança de dias melhores, tece a rede que o levou à Goiânia e à realização como escritor.

O que encontrei de fartura em tudo por tudo, me deu a medida da miséria que era lá fora. É fácil avaliar: de fruta que eu conhecia era jenipapo, amora e laranja que a avó Celestina ridicava.

Ser largado solto no quintal enorme do tio Pedro de Azevedo, nos Poções, com todas e as espécies de frutas dando, que eu pudesse panhar quanto

quisesse sem ter ninguém para rir e proibir, foi uma loucura de morrer, de nunca mais esquecer.

E a gente criada no caju sem travo, na manga de polpa cremosa, naquelas jabuticabas de casca fina e no caldo farto daquelas laranjas, só pode mesmo ter o seu caráter e o seu modo próprio de convivência social. (Bernardes, 1981, p. 46)

Para Bernardes contar assume a função de ritual de reatualização. É como se, inspirado no narrador proustiano, Bernardes pudesse, à semelhança daquele, sentir novamente cada odor, cada gesto, cada imagem e cada sensação que, no processo de rememoração, acredita ser os elementos que o fizeram ser quem é.

Lembrar, trazer esse passado, no instante da escrita, é revivê-lo de forma sensível, é experimentá-lo como um prazer. Pois ali, naquele passado, a alegria parecia-lhe ingênua, porém mais verdadeira, porque cultuava esses pequenos detalhes e sensações que deram um outro ritmo à vida daquele caipirinha, num universo em que a memória se torna a construtora da idade do ouro.

A autobiografia segue contando dos prazeres, mas também daquele conhecimento sobre o mundo rural que, mais tarde, será ostentado por ele com um trunfo literário. Dizia-se um regionalista que falava de sua terra e de sua gente partindo da própria experiência. Foi em Formosa, na Fazenda de seu tio Pedro Azevedo, que o grande aprendizado da criança Bernardes sobre a natureza começou. Acompanhando seu avô José Martins Pernagrossa – pai de sua mãe, que seguira com a filha na mudança – nas caçadas e explorações do Cerrado, Bernardes foi adquirindo conhecimento de tudo o que o cercava: a selva, os bichos e a sua gente. No contato com outros retirantes, que por ali passavam ou que por ali se estabeleciam, vindos, principalmente, do Nordeste do país e de Minas Gerais, Bernardes inicia o processo de interiorização de um ideário de ser do lugar, de ser, o que mais tarde dirá, goiano.

O recorrente tema da vida na fazenda, o contato com peões, a solidão que a ausência de outras crianças lhe impunha, são arrolados como condições para o menino ir se instruindo sobre o que está a sua volta, para ir percebendo como tudo aquilo que vivia e partilhava com os seus interferia no seu jeito de ver o mundo, os outros e, pelo exercício da escrita, a si mesmo.

Uma vida lembrada também como passagem, como transformação constante. Há uma insistência em cumprir o que, para Bernardes, é sina de mineiro: mudar. Tal insistência baliza a composição autobiográfica, como um processo que levou o pequeno Bernardes a ser aquele velho. Há, sim, um elemento de continuidade na composição do sentido de vida, que Bernardes quer traçar como sua história. Talvez aqui, mais que em outros escritos, configure-se o que Bourdier chamou de a ilusão biográfica na qual a “vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto” (Bourdieu, 1996, p. 74).

Cada lembrança se torna elo de uma cadeia de sentido de si no mundo. A lembrança da pequena Formosa toma esse significado, quando, morando ali em um “casebre de ponta de rua”, os Bernardes novamente experimentavam as dificuldades da pobreza e da privação. O pai voltou à atividade de carpinteiro, e o menino “contado” viu-se às voltas com o início árduo do processo de ajudar o pai na feitura de carros de boi, móveis, instrumentos diversos e tudo aquilo que lhes era solicitado fazer. Ao mesmo tempo, atendia às solicitações maternas que o obrigavam a fazer “serviços de mulher”, aprendizado que mais tarde será orgulho seu.

Mas foi nesse lugar que os horizontes e ideais do pequeno Bernardes da rememoração começaram a tomar um outro rumo, permitindo-lhe, que mais tarde, se tornasse escritor. O autor confere, à vontade de aprender a escrever, a tônica do que foram suas experiências naqueles primeiros tempos de vida no pequeno arraial.

Dou de amizade com um menino que todo dia passa na rua lá de casa, indo pra escola. Seu livro de leitura, um caderno de traslado, a pedra lousa de fazer conta, a pena com tinteiro me causam enorme vontade de também ir estudar e poder conduzir aquela tralha toda. Chega o horário dele passar, vou pro terreiro, para debaixo de um pé de baru de sombra na porta da sala, fico lá esperando com o olho no caminho [...]

O menino chegou, sentamos ali no chão varrido do sombrio da árvore e ele abriu o livro, foi ler casos, me mostrando que sabia a leitura. Estava com as mãos borrocadas de tinta do tinteiro que agitou e aljofrou e a rolha não segurou e ali escreveu na poeira com o dedo o nome dele e o meu e eu fiquei morrendo de inveja.

Arrumei uns terrões de tabatinga branquinha, catados na terra da cisterna, e aquele menino que chamava Daniel me deu umas lições, e deixou escrito no tronco liso do baruzeiro muitas palavras em letras graúdas.

Um dos nomes que ele escreveu e copiei lembro que era BOBO. Daniel foi-se embora, e eu saí dali influente, rabiscando BOBO por toda banda onde houvesse superfície lisa: nas portas, nos esteios do tear, nas tampas das arcas, na casa inteira sujando tudo, até que minha mãe me proibiu de escrever dentro da casa. Fosse pro terreiro, borrocasse os muros, me aviesse por lá. Depois arrependeu, arrumou um pedaço de taboa aparelhada e uma esponja de pano velho e foi me passando as lições. (Bernardes, 1981, p. 119)

A tessitura da rememoração parece querer criar para o possível leitor a sensação de fascínio que as letras causavam em Carmo Bernardes. Ironicamente, ele conta que aprendeu primeiro a palavra “bobo” – adjetivo que, em muitas crônicas, é criticado por ele por ser usado como marca dada aos caipiras. De tanto rabiscá-la por todos os cantos da casa, conquistou a simpatia da mãe, que começou a lhe ensinar as primeiras letras, sob os olhares reprovadores do pai, que não via necessidade em se aprender a ler e a escrever.

Emerge, assim, a escrita como fascinação, como elemento transformador da vida de Bernardes. Uma transformação conflituosa e árdua, mas que se torna o centro da existência lembrada. Esse fascínio abriu para o menino uma identificação com as letras que, muito cedo aprendeu, não é apenas um universo de encantamento, mas também de conflito.

A casa, ainda regida pela mãe, apresentou-lhe as letras como meio de conhecer o mundo, de descobrir novas coisas e de se colocar frente às demandas que o dia a dia impunha.

Entretanto, é o contato com a escola, na pessoa do mestre Frederico, que apresentou a Bernardes de forma irreversível, o mundo das letras. Essa percepção aparece em toda a autobiografia de Bernardes como seu “ponto de mutação”. O mundo letrado, inicialmente incompreensível, porque divergente da fala, da comunicação que tem com os seus, torna-se seu obstáculo de vida e, ao mesmo tempo, sua razão de ser.

Para o pequeno Bernardes, no seu “caipirês”, era difícil entender como se podiam correlacionar aquelas palavras escritas e faladas pelo mestre com aquelas outras que, durante sua curta vida, aprendera com a mãe e o pai. O

drama do menino era o drama dos outros que ali estavam e, mesmo entre estes, a diferença em relação à linguagem falada ia intimidando e deixando cabisbaixo o menino apaixonado pela escrita.

Martírio enorme não entender nadinha do que vinha escrito nos livros e do que o Mestre Frederico falava. Suponho que desse tempo vem o exagero de timidez que tenho, eu ser recatado em demasia e meio mocosinho. [...]

Já sabia ajuntar as sílabas e ler por cima toda coisa, mas descrenci e perdi a influência; diante dos escritos que o mestre me passava e das lições marcadas nos livros, fiquei sendo um quarta-feira, faltando pra bobo, babar.

[...]

Um dia cheguei atrasado e dei a desculpa que o relógio lá de casa tinha zangado. Mestre Frederico entortou o canto da boca, enrugou o couro da testa e derreou a cabeça, ficou muito tempo assim de esguela fisgado em mim, depois estralou:

– O relógio está o quê?

Ah, meu Deus! Tampei a cara com o livro e uma cocceira descomedida nos traseiros me pôs a retorcer e a esfregar no banco, como quem tinha panhado bicho de varejeira. O menino Daniel veio me salvar e embaraçou-se todo também:

– Ele tá dizendo que o relógio da casa dele escanchelou!

Mestre Frederico derreou a cabeça para outro lado e tornou a estralar:

– O quê!?

Ajuntou a boca, no maior afinco de estancar um riso quase vertente, ínterim em que a risadagem da meninada na sala ia estourando, e o Mestre repreendeu-nos:

– Silen...ciô!

E peculiarmente, a palmatória, fria e sinistra, surrou miúdo no tampo da mesa. (Bernardes, 1981, p. 121)

A força da narrativa parece fazer o escritor Carmo Bernardes nascer nesse momento. O sujeito acanhado, a personalidade sorumbática, quase silenciosa, desenha-se no mundo letrado que lhe apresenta o mestre Frederico, expondo, com isso a distância entre sua vida e as letras. O mundo contado, oral, pobre e rural, não comportava as regras e trejeitos da palavra escrita. O menino encantado em poder escrever e ler é também o menino acanhado

por falar diferente e, principalmente, falar “errado” diante do mestre que lhe aparece como o que há de mais grandioso nos seus sonhos. Sonhos que vão produzindo um sentimento de inadequação, de pouca habilidade para o mundo da escrita. E isso mostra que o aprendizado de Carmo Bernardes se dá em duas vertentes: aprender a se tornar homem de costumes urbanos, de comportamento republicano e aprender a língua portuguesa formal. Para os dois aprendizados, criou soluções originais, pessoais, que determinaram suas escolhas literárias e que o levaram, também, à necessidade de contar sua vida dentro de uma coerência que só a narrativa autobiográfica poderia lhe permitir.

Insistindo nas características do menino acanhado, nas suas malvadezas e sofrimentos, Bernardes constrói uma imagem de si mesmo que busca a simpatia e, essencialmente, a credibilidade entre seus leitores. Assim, configura-se o que Lejeune chamou de pacto biográfico, porque envolve as formas com que o autor consegue a adesão do leitor a seu passado, à sua história.

Outra lembrança que é como se fosse de ontem: dona Sinhana lendo o almanaque Cabeça de Leão, sem óculos, o braço encolhido; meu pai dava de ombros, o papel aceita tudo, que Deus nem nunca ia dar os poderes de voar a quem não tem asa. Homem nenhum pode se atrever a andar pelos ares. Minha mãe acreditava e relia, que a invenção do avião era de 1922, teimava que o almanaque, ainda mais o cabeça de Leão, não mentia, e ele largava muxoxos:

– Ha! Papel aceita tudo, seá!...

Ela fincava o pé, turrava que os homens, se são feitos à imagem e semelhança de Deus, então, nesse caso, não vão fazer neste mundo aquilo que lhes der na telha? [...] Eu era miúdo e franzino ainda, na casa dos sete anos, punia por minha mãe. Não podia aceitar as ideias do meu pai bronco, ainda mais aquela. Voar como o casal de sabiás que chocava na amoreira da porta da cozinha lá de casa, poder lavourar nas grimpas do coqueiro e panhar frutas na ponta dos galhos mais alto das pitombeiras, ir pousar no colo da minha avó Carolina, atalhando por cima sem os tropeços do caminho, poder assentar no lombo dos bois como faz o gavião pinhé – eram sonhos que o carpinteiro Luiz Bernardes da Costa não tinha o direito de destruir na minha imaginação de caipirinha esmirrado mas com ambições. (Bernardes, 1981, p. 123)

Essas lembranças dão sentido ao que, para o autor, é a sua vida. O contato com o novo, fundamentalmente, o contato com o escrito, desprezado pelo pai – o papel aceita verdades e mentiras –, mas defendido pela mãe, crente na capacidade humana da invenção. Nesse relato, o menino adere ao mundo como um sonhador, mas principalmente como defensor de homens que interferiram na existência dos seres humanos. A imagem de defensor dos oprimidos e injustiçados espelha-se na própria atitude materna de enfrentamento e inspira sua teimosia em defender as próprias ideias.

Os relatos de infância, presentes em *Força da Nova: lembranças* e em parte de *Quarto Crescente: lembranças*, foram os norteadores da construção de uma imagem de si mesmo e de um sentido de mundo, numa narrativa que buscou alinhar o mundo caipira à escrita. A lição a ser passada, marcante na cultura rural, caipira, é clara: na infância é que o homem se forma.

O Bernardes narrador de si mesmo sabe disso, sua gente é mostrada assim, como detentora de um saber prático que guia suas ações. Tal saber toma proporções gigantescas diante do saber letrado, que mais tarde tenderia a desqualificar aquele mundo pragmático, que Bernardes, mesmo homem das letras, defenderá. Sua aprendizagem das letras é contada como drama, como conflito, o que, mais tarde, explicará as tomadas de decisão sobre o que e como escrever. A relação entre esses dois mundos esteve no cerne do processo que levou Carmo Bernardes a fazer escolhas no que se refere ao que escrever.

Desse modo, como aponta Paul Ricoeur (1991), responder à questão “quem?”, torna-se fator determinante na elaboração do texto autobiográfico; responder a essa questão é o desafio que as memórias bernardianas assumiram. Um desafio que o autor encarou em sua autobiografia, porque sabia que contar sua vida era também fazer presente uma ética e uma opção política, que assumiu durante toda a vida literária e jornalística, de defesa do homem caipira, dos pobres e daqueles que, como ele, tiveram uma vida de privações e dificuldades. Traduzir esses sentimentos como autobiografia, suscitando credibilidade e autenticidade para evidenciar que o leitor de Bernardes teria meios de auferir essa autenticidade pretendida pelo autor. A intenção de verdade aparece como elo que ligaria

Bernardes a seu leitor, pois ambos, no contexto do mundo goiano, partilharam de experiências semelhantes que atestam o contar.

Procurando cercar-se de mecanismos de autenticação (Kolleritz, 2004), o autor confia a seu leitor sua vida como sendo aquilo que verdadeiramente viveu e que sua memória permite reatualizar na narração. Daí, a realização de sua autobiografia, também como expressão da história de outros goianos, com os quais Bernardes se identificava. Sem dúvida, a autobiografia de Carmo Bernardes pode ser situada no que afirma Bella Jozef (1997, p. 217-218):

Tanto pode ser um discurso documental, testemunhal ou ficcional, fundando-se em convenções à primeira vista opostos: veracidade histórica e ficcionalidade re-interpretativa [...]. Desenvolvendo-se a ideia de “pacto autobiográfico”, espécie de “contrato de leitura” entre emissor e destinatário, através da identidade autor/narrador/personagem [a autobiografia é o] retrato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando põe o acento em sua vida individual, concretamente na história de sua personalidade”. Essa identidade é pré-textual e constitui a condição fundamental para a autobiografia: o leitor pode duvidar da veracidade dos fatos, mas nunca dessa (da) identidade.

Desse modo, o desafio de ler essas memórias implica uma tentativa de interpretação que, mais que alcançar um passado, deseja acessar um processo de transição, de transformação vivido por Bernardes. Quando narradas, essas memórias conferem a Bernardes uma identidade, que se situa em relação a todo um conhecimento sobre o momento histórico e as condições pessoais experimentadas. Paralela à busca de conquistar a confiança do leitor, Bernardes valeu-se de uma memória que, no seu caso, se fiava na possibilidade de rever os lugares que narrava, por meio do que a imprensa e os livros, os especialistas e a voz do povo diziam: o mundo da exploração mais ou menos selvagem das matas, da expropriação da terra, da condição de meeiro, um mundo inteiro que ele experimentou e que viu findar-se. Cada trabalho de memória podia, então, responder a circunstâncias precisas. Para Bernardes sua memória autobiográfica foi um processo de dar um sentido à vida, logo, à compreensão de si mesmo na relação com aquele mundo.

Bernardes carregava uma memória que ele queria preservar, mas que sabia, também, poder ser confirmada pelo mundo em torno, pelo menos no grosso da descrição. Em outros termos, a memória de Carmo Bernardes ao mesmo tempo que é puro interior, porque individual, é explicitamente relato sócio-histórico. Isto se mostrava como elemento de autenticidade para o autor, que sabia que seu relato podia ser apropriado pelos leitores, que também sabiam que este mundo geográfico-ecológico-cultural narrado existiu mas também de fato está a cada minuto desaparecendo.

O autor vivenciou concretamente uma mudança, brusca e radical, causada pelo afastamento do mundo rural e do mundo natural, processo social vivido em Goiás de que ele e a família foram exemplares. Suas memórias possuem ressonância em outras histórias vividas por gente anônima em Goiás, o que lhe permite reafirmar seu pertencimento a essa gente e à história do lugar. A escrita lhe dá a oportunidade de externar isso em cada tema escolhido, em cada memória configurada como parte de si.

Bernardes parece não desejar causar estranhamentos, mas forçar o leitor a olhar para seu mundo, a enfrentá-lo. Os temas rurais e da natureza são recorrentes em todos os seus escritos, com o que o autor parece justificar, via memória, sua identidade, quando escreve de uma perspectiva distanciada daquele mundo, mas postando-se como defensor de “selva, bichos e gente”.

Em todas as memórias há um sentimento de vazio, de perda, que o autor, repetidas vezes, afirma sentir no momento em que rememorava o passado. Bernardes relatou a história de sua vida, ora tomado por uma melancolia, ora lançando mão de uma irônica comicidade que se expressava como pena de si e dos seus e, simultaneamente, como crítica constante a costumes e modos que, ironizados, externavam seu orgulho de sertanejo e de suas origens. É possível distinguir essa memória bernardiana como tributária da formação obtida com suas leituras e com sua atividade jornalística, em que se ocupava em discorrer sobre o mundo natural e rural, expressando certa visão romântica do sertão, tomado como espaço do encontro do homem com a natureza.

Nesse encontro, o homem, na maioria das vezes, aparece sob a égide da ordem natural, assumindo uma posição submissa e, por vezes, subsumida

diante da grandiosidade da natureza (Naxara, 2004). Em outros momentos, esse homem é configurado como superior, portador de machados e foices, que podem botar abaixo esse mundo. Um mundo no qual a danação e a salvação vêm da natureza.

Bernardes aprendeu – com o avô Pernagrossa, com o pai e com a mãe – a lidar com o meio, retirando dele o que lhe salva. Para ele, a natureza dura e hostil, provedora e terna com os homens, dava-lhes o que comer, o que beber, o que vestir e o que pode curar, mas também possibilitava a escassez e as doenças. Nesse aspecto, o autor expressa uma visão complexa desse mundo memorado, na qual o repúdio às péssimas condições de vida suplanta um possível ideário de *retorno* ao passado, traço característico do exercício de memoração. O aprendizado desenvolvido nessa conflituosa relação com o mundo natural representou um preço que as transformações do lugar, que recebeu levas de imigrantes, cobraram no seu futuro.

Mudamos de Formosa para o município de Anápolis quando suspendi o relato do meu passado chinfrim. Novembro de 1926, as chuvas ainda não haviam começado de todo, e é como se eu sentisse agora o cheiro balsâmico do cipoal da mata enfiorecido. Os primeiros devastadores da mata virgem, vinculados à natureza, obedientes à vocação da terra e do clima, deixavam as palhadas das roças no terceiro ano de planta formadas em capim Jaraguá, que descobriam logo ser o capim de Goiás, e com ele iam-se formando as invernadas. Nas poucas clareiras que a devastação já tinha aberto no famoso Mato Grosso de Goiás, naquele novembro de chuva mal pegada, a brota macia ou tenra do Jaraguá bem formado ia à altura de palmo. Aquilo verdinho igual e ondeado, muito parecido com hortaliça, dava gosto ver. Cheirava a milho verde, a pepino, a camboquira, não sei, dava vontade de pastar.

Nossos cavalos magricelas, vindos de pastagem dura do capim agreste, pareciam afogar de focinho afundado na relva, tão voraz o apetite, tão fartos os bocados do que razeiravam na forragem nova. (Bernardes, 1986, p. 41)

E essa mesma natureza tratada como sublime é, também, anacronicamente, *thanatos*, morte. Para o pequeno Bernardes, tudo parecia uma inevitável e dolorosa aventura, cujas lembranças não trazem nostalgia do passado,

mas, sim, a percepção de como as dificuldades exauriam as forças e, muitas vezes, conduziam ao desespero. As lembranças vão sendo tecidas como reflexão acerca do hoje melhor, no embate próprio entre a busca do passado e a recusa do sofrimento vivido, próprio da rememoração:

Sofri minha primeira paixão foi num caso desses. Do outro lado do ribeirão morava um povo, com uma meninada e, no meio, a Geraldinha. Ficamos querendo bem um ao outro. De minha parte digo que meu coração estremeceu e palpitava de enlevo na sua presença. Menina esguiazinha, cabelo de trança, sobrancelhas cerradinhas por cima de olhos muito pretos e vivos, tudo nela encantava. Sofreu uma vomitadeira malvada. Minha mãe foi chamada pra ver se dava um recurso, mas não houve salvação. Minha mãe não venceu tirar os bolos de lombriga que vinham e encravavam na garganta dela. Veio um bolão lá uma hora e a menina com o fôlego tapado não voltou mais, quando, enfiando os dedos lá dentro, minha mãe não deu conta de tirar a tempo.

Morreu minha namorada num estado desesperador. Ajudei meu pai a fazer o caixão dela, sufocado na vontade de chorar e, até hoje, meu coração dá sinal quando lembro dessa triste passagem. (Bernardes, 1986, p. 46-47)

O quadro desolador lembrado por Bernardes marca a imagem que lhe vêm daquele momento. Um tempo de morte e tristeza. Triste não só por presenciar a morte daquela que fora sua paixão infantil, mas ainda por sentir a morte de perto repetidamente, pois tanto a mãe como o pai tornaram-se referências no lugar, fosse pelo entendimento de remédios da mãe, fosse pela profissão do pai, “fazedor de caixão”.

A narrativa bernardiana, contando e avaliando o passado, impõe-se sobre o tempo, o lugar e as pessoas. Contar sua vida, elaborá-la como uma história, não permite que o autor se furte às cobranças que o momento do lembrar lhe determina. Vê-se, nos anos de escrita da autobiografia, um caipira na cidade. Bernardes sente necessidade de contar a dura sobrevivência na roça, explicando aquele mundo e tomando a defesa dos seus. Relata o cotidiano de escassez e dificuldades, cuidando em dar a esses homens e mulheres lembrados justificativas para suas mazelas. O caipira descrito aproxima-se, assim, mais das definições de Antonio Candido que da clássica imagem de Jeca Tatu, formulada por Monteiro Lobato,

que teve uma aceitação quase instantânea e forjou, mediante a imagem literária, uma figura quase real e com grande alcance no imaginário sobre o sertão e seus homens.⁹

O sentimento de tristeza que, não raro, pode ser identificado nas memórias de Carmo Bernardes evoca uma dimensão avaliativa e, ao mesmo tempo, combativa da memória. Lembrar, para o autor, é também um ato de tomar partido daqueles homens e mulheres vivendo na escassez que a vida num ambiente desconhecido e hostil lhes impunha. Ele reconhece, no momento que lembra, todo um conjunto de discursos de negação sobre o povo caipira, que é o seu povo. O autor busca aproximar sua autobiografia de outros escritos seus, especialmente suas crônicas, nas quais se configura como um sujeito de esquerda, que assumiu posições políticas de inconformismo com a exploração vivida pela grande maioria do povo brasileiro. Povo que na sua história viu-se alijado da dita memória nacional escrita em grossos livros de história dispostos em bibliotecas inacessíveis a quem não sabia ler e que nem participava da grande aventura nacional da “brasilidade”. Estabeleceu-se, assim, o dever de memória que Bernardes se impõe em relação ao mundo caipira; para ele lembrar e contar esse mundo é ser-lhe fiel.

E a literatura bernardiana é parte da memória ocultada pela memória oficial. Seu intuito é dar a conhecer um mundo que já não existia mas podia ser lembrado e, portanto, contado. Disso resulta também a insistência do autor em “ensinar” como se devia viver, transmitindo um saber material e prático que respondia às carências de quem vivia à margem do mundo oficial.

Nessa investida, Bernardes torna sua autobiografia também um museu. Importa ao autor contar como se fazia um tear, como se fazia um carro de boi, como se fazia sabão, entre outras coisas essenciais à vida caipira passada, as quais, no seu presente de rememoração, pareciam perdidas porque

⁹ Importante assinalar a influência de outro autor, Euclides da Cunha, sobre Bernardes desde o momento em que, ainda rapaz, leu *Os sertões*. Indignação e, ao mesmo tempo, admiração literárias marcaram as leituras dessa obra no jovem Bernardes, que teve que adquirir um dicionário para poder realizar a contento a leitura. Ainda assim, admirando Euclides da Cunha, Bernardes refutava veementemente as concepções deste sobre os sertanejos e sobre a gente pobre do Brasil.

desnecessárias. Em relação à própria dimensão moral/afetiva daquela existência, o relato autobiográfico de Bernardes se funda num processo de avaliação que o fez consciente de que aquele mundo, por mais saudoso que fosse, não fora desprovido das angústias humanas:

Vou pingando estas notas com enorme esforço; e quando volto atrás para eliminar as excrescências que infestam o texto molengo, já intrincado de entrelinhas, sinto que a prosa escorre enfadonha como uma chieira. A conversa mole não está dando a ideia exata do que era a nossa vidinha na roça. A mocidade ficou por lá; o tempo exclui o lado mau de tudo o que foi vivido; sou traído pela gratitude das lembranças e, com isto, vou dando da nossa gente só a face lisa das coisas e dos aspectos mais salientes do que seja maravilhosamente bom e puro. Tento me corrigir e trazer a campo também as misérias e as mesquinhas, que não eram poucas. (Bernardes, 1986, p. 156)

Ou seja, o autor sabia das artimanhas da rememoração e, também, da sua própria necessidade de contar um quadro mais fidedigno, portanto, mais completo do que fora a vida na roça, dos fatos que forçaram sua família a mudanças que interfeririam na sua existência. Tal controle que Bernardes exerce sobre sua narrativa serve à sua intenção maior de explicar-se como um sujeito que mudou, que viveu uma transformação radical: sair do mundo rural e caipira e acessar o mundo da palavra escrita.

Muitas vezes o caráter de sua memória se expressa de forma comparativa, num processo de construção de causa e efeito, que confere a seu relato aquilo que, no dizer de Ricoeur (1994), constitui uma elaboração de sentido, através da tessitura da trama.

Chegou um mandaleco da vizinhança dos Cintra, amontado em pelo num cavaleiro baio, e numa panca de não dizer “bom dia” foi logo intimando meu pai com um recado odioso que o patrão dele tinha mandado. Malcriadinho que só vendo uma coisa. Num rompante de quem quer ser maior do que os outros, esbarrou o sendeiro aí na porta e declamou o que trazia de cor:

– “Seo-fulano mandou dizer assim que o sor fechasse seus porcos, que, se eles tornar a ir lá na roça, ele estuma cachorro, pega e corta a orelha!”

Falou e disse! Seo-Luiz Bernardes da Costa labutava aparelhando umas tábuas, nem teve tempo de dizer o seguinte é esse. O merdinha largou a intimação irreverente, virou o bucéfalo pra trás num trote seco, não deu confiança.

Senti um constrangimento medonho com aquele negócio. Meu pai foi um homem que na vida inteira levou um sistema austero de respeitabilidade irrepreensível, de forma que aquele recado, dado assim de modo estopendo e injurioso, ofendeu a dignidade dele numa fundura insondável. [...]. Se ele tivesse ficado aí guardando resposta, nesse caso o constrangimento ia ser muito maior, porque responder o que? [...]

O miserável do sujeitinho vira o piolhento dele nos pés ao que larga o destempero, meu sangue chega a fugir das veias e o coração do lugar; desejo que o chão abra debaixo de mim para me livrar pelamor de Deus daquele terrível vexame. (Bernardes, 1986, p. 155-156)

O relato revela certa ética que era o esteio da vida daqueles homens. Isso leva, também, o Bernardes escritor a servir-se daquela moral de seu povo como parte da sua escrita. Seus escritos, os de ficção e os de memória, são todos marcados por essa dimensão de “honra caipira”, sedimentada numa vida de dependência da terra alheia, mas firmada numa liberdade maior de caráter e defesa de sua gente ante os desmandos dos proprietários da terra. Isso significa que, ao contrário dos caipiras submissos, da literatura de Monteiro Lobato, e mesmo de Euclides da Cunha, ou ainda das descrições da literatura de viagem que contou o Brasil do século XIX,¹⁰ Bernardes reconstrói sua gente como marcada pelo orgulho de ser honesta, com “brios”, gente que “não leva desaforo dentro de casa”, que prefere se mudar, a ser massacrada por sua condição de não possuir terra. Uma gente que no seu dia a dia luta de modo silencioso contra a dominação e, nessa luta, como sujeito de sua história, ganha o mundo na universalidade da escrita literária.

Essa característica da gente de Carmo Bernardes firma, ainda, uma tendência política do autor, reafirmada insistentemente em seus escritos: a luta contra a opressão, a exploração e a injustiça impostas a quem não tem mais do que a si mesmo para se defender. Sua passagem pelo Partido Comunista, nos anos 40, ainda que não exposta na autobiografia, pode ser explicada como a busca por uma práxis política que refletisse posturas não institucionais, por meio da atuação num partido de esquerda. Por não contar esse fato,

¹⁰ Ver o trabalho de José Eustáquio Ribeiro: *Viagens, viajantes e livros de viagem: Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850)*, dissertação defendida em 2004, na Unesp, campus de Franca.

talvez, até negá-lo, em sua autobiografia, ele deixa entrever que se afastou da luta comunista, porque a mesma não respondia a seus anseios para com seu povo caipira. O autor articula então sua narrativa de modo a mostrar sua opção pela defesa dos mais fracos e perseguidos, assumindo uma identificação com um certo ideário de bem que, durante sua vida de homem das letras, efetivaria como exercício político da sua escrita.

Num episódio relatado, a óbvia conclusão do drama foi a mudança dos Bernardes da Costa, que saíram das terras do Seo-Clemente e seguiram para o arraial do Capoeirão:

Lembro-me de ver ele [o pai] jurar. Levou o chapéu a uma alturinha acima do alto da cabeça, ergueu os olhos pro céu compondo um ar de êxtase, e dissera em palavras solenes:

– “Juro por Deus e Nossa senhora, Deus e Nossa Senhora hão de me ajudar, que nunca mais moro de agregado de ninguém. Não falo com soberba pra Deus não me castigar!”.

Isso dado em 1928 ou 29, por aí, e é capaz que nós fomos dos primeiros a abrir a batida do êxodo rural, que hoje é estrada sem volta. (Bernardes, 1986, p. 159)

Trata-se aqui da memória de mais uma transformação que assume na autobiografia o caráter de mudança essencial: a ida para a cidade. Desse ponto em diante, a vida de Bernardes altera-se de forma intensa, narrando o autor uma verdadeira transfiguração de si mesmo. A saída do campo deu-lhe oportunidade de tomar contato com uma nova dimensão de si, porque o colocou num outro universo de relação com o mundo e com os homens, distanciado da identidade rural que lhe era familiar. Portanto, é possível afirmar que, nessa mudança narrada, é que ele visualiza a nova dimensão da própria identidade de homem que mudou de lugar e de ofício, de concepções de mundo, mas que conservou a sua “verve moral” elaborada pela cultura de seus pais. Essa mudança, tramada em autobiografia, conta da elaboração de si mesmo e de tudo que o cercava. Conta ainda da percepção de um “eu” que tem um lugar no mundo e que por isso pode contar a si mesmo e aos outros, identificando-se como um homem que tem uma história; que

tem uma memória e, portanto, uma identidade que, elaborada na narrativa, não é fixa, mas se constitui no jogo do narrar.

O termo identidade é aqui tomado no sentido de uma categoria prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à questão: quem fez tal ação? Quem é o seu agente, o seu autor? Essa questão é primeiramente respondida nomeando-se alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? Que justifica que se considere o sujeito da ação assim designado por seu nome, como o mesmo ao longo de toda uma vida, que se estende do nascimento à morte? (Ricoeur, 1997a, p. 424)

É esta questão que, como se viu, a narrativa autobiográfica bernardiana persegue: explicar sua origem nomeadamente, porque o nome e o sobrenome de Bernardes foram cunhados pelas raízes éticas e morais do modo de vida de seus pais. É assim que deseja encontrar uma resposta à sua busca do sentido de “vida” e de “eu”. Nesse caso, ainda segundo Ricoeur (1997, p. 424),

a resposta só pode ser narrativa. Responder à questão quem?, como o dissera energeticamente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história narrada diz o quem da ação. A identidade do quem é apenas, portanto, uma identidade narrativa. Sem o auxílio da narração, o problema da identidade pessoal está, com efeito, fadado a uma antinomia sem solução: ou se coloca um sujeito idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, ou se considera, na esteira de Hume ou de Nietzsche, que esse sujeito idêntico é somente uma ilusão substancialista, cuja eliminação só revela um puro diverso de cogitações, de emoções e de volições.

Porque, se assim procede a autobiografia, é porque seu impulso é, antes de tudo, explicar uma vida, dotando-a de uma coerência que se dá segundo uma experiência que não é apenas do sujeito que narra, mas também de tudo o que, participando de sua narrativa, é tomado como constituinte da sua história de vida. Isso configura a própria maneira de a identidade narrativa se expressar:

Desaparece o dilema se substituirmos a identidade compreendida no sentido de um mesmo (idem) pela identidade compreendida no sentido de um si mesmo (ipse); a diferença entre idem e ipse não é senão a diferença entre

uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar ao dilema do mesmo e do Outro, na medida em que sua identidade se baseia numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriunda da composição poética de um texto narrativo. O si mesmo pode, assim, ser dito refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Ao contrário da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. O sujeito mostra-se, então, constituído ao mesmo tempo como leitor e como escritor de sua própria vida, segundo o voto de Proust. Como a análise literária da autobiografia verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (Ricoeur, 1997a, p. 425)

Ou seja, é no jogo narrativo que Bernardes vai se instituindo como sujeito que se identifica com o passado (identidade *idem*) e, ainda, como aquele que se elabora em relação a esse passado (identidade *ipse*), de acordo com o que viveu e com o que sua vida lhe permitiu tecer como lembrança. É, então, como narrativa, que Bernardes alinhava sua transformação de um homem do campo em um homem urbano, dentro de um processo de escolhas imposto pela transformação do mundo em que estava. A certeza de seu eu lhe dá condições de se julgar dentro do contexto em que se encontra. E a autobiografia só pode existir a partir dessa certeza.

Bernardes ao longo de sua história mudou, como os velhos arraiais goianos evocados na autobiografia também mudaram. Toda a sua vida se alterou e o que permaneceu do passado, ou o que se extinguiu, se ordenava segundo os projetos políticos de quem se colocava como agente do mundo ao seu redor. Se Bernardes via a si mesmo como participante dessas mudanças, é porque sabia, ao narrar, que o sentido das mesmas ele podia determinar, configuravam-se segundo sua vontade.

É quando passa a contar de sua vida de rapaz que a autobiografia de Bernardes assume um tom mais especulativo. Nesses momentos, o autor tateia à procura do sentido daquela vida pregressa em direção à vida futura. No entanto, a forma com que conta esse momento de sua vida leva a que ele apareça como o ponto essencial de si, para o qual caminharam sua infância e adolescência.

Na transição das roças para um arraial, dele para a cidade de Anápolis, Bernardes faz o trajeto certo rumo à capital goiana e à escrita.

O autor vai desfiando rápida e avidamente a transformação essencial de sua vida. Nesses arraiais e pequenas cidades ele viveu o que, mais tarde, condena como seu tempo *descabeçado*. As festas, as cantorias, bebedeiras, as mulheres, nem sempre aquelas mocinhas do arraial, ou a esposa conformada em casa, mas aquelas que permitiam os amores proibidos e deram a ele outras normas de vida. Nos relatos, a sensação de liberdade vai sendo contada como a maior aquisição que a vida no lugar permitia, refletindo, em parte, a antiga concepção de que o ar da cidade – e o pequeno arraial configurava-se então para o rapaz como tal – provoca liberdade. Nesse período, fez de tudo um pouco: tentou ser lavrador; foi carpinteiro, pedreiro, cantor das “fúrias” até que se cansou da vida difícil da roça e decidiu ir de vez para a cidade.

Cansei-me da labuta de trabalhar na seca para comer nas águas e de viver eternamente debaixo dos pés duns proprietários brancos, eu um rapaz que sabia ler, escrever e falar discurso, um indivíduo para quem esses matutos, com todos os seus teres e haveres, tinham é que tirar o chapéu. (Bernardes, 1986, p. 206)

A pretensão intelectual se faz evidente. Saber lidar com a palavra escrita deu a Bernardes a possibilidade de fazer sua escolha, moldada pelo desejo de mudar, de se tornar alguém que vive da palavra escrita. Fazer-se intelectual, pretensão um pouco pueril, torna-se ambição árdua de ser escritor, convertendo-se, assim, na mola existencial que moveu sua autobiografia, sua vida.

As dificuldades da vida conduzem Bernardes a essa outra mudança. Desta feita já com sua esposa e as primeiras filhas. A mudança, representava o sustento garantido tanto por inevitáveis ofícios, como o de funcionário público ou dentista, como também por meio da sua leitura e escrita – é nesse período que o autor começa a vender artigos que são publicados com a assinatura de seus compradores.

Esse marco nas lembranças de Bernardes é, pode-se dizer, o guia de sua entrada no jornalismo e, depois, de sua entrada no mundo literário.

Nesse momento começa a se dedicar à literatura e consegue alguns empregos em pequenos jornais de Anápolis, nos quais, muitas vezes, escrevia

artigos de encomenda, aumentando sua renda. Desse período, em que passa a ler fervorosamente, conseguindo livros emprestados e pelo reembolso postal, data seu contato com as ideias marxistas. É nesse momento de sua vida, já escrevendo em jornais e experimentando contato íntimo com a leitura e a escrita literária, que finaliza a narrativa de *Quarto Crescente: relembrações*.

Compreender a autobiografia de Carmo Bernardes envolve considerar a sua escrita como expressão de uma dada época e lugar, como expressão da história de tantos outros homens, que, como ele, experimentaram aquele mundo. Um mundo em transformação que era o Brasil da primeira metade do século XX.

A imagem de mudança, esteio do lembrar Bernardiano, se configura também como a sensação vivida naqueles tempos por todos os lugares. Nos seus relatos, o retrato feito de Goiás é comovente e doloroso. A memória exposta tem uma crueza quase grotesca, embora conserve a intenção de provocar encantamento e sedução, num jogo com seu leitor que o faz cúmplice dos efeitos de verdade que o autor quer produzir. Efeitos que são, no caso de Bernardes e do gênero autobiográfico em geral, narrativos e relacionados à memória. No ato de autobiografar-se, o autor conta com o mundo real, historicamente conhecido de seus leitores, que corrobora a sua escrita e o efeito de verdade que intenta provocar.

O Bernardes, homem do campo, caipira, estava definitivamente transformado em homem moderno. Uma modernidade que, paradoxalmente, o fez porta voz de sua cultura passada, de suas raízes. Sua vida, daí por diante trafegaria no ambiente jornalístico e literário.

Assim, a autobiografia de Bernardes pode ser interpretada como um exercício de memória, cujo centro é a busca de resposta à questão “quem sou?”, no momento em que o autor avalia, retrospectivamente, sua vida. Sua autobiografia, para aquele homem já entrado na sétima década de vida, constitui o momento de configuração de um caráter, marcado pela cultura caipira do passado, mas intensamente penetrado pelas mazelas e dissabores do presente. A necessidade de autoencontrar-se, presente nesses escritos Bernardianos, foi acionada pela própria atividade literária e jornalística exercida nos meios de comunicação e de arte goianos.

OBRAS DE CARMO BERNARDES

- BERNARDES, Carmo. *Vida mundo*. Goiânia: Livraria e Ed. Brasil, 1966.
- BERNARDES, Carmo. *Rememórias*. Goiânia: Livraria e Ed. Araújo, 1968.
- BERNARDES, Carmo. *Rememórias II*. Goiânia: Livraria e Ed. Araújo, 1969.
- BERNARDES, Carmo. *Reçaga*: contos. Goiânia: Livraria e Ed. Araújo, 1972.
- BERNARDES, Carmo. *Jurubatuba*. 3. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1994. (Coleção Belamor).
- BERNARDES, Carmo. *Idas e vindas*: contos e causos. Rio de Janeiro: CODECRI, 1977.
- BERNARDES, Carmo. *Areia branca*. Goiânia: Cultura Goiana, 1975.
- BERNARDES, Carmo. *Força da Nova* – relembrações. Goiânia: Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 1981.
- BERNARDES, Carmo. *Nunila*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BERNARDES, Carmo. *Quarto Crescente*: relembrações. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1986.
- BERNARDES, Carmo. *Memórias do vento*. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- BERNARDES, Carmo. *Perpetinha*: um drama nos babaçuais. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- BERNARDES, Carmo. *Jângala*: complexo Araguaia. Goiânia: Ed. do Autor, 1994.
- BERNARDES, Carmo. *Quadra da Cheia*: textos de Goiás. Goiânia: Ed. do Autor, 1995.
- BERNARDES, Carmo. *Santa Rita*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- BERNARDES, Carmo. *A ressurreição de um caçador de gatos*: contos e outras prosas. Goiânia: Ed. UFG, 1997. (Coleção Belamor).
- BERNARDES, Carmo. *Selva, bichos e gente*. Goiânia: Agepel, 2001. (Coleção José J. Veiga).
- BERNARDES, Carmo. *Xambioá*: paz e guerra. Goiânia: Agepel, 2005.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/148.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2006.
- ALMEIDA, Nelly Alves. *Estudos sobre quatro regionalistas*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. 502 p.
- BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p. v. 1.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Correa. Campinas (SP): Papirus, 1996. 224 p.
- BRESCIANI, Maria Stella. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy A. et al. (Org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB, 2002. 287 p.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.
- DAMIÃO, Carla Milani. *Filosofia e narrativas autobiográficas: a partir de um projeto de Walter Benjamin*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas (SP), 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do Cogito Ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n. 30, maio/ago. 1997.
- GINZBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 311 p.
- JOZEF, Bella. (Auto)biografia: os territórios de memória e de história. In: AGUIAR, Flávio et al. (Org.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997. 291 p.
- KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo, história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 78-100, 2004.
- MARQUES, José O. A. (Org.). *Reflexos de Rousseau*. São Paulo: Humanitas, 2007. 178 p.

- NAXARA, Maria R. Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Ed. UnB, 2004. 328 p.
- RIBEIRO, José Eustáquio. 2004. *Viagens, viajantes e livros de viagem: Goiás na primeira metade do século XIX (1812-1850)*. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Franca (SP) 2004. 228 p.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Tradução de Lucy Moreira César. Campinas (SP): Papirus, 1991. 432 p.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Constança Marcondes César. Campinas (SP): Papirus, 1994. t. 1, 326 p.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Marina Appenzeller. Campina (SP): Papirus, 1995. t. 2. 286 p.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas (SP): Papirus, 1997a. t. 3. 519 p.
- RICOEUR, Paul. *Autobiografia intelectual*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997b. 123 p.
- RICOEUR, Paul. *O mal: um desafio à filosofia e à teologia*. Tradução de Maria da Piedade Eça de Almeida. Campinas (SP): Papirus, 1998. 53 p.
- RICOEUR, Paul. *La memoire, l'histoire et l'oubli*. França: Éditions du Seuil, 2003. 689 p.
- SANTOS, Márcia Pereira. *Relembrações em Minguante: interpretação biográfica da obra de Carmo Bernardes*. Tese (Doutorado) – Unesp, Franca (SP) 2007.
- SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia Regina (Orgs.). *Memória e (re) sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001. 554 p.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997. 670 p.
- TELES, José Mendonça. *Dicionário do escritor goiano*. Goiânia: Kelps, 2000.

Fetichismo, idolatria e alienação: José de Alencar, leitor de Marx

| Valdeci Rezende Borges

A CHAMADA NOVA HISTÓRIA CULTURAL TEM se debruçado, dentre outros objetos, sobre as práticas de leituras, os processos de apropriações, de diálogos, de intersecções, de trocas simbólicas e das relações intertextuais entre os mais diversos campos do saber, autores, leitores e obras. A obra de José de Alencar é permeada por infindos diálogos com variados textos e autores de tradições e linguagens diversas, como literatos e filósofos. Muitas dessas relações o próprio romancista fez questão de explicitar com as remissões. Porém outras tantas ficaram implícitas e não foram percebidas por diversas gerações de intérpretes de sua obra. Dentre seus romances, podemos destacar que *Diva* revela uma prática intertextual intensa e rica com *Júlia ou A nova Heloísa*, de Jean-Jacques Rousseau, fato não apontado pela crítica. *A pata da gazela*, por sua vez, também dialoga com várias obras, delas se apropriando.

Mapeando as leituras realizadas por Alencar, nesse último romance, a referência mais evidente é a história do sapato de Cinderela. Mas ele recorreu ainda a Victor Hugo e seu Quasímodo, de *Nossa Senhora de Paris*, e às suas reflexões a respeito *Do grotesco e do sublime*. Ateve-se ainda em Kant para tecer seu enredo, como em suas *Observações sobre o sentimento do belo*

e do sublime e o *Ensaio sobre as doenças mentais*. Todavia, nossa hipótese é que seu diálogo mais oculto e surpreendente talvez seja com outro famoso romântico, Karl Marx, ao abordar a fantasmagoria que envolvia os objetos na sociedade nova que observava ser construída na cidade do Rio de Janeiro.

Alencar, ao que tudo indica, recorreu às reflexões de Marx sobre o fetiche da mercadoria que vieram à luz três anos antes de seu romance. É objetivo, neste trabalho, apontar os indícios dessa prática de leitura do texto de Marx, reconstruída no referido trabalho alencariano, os quais indicam sua apropriação na construção de suas representações sobre o fetiche, a idolatria e a alienação. Tais aspectos eram tópicos recorrentes e disseminados em outros textos do momento, sobretudo de autores românticos, mas parece-nos que, para além dos temas e dos termos, até a ordem ou a sequência com que muitas questões aparecem no romance de Alencar segue de perto aquelas de Marx. Assim, a intenção é buscar tais referências, indicar os balizamentos dessa leitura, apontar as metáforas e figuras que indicam esse exercício dialógico.

O LIVRO E AS QUESTÕES EM DEBATE

A pata da gazela, romance de 1870, aborda o amor ou a adoração a um fragmento do corpo, a um objeto, e a transformação das pessoas em coisas, numa leitura que agrega noções como fetiche, idolatria e alienação, embora, no que refere ao último caso, não tenha sido usado o termo em si. Alencar produziu, ao redor de um triângulo amoroso, entre Amélia, Horácio e Leopoldo, uma reflexão sobre o culto à matéria e a um fragmento do corpo, como prática presente na sociedade fluminense, marcada pela “invasão” da cultura “estrangeira”, pela “importação contínua de ideias e costumes estranhos”, como aqueles vindos da chinesa com os “ídolos e fetiches do Oriente” (Alencar, 1965, p. 435, 496). Contrapôs posturas mundanas, identificadas com a elite, com as das gentes modestas, atreladas ao romantismo e sua visão de mundo, criticando algumas práticas sociais dos abastados, sobretudo, o fetiche erótico e materialista, representado na figura de Horácio. Em oposição, desenvolveu um discurso de elogio ao amor puro, verdadeiro, terno, imaterial, espiritual e à beleza interior, aspectos representados por Leopoldo.

Esses personagens configuram dois polos de masculinidade opostos presentes na visão de mundo romântica. O primeiro, rico, era um “leão”, rei dos salões e da moda, rapaz preocupado com a elegância, volúvel, sem trabalho, vivendo como conquistador a destroçar corações. O segundo era moço modesto, simples, poeta e trabalhador.

O sapato, como símbolo identificador da mulher, que possui, na história de *Cinderela*, de Charles Perrault, a sua mais famosa versão, também recebeu menção, embora seguindo outro rumo. A gata borralheira, que perdeu o sapato no palácio ao fugir e casou-se com o príncipe, remonta a Elieno, narrador romano do século III, que contou a história de Rodopis, uma cortesã, que, ao banhar-se, teve sua sandália levada por uma águia ao faraó, o qual, impressionado com a delicadeza de seu pé, a fez procurada, encontrou-a e desposou-a (Chevalier e Gheerbrant, 1992, p. 802).

Horácio não estava num baile ao achar o pé de calçado e sair em incansável procura por sua dona. A atenção de Alencar voltou-se para a fantasmagoria que envolvia os objetos materiais, representados pelo pé e pela bota, no mundo novo que observava formar a seu redor. Assim, estava o rapaz no território das práticas de mercado, nas ruas centrais do comércio elegante, espaço que representava e sintetizava o mundo moderno como lugar de trocas de bens materiais em base mercantis.

Nesse espaço do comércio fino, cenário dos hábitos consumistas em ascensão, onde as mercadorias enfeitiçavam os transeuntes, possuíam templos e altares – lojas e vitrines cintilantes –, o laçao de uma carruagem passou correndo por Horácio e deixou cair um objeto de um embrulho. O “príncipe da moda” apanhou-o para fazer uma fineza e servir-se do pretexto para conhecer uma senhora que parecia bonita e estava no veículo, logo, um objeto de conquista. Segundo o texto, que apresenta de modo explícito seus diálogos, era uma botina “de pelica e seda” a “irmã do lindo chapim de ouro da borralheira” (Alencar, 1965, p. 412). Mas, como o carro se afastou rápido e não foi possível alcançá-lo, de posse do objeto, por meio do qual se apaixonou pelo pé que o calçava, o rapaz buscou descobrir sua dona, Amélia, investigando por ruas e lojas de sapatos, até encontrá-la.

Horácio representa a pura adoração da matéria e um amor fisiológico, físico, sensual por um pé, que deixou seu contorno e aroma no botim, dando à história um caráter absurdo. Já Leopoldo incorpora o amor espiritual, advindo do sorriso de uma das senhoras presentes na carruagem. Assim, um era matéria e sensualidade, o outro, alma e espiritualidade. Embora existissem duas moças no carro, tanto a dona do pé quanto a do sorriso era Amélia. Portanto, desse mesmo ponto de partida, foram erguidas duas histórias distintas, fruto da visão de mundo e dos interesses dos dois rapazes, tão diversos. Um mirava a bota e fantasiava o pé da moça, e o outro focava a boca, o sorriso, expressão da alma.

A história tem a marca do suspense, pois não se revela de pronto a identidade da dona do calçado, e o autor recorre às estratégias folhetinescas para confundir e retardar a revelação. Amélia, ao simular para Horácio a deformidade de seus pés, usando a bota ortopédica de sua prima Laura, que estava também no veículo, afugentou-o, ficando o campo livre para Leopoldo, ao qual se rendeu, pois, mesmo convencido do aleijão de sua amada, ao associar erroneamente algumas pistas, lutou por ela. Já o leão entrou a cortejar a prima até perceber sua ilusão e tentar voltar atrás, mas chegou tarde, pois seu rival a conquistara, com seu amor sincero e desinteressado, com ela se casando.

Esse livro, olhado de sobrevoos, com seus toques de suspense, de novela de detetive e clima de triângulo amoroso, não raro, tem sido visto como “uma concepção singela e quase infantil, que Alencar parece compor até por brincadeira” (Menezes, 1977, p. 282), ou como a “cinderela da literatura brasileira”, inserindo-se na moda da ficção de entretenimento, de peripécias sucessivas e cenas patéticas, ficando no “nível do romance ligeiro” (Lajolo, s.d., p. 5 e 7). Já para Magalhães Jr (1977, p. 266), trata-se de uma “história curiosa, que só tem sentido no quadro da época, naqueles dias em que a indumentária longa e severa fazia do corpo da mulher um mistério envolvido em crinolinas”, levando a que o jovem ficasse enfeitiçado e obsessivo com a ideia de ver o minúsculo pé.

Mas existem avaliações mais interessantes do livro, as quais destacam o foco de Alencar sobre o fetiche. Candido (1969, p. 222, 225-226 e 231) o considera como um romance sobre a burguesia carioca, um “estudo curioso

de fetichismo sexual”, em que “faltou músculo para ser um bom livro”. No entanto, o tema do “fetichismo sexual” foi visto como “profundo”, presente num Alencar para “adultos”, que tem “preocupação com o desvio do equilíbrio fisiológico ou psíquico”, manifesto com “certos rasgos atrevidos”, na “exploração da alma”, como “a paixão mórbida” de Horácio por um pé, “a ponto de desprendê-lo do todo resto do corpo e mudar de amor quando supõe que errara quanto à dona” daquele membro.

Martins (1977, p. 333-334, 336) também avalia que o tema principal do livro é “um estudo de fetichismo sexual”, no qual “Alencar não apenas aborda a questão com toda a clareza necessária, mas, ainda, antecipa-se às observações científicas que mais tarde seriam sistematizadas sobre o assunto”, como em Freud. Portanto, o historiador o considera “o nosso primeiro romance realista”, visto que “Alencar coloca o problema em perspectivas nitidamente sexuais”, “cruamente sexuais”, com uma “audácia suprema”, uma vez que o fetiche talvez não fosse inédito nas alcovas brasileiras do século XIX, mas era “a primeira vez que ousava apresentar-se como tema de romance em episódios tão explícitos”. Portanto, singelas parecem as leituras que não deram à questão do fetiche e da idolatria, e mesmo da alienação, a devida atenção, nem reconheceram a presença de suas práticas em várias sociedades e diferentes tempos, como na milenar cultura chinesa, que irradiava seus costumes na Corte em decorrência do processo migratório. Nessa, a beleza de uma mulher era medida pelo tamanho de seus pés, e aquelas que os possuíam grandes eram consideradas feias, o que levava a que as meninas ricas se submetessem a cruéis procedimentos para atrofiá-los, deformando-os. Quem não os tinha pequenos não se casava ou não conseguia marido rico, pois os grandes eram motivo de vergonha.

O texto alencariano realiza uma reflexão sobre o fetichismo, questão que despertou a atenção de muitos pensadores do século XIX, como Karl Marx. Três anos antes do aparecimento do livro de Alencar, Marx lançou, em alemão, o primeiro livro de *O capital* cujo capítulo inicial que aborda “A Mercadoria”, realiza uma reflexão sobre as relações humanas no capitalismo, sendo seu último item sobre “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”. Numa sociedade de mercado, as relações são mercantis e os objetos

adquirem um caráter fetichista, sendo envolvidos por segredos e mistérios. Conforme Sennett (1988, p. 184), na procura de distinguir o valor cultural dado aos objetos do valor utilitário, Marx expôs dimensões de um culto materialista e de uma “psicologia do consumo”.

Outros autores, como Alfred Binet, Havelock Ellis e Krafft-Ebing, consideraram o fetichismo na esfera do comportamento sexual, vendo-o como perversão, desvio, anomalia ou perturbação de uma função dita normal, caracterizada como postura de eleição de uma parte do corpo ou de objetos relacionados com ele, tomados como focos de excitação ou únicos objetos sexuais aos quais se atribui valor excepcional (Roudinesco, 1998, p. 235; Chemama, 1995, p. 74).

O termo “fetichismo”, criado a partir de “fetiche”, derivado de “feitiço”, surgiu relacionado à análise da religião de povos ditos primitivos. O magistrado Charles De Brosses, no século XVIII, tratou o fetiche como fato religioso, caracterizado pela transformação de animais e seres inanimados em divindades, ao atribuir-lhes poder mágico. Essa ideia foi retomada, no século seguinte, por Hegel, e depois por Marx, além de questionada por Comte (Roudinesco, 1998, p. 235-236).

Já o conceito de alienação, cunhado por Hegel, significa, para Marx, a experiência humana de alheamento dos indivíduos que não se comportam como agentes ativos que controlam o mundo que lhes é conhecido, perdendo, assim, saber e ação. Essa ideia estava ligada, no pensamento ocidental, à ideia de idolatria, de culto e adoração a coisas tomadas como ídolos, aos quais se submete. Os objetos produzidos pelos homens perdem suas características de fruto do poder humano, assumindo caráter de existência à parte, independente de sua vontade e planejamento, colocando-se para eles como seres estranhos e possuidores de forças próprias. Para Marx, a alienação, considerada uma “monstruosidade”, um “aleijão”, impedia a evolução plena do homem (Fromm, 1983, p. 51-53, 55).

Segundo Rosdolsky (2001, p. 117), a conhecida concepção de Marx sobre o fetichismo da mercadoria nasceu antes de meados de 1860, já estando presente em seus primeiros trabalhos econômicos, como nos cadernos escritos em 1844 e numa pequena parte de seus manuscritos, de 1857-1858,

sobre o dinheiro, dos *Grundrisse*, que veio à luz em 1859, na *Contribuição à crítica da economia política*. Teria sido por meio de algum desses estudos iniciais o contato de Alencar com tais ideias? Parece que não, pois não encontramos, nesta busca, indícios mais contundentes que apontem para essa possibilidade. Embora as ideias centrais de Marx lá já estejam postas, elas aparecem de outra forma, e ele empregou o termo “fetichismo” ao falar dos pensadores alemães, apenas em uma nota de rodapé.

Conforme o prefácio de Marx para a primeira edição de *O capital*, esse primeiro volume constitui a continuação de seu texto publicado em 1859 (*Contribuição à crítica da economia política*), em Berlim, que foi resumido no capítulo I com a finalidade de estabelecer a conexão e dar o complemento necessário. De acordo com ele, a análise da mercadoria foi aperfeiçoada e alguns pontos, antes apenas indicados, foram desenvolvidos. Já no posfácio, de janeiro de 1873, para a segunda edição, o autor esclarece aos leitores da primeira que ocorreram modificações necessárias, com discussões suplementares e mais didáticas, afirmando: “A última parte do capítulo I, ‘O fetichismo da mercadoria etc.’, está grandemente modificada” (Marx, 1983, p. 11, 15).

TRATANDO DO FEITIÇO DOS OBJETOS OU DO ENCANTO DAS COISAS: OS PÉS PONDO-SE SOBRE A CABEÇA

Alencar, ao que tudo indica, produziu um diálogo incluindo tais reflexões de Marx acrescidas por aquelas a respeito da “Divisão do trabalho e manufatura”, presentes no primeiro livro da obra *O capital*. Segundo Marx (1983, p. 70), a mercadoria, que “parece uma coisa trivial, evidente”, se objeto de reflexão, mostra-se “uma coisa muito complicada”, transforma-se de coisa física em algo transcendente, em obra “cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”, devido aos diversos sentidos a ela atribuídos, diferentes de seu valor de uso. “O caráter místico da mercadoria”, explica ele, não provém de seu valor de uso; seu “caráter enigmático” advém dos valores agregados que a revestem com máscaras, ao dar-lhe aparência de caráter pessoal, de individualidade.

Ainda de acordo com Marx (1983, p. 71), tal aspecto “misterioso” da mercadoria provém do fato de ela “refletir aos homens as características sociais do seu trabalho” como se fossem marcas próprias dela como produto, e também de refletir a relação social dos produtores como uma relação entre objetos. Assim, esclarece ele, a mercadoria mostra-se aos homens de modo luzente, sendo “a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico” dada de modo objetivo, como “uma coisa fora do olho”. Mas, “no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho”, numa “relação física entre coisas físicas” e não como “excitação subjetiva”. Trata-se de uma dada relação social entre os homens que “assume forma fantasmagórica” de relação entre coisas.

Por isso, Marx (1983, p. 71-72), ao buscar uma analogia, refere que teve de “deslocar-se” para a “região nebulosa do mundo da religião”, na qual “os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria”, como “figuras autônomas”, que “mantêm relações entre si e com os homens”. A isso, que acontece com os produtos humanos, ele chama de “fetichismo que adere aos produtos de trabalho” produzidos como mercadoria. O sentido humano inscrito nas coisas, que ele define como “um hieróglifo social”, cujo segredo é difícil de decifrar, é algo feiticel, mágico, reflexo religioso e fantasmagórico, que enevoa e adere aos produtos em troca.

Essa dimensão religiosa de culto objetal, de idolatria ao pé e à bota, permeia o texto alencariano. Portanto, seria simplista desconsiderar que Alencar, como homem atento ao seu tempo e às questões que o constituíam, tenha trazido esse problema para o romance. Mesmo antes, em *Lucíola*, de 1862, ele já apontava sua preocupação com essa questão, empregando especificamente o termo “fetichismo”. Porém, em *A pata da gazela*, ele descreveu com pormenores tal prática, ao refletir sobre o culto ao pé e ao botim, usando as palavras “idolatria” e “fetiche”, e empregando, ainda, o termo “feiticel” para designar aquela parte do corpo da mulher. Utilizou termos como “anomalia”, “monstruosidade”, “vício”, “aleijão”, ao tratar da atração indevida, exercida por tal membro inferior e pelo objeto que o revestia. Apontou o investimento de atributos mistificadores a eles, a transferência das relações humanas para as coisas e a coisificação das pessoas, usando inclusive, a

palavra “hieróglifo”, só que substituindo o termo “social”, usado por Marx (1983, p. 72), por “amor”, para indicar amor ao objeto. Logo, a seu ver, cabia investigar algo de misterioso, difícil de entender, inerente à relação de adoração às coisas e de desprezo pelo humano.

Em Alencar, esse universo complexo e nebuloso, de mistério, ao redor de uma coisa trivial que parece criar vida própria e que produz situações absurdas, patéticas e descabidas, as quais tão bem representam o mundo moderno, foi tratado de forma própria e bem humorada, de modo poético, mas pertinente, consistente e bem próximo a Marx. De fato, podem parecer exageradas as cenas que produziu a partir do referencial marxiano, mas era pelo exagero que os românticos buscavam por em relevo os caracteres sociais considerados negativos. A dimensão do culto objetual foi posta em destaque, assim como a valoração, própria e individual, que o objeto adquiria conforme a necessidade e o olhar exclusivo do personagem fetichista. Além disso, o próprio Marx (1983, p. 73) chamou a atenção em seu texto para o fato de que as relações dadas nesse universo das mercadorias aparecem aos olhos de todos “exatamente nessa forma absurda”.

Se, no culto ao objeto, Marx (1983), como indicado acima, chamou atenção para as sutilezas metafísicas, manhas teológicas e para o deslocamento da ação para o campo nebuloso da religião, Horácio armou um altar para realizar seu ritual como requer a prática religiosa, descrevendo-o num momento de recolhimento, de adoração. Na descrição alencariana, que se assemelha à marxiana, fica evidente o reflexo das ideias do filósofo alemão acerca de transparência e luminosidade, de olhar iluminado, de projeção de uma coisa para outra, de remissão à esfera religiosa e de adoração de relíquia, de relação física entre coisas, de sua aparente autonomia e, por fim, de assumirem essas coisas uma forma fantasmagórica, em situação, conforme o texto do romance, de “consagração ao culto da matéria” (Alencar, 1965, p. 417). Uma das cenas significativas foi assim descrita:

Recolhendo, Horácio acendia duas velas transparentes e colocava-as a um e outro lado da almofada de veludo escarlate, sobre uma mesinha de charão, embutida de madreperolas. Tirava de um elegante cofre de platina a mimosa botina, e com respeitosa delicadeza deitava-a sobre a almofada, de modo que

se visse perfeitamente a graciosa forma do pé que habitara aquele ninho de amor. [...] Então acendia o charuto, sentava-se numa cadeira de espreguiçar, defronte, porém distante, para que o fumo não se impregnasse na botina, e ficava em muda e arrebatada contemplação até alta noite. [...] Sobre aquela botina via elevar-se como sobre um pedestal um vulto de estátua, mas vago, indistinto; e, contudo, esse esboço sem formas sedutoras, aquela sombra sem alma e sem calor, lhe parecia de uma beleza deslumbrante. Não era ela a mulher a que pertencia o mais formoso pé do mundo, o mimo, a obra-prima da natureza? (Alencar, 1965, p. 423-425)

Essa passagem e as imagens que apresenta parecem dialogar com as ideias marxianas antes apresentadas, em específico, a questão da impressão luminosa, da luz projetada a partir de uma coisa, de um objeto externo; da impressão de tratar de culto religioso, de adoração de relíquia ou, segundo o narrador alencariano, de “uma aberração da alma, consagrada ao culto da matéria” (Alencar, 1965, p. 417). Cabe ainda pôr em relevo o fato de uma coisa física transformar-se numa metafísica, como que criando vida própria. Marx (1983, p. 70) chamou a atenção para o fato de a mercadoria “se pôr com os pés no chão” e se colocar “sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias”, desenvolvendo “cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa”. Era o que ocorria com Horácio.

O texto de Alencar traz tais pensamentos de forma difusa, assim como recorre a uma terminologia também presente em Marx. Se Marx (1983, p. 73), nas três partes iniciais do capítulo sobre a mercadoria, usou casacos e outros objetos como exemplos, e apenas na última parte, aquela sobre o fetiche, pela primeira vez, adotou as “botas” para servir de modelo comparativo e explicativo, afirmando que a relação destas com as outras mercadorias aparecia a nossos olhos “exatamente nessa *forma absurda*”, Alencar escolheu justamente as botas para sua alegoria sobre tais absurdos e inseriu na narrativa fatos ligados a situações triviais, cotidianas (grifos meus).

Se Marx chamava a atenção para uma coisa evidente, que se torna motivo de reflexão, de cisma que invade o cérebro, de enigma a ser decifrado, Alencar tece um quadro similar no qual ambienta Horácio. Conta o narrador que esse personagem “achou o objeto digno de séria atenção” e entrou a fazer “um exame consciencioso”. Nesse sentido, ao pensar sobre o botim

e tratando de sua valoração, não o via como valor de uso, que satisfazia uma necessidade social específica, mas o envolvia com mistificações, usando para designá-lo termos como: “objeto de sua adoração” e “tesouro”. Horácio agregava sentidos ao objeto enriquecendo-o com remissão a filósofos e poetas, como Virgílio, a divindades como Vênus, a narrativas como a “fábula de Édipo”, ao “enigma da esfinge” e ao “mito da vida”. Todo esse universo cultural era chamado para compor e decompor “os hieróglifos do amor” e indicar as “riquezas de sua elevada inteligência” (Alencar, 1965, p. 412-415).

Mostrando sua postura de supervalorização das coisas, Horácio foi descrito a examinar e a pensar sobre o mistério que via naquela mercadoria tão trivial. A botina, tomada como “objeto digno de séria atenção”, foi vista como obra de luxo, “um primor de pelica e seda”, mas também agregou conteúdos de outros textos da nossa cultura num processo dialógico: “concha mimosa de uma pérola, a faceira irmã do lindo chapim de ouro da borralheira”. Conforme seu olhar, que confere novos valores, ali não estava um objeto apreciado por seu caráter de uso; tratava-se de obra de arte e não de fruto de um trabalho assalariado: “a botina desabrochava em flor, sob a inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de cerol e torquês”. Mas não era, “porém, a perfeição da obra, nem mesmo a excessiva delicadeza da forma, que seduzia o leão; eram, sobretudo, os debuxos suaves, as ondulações voluptuosas que tinham deixado na pelica os contornos do pezinho desconhecido”. Segundo a narrativa, não era um objeto novo, “a botina fora servida, e muitas vezes”; alguns indícios “indicavam bastante uso” e, curiosamente, o narrador advertia: “se fosse um calçado novo em folha, saído da loja, não teria grande valor aos olhos do nosso leão, habituado não só a ver, como a calçar, as obras-primas de Milliès e Campás”, vendidas nas lojas do comércio fino e caro, centrado na rua do Ouvidor, símbolo do fetichismo que distinguia o consumidor carioca, conforme Needell (1988, p. 46). Logo, a botina não era um artigo de loja, e “sim o traste mimoso de alguma beleza; o gentil companheiro de uma moça formosa, de quem ainda *guardava a impressão e o perfume*” nela deixado (Alencar, 1965, p. 412; grifos meus). Portanto, o fetiche em cena não é o do consumo da bota, do fascínio pelas novidades do mercado, mas o da fantasia e da atribuição de qualidades especiais aos objetos, além do valor de uso convencional e aceito socialmente, conforme Marx.

A idealização mistificadora dos objetos, que revela a aparência adquirida pelas coisas por meio dos sentidos que os vestiam, foi reforçada com o destaque de seu aspecto olfativo e seu caráter “feiticeiro”. Nesse processo, usam-se termos como “aroma”, “aroma da mulher bonita”, “*perfume inebriante*”, “*aroma delicioso*”, “bafijos daquele *odor suave*”... Ao ater-se ao tamanho da “obra-prima”, o narrador ressalta os “sinais” deixados pelo “*feiticeiro pezinho*”, que era amado e adorado. Em tal movimento, Horácio invertia a hierarquia cultural do corpo que valorizava a cabeça, razão, face e sua beleza, ao “amar”, “adorar” aquele membro inferior e enaltecer seu odor numa solicitação sensual, expressa num momento em que era rebaixado e avançava o fascínio pela higienização e desodorização do corpo (Corbin, 1987).

Assim, essas imagens revelam, literalmente, o pé se pondo sobre a cabeça, como afirmava Marx (1983, p. 70), ao refletir que a mercadoria colocava os pés no chão e se sobrepunha à cabeça perante as outras. Como objeto de culto, a bota recebeu outros significados, sendo revestida de novos sentidos e valores que não os de uso. Nessa agregação, ocorreu uma superposição de imagens pertencentes a domínios culturais díspares e separados, que reforçavam seu revestimento com outros sentidos e sua mistificação. Para o moço, a botina era de “moça em todo o viço da juventude”, pois a sola indicava “a sutileza do passo ligeiro” e o “andar gentil” manifestava a presença de uma “*deusa, a Vênus deste olimpo em que vivemos, a mulher*”. Logo, o rapaz sentia que amava nela o pé, “este pé *silfo*, este pé *anjo*”, que o fascinava, arrebatava, enlouquecia, a ponto de não se contentar em “olhar e apalpar a botina”, mas beijá-la, “tímida e respeitosa”, pois era “a imagem do pé sedutor, que ele *adorava como um ídolo*”. A “gentil botina” era “o objeto de sua adoração”, “tesouro” que desejava possuir, reafirmando apelo sexual e idólatra (Alencar, 1965, p. 413-415; grifos meus).

Se essas imagens apenas apresentavam esse tipo de comportamento, o texto não deixa de indicar que tal problema possuía motivações e raízes sociais. A fantasmagoria foi vista como socialmente produzida. A atitude do rapaz originava de uma organização social produtora de anomalias, em que “belos talentos” eram sorvidos no luxo e consumidos em “gala estéril e efêmera”, sem dar flor e fruto. Horácio “era uma de tantas inteligências

desperdiçadas no incessante bulício da moda”, que não dava atenção às “noções científicas: lia os *hieróglifos do amor* com a linguagem garrida do homem da moda” (Alencar, 1965, p. 415; grifos meus).

O moço foi descrito como inteligente, tinha olhar perspicaz, era investigador profundo e observador certo, mas estéril, ocioso. Era homem que ignorava o trabalho, vivia uma vida sensual, de “culto da forma” e com um acentuado “fanatismo do prazer”. Além de ocioso, admirador da beleza exterior, da forma material, e de possuir como religião o prazer, do qual era cego e excessivo cultor, à sua imagem foram agregadas outras características da sociedade capitalista, como a perda da dimensão de totalidade, a fragmentação, a busca constante da novidade, do diferente, e a transformação do ser humano em objeto, em coisa. Ele “admirava na mulher a formosura unicamente”. Vendo as mulheres como “estátuas animadas”, seu olhar, frio e severo, admirava “a mulher em detalhes”, uma boca, uma trança, uma cintura... Ele ultrapassava o plano do que era considerado comum aos indivíduos e socialmente aceito; agregava às coisas e ao corpo sentidos estranhos que orientavam suas motivações a ponto de configurar uma conduta alienada (Alencar, 1965, p. 415-416).

Foi descrito ainda como enfraquecido e insensível, apegado ao efêmero e à busca de satisfação de seus desejos por meio de coisas agradáveis e sempre novas. É nessas circunstâncias que se deve compreender o comportamento do rapaz e “a impressão profunda que nele produziu a mimosa botina”. Ele já “tinha admirado a mulher em todos os tipos e em todos os seus encantos; mas nunca a tinha amado sob a forma sedutora de um pezinho faceiro”. No processo de perda da sensibilidade, da dimensão do conjunto, e de afincó à novidade e ao parcial, tornando tudo objeto e substituível, passara, até então, “despercebido esse condão mágico da mulher”, que agora excitava e alimentava sua “imaginação ociosa”, tornando-se “ludíbrio de sua fantasia” (Alencar, 1965, p. 417).

Considerou o narrador que o apego ao pé como símbolo erótico, objeto de desejo e prazer, revelava uma atitude infantil de um homem com desenvolvimento psicológico anormal, além da questão do apego ao materialismo. Ao cultuar o objeto, Horácio foi visto como extravagante e vicioso, cheio de

infantilidades, que “revelavam a agitação dessa existência, embotada” pelo “delírio da *febre de materialismo* que ataca o século”; era “uma aberração da alma, *consagrada ao culto da matéria*”. Em virtude da “voracidade insaciável do desejo”, era uma “dessas *monstruosidades* incompreensíveis”, que viviam em estado de “*embriaguez*”. Portanto, seu comportamento foi associado à anomalia e ao vício. Ele orava em culto da matéria, dedicava horas ao ócio, estava associado ao alcoólatra e representava um segmento social que usava da riqueza de modo estéril, que achava na carteira as soluções dos problemas (Alencar, 1965, p. 417, 424; grifos meus).

Configurado como possuidor de conduta pervertida, alienada, fetichista e materialista, o personagem tinha como templos espaços como lojas, salões e teatros, além de seu altar privado, particular, em seu domicílio, onde praticava sua idolatria. O “feliz conquistador” tinha no “pezinho mimoso” um “ídolo de sua alma”; seu “coração feroso e inflamável, nunca ardera por mulher alguma como agora ardia por aquele pezinho idolatrado. Era um verdadeiro amor de leão, terrível e indômito; era um delírio...” (Alencar, 1965, p. 423).

Do seu culto ao objeto, da sua fantasia, da coisa inanimada, emergia uma mulher deslumbrante dotada de vida própria, “que plainava sobre a almofada como sobre uma nuvem de ouro”, imagem que também dialoga com a ideia de Marx (1983, p. 71) da coisa que assumia forma humana e adquiria vida como figura autônoma. Ante essa figura idealizada, as “mulheres mais bonitas que tinha visto” fugiam “abatidas e humilhadas”. Partindo da bota e da fantasmagoria produzida, Horácio canalizou ações e relações para achar sua dona. Esse processo explicita a relação de reificação das pessoas, apontada igualmente por Marx. Diante das suspeitas de possuir o pé, dono da bota, ele agia de modo inconveniente, agressivo e desrespeitoso, tornando-as objetos, ao desprezar seus códigos e valores culturais, ao violar seus corpos. Seu olhar pervertido e atrevido travava-lhes a ação; após fitá-las a pupila ia baixando-o até ater-se à “fimbria do vestido” com “insistência significativa”, deixando-as desconcertadas, pois, pelas convenções e noções de “pudor” e decoro, o pé feminino era objeto erótico e íntimo, devendo ser escondido. Expô-los estouvadamente provocava nas mulheres o sentimento de estarem descompostas (Alencar, 1965, p. 425, 431).

Horácio desrespeitava essa moralidade, supervalorizava o pé e o queria ver de qualquer forma; ele desvalorizava o humano, empobrecendo-o ao maximizar o valor das coisas; chegou a declarar amor ao pé e não à mulher. A figura humana da moça, com seu olhar e sorriso meigos, ideais românticos de espiritualidade, não lhe interessava; ele, cego pela luminosidade do objeto, a reduzia à coisa, ao pé. Sem ter clara consciência de que se tornava objeto, mas suspeitando disso, a moça considerava que aquele era um amor sensual: “ele prestava culto ao deus ignoto, que adorava sob aquela forma encantadora” (Alencar, 1965, p. 426, 433, 444-445, 455).

Como sacerdote que cultuava a matéria, idolatrava a forma, a estátua, o objeto e sua beleza, mas que tinha todos seus esforços para ver os pés de Amélia frustrados, o rapaz recorreu a uma arma poderosa como estratégia para conseguir o que queria; revelou à moça sua paixão, não por ela, mas pelo objeto. Falou do suplício produzido pelo “desejo” de ter algo que não tinha, do “gozo infinito” que seria tê-lo, pois amava nela uma coisa que escondia e o deixava a arrastar “a alma pelo pó, no vão intento de entrever de longe o objeto” pelo qual daria a vida, sem hesitar, que era seu “pezinho mimoso”. Assim proclamava, sem véus, aquela que se julgava senhora em objeto, reduzindo sua pessoa a uma parte de seu corpo, deixando a moça rubra, alvoroçada, trêmula e perturbada (Alencar, 1965, p. 445-446). Com o fetiche nas relações sociais modernas, as pessoas assumem forma de coisas e as coisas figuram como dotadas de vida, conforme Marx (1983, p. 70-71).

Mas, se, de acordo com Marx (1983), na sociedade burguesa, os homens se relacionam entre si, entram em contato social mediante a troca de produtos, sendo até mesmo o casamento um negócio, Horácio, consagrando a imagem de um adorador de coisas, de transformador de gente em objeto, numa sociedade em que mesmo o casamento inseria-se no mercado, dispõe-se a realizar a troca necessária para ter aquele pé: pediu a moça em casamento. Conforme o narrador, o moço, “cativo” do pé, queria “obrigá-la a conceder-lhe imediatamente o que pedira: a sua mão, e com a mão o pezinho que ele adorava”. Refletindo sobre a situação, Amélia avaliou: “... o que ele ama em mim, não sou eu, mas uma mulher que imaginou; sirvo-lhe apenas de pretexto...” (Alencar, 1965, p. 452, 454-455, 459).

Para Horácio, reforçando a imagem do encanto metafísico que a coisa física produzia sobre ele, só uma “coisa” interessava, “*coisa* bem pequenina”, “verdadeiro *condão de fada*”, que o fez de “senhor um escravo”, de um homem livre e emancipado um alienado às coisas e às circunstâncias. O pé, descrito como “ente adorado”, “ídolo”, era entrevisto “nos sonhos dourados de sua imaginação”. Para Leopoldo, aquele “estava sob a influência de uma *paixão materialista*”; “ele *amava a forma*, e levava sua *idolatria a ponto de adorar não a forma completa*, a imagem viva e palpitante da mulher, mas um *fragmento, um trecho apenas* dessa forma”. O fetiche, como alienação de si próprio, e dos outros, do social, expressava-se na perda da noção do todo e no afincamento a uma parte. A mulher não importava, interessava-lhe apenas o “objeto de sua adoração”; desprezando as “diferentes irradiações da beleza” (Alencar, 1965, p. 460-462; grifos meus).

Horácio atribuía ao pé características elevadas, recorrendo a imagens variadas para revesti-lo com significados mistificadores e compor seu “hieróglifo do amor” (Marx, 1983, p. 72), expressão que, de forma relacional, remete ao termo “hieróglifo social” da reflexão marxiana. Considerou-o “a parte mais distinta do corpo humano”, sem o qual “a estatura não teria a nobreza que Deus só concedeu à criatura racional”; que “revela o caráter, a raça e a educação”, expressando, em “cada uma das feições e dos gestos”, a vontade e a alma. Para ele, Virgílio “compreendeu que Vênus ocultasse aos olhos do filho, na selva líbica, a beleza imortal de seus olhos, de seu sorriso, de suas formas sedutoras”, porém “não aquilo que era sua essência divina, sua graça olímpica. Foi pelo andar que ela revelou-se deusa; *et vera incessu patuit dea*.” Amélia já era sua conhecida, mas “nunca sentira à sua vista a menor comoção” até “quando soube que a ela pertencia o tesouro”; assim, passou a adorá-la, estando “disposto a fazer a maior das loucuras”, casar-se, para tê-lo; o que significava a consagração das práticas de coisificação da pessoa humana, como ocorria nos arranjos conjugais (Alencar, 1965, p. 415, 461-462).

Para Leopoldo, Horácio não amava a moça; Amélia era “um pé e nada mais”, o leão sentia “a *idolatria da beleza material*”, procurando “sempre na mulher *a forma, o amor plástico*”. Isso destaca o caráter de fetiche materialista das atitudes de Horácio que cultuava a coisa material conferindo-lhe

atributos de pessoa (Alencar, 1965, p. 462; grifos meus); destaca, assim, sua alienação, a perda de sensibilidade, seu enfraquecimento e fragmentação.

PONDO FIM À MAGIA OU DESVELANDO O SEGREDO: AOS PÉS O CHÃO

Amélia, ao saber de tal fantasmagoria que enlevava o leão e do jogo em que estava inserida, vestiu-se com máscara oposta à adorada por Horácio, calçando uma bota ortopédica de sua prima e mostrando-a a ele, como se estivesse distraída. Ao ver “uma coisa indefinível, estupenda”, um “aleijão”, à sua frente, ficou atordoado. Dessa forma, ele rompeu o noivado com aquela que considerava ter os tais pezinhos e voltou suas atenções para Laura, que também estava na carruagem no dia em que achou o botim, até descobrir, com horror, que, em verdade, ela possuía “dois pés ingleses de sofrível tamanho” (Alencar, 1965, p. 469, 478).

O rapaz, ao refletir sobre o ocorrido, procurando decifrar o sentido do hieróglifo, ponderou que Amélia tinha, então, “a maravilha a par do monstro, o mimo em face da deformidade”, pois tinha visto apenas o pé direito, o aleijão, sendo o esquerdo, que ficou oculto, o pezinho tão sonhado. Na rua do Ouvidor, templo do consumo e da mercadoria, ao avistá-la novamente, cortejou-a e, num “impulso irresistível”, seus olhos “abaixavam-se para os volantes do vestido”. Diante da insistência do olhar de Horácio, que, alheio às convenções sociais, pervertia os valores morais, Amélia simulou haver lama na calçada, colheu a frente da saia estouvadamente até o colo da perna, deixando-o fulminado, ao ver “pousados na calçada dois pezinhos mimosos que palpitavam dentro de botinas de merino cor de cinza”. Nesse universo de aparências fugazes e de agregação de valores às coisas, que as mascaravam com traços de personalização, dificultando decifrá-las, Amélia desvelava, no espaço que representava, a reificação das relações humanas, o segredo que a mente fantasmagórica do rapaz produziu em estranhas cismas (Alencar, 1965, p. 478-479; Marx, 1983, p. 72).

O aleijão era de Laura; Amélia, que tinha em casa botinas antigas da prima, para quem mandava fazer botinas novas numa sapataria, usou-as para submeter Horácio à prova. Vendo que ele “*amava nela [...] uma forma*”,

concluía que sua “imaginação enferma” era uma “aberração dos sentidos”; a “mulher era, para o leão, uma coisa” e “seu coração exausto precisava de alguma coisa nova, original e extravagante” (Alencar, 1965, p. 482; grifos meus).

Como já foi dito, o texto trata do fetiche, do culto à matéria e da atribuição ao objeto de valor para além daquele de uso, da incorporação de sentidos de caráter individual. Sentidos que desviavam a atenção de suas características originais como objetos que adquiriam uma aparência mistificadora, uma personalidade e individualidade. Mas, ao buscar fazer desaparecer esse reflexo religioso, Alencar ofereceu a seu leitor o contraponto desse mundo fantasmagórico que assumia impressão luminosa e mistificadora aos olhos de Horácio. Quem retirou a máscara final e o véu místico e nebuloso construído pelo idólatra foi Leopoldo.

Num tipo de organização social, em que, conforme Marx, os homens transformavam-se em coisas, em que o trabalho para produzir os objetos apresentava-se dividido, em que os seres humanos tornavam-se alienados, perdendo a consciência e a dimensão do todo, sendo privados da sensibilidade e da racionalidade, em que os objetos inanimados, parecendo ter vida própria assumiram forma mística, como na religião, Alencar premiou aquele homem que amava a alma e o todo, sem interesse material, que buscava não só a beleza da forma, mas a beleza interior. Leopoldo casou-se com Amélia, que, no recôndito da alcova, assumiu “o comando do ritual fetichista” (Martins, 1977, p. 336); após presentear o noivo com uma pantufa de cetim, ela viu descer o olhar do rapaz à fímbria de seu roupão e, sobre uma almofada de veludo, encontrar as unhas rosadas de seu pezinho entre as dobras da cambraia, ficando rubra, ao pedi-lo que nela calcasse, talvez pensando nos “*ídolos e fetiches*” do Oriente (Alencar, 1965, p. 435, 486-487; grifos meus) e/ou nos “caprichos” de Horácio, que curiosamente encontrou uma maneira de espiar, como um *voyeur*, a realização da cerimônia nupcial (Martins, 1977, p. 335).

Alencar (1965, p. 426-427) aprofundou seu desvelar do fetiche, quando Leopoldo, certo dia, de longe, viu Amélia na rua com outras senhoras ao entrar numa carruagem, e flagrou a imagem de um pé enorme, que o deixou estático por acreditar ser dela. Triste e acabrunhado, andou pelas ruas vizinhas até parar numa sapataria ali perto e, desta loja, “ou antes uma tenda”,

de tão simples e tosca que era, esclareceu a si e ao leitor o mistério do aleijão, do botim perdido e de sua dona. Nesse percurso, o romancista perseguiu também as considerações de Marx (1983, p. 73) sobre o modo como esse reflexo religioso desaparecia quando as circunstâncias cotidianas, nas quais os botins foram produzidos se tornavam transparentes e racionais. Para tanto, Alencar deslocou-se para o capítulo XII da obra *O capital*, que trata da “Divisão do Trabalho e Manufatura”.

Se, de acordo com Marx (1983, p. 73-76), todo o misticismo das mercadorias, toda sua magia e fantasmagoria, constituintes da economia burguesa, desaparece tão logo nos inserimos em outras formas de produção, Alencar passou a expor as relações e as condições em que antes se efetivava na Corte a produção manufatureira de calçados, contrapondo-as àquelas que estavam sendo impostas, de modo crescente, no mercado que passava a exigir produção em grande quantidade e de modo fabril. Conforme Marx (1983, p. 267-268, 271 283-284), a alienação no trabalho era menor quando a produção se baseava na manufatura e no exercício dos ofícios; posteriormente, na fábrica, a máquina utiliza o homem independente de sua vontade, limita-o, isola-o, faz dele peça do maquinário. Tal movimento trouxe para o romance a reflexão sobre o avanço do tipo de produção fabril que completava o processo de expropriação e alienação desenvolvido na manufatura, que decompunha o ofício, convertia o trabalhador em ser parcial, retirava dele sua vontade, entusiasmo, criatividade, consciência e controle de si, assim como seu reconhecimento naquilo que produzia, tornando-o um autômato (Marx, 1983, p. 72-76, 268-269, 283-284). Ao fazê-lo, o romancista lançava luz às circunstâncias e às relações em que se dava a produção, as quais, em geral, ocultas, propiciavam o aspecto místico com que os objetos produzidos apresentavam-se ao consumidor já nas vitrines luxuosas. Ao desvelar esse universo, o autor opôs dois tipos de relações de trabalho: um antigo e tradicional, centrado no ofício; outro moderno. A rústica tenda, loja e oficina junto, sem luxo, pequena e tosca, pertencente a Matos, um mestre do ofício, fora contraposta às casas do Guilherme e do Campàs, lojas de calçados requintadas da Corte frequentadas pela elite, nas quais o mesmo profissional, o sapateiro, trabalhara por algum tempo

e iniciara-se “em todos os segredos da arte”. Em seguida, Alencar elogiou esse trabalhador e sua atividade, concebida como arte, e confrontou os artigos que produzia com aqueles franceses feitos em massa e a máquina. Segundo o narrador, essa atividade “ninguém a exercia com mais habilidade, esmero e entusiasmo do que ele; sua obra, quando queria, não tinha que invejar ao produto das melhores fábricas de Paris, se não o excedia na elegância e delicadeza” (Alencar, 1965, p. 427; Sennett, 1988, p. 204).

Alencar apontou a historicidade e particularidade desse modo de produzir e as condições em que ocorria ao remeter-se a outras formas de produção, refugiando-se no tempo, ainda em conformidade com Marx (1983, p. 73-76). Também, de acordo com o texto de Marx (1983, p. 282-285) sobre o caráter capitalista da manufatura, tratou dos efeitos maléficos de tais condições de produção sobre o trabalhador, seu empobrecimento, aparvalhamento e deformação intelectual e espiritual. Ponderou que a “razão cardeal de toda a superioridade humana é sem dúvida a *vontade*,” que “o poder nasce do *querer*” e, ainda, que o homem sempre que aplica “a *veemência e perseverante energia* de sua alma a um fim”, vence os obstáculos e faz “coisas admiráveis.” Porém salientava: “Mas para que um homem se entregue assim a uma ideia e se cativa a um pensamento, é necessário *ser atraído irresistivelmente, ser impelido pelo entusiasmo*”, visto que “é o *entusiasmo* que faz o poeta e o artista, o *sábio* e o *guerreiro*; é o *entusiasmo* que faz o *homem-ideia* diferente do *homem-máquina*.” Entusiasmo visto como “fogo celeste d’alma”, como exprime a fábula de Prometeu, “que anima as estátuas de Galateia”. Ainda conforme o romance e tão próximo do ideário marxiano, “uma faísca dessa eletricidade moral, opera maravilhas iguais à centelha do raio”. Alencar (1965, p. 427; grifos meus) recorreu ao mundo clássico e à mitologia – em que Prometeu, depois de forjar o homem com o limo da terra, roubou o fogo do céu para animá-lo – para opor-se ao modo de produzir das fábricas, que tirava do trabalhador essa “faísca” moral; que se estrutura por meio de atividades que se efetivam independente da vontade, das ideias, da criação, previsão e controle consciente e planejado de quem as desenvolvia, num processo em que as relações entre os homens eram de dependência e reificadas.

Esse conjunto de questões, tratadas no parágrafo acima, presentes no texto marxiano sobre a divisão do trabalho e a manufatura, foram expressas por Alencar como seu avesso, com termos bastante próximos e de sentido similar. Marx (1983, p. 283) aborda a submissão do “trabalhador antes autônomo”, idealizador e executor de suas atividades, em ser dominado e sem vontade, inserido em condições que o “aleijam” e o convertem em “anomalia”, em executor de “pormenores”, em “motor automático”, em “acessório da oficina”, sem “os conhecimentos, a compreensão e a vontade” anteriores, com o desaparecimento de suas “forças”, “energia vital”, “genialidade”, “habilidades” e “potências intelectuais”, com seu “empobrecimento”...

Nesse movimento de condenação de tais condições de trabalho, se Marx (1984, p. 283-284) se utiliza da fábula de Menenius Agrippa (503 aC.), na qual “um ser humano é representado como mero fragmento de seu próprio corpo”, Alencar, que explorava essa ideia em seu romance, recorreu, por sua vez, à fábula de Prometeu, como acima exposto. Se Marx, em seguida, citou Adam Smith, descrevendo o aparvalhamento do trabalhador fragmentado, Alencar, claramente, inspirou-se nessa referência para retratar o seu oposto com a metáfora das estátuas de Galateia acima exposta. “A inteligência” dos homens, geralmente, desenvolve-se a partir e por meio de suas ocupações diárias, e um homem que executa sempre “operações simples” torna-se “estúpido e ignorante”, conforme Smith (apud Marx, 1983, p. 284):

A uniformidade de sua vida estacionária corrompe naturalmente também a coragem de sua mente. [...] destrói mesmo a energia de seu corpo e o incapaz a empregar suas forças com vigor e perseverança, a não ser na operação parcial para qual foi adestrado. Sua habilidade em seu ofício particular parece assim ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras...

Dessa forma, as condições de produção fabril, em série, pautadas na divisão do trabalho e no regime assalariado, representadas nos produtos das fábricas de Paris ou no modelo de organização das sapatarias francesas na Corte, retiravam do trabalhador seu saber, separavam ideia e execução, trabalho manual e intelectual, eliminando a dimensão criadora, a

inspiração e o vigor, o que tornava em máquina (ou parte dela) aquele que o executava, um autômato, um ser alienado. Portanto, Alencar, assim como Marx (1983, p. 73-76), que se deslocou para a ilha de Robinson, para a Antiguidade e a Idade Média europeia, para pensar as relações de produção, recorreu a outro momento histórico e suas alegorias – ao mundo antigo – para exaltar o entusiasmo como força de inspiração divina, que vivificava o homem, diferenciando-o dos seres e dos objetos inanimados ou reificados da sociedade moderna.

O sapateiro, ainda um mestre do ofício, foi descrito como quem se realiza em seu trabalho: “tinha o entusiasmo de sua arte”, e “descobriria nela *segredos e encantos desconhecidos aos mercenários*. Para ele, o calçado era uma escultura; copiava em seda e couro, assim como o cinzel copia em gesso e mármore”. Ele era um tipo de trabalhador, criador e artista, diferente daquele submetido aos interesses do capital e aos ditames do mercado, que negava as novas condições de trabalho impostas pelas transformações na produção: “Depois de trabalhar muitos anos em casas francesas, o mestre fluminense resolveu estabelecer-se por sua conta. Alugou uma pequena loja de duas portas, onde trabalhava com dois oficiais” (Alencar, 1965, p. 428; grifos meus). Nesse processo de expropriação dos trabalhadores, tão bem delineado por Marx, que os obrigava a se tornarem trabalhadores assalariados, vendendo sua força de trabalho, ou sua “energia”, por necessidade de obter seus meios de subsistência, conforme Alencar, o mestre do ofício resistia em transformar-se totalmente em mercadoria.

Segundo Marx (1983, p. 288; grifos meus), abordando a “exploração produtiva” e a “resistência dos trabalhadores masculinos”, embora houvesse a “decomposição da atividade artesanal” e a redução do valor do trabalhador, continuava “necessário para o *trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem* e mesmo onde este *se tornava supérfluo*, os *trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo*” e a “*habilidade artesanal* continua a ser a base da manufatura”.

Em Alencar, se o mestre deixou as “casas francesas”, recusando as condições de trabalho que o transformavam em assalariado, em “mercenário”, e que lhe tiravam o “entusiasmo” e o “encanto”, só lhe restando

almejar o pagamento pelo serviço realizado, mesmo ao trabalhar para si, esse trabalhador não podia mais desconsiderar a desagradável imposição de produzir mercadorias de qualidade inferior a serem vendidas a preço menor para manter-se. “A *necessidade de ganhar o pão o obrigava a tornar-se mercenário*, fazendo obra de carregação para vender barato”. Porém, não expropriado de todo, ainda possuía a liberdade e o saber que lhe possibilitavam executar sua atividade como arte: “no meio dessa *tarefa ingrata* tinha ele suas *delícias de artista*. Meia dúzia de fregueses conhecedores da *habilidade* do sapateiro preferia seu calçado ao melhor de Paris e o pagavam generosamente”. As “raras encomendas”, o mestre “as executava com enlevo; *revia-se em sua obra*, verdadeiro primor” (Alencar, 1965, p. 428; grifos meus). Embora as transformações econômicas em avanço e as novas condições de produção impusessem suas regras, na sua oficina, diante do produto finalizado, realizado como arte, ao por em prática suas ideias e dominar as matérias, ele, o produtor, reconhecia-se no seu trabalho, como também proclamava Marx.

Em sintonia com Marx, que explana sobre “a divisão do trabalho dentro da manufatura” e “dentro da sociedade”, empregando o termo “classe”, ora no plural ora no singular, Alencar representa uma sociedade dividida em “classes” – empregando inclusive o vocábulo –, pelo viés do consumo das mercadorias. Nessa esfera do comércio o modesto Leopoldo não era freguês da “classe” das encomendas. “Ele não conhecia a voluptuosidade de um calçado macio, antes luva que sapato; seu pé não era um *enfant gâté*, um benjamim acostumado a essas delícias; desde a infância o habituara a uma vida rude e austera entre a sola rija e o bezerro”, além disso, “seus haveres não chegavam para tais prodigalidades”. O moço não era uma “criança mimada”, não pertencia à “classe” dos que “pagavam generosamente”; era “um freguês da última *classe*”, a “*classe* dos fregueses da obra de carregação, e preferia a loja do Matos pela modicidade do preço, e boa qualidade do cabedal, como do trabalho” (Alencar, 1965, p. 428; grifos meus).

Expondo aspectos do consumo e das condições nas quais a mercadoria foi produzida, que eram visíveis ao comprador, o romancista apresentava sua alegoria da divisão da sociedade em classes. Fazia-o ao redor de um

tipo de objeto diretamente ligado à necessidade de pôr os pés no chão e que possuía valor puramente de uso. Sem outros valores agregados, esse objeto se opunha à postura fetichista de Horácio, na qual o botim, coisa de pisar o chão, pôs-se sobre sua cabeça como se tivesse iniciativa própria, como refletia Marx (1983, p. 70).

Na loja singela, ao olhar alguns pares de calçados no mostrador e ao chegar ao balcão, Leopoldo deparou com um par de botinas femininas já usadas, meio encoberto com papel, possuidor de medidas enormes no comprimento e na altura, e as associou ao pé monstro que pouco antes vira. Mas, junto deles, existiam duas obras, uma, de um pé de botina “muito elegante apesar de comprida”, semelhante àquelas usadas, embora de linhas regulares; a outra, ainda dentro da forma, era o modelo do pé monstruoso. O mestre do ofício produzia, com sua arte superior, o calçado para disfarçar aquele pé – um botim que era “a máscara do aleijão”. Ali estava a imagem do defeito no calçado feito por outros sapateiros, mecanicamente, sem o dissimular, ao lado daquele produzido pelo artista para “desvanecer a deformidade sob a aparência de uma botina elegante” (Alencar, 1965, p. 429).

Embora essa botina tenha sido associada diretamente à dissimulação, à máscara que ocultava a realidade, não era ela e o pé que a calçava que produziam o fetiche; ela apresentava-se voltada para seu valor de uso ortopédico, não possuía outro valor especial, particular, entrelaçado. Dela estavam sendo expostas as condições de produção. Já do botim do pezinho, que produzia encanto, Horácio não conhecia as circunstâncias de produção, o que lhe permitia atribuir-lhe sentidos vários, distantes de seu valor de uso e associados a algo metafísico que irradiava magia – um hieróglifo social carregado de valores, cujo sentido e segredo, buscou decifrar.

Portanto, parece-nos que Alencar estabeleceu uma relação dialógica com o texto de Marx, do qual não só se apropriou de ideias, mas também do próprio movimento apontado por aquele para revelar as condições de surgimento das práticas fetichistas, idólatras e alienantes. Esse romance, por conseguinte, tido como ligeiro, de mero entretenimento, traz em si, embora de forma difusa e em linguagem literária, aspectos básicos de uma crítica

corrosiva à sociedade moderna presentes no texto de Marx, autor de uma leitura crítica da organização social capitalista voltada para sua transformação radical. Assim, o texto de Alencar não pode ser simplesmente considerado como singelo, infantil, brincadeira, “devaneio literário”.

Ele traz uma leitura crítica e combativa a elementos edificadores daquela sociedade e de sua cultura em constituição, presentes na tradição romântica e na leitura marxista, e considerados negativos pelo autor. Os possíveis caminhos percorridos pelo texto de Marx até chegar a Alencar ainda são desconhecidos, e a investigação desse trajeto pode contribuir para redefinir alguns dos marcos estabelecidos na historiografia sobre a difusão e recepção das ideias marxistas no Brasil.

No atual estágio da investigação historiográfica, segundo Konder (1988, p. 67-68), das referências apuradas, as primeiras que se fizeram às ideias de Marx no Brasil datam da época da Comuna de Paris, de 1871, e de sua repercussão entre nós, quando tais acontecimentos foram tratados no Senado e na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Se Konder, embasado em José Nilo Tavares, cita o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manoel Francisco Correa, e o deputado Machado Freire Pereira da Silva, como aqueles que trataram do levante e se referiram ao comunismo, Moraes Filho (2003, p. 20), por sua vez, afirma que cabe a João Alfredo, Ministro do Império, a primeira referência à doutrina de Marx, ainda que sem lhe citar o nome, na sessão da Câmara de 8 de julho de 1871.

No entanto, para nós, foi outro Deputado e Ministro do Império, da pasta da Justiça, ainda que não fosse como político, mas como literato, aquele que, pelos indícios, primeiro leu e se apropriou de Marx entre nós, José de Alencar. O autor não fez referência à obra e ao nome do autor, também não mencionou em seu texto o socialismo nem o comunismo, mas, ao que tudo indica, leu Marx, inspirou-se nele e apropriou-se de seu ideário sobre a mercadoria, a divisão do trabalho e a manufatura ao escrever seu romance, deixando pistas dessa leitura, ora evidentes, ora nem tanto.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, José de. A pata da gazela. In: _____. *Ficção completa e outros escritos*, v. 1. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar, 1965. p. 407-487.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos 1836-1880). 3. ed. São Paulo: Martins, 1969. 2 v.
- CHEMAMA, Roland. *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime: ensaio sobre as doenças mentais*. Campinas (SP): Papyrus, 1993.
- KONDER, Leandro. A chegada das ideias de Marx ao Brasil. In: _____. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 50-66.
- LAJOLO, Marisa P. A cinderela da literatura brasileira. In: ALENCAR, J. de. *A pata da gazela*. São Paulo: Ática, s.d. p. 5-7.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1855-1877)*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1977. v. III.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2003. p. 13-58.

NEEDELL, Jeffrey. A ascensão do fetichismo consumista. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 8, p. 39-58, out. 1988.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital, de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

“Criminalidade” na comarca do rio Paranaíba/Catalão (1890-1941)¹

| Eliane Martins de Freitas

A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO tem sido narrada pelos historiadores locais como “um passado” de violência. Essa violência é localizada por esses autores tanto nos episódios envolvendo as disputas entre as “grandes famílias” pelo controle e manutenção do poder político local, quanto naqueles tidos como “corriqueiros”, ou mesmo anedóticos, envolvendo “jagunços” ou “valentões” locais.

A leitura dessas narrativas sobre o passado de Catalão revela certa ambivalência no trato da questão da violência, pois, se de um lado, elas condenam as práticas violentas das “famílias poderosas” e se regozijam com seu término, de outro, deixam transparecer uma certa admiração pela figura do “valentão”.

Do ponto de vista da condenação das práticas violentas, as obras dos historiadores locais apresentam uma dicotomização acerca da história do lugar, como, por exemplo:

¹ O presente texto é uma versão de um capítulo da tese *Os significados da justiça: justiça, violência e aplicação da lei em Goiás 1890-1941*, defendida na Unesp/Franca, em 2005, sob orientação do dr. Fernando Kolleritz.

Catalão viveu, no passado, uma era de extrema violência, felizmente ultrapassada; no entanto perduram cicatrizes a assinalar como uma mácula o passado da cidade, hoje civilizada, pacífica e progressista, a encantar os viajantes que aqui transitam e que nem de leve sonham com as sangrentas lutas que aconteceram. (Ramos, 1997, p. 18)

No trecho acima, o passado e o presente do município aparecem quase que em oposição um ao outro: o passado, identificado à violência e à barbárie, e o presente, à civilização e ao progresso. Para melhor compreender falas como essa, é necessário refletir sobre o presente do qual partiram seus autores. Assim, o presente de onde fala Cornélio Ramos (segunda metade do século XX) é o momento no qual a elite local e seus porta-vozes, a imprensa e os historiadores locais identificavam a chegada de elementos promotores do progresso, representados pela construção de Brasília e da BR 050 e, principalmente, pela instalação de um polo industrial mineiro no município.

Inegavelmente, os anos que se seguiram à construção de Brasília, em particular, os anos de 1980, representaram grandes transformações econômicas e sociais para Catalão. O município com 20.000 habitantes viu sua população aumentar em 100%. Primeiro, com a chegada de migrantes nordestinos para a construção da BR 050; depois, com migrantes do país todo, trazido pela mineração. A cidade de Catalão, sede do município, experimentou a chegada da telefonia no final dos anos de 1950, a implantação do transporte coletivo e a especulação imobiliária, nos anos de 1980, bem como o surgimento de bairros inteiros povoados por “forasteiros”.

Assim, esse processo histórico possibilitou a construção de um discurso que identifica a marcha “inexorável” para o progresso como uma “missão histórica” do município, buscando criar uma nova imagem para o mesmo. Fez-se necessário, portanto, promover uma ruptura com o passado de estagnação, bem como identificar os fatores que impediram o progresso até então. Voltando-se para o passado, os historiadores elegeram as disputas violentas entre as “grandes famílias” pelo poder local como fator principal que teria impedido o desenvolvimento do município. Operou-se um reordenamento do “sentido do passado” e a violência e a barbárie passaram, então,

a ser mostradas como algo superado, não só pelo presente de progresso, mas também pelas promessas do futuro.²

Esse discurso enraizou-se de tal maneira que tem encontrado repercussão nas interpretações dos historiadores profissionais. Conforme podemos encontrar em Gómez, Chaul e Barbosa (1994, p. 13), “a história de Catalão oferece uma possibilidade, talvez única, no âmbito regional: o exemplo sempre lembrado de convivência e até, poderia suspeitar-se, da simbiose de duas determinantes de nossa civilização, progresso e violência”. Os autores tentam, assim, analisar a história do município partindo da ideia de “convivência” entre violência e progresso.

Do ponto de vista da admiração pela figura do valentão, podemos dizer que ela pertence ao imaginário social da região e está presente até os dias de hoje nos mais variados discursos, particularmente, nas narrativas populares. Porém, não é da violência em si que se tem orgulho, mas da identidade ligada à bravura, à valentia. O imaginário social não reforça a imagem de “gente violenta”, mas de “gente brava”, de “gente valente”. Daí a necessidade de pensarmos a violência, não como um fenômeno em si mesmo, mas como uma prática social que aparece em alguns casos – nos processos criminais, para os sujeitos envolvidos (réus, vítimas e testemunhas) – como reguladora das relações sociais, expressando valores e códigos de comportamento e, ao mesmo tempo, como alvo de institucionalização por parte do discurso e da ação do Poder Judiciário.

Partindo dessa perspectiva, no presente texto, buscamos compreender o formato que adquiriu a prática dos crimes na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão – os crimes que foram julgados, sua distribuição geográfica, as características dos criminosos. Buscamos, ainda, entender as relações sociais estabelecidas nesse meio, pois, de acordo com Boris Fausto (1984, p. 17), “a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais”.

² As presentes reflexões estão orientadas pelas discussões propostas por Eric Hobsbawm no texto “O sentido do passado”. O autor ressalta que, mesmo nos casos em que a rejeição do passado está ligada à ideia de progresso, isso não implica que as pessoas que saúdam as mudanças na “tecnologia material” sejam favoráveis a “mudanças nas relações humanas (sexuais e familiares, por exemplo) e que poderiam, na verdade, achar difícil conceber mudança constante em tais relações”. Ver Hobsbawm, 1998, p. 29.

Adotamos como procedimento metodológico a discussão de dados levantados na pesquisa realizada junto ao Arquivo da Escrivania do Crime do Fórum Municipal de Catalão, obtidos por meio da quantificação dos processos criminais. Sabemos que o levantamento de dados relativos à criminalidade por meio de estatísticas, tanto referentes a prisões ou a processos criminais, tem, conforme vem sendo destacado pela historiografia, caráter de “aproximação geral”. Segundo Marcelo Silva (2004, p. 57), “a criminalidade real de um período não pode ser medida com fidelidade em tempo algum, por nenhuma técnica”, pois “todas as formas que encontramos de medição estarão sujeitas ao fenômeno do sub-registro porque há um contingente grande de atividades criminosas que não chegam ao conhecimento dos aparelhos repressivos”. No entanto, tem sido consensual também, de acordo com Boris Fausto, que “as estatísticas refletem bem ou mal uma prática repressiva que tem uma relação complexa com a ‘criminalidade real’ ou mesmo com o crime tal como definido nos códigos” (1984, p. 20). Ou seja, segundo esse autor, “não só a prática repressiva até certo ponto seleciona e individualiza a seu critério o conjunto de ações criminosas como criminaliza condutas indiferentes do ponto de vista penal” (p. 20). Isso implica dizer que, no caso específico dos julgamentos, por exemplo, os crimes que mais aparecem não são necessariamente os mais praticados, mas, sim, aqueles cuja preocupação em normatizar ou punir era maior.

1 DOS CRIMES

Nos quadros a seguir, apresentamos o levantamento de dados relativos aos processos criminais arquivados no Fórum Municipal de Catalão, relativos ao período de 1890 a 1941, ou seja, aos crimes que foram levados à Justiça. Cabe lembrar que o Código Penal de 1890 dividiu as infrações penais em crimes e contravenções,³ definindo como crime “a violação im-

³ Lembramos a existência também das chamadas posturas, que diziam respeito à ordem pública e eram reguladas por códigos municipais, as quais se aproximavam muito das contravenções.

putável e culposa da lei penal” (artigo 7º) e contravenção “o fato voluntário punível, que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos” (artigo 8º).⁴ Assim, de acordo com Gizlene Neder (1995), o crime pressupõe uma “infração à lei (ordem jurídica) do Estado” e a contravenção, “uma possibilidade do evento delituoso, que deve ser prevista e punida’ não porque cause mal algum, mas pela previsão do mal futuro, pela possibilidade de perigo, pelo interesse de garantir e acautelar a segurança pública” (p. 63).

No processo de quantificação dos dados, optamos por manter essa divisão estabelecida pelo Código Penal, uma vez que nos interessa também compreender a racionalidade do Poder Judiciário. Assim, arrolamos as ocorrências criminais encontradas inicialmente por períodos decenais, enunciando as de maior incidência separadamente e agrupando as de menor em “outros” (Tabela 1). Posteriormente, fizemos um reordenamento das mesmas de acordo com a classificação do Código Penal com relação aos crimes e às contravenções (Tabela 2).

Tabela 1 - Ocorrências criminais – Comarca do Rio Paranaíba/Catalão (1890-1941)

Período	Total	Homicídio	Tentativa de homicídio	Lesões corporais	Deflora-mento/estupro	Roubo/furto	Agressão/espanca-mento	Outros
1890 a 1899	05	04						01
1900 a 1909	14	10	01	01				02
1910 a 1919	56	31	15	05	01	02		02
1920 a 1929	49	35	07	01		02	03	01
1930 a 1939	124	58	22	14	05	04	03	18
1940 a 1941	27	05	04	03	09		01	05
Totais	275	143	49	24	15	08	07	29
Percentuais	100%	52%	17,82%	8,73%	5,45%	2,91%	2,54%	10,55%

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

⁴ Dentre as contravenções mais analisadas pela historiografia brasileira, estão: prática e venda de jogo de azar, jogo do bicho, porte ilegal de armas, prostituição, embriaguez, arruaça, vadiagem e capoeiragem.

A primeira questão que se impõe à leitura dos quadros acima é o alto índice de crimes contra a pessoa (homicídios, tentativas de homicídio, lesões corporais, agressões e espancamentos), que, juntos, somam 82,2% das ocorrências criminais, dentre as quais, há um expressivo número de homicídios (52% de todos os processos criminais). A segunda é, por um lado, a situação proporcional dos homicídios na década de 1930, baixando de uma média de 66% para 46,8%, e, por outro, o aumento do registro de crimes como defloramento/estupro, bem como o surgimento de outros tipos de crimes, tais como “agiotagem”, “charlatanismo”, “curandeirismo”, “calúnia”, entre outros.⁵ A terceira é o reduzido número de roubos e furtos e a quarta, por fim, é a ausência de processos envolvendo contravenções penais.

Em que pesem os limites dos quadros para uma análise quantitativa, uma vez que, como já dissemos, eles representam uma amostra e não a totalidade dos processos instaurados na Comarca no período estudado, podemos afirmar, no entanto, que as questões levantadas permitem-nos compreender, de um lado, o padrão de solução de conflitos adotados na região e, de outro, o foco da ação do aparelho repressivo do Estado, particularmente do Judiciário. Ou seja, na maioria dos processos criminais observados, 82,2%, verifica-se que o uso da força física – agressão ou defesa à mão armada (da qual resultam ferimentos graves e mortes) – foi a solução utilizada para dirimir os conflitos existentes entre os agentes envolvidos.⁶

⁵ Essa tendência, observada para a década de 1930, se mantém na década de 1940, pois, dos 109 processos criminais arquivados, 62% são referentes a crimes contra a pessoa (38 homicídios, 12 tentativas de homicídio, 13 lesões corporais, 05 agressões/espancamentos). Os homicídios caem, assim, para 34,8%, crescendo o número de estupro/defloramento para 17,4% (19 casos) e o número de outros para 18,3% (20 casos).

⁶ Estudos realizados sobre as Comarcas de Uberaba (1890-1920) e Uberlândia (1922-1937), localizadas no Triângulo Mineiro e com população próxima à da Comarca do Rio Paranaíba/Catalão, demonstram também a predominância dos crimes contra a pessoa. Ver García (1997) e Silva (2004).

Tabela 2 - Infrações penais conforme o Código Penal de 1890 (1890-1941)⁷

Classificação	Número	%
Crimes contra a segurança da pessoa e da vida	226	82,2
Crimes contra a propriedade pública e particular	10	3,6
Crimes contra a pessoa e propriedade	05	1,8
Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias	15	5,5
Crimes contra a honra e a boa fama	03	1,0
Crimes contra a fazenda pública	01	0,4
Crimes contra a tranquilidade pública	07	2,5
Crimes contra a segurança interna da República	05	1,8
Crimes contra a fé pública	01	0,4
Crimes contra a boa ordem e administração pública	01	0,4
Outros (Posturas - arruaça)	01	0,4
Total	275	

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Lembremos inicialmente que, embora o contingente populacional do município de Catalão, que corresponde à Comarca do Rio Paranaíba/Catalão, tenha quadruplicado entre a última década do século XIX e as duas primeiras do XX, aproximadamente 90% de sua população permaneceu na

⁷ As ocorrências criminais encontradas foram agrupadas da seguinte maneira:

- Contra a segurança da pessoa e da vida: homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal, suicídio, agressão e espancamento.
- Contra a propriedade pública e particular: furto, peculato, falência fraudulenta, agiotagem, estelionato e apropriação indébita.
- Contra a pessoa e propriedade: roubo.
- Contra a segurança da honra e honestidade das famílias: estupro e defloramento.
- Contra a honra e a boa fama: calúnia, injúria e difamação.
- Contra a fazenda pública: contrabando de animais.
- Contra a tranquilidade pública: violação de domicílio, atropelamento por automóvel, acidente envolvendo o Trem de Ferro, curandeirismo e prática ilegal de odontologia.
- Contra a segurança interna da República: desacato à autoridade, desobediência à autoridade e fuga de presos.
- Contra a fé pública: alteração de documentos públicos.
- Contra a boa ordem e administração pública: realização ilegal de casamento.

zona rural e sua sede, a cidade de Catalão, apesar do processo de urbanização pelo qual passou nesse período, não perdeu as características de uma pequena cidade do interior. Com uma população de aproximadamente três mil habitantes, suas funções continuaram sendo a de centro comercial em que se reuniam e distribuíam mercadorias, e se concentravam os organismos de instrução e administração pública.

Existe uma vasta produção historiográfica sobre as relações campo–cidade, rural–urbano, mas, para fins do presente estudo, interessa apenas destacar que o pequeno núcleo urbano, sede da Comarca, manteve-se dependente das atividades rurais e o próprio modo de vida ali estabelecido não diferiu significativamente do rural. Isso nos ajuda a compreender a racionalidade ética que norteia o comportamento dos envolvidos, uma vez que a historiografia que analisa a criminalidade no período por nós estudado tem concentrado sua atenção nos principais núcleos urbanos do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Essa historiografia tem ressaltado, especialmente, a atuação do Judiciário como mais uma das formas de disciplinarização e controle da classe trabalhadora numa sociedade capitalista, destacando a tentativa de estabelecimento da disciplina em relação ao tempo e o espaço do trabalho e a normatização das relações familiares. Cabe ressaltar que não estamos dizendo que tais questões não se colocaram para a sociedade rural, mas que apareceram de maneira diferenciada nesse contexto.

Iniciemos a análise dos dados levantados pela distribuição geográfica dos crimes registrados pela Justiça na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão. Com a leitura da documentação, foi se configurando o mapa do município: fazendas, sítios, bairros rurais, povoados, estradas, lugares na cidade (as ruas, a Praça, o cinema, as casas comerciais, os bordéis). O Quadro 1 nos oferece os seguintes dados: 181 processos criminais, ou seja, 65,8%, dizem respeito a crimes ocorridos na zona rural do município e 81 (29,5%) a crimes praticados na sede, cidade de Catalão. Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que esses números, tomados em relação ao contingente populacional do Município, podem sugerir que ocorriam mais crimes no núcleo urbano que na zona rural, uma vez que a população da área rural representava mais de 90% da população total. Todavia, a desproporção nos registros pode ser explicada por três fatores:

1) maior concentração do contingente policial no núcleo urbano, o que permite uma repressão mais direta; 2) diminuto número de policiais para cobrir a grande extensão territorial do município; e 3) o sub-registro, ou seja, crimes que não chegaram ao conhecimento das autoridades.

Quanto ao tipo de crimes cometidos, optamos por trabalhar mais diretamente com os crimes contra a pessoa, em virtude de oferecer esse tipo de crime maior facilidade para a análise das questões relativas ao padrão de solução de conflitos adotado na região e à ação do Judiciário. No que tange aos demais, dedicaremos uma breve discussão às contravenções penais, aos crimes contra a propriedade (roubos e furtos) e aos crimes contra a honra das famílias (estupros e defloramentos). Os crimes agrupados em “outros” não serão tratados em função da sua diversidade.

No que diz respeito às contravenções, ressaltamos, em primeiro lugar, que essa ausência não significa a inexistência de contravenções penais na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão, pois alguns dos processos criminais analisados nos dão notícias de sua existência, seja porque alguns crimes ocorreram em locais onde se praticavam contravenções – em “mesas de jogos” e em casas de prostituição –, seja porque os envolvidos nesses crimes poderiam de alguma forma enquadrar-se como contraventores – jogadores, prostitutas, pessoas sem emprego fixo e pessoas sem porte legal de arma. Assim, cabe perguntar o porquê dessa ausência. Em primeiro lugar, vale destacar que, sendo a contravenção, de acordo com o Código Penal, um delito com menor grau de importância, ela nem sempre chegava às “barras dos tribunais”.

Quadro 1 - Locais de ocorrência dos crimes (1890-1941)

Fazendas, sítios, bairros rurais, povoados distritos e zona urbana					
Nome	Número de crimes	Nome	Número de crimes	Locais	Número de crimes
Água Fria de Cima	01	F. Ouvidor	03	Resid. da vítima	54
Anta Gorda	01	Palmeiras	02	Residência do réu	20
Babilônia	01	Paraíso do Meio/ Ouvidor	02	Resid. de terceiros	22
Barra	05	Perobas/ SARV	04	Estrada	37

(continua)

Fazendas, sítios, bairros rurais, povoados distritos e zona urbana					
Nome	Número de crimes	Nome	Número de crimes	Locais	Número de crimes
Barreirinhas/ SARV	01	Pirapitinga	02	Lazer	23
Barreiro	02	Pires	05	Trabalho	17
Batalha	01	Porto dos Vieiras/ SARV	01	Via Pública	26
Boa Vista	01	Posse	02	Local Público	23
Borda	01	Posse do Valadão	01	Não declarado	53
Buritis	04	Posse dos Rodrigues	02		
Campo Limpo	03	Retiro	01	Total	275
Campo do Meio	02	Riacho	01		
Capoeirão	01	Rodrigues	01		
Casados	03	Saco/Três Ranchos	04		
Chapadão	01	Samambaia	03		
Conceição	01	Santa Luzia/ Goandira	01		
Contendas	01	São Domingos	05		
Coqueiros	04	São João da Cruz/ SARV	01		
Corda/SARV	01	São Miguel	03		
Córrego Fundo	03	Sapé	01		
Córrego da Margarida	01	Saudade	02		
Custódia	01	Serradão	01		
Degredo	03	Sucupira	01		
Dourados/ Goandira	05	Tombador	01		
Fazendão	01	Três Pontes/ SARV	01		
Fundos	01	F. Três Ranchos	02		
Freires/SARV	01	Povoado de São Marcos	01		
Garimpinho	02	Povoado Olhos D'Água	01		
Gordura	01	Povoado de Barreiros e Ipê-Arcado	01		
Grotão	01	Anhanguera	04		
Ita-Brava	01	Cumari*	03		
Lagoa	03	Goandira*	15		

(continua)

Fazendas, sítios, bairros rurais, povoados distritos e zona urbana					
Nome	Número de crimes	Nome	Número de crimes	Locais	Número de crimes
Lemes/SARV	02	Ouvidor*	08		
Limoeira	01	Três Ranchos*	01		
Mandaguari	01	SARV**	13		
Martírios/SARV	02	Total	181		
Mata Preta	03				
Mata Velha	01				
Mato dos Coelhos	01				
Mato Seco	03	Cidade de Catalão	81		
Morro Agudo	01				
Olaria	01	Não identificado	13		
F. Olhos D'Água	06				
Total			275		

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

** Distrito de Santo Antônio do Rio Verde (SARV**).

* Sede de povoado ou distrito

A historiografia que se dedica ao estudo desse tipo de delito tem demonstrado que ele foi tratado, frequentemente, como “um caso de polícia”, uma vez que cabia a esta zelar pela manutenção da ordem e, portanto, lidar com a normatização dos comportamentos tidos como “desviantes”.

No que tange às contravenções, a Polícia exercia, “um caráter disciplinador um tanto diferenciado do Judiciário” (Silva, 2004, p. 64). Ainda para Silva,

a repressão às contravenções penais – efetuada pela polícia por meio de prisões as quais nem sempre eram acompanhadas de um processo – tinha o caráter de evitar que qualquer ofensa às pessoas pudesse acontecer, já que evitaria a proliferação de comportamentos reprovados. [...] a repressão às contravenções era um meio de fazer com que os indivíduos com tendências criminais e os locais “devassáveis” deixassem de representar perigo de aumento da criminalidade. (p. 64)

A documentação trabalhada mostra que a análise do autor sobre a Comarca de Uberaba (MG) pode também ser aplicada ao caso goiano. Exemplo disso é a Mensagem Presidencial de 1918, na qual o Presidente da

Província, ao relatar as atividades desenvolvidas pela Polícia em Goiás, dá notícia da prática e da repressão ao jogo no estado:

A repressão dos crimes e dos jogos proibidos tem sido uma das maiores preocupações do governo.

Nem só nesta Capital foram tomadas providências a respeito.

A caça aos jogadores foi geral. Para Catalão, onde se dizia que as próprias autoridades criavam embaraços à ação da Polícia nesse sentido, fiz seguir o Chefe de Polícia para apurar a responsabilidade de cada um.

A diligência foi coroada do melhor êxito. Tanto aí, como aqui, ficou extinto completamente o jogo. (Mensagem Presidencial. *Correio Oficial*. Goyaz, ano LXI, n. 170, 18/5/1918, p. 10)

Considerando, portanto, não apenas a existência das contravenções, mas também a preocupação dos governantes em reprimir sua prática, como demonstra o trecho acima, a hipótese mais provável para justificar a ausência de contravenções entre os processos criminais analisados, sem deixar de lado a questão do sub-registro, é que a Delegacia de Polícia assumia nesses casos o papel de uma primeira instância Judiciária, resolvendo à sua maneira as ocorrências existentes.

Essa mesma hipótese parece-nos válida também com relação ao reduzido número de crimes contra a propriedade (cinco roubos e três furtos, representando 2,91% do total de crimes),⁸ em particular, no que tange aos furtos, dado que esses não envolvem violência física. A Polícia teria, nesses casos, um papel repressor/disciplinador mais direto e mais ativo que o Judiciário. Nos casos de roubos que envolvem violência física e, às vezes, até o extermínio da vítima, o Judiciário já seria mais atuante, particularmente porque neles se infringem duas garantias dadas pelo Estado: o direito à propriedade e à vida. Não descartamos a hipótese de que devamos considerar ainda, associada às questões acima, a conduta ética das sociedades rurais, em que a apropriação de bens alheios é amplamente condenada, principalmente quando vinculada ao extermínio da vítima. É o que expressa um personagem de obra literária do Triângulo Mineiro:

⁸ Apesar de, no Quadro 1, termos separado os casos de roubos dos de furtos, para fins de quantificação, aqui, nos referiremos a eles de maneira genérica como “crimes contra a propriedade”.

Sentiu-se até ofendido em seus brios nacionalistas ao ouvir falar em matar para roubar ali no sertão! Só mesmo quem não conhece a nossa gente!

Sertanejo pode até matar, e mata, por outras coisas: por motivo de honra, por vingança, por defesa... homem, até só para mostrar valente, ele compra briga e acaba matando! Mas matar para roubar, isso ele não mata não! Dizer o contrário é querer levantar falso no povo do sertão! (Cupertino, 1942, p. 141, apud Garcia, 1997, p. 50)⁹

Para além da literatura, essa ideia aparece em alguns dos casos com os quais trabalhamos, como, por exemplo, em um processo de homicídio da década de 1930:

[...] recebeu, não se lembra por quem, um chamado de P.F. para que fosse a sua casa; que indo a casa de P. F., aí encontrou o baiano M.A.S., morto, com a cabeça quebrada quase que completamente; que o cadáver do Bahiano estava deitado em um banco, na sala; que P. também ali se achava e que, vendo chegar o depoente, disse-lhe que o havia mandado chamar pois que havia matado o Bahiano porque este havia ido a sua casa a fim de fugir com sua irmã B. e que, *como não queria que o seu crime fosse tido como feito para roubar, pedia ao depoente que desse busca nos bolsos de Bahiano e apreendesse o dinheiro que encontrasse*; que o depoente buscou nos bolsos de Bahiano, de onde retirou a quantia de cento e cinquenta e um mil réis, quantia esta que quatro dias depois, o declarante entregou à viúva de Bahiano que é sobrinha do declarante; que P. F. é homem de bom comportamento, trabalhador e só cumpre com suas obrigações; que Bahiano era indivíduo de péssimos costumes. (AEC-FMC Processo 01-08/1932, fls. 4 e 4 verso; grifos nossos)¹⁰

P.F., conforme se apreende da fala da testemunha, não foge à responsabilidade do assassinato de M., mas se preocupa com uma possível associação de seu ato com uma tentativa de roubo. Essa preocupação pode justificar-se,

⁹ Este trecho corresponde ao pensamento do personagem principal do livro *Mboitatá*, quando advertido da necessidade de armar-se contra ladrões, uma vez que atravessaria o sertão (Goiás) transportando mercadorias.

¹⁰ A indicação dos processos criminais está feita de acordo com a classificação atual usada no Arquivo da Escrivania do Crime, o último número, após a barra corresponde à data da denúncia da Promotoria. Nas próximas citações utilizaremos a sigla AEC-FMC para designar este Arquivo.

em certa medida, em função de o crime ter sido cometido em defesa de outrem; de toda forma, ela nos parece indicativa de uma conduta também socialmente aceita, uma vez que não foi questionada pelas testemunhas.

Os crimes contra a honra das famílias (estupros e defloramentos), ou crimes sexuais, apresentam uma peculiaridade com relação aos demais crimes, pois as ocorrências que envolviam defloramento ou violência carnal eram consideradas, pelo Código Penal, como de ação privada. Cabia à ofendida, ou a seu responsável, quando possuísse recursos financeiros, apresentar a queixa e, nos casos de pessoas reconhecidamente “miseráveis” (que não tivessem recursos para financiar o processo), a denúncia deveria ser apresentada pelo Promotor Público, depois de ter recebido solicitação da parte ofendida. Ou seja, “em assuntos de família e amor, o Estado não intervinha a não ser quando chamado” (Esteves, 1989, p. 84). As justificativas para manter esse preceito, herdado do Código Criminal de 1830, estavam, segundo Martha Esteves, “no interesse das famílias ou honra das pessoas que preferiam a paz ao escândalo, apesar da própria impunidade do ofensor” (1989, p. 85). Além disso, dado o caráter moral envolvendo a questão, muitas vezes ela não vinha a público ou era resolvida pelos próprios envolvidos, por meio do casamento, às vezes forçado, ou por meio do extermínio do ofensor. Essa situação de “ação privada” diante do Judiciário e da própria família aumentava em muito o já mencionado sub-registro.

De outro lado, ainda conforme Esteves (1989, p. 39-40), “a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria, então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade”, ou seja, mais que a questão da virgindade, “o padrão de honestidade vinha associado ao comportamento e à conduta”. Assim, no julgamento de um crime de defloramento ou estupro, mais que a quebra de uma norma jurídica sexual, tratava-se também da quebra de outras normas morais e sociais. Nesse sentido, “a conduta total do indivíduo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam” (p. 41).

Tomemos para análise, agora, os crimes de maior registro, ou seja, os crimes contra a pessoa. Conforme mostraram a Tabela 2 e o Quadro 1, mais de 80% dos processos diziam respeito aos crimes contra a pessoa, ou seja, envolviam o uso direto da violência/força física na solução do conflito. Voltemos,

assim, à questão do padrão de solução de conflitos comum na região e, portanto, à racionalidade ética que norteia o comportamento dos envolvidos.

A violência na sociedade rural brasileira, excetuando-se a violência política comandada pelos coronéis, tem recebido pouca atenção dos estudiosos. Um dos principais estudos sobre o tema é o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) sobre os homens livres e pobres no século XIX. Essa autora, reconstituindo as relações comunitárias por meio da análise dos processos criminais da Comarca de Guaratinguetá, observa que as comunidades rurais são geralmente estudadas com base em “elementos integradores do sistema social, nos vários planos (ecológico, cultural, organizatório e de representações)” (p. 23) e chama a atenção para a pouca relevância dada à violência, ou aos “ajustes violentos” presentes nas relações comunitárias.¹¹ A autora parte do pressuposto de que, nas relações comunitárias, “a solidariedade e a luta parecem como anverso e reverso” (p. 45), percebendo a violência como forma rotineira de ajuste nas relações de vizinhança, parentesco, trabalho e lazer, em episódios que surgem. Franco verifica a irrupção da violência por motivos aparentemente de pouca importância: discussões em torno de pequenas questões pessoais ou resultado de competição pela sobrevivência. Ou seja, para a autora a violência, “naturalizada”, isto é, “institucionalizada” nas relações comunitárias, não necessita justificar-se em nenhuma “situação excepcional”, nem apresenta qualquer ligação expressa com dado valor fundamental; a violência nesse meio é considerada pelos agentes envolvidos uma “conduta legítima”.

A autora conclui, por um lado, que a imediatividade da instalação do conflito e da sua solução pela violência revelaria a “estreiteza da vida social caipira” e, por outro, que a regularidade com que a violência se repete expressa sua incorporação como um modelo de conduta socialmente válido, que se prende

¹¹ Segundo Dalva M. Souza (1999) desde o estudo de Franco (1997), cuja primeira edição é de 1969, novas pesquisas sobre o tema foram raras, ficando as preocupações da Sociologia voltadas, nesse período, para a cultura urbana e para a investigação dos movimentos sociais rurais e urbanos. Segundo a autora, foi somente com a recente explosão da violência nas metrópoles brasileiras que a pesquisa social voltou à questão da violência, mas agora tratando-a como um fato social de nova dimensão.

“às próprias condições de constituição e desenvolvimento da sociedade de homens livres e pobres” (Franco, 1997, p. 60). Essas condições estariam ligadas à “forma de inserção dessas populações na estrutura da sociedade brasileira, que as tornou marginais em relação ao sistema socioeconômico”, o que, por sua vez, teria causado o entrave do “pleno desenvolvimento de formas próprias de regulamentação da vida social” e impedido que se “constituíssem e operassem formas estáveis e duradouras de controle social, baseadas na tradição” (p. 61).

Esse estudo foi de grande importância para nosso trabalho, uma vez que são raros os estudos sobre a criminalidade na sociedade rural e muito do que foi observado pela autora, nos processos criminais envolvendo homens livres pobres no século XIX, foi encontrado na documentação por nós analisada. Todavia, ressaltamos nossa discordância em relação à forma como a autora percebe a violência como algo “naturalizado”, manifestando-se “por motivos aparentemente de pouca importância”, classificados pelo Judiciário como “motivos frívolos ou fúteis”. Essa ideia de “naturalização” pode levar a crer que os atos violentos não eram questionados pelos membros do grupo em nenhuma circunstância. No entanto, o que se percebe na documentação estudada é que nem sempre os crimes eram bem aceitos pelo grupo social dos envolvidos. Tanto que a imagem do valentão, ou “avalentado”, daquele que se mete em brigas e faz uso constante da força física e das armas, aparece sempre como negativa.

Nesse sentido, aproximamo-nos mais da análise feita por Sidney Chalhoub (1986), no seu estudo sobre o cotidiano das classes trabalhadoras no Rio de Janeiro do início do século XX. Para esse autor, a contenda - cujo desenlace final (a agressão física ou a morte de um dos contendores) é objeto da Justiça - “é na verdade um longo processo de luta entre dois membros de um determinado grupo de pessoas, luta essa que é acompanhada de perto e que conta com a participação de outros membros do grupo. Nada aqui é rápido ou inteiramente imprevisto. E, mais ainda, nada aqui é fútil” (1986, p. 20).

Para Chalhoub (1986, p. 209) o uso da violência se dava, num meio normatizado:

Os homens e mulheres presentes na cena de um crime de homicídio, seja na condição de agentes, pacientes ou testemunhas do ato, pareciam ter seu

comportamento largamente orientado por uma série de normas ou regras conhecidas e valorizadas pelos membros da comunidade onde se dava a contenda. Isto é, o comportamento dos protagonistas do conflito assim como dos seus assistentes ou coadjuvantes estava programado socialmente, o que dava às ações das pessoas envolvidas no episódio significados sociais precisos e compreensíveis para os membros do microgrupo sociocultural onde se desenrolava a luta.

Assim, para o autor, o uso da violência é resultado de um processo previsível pelos membros de um grupo social, visto que era o desfecho de um processo que vinha moldando a indisposição entre dois indivíduos. A violência, mesmo socialmente aceita como meio de resolução de conflitos, em um meio normatizado, não se exerce de modo indiscriminado.

Nos processos criminais analisados, muitas das características analisadas por Franco em seu estudo foram também encontradas aqui. Também aqui os ajustes violentos não são esporádicos e acontecem entre conhecidos (Tabela 3), com a violência se fazendo presente nos setores fundamentais da relação comunitária: nas relações de vizinhança, nas relações de parentesco, nos espaços de cooperação ou troca de trabalho (nos mutirões) e nos espaços lúdicos (bailes, “pagodes” e festas religiosas).

Tabela 3 - Relação entre as partes nos crimes contra a pessoa (1890-1941)

Relação entre réu e vítima	Número	%
Amantes	05	2,2
Casados	10	4,4
Comercial	10	4,4
Companheiros de trabalho	05	2,2
Conhecidos/Amigos	90	39,8
Desconhecidos	10	4,4
Inimigos	15	6,7
Parentes	21	9,3
Trabalhista	01	0,4
Vizinhos	15	6,7
Não consta/não fica claro	44	19,5
Total	226	100,0

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Esses ajustes violentos apresentam motivações variadas, de acordo com o que evidencia a Tabela 4, sobressaindo as chamadas rixas ou desavenças que, no geral, dizem respeito a questões não resolvidas do cotidiano. É o que se apreende, por exemplo, no depoimento de uma testemunha de tentativa de homicídio:

[...] disse que F. S., homem turbulento e seus animais viviam atentando os vizinhos; que há poucos dias S.F.F. foi à casa de F.S. entender-se com ele amistosamente e estava presente R.S.; que em dado momento F. enfureceu-se com a conversa e sacou de um revólver e fez fogo contra S. ferindo-o na perna e foi atingir também a R.S. (AEC-FMC - Processo 09-652-1928, fls 07)

A fala da testemunha demonstra que o desfecho violento foi resultado de uma animosidade anterior. Os desentendimentos entre vizinhos, por causa de animais, de limites de cercas ou de caminhos, por exemplo, são muito frequentes. Mesmo quando se busca uma saída amistosa, como ocorreu no caso relatado, dificilmente se chega a ela, ainda mais quando um dos contendores é reconhecidamente “turbulento”.

Tabela 4 - Motivação nos crimes contra a pessoa (1890-1941)

Motivação do crime	Número	%
Abuso de autoridade	03	1,3
Acertos trabalhistas	02	0,9
Acidentes/tiros acidentais	10	4,4
Ciúmes	16	7,1
Cobrança de dívida	16	7,1
Crime encomendado	03	1,3
Embriaguez	09	4,0
Fuga/resistência à prisão	06	2,7
Negócios	01	0,4
Questões envolvendo familiares	12	5,3
Questões envolvendo jogos	01	0,4
Questões envolvendo terras/limites	07	3,1
Questões familiares	07	3,1
Rixa/desavença	77	34,1

(continua)

Motivação do crime	Número	%
Questões envolvendo furtos	05	2,2
Vingança	10	4,4
Não consta/não fica claro	41	18,1
Total	226	100,00

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Quanto ao que se entende por rixa ou desavença, cabe ressaltar que sua definição como “motivo fútil”, por servir de causa imediata para a precipitação de um conflito, é, no geral, dos operadores da Justiça. Aliás, as testemunhas raramente identificam de forma vaga os conflitos existentes entre os envolvidos nos crimes contra a pessoa. No geral, elas deixam claro, como no depoimento anterior, os motivos das rixas. É importante considerar, também, conforme ressalta Chalhoub (1986, p. 214), “que o problema das causas dos conflitos não pode se ater exclusivamente ao que os depoentes identificam como suas causas nas declarações às autoridades”. Às vezes, a análise dos depoimentos em seu conjunto pode trazer à tona tensões mais profundas envolvendo os valores ético-morais que norteiam a conduta do grupo.

Em outro caso, o episódio de violência foi descrito da seguinte forma:

[...] disse que estava em sua casa, onde algumas pessoas dançavam, pois tinha feito um mutirão de capina e neste momento estavam se divertindo, quando chegou E. provocando as pessoas e dando tiros; que ele depoente tentou impedir que E. continuasse com os insultos, mas que este foi entrando e chegando na cozinha disparou mais tiros; [...] que viu E. correr atrás de A. L., que pedia por socorro; que E. alcançou A. e o feriu com faca e este logo veio a falecer; que havia inimizade entre os L. e E. (AEC-FMC - Processo 01-86/1921, fls. 06)

Observamos, por meio dessa narrativa, alguns elementos importantes para compreender a organização social da região. Em primeiro lugar, o crime se deu numa festa de mutirão de capina. O mutirão é um sistema de troca de trabalho muito comum na região, organizado pelos próprios envolvidos quando existem tarefas a serem realizadas que, em função da

necessidade de rapidez ou do tamanho da tarefa, exige um contingente maior de trabalhadores.¹²

Outro aspecto é que o crime se deu num espaço de diversão. Nos processos analisados, são frequentes os crimes ocorridos durante a realização de algum tipo de lazer: pagode/baile, comitiva de casamento, baile de mutirão e festa religiosa. Situação compreensível, se pensarmos que o divertimento na zona rural, diferentemente da cidade, gira em torno das oportunidades de convivência numa região de povoamento escasso e esparso. No caso em tela, oportunidade para resolver antigas rixas, mesmo que não tenha havido naquele momento um acontecimento desencadeador do conflito, ou ainda que se tenha aproveitado da “coragem do álcool”.

Mas os ajustes violentos não se davam somente em casos de desavenças ou inimizades. Em alguns casos, eles começam com um gracejo como no caso de tentativa de homicídio narrado a seguir:

[...] que no dia oito do corrente, numa roça na fazenda “Sucupira” deste município, achavam-se trabalhando, ali pelas quatro horas da tarde, C. B e A. F., que, a certa altura, em caçadas, C. disse a A. que ele, A., estava com cara de quem havia se casado na polícia, a que A. replicou que ele, C., não podia dizer isso porque o povo dizia que quando ele, C., se casou, já havia desmandado a moça; que C. respondeu que não havia ninguém que pudesse provar isso ao que A. respondeu que ele “aprovava”; que C., nessa altura, disse a A. que calasse a boca ao que A. respondeu que não calava; que nesse tempo, já a caçada tomava corpo de discussão, apresentando os contendedores, ares de exaltação, tendo A. dito que sustentava que C., quando se casou, já havia desmandado a moça [...]. (AEC-FMC - Processo 01-52/1933, fls. 07)

No desfecho da discussão, C., sentindo-se ofendido em sua honra, agrediu A. a facadas. Nesse episódio, a passagem do gracejo para a agressão é rápida:

¹² Como a maioria dos moradores dos bairros rurais do município pertence a famílias de sitiantes, posseiros, pequenos proprietários, agregados e meeiros, o trabalho familiar é a base da produção. Assim, o mutirão oferece uma saída para os momentos em que se exige um maior volume de mão de obra. Ele funciona na base da contraprestação de serviço, os envolvidos não são remunerados em dinheiro, mas em dia de trabalho que o beneficiário fica devendo aos que colaboraram. No período estudado, era comum que, ao final do dia de trabalho, o beneficiado oferecesse um baile/pagode aos companheiros e à gente do bairro e bairros vizinhos.

o espicaçamento zombador de C. levou ao revide de A. que, ao retrucar, o fez já a sério e com animosidade. Outro elemento aí observado é que o risco de enfrentamento não é evitado, ao contrário, é enfrentado de forma ousada.

O comportamento das pessoas envolvidas revela que o recurso à violência não é estranho ao grupo. Chama a atenção, por exemplo, o comportamento das testemunhas, que não interferiram na discussão, mesmo percebendo o possível desfecho. Porém, essa atitude de não intervir não era a regra em todos os casos. Os processos nos informam que a intervenção por parte dos que assistiam à cena ocorre principalmente nos embates em que havia um desequilíbrio de forças, ou seja, quando uma das partes estava impossibilitada ou era incapaz de se defender, como nos casos em que um dos contendores já se encontra ferido ou desarmado, ou em casos de violência de homens contra mulheres ou contra menores.

Em casos que envolviam a defesa da honra, como o supracitado, a violência, mais do que como um recurso, era tida como uma conduta legítima, o que se constata pelo depoimento de uma testemunha de outro processo criminal:

[...] que o depoente sabe por boca do próprio acusado que o motivo do crime foi questão de honra da família, visto que B. meteu-se a sedutor da esposa de F., que no momento do crime B. estava dentro da casa de F. com intenções de ficar com a sua esposa; que F. indignado com a audácia de B. intimou-o a sair de sua casa ao que B. não atendeu-o e então Ferreira desfechou-lhe um tiro de espingarda que produziu a morte de B. [...]. (AEC-FMC - Processo 08-599/1927, fls. 04 verso e 05)

As testemunhas do processo foram unânimes em atestar que o réu era homem de “boa conduta e de bons procedimentos” e que a vítima “era desinquietador de famílias alheias”. A eliminação física do ofensor, nesse caso, surge como um recurso socialmente aceito para restabelecer a integridade do ofendido, uma vez que estavam em jogo valores importantes para aquele grupo, como honra e defesa da família.

Isso nos remete às repercussões do conflito na comunidade local. Apesar de os processos não trazerem muitas informações a esse respeito, uma vez que estavam direcionados ao esclarecimento dos antecedentes e do desfecho do conflito, é possível extrair deles algumas pistas. Neles, encontramos

comumente um grande número de depoimentos que se baseavam em “ouvir dizer”, na “voz do povo” ou na “voz pública”.

Esses depoimentos revelam que geralmente o conflito repercutia rapidamente: os vizinhos eram chamados para dar assistência aos feridos ou para cuidar do enterro dos mortos. E como, no geral, a rixa ou desavença já era de conhecimento de alguns, estabelecia-se, não raro, discussões em torno do ocorrido, surgindo, muitas vezes, diferentes versões dos acontecimentos.

Em resumo, verificamos a predominância de crimes contra a pessoa, o que indica, como já dissemos, o uso da força física como solução para dirimir conflitos existentes. De outro lado, em 76,1% dos casos, a vítima e o criminoso eram conhecidos (parentes, amigos, vizinhos, ou tinham relações comerciais ou trabalhistas, dentre outras) e, entre as motivações mais frequentes, destacam-se as chamadas rixas ou desavenças que, no geral, diziam respeito a questões do cotidiano. Nas falas das testemunhas, outros tipos de motivações: questões familiares, questões de limites de terras, questões envolvendo a honra, ciúmes, cobrança de dívidas, acidentes, furtos, dentre outros.

Conclui-se, então, que o desenlace violento era tido como uma possibilidade legítima de solucionar certas desavenças. No entanto, não podemos deduzir daí que a violência era o principal mecanismo de ajuste entre as pessoas, como afirmam alguns autores, principalmente porque, quando lidamos com os processos criminais, trabalhamos com uma fonte “especializada em violência”. Para embasar tal conclusão, seria necessário o confronto com outras fontes que permitissem apreender a existência ou não de outras modalidades de ajuste de tensões, tais como a intervenção de indivíduos investidos de alguma autoridade ética e moral pelo grupo.

2 Dos “CRIMINOSOS”

Nos 275 processos analisados, encontramos 331 réus e 278 vítimas. Cabe agora conhecer um pouco mais desses sujeitos que praticaram algum crime, os ditos “criminosos”, qual sua naturalidade, sua profissão, seu grau de instrução, sua faixa etária.

2.1 DO SEXO DOS RÉUS

A desproporção existente entre os crimes cometidos por homens e por mulheres (Tabela 6) guarda certa regularidade com os diversos estudos sobre a criminalidade. Segundo Boris Fausto (1984), essa não é uma especificidade brasileira, pois o reduzido registro de criminalidade feminina é detectado também em dados relativos a outros países.

Tabela 6 - Sexo dos réus (1890-1941)

Sexo	Quantidade	Percentual
Masculino	327	98,8%
Feminino	04	1,2%
Total	331	100,0%

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

De maneira geral, os estudos têm atribuído essa situação ao fato de que o controle social da mulher estava centrado na família. Isso não significa, porém, que determinadas faixas da população feminina não fossem objeto de repressão, como é o caso das prostitutas, ou que as mulheres não fossem discriminadas pelo Código Penal, pois “elas são o alvo principal de figuras penais que punem a prostituição, o aborto, ou o adultério” (Fausto, 1984, p. 69).

No que tange a outros crimes, particularmente os crimes contra a pessoa, a historiografia tem insistido em afirmar que o comportamento feminino apresenta um padrão de baixa agressividade. Conforme atesta Boris Fausto, com base em dados levantados sobre a cidade de São Paulo no início do século XX, “raramente as mulheres agem contra pessoas do mesmo sexo e a sua posição na agressão aos homens figura na maioria dos casos um crime ‘precipitado pela vítima’, como resposta ao assédio sexual, a maus tratos, a ofensas físicas ou verbais à sua honra” (1984, p. 77).

No caso do nosso estudo, encontramos uma realidade um tanto diferente daquela descrita pelo autor, pois todos os processos instaurados contra

mulheres diziam respeito a crimes contra a pessoa (três eram de homicídio e um, de agressão), dos quais apenas um homicídio foi cometido contra um homem, os demais foram cometidos contra pessoas do mesmo sexo.

Essa situação pode ser mais bem analisada quando cruzamos esses dados com aqueles em que as mulheres figuram como vítimas (Tabela 7). Dos 46 processos criminais, 29 tratam de vítimas de crimes contra a pessoa (quinze, de homicídios; oito, de tentativa de homicídio; cinco, de lesões corporais; uma, de agressão), dezenove vítimas de crimes contra a família (estupro e defloramento); e duas, de crimes contra a propriedade (um furto e um estelionato). Ou seja, em 63% dos casos em que as mulheres figuram como vítimas, isso ocorreu nos crimes contra a pessoa.

Tabela 7 - Sexo das vítimas (1890-1941)

Sexo	Quantidade	Percentual
Masculino	232	83,5%
Feminino	46	16,5%
Total	278	100,0%

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

É de duvidar, portanto, que, submetidas a agressões de familiares e maridos e a conflitos de vizinhança, dentre outros, essas mulheres tenham quase sempre deixado de revidar às agressões. Do mesmo modo, é evidente que um número considerável de agressões corporais sofridas ou praticadas por elas contra maridos, filhos, parentes e vizinhos nunca chegaram ao conhecimento da justiça institucionalizada.¹³

2.2 DA FAIXA ETÁRIA DOS RÉUS

No que tange à faixa etária dos réus, podemos observar pela Tabela 8 que a maior incidência está na faixa entre os 22 a 30 anos de idade.

¹³ Sobre essa questão ver Caleiro (1998).

Tabela 8 - Faixa etária dos réus (1890-1941)¹⁴

Faixa Etária	Número	Percentual
11 a 21	58	17,5%
22 a 30	164	49,5%
31 a 40	72	21,8%
41 a 50	24	7,3%
51 a 60	08	2,4%
Acima de 61	05	1,5%
Total	331	100,0%

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Os dados acima também apresentam uma certa similaridade com os estudos realizados sobre criminalidade no Brasil, ou seja, 67% dos crimes foram cometidos por jovens entre onze e trinta anos de idade. À primeira vista, isso poderia ser relacionado com o fato de o percentual de pessoas nessa faixa etária, sem vínculos com a família e a propriedade, ser maior que nas demais faixas etárias. No entanto, isso não se revela totalmente correto, quando verificamos o estado civil dos réus: 38,2% deles são solteiros e 57,4% são casados (incluindo-se aqui os que se declararam “amasiados”). Há que se considerar que, no que se refere às vítimas, é nessa faixa etária também que se concentra o maior número. A hipótese mais provável, portanto, é que nessa faixa etária os indivíduos são mais propensos a resolver seus conflitos por meios violentos.

Quanto aos menores de 21 anos, os estudos têm mostrado que, assim como as mulheres, eles apresentam uma baixa agressividade e que sua presença se faz notar sobretudo nas contravenções e nos crimes contra a propriedade. O que justificaria, de certa forma, a preocupação que os juristas, particularmente aqueles ligados à Escola Positiva de Direito, tinham com relação à recuperação dos menores infratores, bem como as muitas propostas de colônias correccionais para jovens com a finalidade de discipliná-los e evitar a reincidência.

¹⁴ A classificação etária obedeceu aos critérios de menoridade e maioridade penais.

A questão das colônias correcionais aparece como preocupação dos governantes goianos, desde 1899, com a criação, pela Lei n. 203 (de 28/7/1899), de uma escola correcional penal e agrícola destinada “a regenerar pelo trabalho e pela educação os infelizes de ambos os sexos”. Apesar de criada no papel, tal instituição não foi implantada e o assunto só foi retomado em 1914, para ser de novo deixado de lado em função da situação financeira do estado (Mensagem apresentada pelo Presidente dr. Olegário H. da Silveira Pinto, 1914. *Memórias goianas*. Goiânia: Ed. UCG, v. 17, 2004, p. 92).

A análise dos processos instaurados na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão permite-nos, no entanto, dizer que essas preocupações não estavam presentes entre os operadores da Justiça, na região estudada. Uma possível razão para isso pode estar no fato de que a incidência de crimes cometidos por menores de dezoito anos era baixa. Entre os processos analisados, por exemplo, encontramos apenas quatro casos, dos quais, dois foram arquivados por tratarem de tiros acidentais em caçadas.

2.3 DO LOCAL DE ORIGEM DOS RÉUS

O dados levantados mostram que 98,5% dos réus eram brasileiros e, destes, 43,5% eram naturais do município de Catalão. O baixo índice de imigrantes se justifica pela própria situação geral de Goiás, que não se beneficiou, como os demais estados brasileiros, da mão de obra estrangeira. Segundo o censo de 1920, a população de Goiás era de 511.919 pessoas, das quais apenas 1.292 eram imigrantes estrangeiros,¹⁵ situação que não sofreu grandes alterações nas duas décadas seguintes. Conforme o censo de 1940, a população total do estado era de 826.414 habitantes, dos quais 1.854 eram imigrantes.¹⁶

A região sudeste do estado, particularmente os municípios de Catalão, Ipameri e Pires do Rio, recebeu no período estudado, segundo Heliane Nunes

¹⁵ Países de origem dos imigrantes, de acordo com o Censo de 1920: Turquia (40,8%), Portugal (23,5%), Itália (20,7%) e Espanha (14,8%).

¹⁶ Nacionalidade dos imigrantes, de acordo com o Censo de 1940: sírios (35,4%), alemães (15,3%), italianos, (12,8%), portugueses (10,9%), japoneses (7,4%), espanhóis (6,8%) e outros (11,2%).

(2000), imigrantes árabes, que vieram acompanhando os trilhos da Estrada de Ferro, transferindo-se, na década de 1930, para Anápolis, novo polo econômico do estado. Esses imigrantes concentraram suas atividades basicamente no comércio inter-regional de mercadorias entre São Paulo e o Centro-oeste.

No que tange à prática de crimes, a presença dos imigrantes é observada também nos crimes contra a pessoa, verificando-se também aqui uma regularidade com relação aos estudos existentes, qual seja, na maioria dos crimes praticados por imigrantes as vítimas eram da mesma nacionalidade do agressor.

Tabela 9 - Local de origem dos réus (1890-1941)

Local	Quantidade	%
Brasileiros	326	98,5
Catalão	142	42,9
Goiás	31	9,4
Minas Gerais	57	17,2
Bahia	15	4,5
Rio de Janeiro	01	0,3
São Paulo	01	0,3
Pernambuco	01	0,3
Santa Catarina	01	0,3
Não Consta	77	23,3
Estrangeiros	05	1,5
Turquia	01	0,3
Arábia	01	0,3
Líbano	01	0,3
Síria	01	0,3
Portugal	01	0,3
Total	331	100,0

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Quanto ao maior percentual de réus naturais do próprio município, deve-se considerar a especificidade de nossa amostra, que apresenta um número mais significativo de processos instaurados nas décadas de 1930 e 1940, momento em que se verifica um decréscimo no movimento migratório vivido nas décadas anteriores. Mas, de toda forma, ainda é

significativa a presença de migrantes de outros estados, principalmente de Minas Gerais. Essa corrente de migração mineira tem sido explicada pela historiografia como resultado da expansão cafeeira no final do século XIX, que obrigou muitos trabalhadores rurais e pequenos proprietários a buscarem terras no Centro-Oeste.

2.4 DA PROFISSÃO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS RÉUS

Quanto à profissão, não será surpresa verificar, dadas as características econômicas da região, que a profissão mais declarada seja a de lavrador. Como a ocupação “lavrador” envolve uma ampla gama de atividades relacionadas ao cultivo da terra, meeiros, sitiantes, pequenos proprietários e, às vezes, até médios e grandes proprietários rurais, particularmente os filhos desses últimos, declaravam-se lavradores, bem como os capangas dos grandes proprietários rurais. Por outro lado, a necessidade de declarar uma profissão para não passar por desocupado, levava também trabalhadores temporários e sazonais a se declararem lavradores.

Quanto às profissões ditas urbanas, verificamos uma pequena variedade, entre as quais destacam-se os funcionários públicos, os comerciantes e os policiais. Estes últimos apresentam um número proporcionalmente elevado.

Quanto às vítimas, não há muita variação no quadro de profissões: os lavradores figuram em maior número, ressaltando-se, porém, a presença feminina na condição de “do lar” ou doméstica.

Tabela 10 - Profissões de réus e vítimas (1890-1941)

Profissão dos Réus	Número	%	Profissão das Vítimas	Número	%
Agenciador	06	1,8	Boiadeiro	01	0,35
Armador	01	0,3	Carroceiro	02	0,7
Barbeiro	01	0,3	Chofer	02	0,7
Boiadeiro	02	0,6	Curtidor	02	0,7
Carpinteiro	01	0,3	Comerciante	07	2,5
Carroceiro	01	0,3	Comerciário	02	0,7
Cobrador	01	0,3	Delegado	01	0,35

(continua)

Profissão dos Réus	Número	%	Profissão das Vítimas	Número	%
Comerciante	09	2,7	Dentista	03	1,08
Comerciário	04	1,2	Doméstica	29	10,4
Construtor	02	0,6	Empregado de Fazenda	01	0,35
Delegado	03	0,9	Farmacêutico	01	0,35
Dentista	01	0,3	Fazendeiro	04	1,4
Doméstica	03	0,9	Func. Estrada de Ferro	05	1,8
Empregado de Fazenda	01	0,3	Funcionário Público	01	0,35
Fazendeiro	13	3,9	Industrial	01	0,35
Func. Estrada de Ferro	12	3,6	Jagunço	01	0,35
Funcionário Público	07	2,1	Jornaleiro	01	0,35
Garimpeiro	01	0,3	Mecânico	02	0,7
Jornaleiro	03	0,9	Médico	01	0,35
Juiz Distrital	01	0,3	Meeiro	01	0,35
Lavrador	174	52,5	Lavrador	105	37,8
Marceneiro	01	0,3	Marceneiro	01	0,35
Músico	01	0,3	Negociante	03	1,08
Negociante	05	1,5	Oleiro	01	0,35
Operário	02	0,6	Operário	04	1,4
Pedreiro	01	0,3	Pistoleiro	01	0,35
Policial	16	4,8	Policial	09	3,2
Proprietário	01	0,3	Proprietário	01	0,35
Prostituta	01	0,3	Prostituta	02	0,7
Sapateiro	04	1,2	Sapateiro	01	0,35
Xarqueador	01	0,3	Sem profissão/menores	20	7,2
Não declarada	51	15,4	Não declarada	62	22,3
Total	331			278	

Fonte: Processos criminais - Arquivo da Escrivania do Crime - Fórum Municipal de Catalão

Por fim, o último dado levantado refere-se à instrução dos réus. À pergunta, constante nos autos de qualificação, se o réu sabia ler e escrever, 71,4% deles responderam que não e 28,6%, que sim. Esse número corresponde à realidade vivida por Goiás no período, início da década de 1930, quando o índice de analfabetismo no estado era estimado em 86,3% (Nepomuceno, 1994). Cabe ressaltar que os dados referentes ao nível de instrução dos réus apenas contribuem para o estabelecimento do perfil dos réus da Comarca estudada. Em uma época em que a instrução pública era rara, era comum

encontrar pessoas de nível socioeconômico mais elevado que não soubessem ler nem escrever, o que impede, portanto, que tais dados sejam utilizados como indicadores de origem social.

Partindo dos dados levantados nos processos criminais temos, em síntese, como características gerais dos sujeitos envolvidos em algum tipo de crime na Comarca do Rio Paranaíba/Catalão, os seguintes elementos: na sua grande maioria eram homens (98,8%), dos quais 65,8% eram jovens, entre 18 e 30 anos, brasileiros (98,5%), analfabetos (71,4%), casados (57,4%) e exercendo atividades direta ou indiretamente ligadas à economia rural.

Em termos de conclusão, podemos dizer que o fato de ser o desenlace violento visto pelos sujeitos envolvidos como uma possibilidade legítima de solucionar certas desavenças demonstra que a monopolização da violência física por parte do Estado ainda não estava sedimentada. Mesmo considerando o fato de que muitos dos casos foram parar na Justiça, os indivíduos ainda não estavam protegidos “contra ataques súbitos, contra a irrupção de violência física em suas vidas” e contra as “oscilações no comportamento e nos sentimentos”, nem tampouco ocorrera, ainda, uma “mudança ‘civilizadora’ do comportamento” (Elias, 1993, p. 198).

Conforme Norbert Elias, o *processo civilizador* age em duas frentes, paralelamente ao estabelecimento do monopólio da força pelo Estado. De um lado, ocorre a modificação das relações entre as pessoas e, com elas, a alteração dos costumes, moldando um novo tipo de personalidade e levando à formação de uma convivência mais pacífica entre os homens. É claro que esse processo não é nem tão rápido e nem tão uniforme, e o autocontrole das pessoas está intimamente ligado ao crescimento da capacidade repressiva do Estado. De acordo com Elias (1993, p. 201), se “o poder de uma autoridade central crescia, se em uma área maior ou menor as pessoas eram forçadas a viver em paz entre si, a modelação das emoções e os padrões da economia dos instintos lentamente mudavam”.

No caso específico de Goiás, mesmo considerando que o gasto com o aparelho repressivo excedia a um quarto do orçamento, isso não significou que a força de repressão fosse expressiva. As dificuldades com a manutenção de um policiamento efetivo eram grandes, as autoridades não tinham como

se fazer presentes em todo o território estadual. No âmbito municipal, o policiamento restringia-se basicamente à cidade de Catalão.

O monopólio da força, aqui, é mais de direito que de fato, pois esse contingente policial jamais poderia fazer algum tipo de pressão no sentido da transformação do código de condutas. Mas a monopolização da força física não se exerce somente pela força física direta, ela se exerce também em nível simbólico e talvez aqui esteja o principal papel do Judiciário. Ou seja, aliado à ameaça e ao temor da prisão, o Judiciário tem como tarefa fazer com que os indivíduos aceitem que o litígio privado passe a ser solucionado por uma terceira parte, isenta e distante. Esse processo de “convencimento” configura-se, portanto, na necessidade de garantir mais que a legalidade, a legitimidade de atuação.

FONTES

I - Publicações:

Memórias goianas. Goiânia: UCG, v. 3 ao v. 16, várias datas.

II - Fórum Municipal de Catalão – Arquivo da Escrivania do Crime (Catalão-Go):

- 275 processos crimes (1890-1941).

III - Arquivo Histórico do Estado de Goiás (Goiânia-Go):

1 - Acervos, Regulamentos, Mensagens e Relatórios.

2 - Periódico - Correio Oficial.

REFERÊNCIAS

AZZI, Antônio Jorge. *Catalão ilustrado*. São Paulo: Linotechnica, 1938.

CALEIRO, Regina Célia L. *História e crime: quando a mulher é a ré*. Franca 1890-1940. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, (SP), 1998.

CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão: estudos históricos e geográficos*. Goiânia: Bandeirantes, 1979.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei (1889-1930)*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUD, Antônio M. J. *Memorial do Catalão*. Goiânia: Ed. do Autor, 2000.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Cegraf/UFG, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

FREITAS, Eliane M. Memória e história local: a produção dos memorialistas. *Boletim do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Culturais/NIESC*. Catalão-GO: CAC/UFG, v. 1, 1998.

FREITAS, Eliane M. *Os significados da justiça: justiça, violência e aplicação da lei em Goiás 1890-1941*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP), 2005.

GARCIA, Renísia C. *Honra, sobrevivência e valentia: um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processo criminal (1922 a 1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

GOMEZ, Luis Palacín; CHAUL, Nasr; BARBOSA, Juarez C. *História política de Catalão*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania na constituição da República brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio A. Fabris Editor, 1995.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1994.

NUNES, Heliane Prudente. *A imigração árabe em Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

RAMOS, Cornélio. *Catalão de ontem e de hoje* (curiosos fragmentos de nossa História). Goiânia: Ed. UCG, 1984.

RAMOS, Cornélio. *Catalão: poesias, lendas e histórias*. 3. ed. Revista e ampliada. Catalão: Gráfica Modelo, 1997.

RAMOS, Cornélio. *Colina dos poetas* (crônicas). 2. ed. revista e ampliada. Catalão: Gráfica Modelo, 1998.

SILVA, Marcelo de Souza. *A lei e a (des)ordem: criminalidades e práticas da Justiça na Comarca de Uberaba-MG (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP), 2004.

SOUZA, Dalva M. B. L. Dias de. *Violência, poder e autoridade em Goiás*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 1999.

A sociedade portuguesa da Reconquista: aspectos do cotidiano

| **Teresinha Maria Duarte**

UMA SOCIEDADE É FORMADA POR UM conjunto de pessoas e carece de um espaço onde viver e construir as suas relações sociais. Maffesoli chama atenção para a dimensão social que o espaço ocupa nas relações humanas. Ele diz: “O espaço molda coercitivamente os hábitos e costumes do dia a dia que, por sua vez, permitem a estruturação comunitária” (Maffesoli, 1984, p. 52-53).

Zilá Mesquita, numa discussão em torno do sentido de espaço, território e lugar, destaca que em uma das mais elementares conotações de espaço, ele é tomado “como sinônimo de natureza, do mundo físico que nos rodeia [...]”; entretanto, a autora alerta que esta concepção de espaço como natureza assume uma conotação de “espaço suporte”, o que comporta desde os objetos da natureza, como uma montanha ou uma floresta até o que chama de “espaço antropizado”, como uma colina marcada pela ocupação humana, um povoado ou uma cidade. O que é importante reter nesta acepção “é a ênfase à materialidade do espaço” – afirma. Por fim, menciona a discussão existente entre espaço subjetivo e espaço objetivo, entre o individual e o social, o que confere maior elasticidade ao termo, que passa a ser tomado como sinônimo

de lugar, região, localidade etc. A espacialidade assim como a temporalidade perpassam toda e cada uma das experiências humanas (Mesquita, 1998).

Para discutir o significado de território, Zilá Mesquita partiu da etimologia da palavra, lembrando que, na Grécia Clássica e nas cidades medievais italianas, a palavra “território” foi utilizada para designar os “distritos que circundavam uma cidade e sobre os quais esta tinha jurisdição”. Assim, a palavra em si mesma expressava “uma divisão de força política” e, com o advento dos estados modernos, território passou a ser “a terra pertencente a um governador ou a um estado” (Mesquita, 1998, p. 68).

A autora admite, também, uma conotação social para território, ao citar Pinchemel, para quem, a noção de território é aplicada aos homens e às relações entre os homens:

- Sob uma forma social. O território social é definido como a área de uma prática social, de um comportamento social [...].

No interior deste território os indivíduos, os grupos se sentem entre eles em afinidade, em segurança, em propriedade: “um território é um espaço socialmente selecionado para a vida e a sobrevivência de um sistema” e no interior do qual uma prática social “se sabe legítima ou se crê eficaz, competente e legítima” [...].

- Sob uma forma individual. “O território do habitante: da vida cotidiana começa no interior da casa, são os objetos, as coisas, são as pessoas, são os outros”. É a territorialidade no sentido mais subjetivo, mais fenomenológico, com seu ambiente de referências, de signos que contornam o território pessoal e social. Uma tal concepção do território se diferencia mal do espaço vivido. (Pinchemel, 1988, apud Mesquita, 1998, p. 70-71)

O território assim entendido tem uma significação social e individual, significação esta que é passível de transitar entre a noção de espaço e de lugar, podendo ser, inclusive, “o espaço do cotidiano” (Mesquita, 1998, p. 73). Será, pois, a partir destas noções, que procurarei pensar a formação de Portugal, enquanto território do Condado de Portucale e posteriormente Estado, como o lugar onde se organizou uma sociedade a que chamo de sociedade portuguesa da Reconquista, uma sociedade que se formou no processo de formação do território e da constituição da nacionalidade portuguesa, o que ocorreu entre o final do século XI e os primeiros anos do século XIII.

Como espaço físico, o que veio a ser o território português é a faixa ocidental da Península Ibérica, situada no ângulo sudoeste do continente europeu e ocupando uma posição singular na zona mediterrânica:

A Ibéria eleva-se nos confins do Mediterrâneo no local onde as suas águas se misturam às do Atlântico. Em relação à grande extensão do mar aparece como algo de periférico, de marginal, longe do seu centro e quase à parte. [...]. A Península Ibérica resulta, ao mesmo tempo, como ponte entre a Europa e a África e entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Prolonga-se morfológicamente a Europa e estende-se pelo Mediterrâneo [...]. Os Pireneus aparecem como uma barreira contra o resto do continente, dificultando mas não impedindo as relações humanas. (Silva; Pereira; Serén, s.d., p. 8-9)

Considerada pelo Mundo Clássico como o fim da terra (*fnisterrae*) e pelo Império Árabe como o ocidente (*garb*), a Ibéria, morfológicamente, apresenta-se como a Ibéria planáltica e continental e a Ibéria marítima. A primeira compreende a porção entre os Pireneus centrais até a Cordilheira Bética e desta à Cordilheira Cantábrica; é caracterizada pela acessibilidade difícil e pelas oscilações térmicas anuais rigorosas, provindo daí o seu isolamento e a precariedade dos meios de vida. A esta, contrapõe-se a Ibéria marítima, uma espécie de franja litoral, aberta ao mar, sempre melhor situada geograficamente para acolher as influências exteriores e as vagas humanas. Estas características morfológicas do território sempre exerceram influências sobre o cotidiano das populações ibéricas.

Tais características incidem, de certa forma, sobre o espaço físico onde Portugal veio a se constituir, como sintetiza Orlando Ribeiro (1970, p. 296-297):

Montanha e planície resumem [...] o aspecto das duas metades de Portugal. Mas é preciso dar um toque nesta fórmula: montanha, com vastas áreas lisas onde o relevo se sente apenas nos ásperos declives que as limitam; planície, tantas vezes molemente ondulada, com silhuetas azuladas de cimos no horizonte de quase todos os lugares. Em todo o caso, duas vocações humanas: de um lado terras abertas, caminhos fáceis, vastas áreas permeáveis a influências estranhas, por onde alastram os tons uniformes das mesmas civilizações: do outro mil obstáculos que impõem ou permitem o isolamento, fundos vales que separam, montes que limitam, planaltos defendidos por ladeiras ínvias,

terras primitivas, arcaizantes. O clima reforça este contraste [...]. A dominância dos dois tipos climáticos exerce-se de modo muito diverso no Norte e no Sul.

Entre os historiadores lusos é consenso reconhecer essas duas especificidades geográficas em seu País: o Norte e o Sul. O Norte é montanhoso e se constitui como um “mundo à margem das civilizações”, “reduto de sociedades e civilizações arcaicas”. Se por um lado guarda semelhança com todas as regiões mediterrânicas onde predomina as serranias, por outro guarda uma especificidade própria: o arranjo que o relevo faz entre montanhas, planaltos e vales, possibilita a existência “de espaços cultiváveis e húmidos onde se podem fixar grupos de cultivadores permanentes e onde o *habitat* se torna frequentemente disperso” (Mattoso, 1995, p. 33).

Mattoso distingue no Norte português duas regiões distintas: o Norte Atlântico e o Norte Interior. No primeiro, o pastoreio associa-se à agricultura e ao minifúndio. E “as condições naturais favorecem, até certo limite, a absorção em regiões próximas entre si, de excedentes demográficos, e a concentração de uma população numerosa”. Na segunda, “para lá do Marão, onde as características próprias da montanha ou do planalto se tornam exclusivas, em terras mais pobres e com um clima mais austero”, a existência de “altitudes quase planas” e “montes redondos” possibilita a circulação dos homens e as rotas que ligam os centros mais habitados e “as transferências de gente, de rebanhos e de mercadorias”. Por fim, “nas terras altas a norte da serra da Estrela, a escassez de vales húmidos raramente permite a concentração demográfica” (Mattoso, 1995, p. 33).

No Sul, dominado pelas planícies, onde as altitudes ficam em torno de 250 a 500 metros, a escassez das chuvas e das correntes fluviais “obrigam às culturas de sequeiro, quando se podem fazer, e afastam as pessoas”. Até o século XIX – com exceção das margens dos rios, da Estremadura, das planícies de aluvião do Ribatejo, “a estreita orla verde do Algarve e um ou outro ponto onde podem fundar cidades” – predominava a charneca, uma espécie

de terreno baldio (Mattoso, 1995, p. 33-34). Mattoso reconhece que estas diferenças naturais exigem a organização de sistemas culturais diferenciados e, certamente, também uma vida cotidiana diferenciada.

Assim quando se indaga pelos aspectos cotidianos daquela sociedade, indaga-se pelas ações repetidas no seu dia a dia (De Certeau; Giard; Mayol, 1997, p. 31; Le Goff, 1990, p. 179-193); isto é, pelos hábitos e costumes que aquelas populações desenvolveram nos tempos da Reconquista. Esse recorte impõe que, metodologicamente, se leve em consideração as contribuições teórico-metodológicas da história do cotidiano, por sua atenção às práticas, aos hábitos, aos costumes.

Proponho, aqui, centrar a discussão acerca de aspectos do cotidiano da sociedade portuguesa da Reconquista, a partir dos seguintes itens: a belicosidade no processo de formação do território e do Estado português; vivências cotidianas da sociedade portuguesa nascente; e o povoamento e as novas implicações para a vida cotidiana da população portuguesa no começo da década de 1200.

I A BELICOSIDADE NO PROCESSO DA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO E DO ESTADO PORTUGUÊS

A criação do condado Portucalense, que veio dar origem ao reino de Portugal, de acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, teria ocorrido em data posterior a agosto de 1096, como uma espécie de “província” no reino de Leão, quando Afonso VI (1072-1109), rei de Leão, concedeu a sua jurisdição a Henrique de Borgonha (Serrão, 1978, p. 76). O cronista registrou sobre esse fato:

[...] ao conde dom Ânrique que era casado cõ dona Tareya deulhe ... Coymbra cõ toda a terra que elle avya em Portugal ataa o castello de Lobeira que he aalem de Ponte Vedra ..., e fezelho, de todo, condado. E deulho cõ esta condiçon que, quando a elle comprisse serviço, que lho vehesse fazer cõ trezentos cavalleiros que entõ avya no condado de Portugal; e que fosse as suas cortes cada que o elle mandasse chamar e, se allo nõ podesse hyr por embargo d'algua door, que entõ lhe envyasse os cavalleiros e alguu homem bõ ... por caudel; e que ficasse obrigado pera sempre, qualquer que fosse senhor do dito condado de Portugal, a fazer trebuto a todollos reis de Castella e de os servyr em alguuas cõquistas, se as fizessem aos mouros ... (Crónica Geral de Espanha de 1344, 1951)

Conforme António H. de Oliveira Marques (1996, p. 18), à época, o Condado Portucalense compreendia a

atual faixa litoral portuguesa correspondente ao Minho, ao Douro Litoral e ao norte da Beira Litoral. Para o interior, embora em doutrina o senhorio do condado englobasse Trás-os-Montes e o norte da Beira interior, deparava na prática com o escasso povoamento e a incompleta organização eclesiástica e civil dessas regiões.¹

A concessão do Condado Portucalense, por parte de Afonso VI a Henrique de Borgonha, tinha por finalidade assegurar a defesa de uma província que a coroa leonesa não estava em condições de o fazer. D. Henrique chegou ao reino de Leão, na companhia de Eudes, seu irmão, e de Raimundo, seu primo, no rescaldo da derrota da Batalha de Zallaqa, na qual estiveram a serviço de Afonso VI. Contavam com o apoio do abade Hugo de Cluny, com quem tinham laços de parentesco, e na corte, tiveram o apoio da rainha Constança, também sua parenta. Raimundo e Henrique se ligaram à corte leonesa por laços de matrimônio. A Raimundo foi dada a herdeira, Urraca, e a D. Henrique, D. Teresa, filha bastarda de Afonso VI, e o Condado Portucalense. Aquele foi um casamento – como muitos outros na Idade Média – que selava uma aliança militar e teria sido acertado antes de 13 de fevereiro de 1099.

¹ Segundo Serrão (1978, p. 61-62), foi sob Afonso III (866-910) – em pleno processo da reconquista das terras dos cristãos aos mouros – que se deu a conquista das terras entre o Minho e o Mondego. Em 868, aquele soberano apoderou-se de Coimbra e mandou povoar Porto, Braga, Viseu e Lamego e nomeou bispos para estas cidades. Em 868, também, deu-se a “presúria” de Portucale. O que se compreendia como terra Portugalis, era um território “que estendia os seus limites: ao norte para além do rio Ave, e ao sul atingia o curso do rio Vouga. [...] no século X, a palavra chegou a abranger toda a região para baixo do rio Lima, mas sem incluir a zona do Alto Minho, que fazia parte da diocese de Tui. Tratava-se, pois, de um espaço geográfico no sentido norte-sul, confinando com os “distritos” bracarense e conimbricense, assim como na direcção do interior, com os territórios de Lamego e de Viseu”. O nome, Portucale, remonta à dominação romana; compreendia o povoado da margem esquerda do rio Douro. Ao tempo dos suevos, possivelmente, compreendesse o local e o território que lhe ficava adjacente a norte e a sul. Ainda, no último quartel do século VI, a diocese de Portugal não ultrapassava a margem direita do rio Ave, a norte, e o Douro, ao sul. E conclui: “Foi a reconquista do século IX e, ainda o surto do tráfego portuário na margem direita para corresponder ao movimento do cais vizinho que fizeram de Portucale a cabeça de uma região em alargamento constante”.

Naquele arranjo, “a esposa detinha a titularidade do senhorio, enquanto D. Henrique apenas possuía o exercício dos poderes constantes da doação” (Serrão, 1978, p. 76), ou seja, os direitos e deveres de um vassalo: usufruir da renda e prestar ajuda e conselho, além da fidelidade e lealdade, ao seu suserano – no caso o seu sogro Afonso VI –, o que D. Henrique fez até à morte do rei de Leão.

Maria Emília C. Ferreira (1963, p. 157) afirma: “D. Henrique teve em grande apreço a opinião da mulher; inteligente, ambiciosa, e de grande tenacidade, foi uma valiosa auxiliar na obra que ele tinha em mente realizar”. As ambições de um completava as do outro, no governo do Condado. D. Henrique esteve ao lado de D. Teresa, inclusive tomando parte na sua política eclesial de cunho autonomista, apoiando o arcebispo de Braga contra o de Toledo, no sentido de reconhecer a primazia da Sé portuguesa.² Deixava o governo do Condado nas mãos da esposa, quando era necessário se ausentar, quer para visitar outros pequenos senhorios que tinha fora do território do Condado, quer para as estadias na corte leonesa, ou ainda para atividades de guerra. Entretanto, já no final da vida de Afonso VI, D. Henrique, assim como o seu primo, conde D. Raimundo, estavam preocupados com a questão sucessória e com o destino da herança do sogro, ainda mais que este mostrava preferências por Sancho, o filho que tivera com a ex-moira Zaida.

Tais preocupações levaram os dois cunhados a fazer um pacto sucessório. Por este pacto, com a morte de Afonso VI, D. Henrique se comprometeria a apoiar as pretensões de D. Raimundo à sucessão Imperial, em troca receberia Toledo e seu território ou, então, toda a Galiza. A morte, todavia,

² Cf. Oliveira Marques (1996b, p. 18-19). A questão da luta entre os arcebispos de Braga e de Toledo pela primazia de suas arquidioceses está ligada ao fato de que, ainda no final do século XI, o papa garantiu ao arcebispo de Toledo o primado sobre toda a Espanha – o que coincidia com o reino visigótico. Entretanto, isto causou a resistência do arcebispo de Braga, “consciente dos seus privilégios e tradições como metropolita da Galiza (até o Douro)”. D. Henrique apoiou as pretensões do arcebispo de Braga e conseguiu do Papa Pascoal II, em 1100, sentença favorável. D. Geraldo, o arcebispo, conseguiu anos mais tarde, do mesmo papa, que lhe reconhecesse o primado sobre as antigas dioceses galegas e também sobre Coimbra, Viseu e Lamego.

fez tudo diferente. Em setembro de 1107, morria D. Raimundo; em maio do ano seguinte, o jovem Sancho, na Batalha de Uclés; e o velho monarca, em julho de 1109 (Marques, 1996, p. 20). A morte de Afonso VI deixou o reino caótico, conforme registrou o cronista: “[...] la fidelidad, como si nunca hubiera existido, es relegada y la paz que en outro tiempo había dominado el reino desaparece con el soberano. Desde entonces surge por toda extensión de sus dominios la guerra, la sedición y el hambre ...” (História Compostelana, 1994, p. 154). Um ambiente de guerra civil.

D. Urraca era, pois, a única herdeira e, buscando alianças para se proteger contra eventuais perigos, casou-se com Afonso I de Aragão. Aquele casamento fez precipitar os particularismos: na Galiza, a nobreza uniu-se em torno de Afonso Raimundes, o filho de D. Urraca com o conde D. Raimundo, e em Portucale, D. Henrique se confinou aos seus territórios, deixando de comparecer na corte leonesa. Quando da guerra civil que veio a acontecer entre os reinos de Leão-Castela e Aragão, D. Henrique colocou-se ora ao lado de Afonso I e ora ao lado de D. Urraca, de forma a ganhar benefícios de ambos.³

Entretanto, em 1112, morria também D. Henrique. Diante da pouca idade de Afonso Henriques, a nobreza galega pressionava para que D. Teresa se casasse com um nobre galego e a sua congênera portugalense e coimbrã, ciosa de sua autonomia, solicitava um casamento com a nobreza local ou a manutenção da viuvez, simplesmente. Em um primeiro momento, entre 1112 e 1121, D. Teresa esteve afastada dos galegos; no momento seguinte, de 1121 a 1128, prevaleceu a influência galega, sobretudo do conde Bermudo Peres de Trava e seu irmão, Fernando Peres de Trava, que, conforme dizem, passaram por seus maridos. Isso não tardou a suscitar a oposição da nobreza e do clero portugalense que se uniu em torno

³ Cf. *Cronica geral de Espanha de 1344*. (1951), p. 199-206. *Historia Compostelana*. (1994), p. 156; 169-170; 200-201; 217; 242-243; 251; 253-257; 259-261; 269-271; 274-276; 280-284; 350; 353. Cf. ainda, Oliveira Marques, (1996b, p. 20).

de Afonso Henriques, formando um partido afonsino.⁴ Acerca daquela situação o cronista escreveu:

[...] o grande e ilustre varão [...], um homem valente na guerra [...], mui prudente nas suas acções, de inteligência esclarecida [...], todo católico na fé de Cristo, respeitador dos ministros da religião, muito benévolo e devoto [...] com o auxílio do Senhor, pela bondade divina, mais pela sua diligência e trabalho do que por auxílio ou vontade dos pais, tomou na sua mão forte o reino de Portugal. Porquanto morto seu pai o conde D. Henrique, [...] alguns indignos estrangeiros usurpavam o governo de Portugal, com o consentimento de sua mãe, a rainha D. Teresa, querendo ela própria governar no lugar de seu marido, afastando o filho dos negócios do reino. [Ele] de maneira nenhuma sofria esta afronta demasiadamente vergonhosa, tendo convocado os seus amigos e os mais nobres de Portugal, que sobremaneira preferiam o governo dele ao da mãe e dos indignos estrangeiros, travou com aqueles, batalha no campo de S. Mamede [...]. (Brandão, 1973, p. 272-273)

No campo de São Mamede, local próximo a Guimarães, no dia 24 de julho de 1128, o Infante com seus homens saíram vitoriosos (Tarouca, 1952, p. 21-23). Desde então, o governo do condado passou a ser exercido por ele; porém Portugal ainda não era um reino, não passava da vitória de uma afirmação regionalista. De 1128 ao reconhecimento da realeza portuguesa seria um longo processo no qual sobressairiam:

o confronto armado e o labor diplomático. O primeiro representava a garantia de uma consolidação da diferença face a Leão e da afirmação perante os muçulmanos; o segundo era indispensável para se obter o reconhecimento de direito, nos meandros da cúria romana, da situação de independência de fato, alcançada naquela data. (Marques, 1996a, p. 25)

⁴ Cf. Oliveira Marques, (1996b). Cf. também Serrão (1978, p. 80). Maria Emília C. Ferreira (1963) considera impossível o casamento entre D. Teresa e os Peres de Trava, pois de Bermudo, a rainha fizera seu genro e Fernando era casado; sua mulher só veio a morrer depois de alguns anos após a morte de D. Teresa. Assim, a aliança de D. Teresa com os Peres de Trava tinha um fim político, através do qual D. Teresa visava manter-se em contato com os descontentes da Galiza, em oposição a D. Urraca.

De fato D. Afonso Henriques sustentou uma guerra em duas frentes: na diplomacia e nos campos de batalha, com Leão e com os muçulmanos. Ao mesmo tempo que procurava manter a integridade territorial fazia incursões tanto a norte e a leste, nos domínios do Imperador Afonso VII de Leão, quanto a sul, em território muçulmano. Serrão (1978, p. 82-85) elenca os seguintes envoltimentos guerreiros daquele governante: em 1130, invadiu, sem sucesso, a Galiza para reivindicar outras terras que, pelo tratado de 1121, pertenciam a D. Teresa. Em 1132 voltou a invadir a Galiza, apoderando-se da região ao norte do rio Lima, onde construiu o castelo de Celmes; entretanto, não tardou muito para Afonso VII destruir Celmes e reaver a região. Entre os anos de 1135 e 1136, D. Afonso Henriques se dedicou mais à administração interna do seu território. No ano seguinte, invadiu novamente a Galiza para vingar Celmes, chegando a Galiza a ficar à mercê de suas armas; entretanto, teve que abandoná-la logo, para acudir a fronteira sul, com a pressão dos muçulmanos sobre Leiria. E, finalmente, em 1139, alcançou a lendária vitória de Ourique.

Com relação à perda da Galiza, pela paz de Tui, de 1137, e à Batalha de Ourique, de 1139, o autor faz alguns comentários. Acerca da primeira, ela representou um acordo tácito com Afonso VII, para salvaguardar as fronteiras setentrionais, e um reconhecimento por parte do Imperador da autonomia do condado. Livre da preocupação com relação à integridade da fronteira setentrional, D. Afonso Henriques poderia se dedicar a atacar a mourama. A Batalha de Ourique, por sua vez, envolvida de uma auréola, alcançou grande projeção na história política das origens de Portugal.

Sob o influxo daquela batalha, em 1240, D. Afonso Henriques assinou documento como *Ego Alfonsus portugalsium rex* (Eu, Afonso, rei de Portugal). Como rei, não abandonou os campos de batalha. Ainda naquele ano e no seguinte, violando o Tratado de Tui, invadiu novamente a Galiza, apoderando-se de Tui e outras localidades, o que levou Afonso VII a solicitar a intervenção do arcebispo de Braga, para novos acordos de paz, em 1141. Em seguida, o rei teria descido para o Douro e de lá para a Beira, para se contrapor a novo ataque dos muçulmanos que haviam tomado Leiria,

avanzando até Trancoso; depois de desbaratar o inimigo, tentou sem sucesso conquistar Lisboa (Serrão, 1978, p. 82-86).⁵

Do ponto de vista diplomático, em 1143, pelo Tratado de Samora, Afonso VII reconhecia a existência do reino português, desmembrado do domínio leonês. Mas era ainda tão ou mais importante o reconhecimento por parte de Roma. Em Samora, esteve presente o legado papal, Guido de Vico, que sancionou o acordo político e recebeu a obediência de D. Afonso Henriques, quando o primeiro monarca português se comprometeu, por si e por seus sucessores, a pagar a Roma, anualmente, o censo de quatro onças de ouro. Apesar disto, o reconhecimento papal da realeza de Afonso Henriques só veio a ocorrer em 1179, no pontificado de Alexandre III, com a bula *Manifestis probatum* (Serrão, 1978, p. 89-90).⁶

Ainda de acordo com Serrão (1978, p. 92), “a partir de 1143, D. Afonso Henriques prepara as condições militares para uma ofensiva de largo alcance”. Instalou a sua capital em Coimbra e, ao mesmo tempo que se dedicava ao governo do reino, mantinha a guerra com os mouros, que atacavam a fronteira meridional portuguesa. Como seu primeiro objetivo estaria a conquista de Santarém, “a cidade mais bem protegida de toda

⁵ Com relação à questão da aclamação de D. Afonso Henriques, cf. Mattoso, (1993a, p. 213-232). O autor admite como verdadeira a aclamação de Afonso Henriques, depois da batalha de Ourique, considerando possível que uma tradição germânica, que perdurou em Navarra, tenha sido herdada para Portugal. Segundo essa tradição, o rei seria aclamado de pé sobre o *pavés*, levantado aos ombros de seus homens. Uma aclamação de origem guerreira e de caráter civil, que fez Mattoso acreditar que a proveniência militar da realeza tenha levado os cronistas a se esquecerem da cerimônia religiosa de sagração, a qual, acredita, teria sido feita pelo Metropolita de Braga, D. João Peculiar. A aclamação da realeza de Afonso Henriques e mais a sagração teriam levado alguns anos até que Roma sancionasse o que já era aceite de fato.

⁶ Serrão (1978) afirma que a subordinação política a Roma, além de ser comum para o tempo, trazia ao monarca português outras vantagens: a mediação do Papado, no caso de ruptura no Tratado de Samora; a permissão para criar bispados em seu território, sem a interferência do Imperador de Leão – o que inclusive aconteceu em 1146, com nomeação de prelados para as Sés de Viseu e Lamego. Do ponto de vista do domínio militar, a obediência a Roma se traduzia em vantagens de ordem espiritual, no reconhecimento de que a luta contra a mourama se revestia de um caráter de cruzada que servia ao ideal do cristianismo.

a Espanha”,⁷ que, com seus campos e férteis lezírias, caiu em poder dos portugueses em 1147.

A conquista de Santarém abria aos portugueses o estuário do Tejo, com Lisboa, a cidade mais importante que os árabes detinham na costa ocidental da Península, que caiu em poder cristão em 1147. A sua queda trazia junto os castelos da região estremenha: Sintra, Palmela e Almada; crê-se que Óbidos e Alenquer se renderam antes. Assim, o reino português se estendia até à margem direita do Tejo (Serrão, 1978, p. 94-100).

Daí em diante, as conquistas se direcionaram para o sul do Tejo, no Alentejo. A conquista de Alcácer do Sal ocorreu em 1158 e, em 1159, a de Évora e Beja. Porém, a extensão das mesmas já impunha alguns problemas como: pessoal para a guarda dos castelos, para o povoamento e a colonização. Beja logo foi abandonada, Palmela e Évora caíram sob os ataques muçulmanos de 1161. Mas Beja voltou ao domínio cristão já em dezembro de 1162, ficando Palmela e Sezimbra, no litoral, e Évora e Elvas, na vizinhança da Estremadura espanhola, em mãos muçulmanas.

Excetuando a campanha de 1154 e a de 1189 – a primeira, para conquistar Alcácer do Sal e a segunda para a conquista de Silves – que contou com a participação de cruzados, “as lutas revestiram-se de um caráter essencialmente português”, porque “as algaras ficavam à iniciativa dos concelhos ou de hábeis aventureiros”, como “um Geraldo Sem-Pavor que conquistou Évora, em 1165, e depois os castelos de Moura, Alconchel e Monsaraz – aos árabes – e Trujilo, Cáceres, Montâchez e Lobón ao rei de Leão” (Serrão, 1978, p. 100-102). Não só os nacionais se interessavam em manter as guerras de conquista, mas também aventureiros se interessavam em fazer a guerra e se assenhorear de seus despojos. Como se vê, o território e o Estado português se formavam em meio à guerra –capitaneada pelo monarca, mas de que nacionais e aventureiros estrangeiros tomavam parte ativamente. Como esta realidade belicosa interferia na vida cotidiana da nascente sociedade portuguesa?

⁷ Acerca das riquezas da vila de Santarém, ver Tarouca (1952, p. 56 a 81).

2 VIVÊNCIAS COTIDIANAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA NASCENTE

Em primeiro lugar é preciso lembrar que os campos não ofereciam nenhuma segurança; eram os locais mais sujeitos ao perigo das razias – seja de muçulmanos, ou mesmo de cristãos, como o faziam os leoneses em Portugal – especialmente no sul, mas também no norte e na zona oriental (esta muito pouco povoada). A parte da população que não morava nas cidades e nos senhorios, morava em aldeias próximas de uma vila ou de uma cidade, ou mesmo em seus arrabaldes, porque cidades e vilas eram amuralhadas.⁸ Assim, em caso de perigo, recolhiam-se entre seus muros, levando inclusive o seu gado.

Fosse uma simples razia ou fosse uma guerra de conquista ou reconquista de territórios, os inimigos (ou poder-se-ia dizer as vítimas) tinham suas plantações roubadas ou simplesmente destruídas; o gado (bovino, ovino, suíno ou cavalari) era roubado; os celeiros, esvaziados ou queimados; as pessoas, tocadas como “gado humano”. Os mais nobres, na maioria das vezes eram resgatados; os demais poderiam ser vendidos como escravos em outras terras ou serem resgatados, normalmente em uma barganha: um grupo de cristãos cativos por um grupo de sarracenos também cativos e vice-versa. Assim, as cidades representavam maior segurança; algumas – especialmente aquelas mais antigas – foram construídas nos cimos dos montes, ou ao lado de terrenos de difícil acesso; as do sul, em regiões planas, eram mais

⁸ Manuela Santos Silva (s.d., p. 254-255; 265-266), no texto “As cidades (séculos XII-XV)”, ao escrever sobre as cidades portuguesas entre os séculos XII e XV, distingue a cidade da vila. As cidades são denominadas por serem sede de bispado; não é o grau de urbanidade, portanto, que as diferencia, podendo muitas vilas terem um grau de urbanidade muito superior ao de algumas cidades. A autora afirma que a disposição do espaço nas cidades (aqui ela se refere tanto às cidades propriamente ditas como às vilas) medievais portuguesas foi bastante influenciado pelas cidades muçulmanas, mesmo em regiões onde não predominava o domínio árabe. O espaço urbano compreendia, via de regra, a muralha, a alcáçova e a almedina. “As muralhas, normalmente, seguiam a forma triangular ou trapezoidal, instaladas ao longo de uma colina sobranceira a um rio, distinguindo-se claramente a cidade alta – a *alcáçova* –, onde se situava o castelo, da sua parte inferior, a *almedina*. As muralhas seguiam uma linha contínua, entremeada por fortes torres”. Em outra parte do mesmo texto, diz também que algumas delas possuíam um espaço “entremuros”, que servia para acolher os aldeões com seus pertences, em caso de perigo. Por isto, muitas cidades chegavam a ter um espaço vazio, que podia, inclusive, ser agricultável, servindo à população, como uma alternativa à fome, caso fosse sitiada.

vulneráveis – e esta é, com certeza, uma das razões por que o sul do país, desde épocas muito remotas, esteve à mercê de povos estrangeiros (Silva; Pereira; Serén, s.d., p. 259-260).

Entretanto, mesmo nas cidades, o confronto era terrível – era uma luta de vida ou morte, de manutenção da liberdade e da propriedade ou do saque e do cativeiro – seja para as pessoas que faziam o cerco seja para aquelas que estavam sitiadas. A tomada de uma cidade começava, normalmente, com um cerco, cuja finalidade era provocar a fome e a sede nos sitiados. O exército sitiante colocava os seus acampamentos nas proximidades ou em volta do local. E começavam os procedimentos para a conquista. Enchiam-se os fossos com terra para produzir elevações artificiais, que facilitassem a escalada das muralhas. Também era frequente a abertura de trincheiras ou de minas, onde se colocava madeira e se ateava fogo para provocar o desabamento dos muros.

Os atacantes ainda poderiam recorrer às máquinas de cerco: torres de madeira e sambucas – uma espécie de ponte – que lhes possibilitavam ter acesso à cidade sitiada por cima de seus muros; ou às manganelas – espécie de catapulta – usadas para atirar pedras contra as muralhas e o interior das cidades sitiadas. Usavam também “ouriços”, um artefato bélico, construído com uma placa horizontal formada por vigas de madeiras unidas e cobertas com camadas de terra e argamassa, a qual era movimentada por homens que ficavam em baixo do artefato com o objetivo de abrir brechas nas muralhas. Ainda, do acampamento dos conquistadores, os flecheiros lançavam flechas sobre os sitiados.

Os sitiados, por sua vez, se defendiam, lançando azeite, fogo e estopa sobre os inimigos e seus artefatos de guerra e também sobre os materiais usados para encher os fossos. Também lançavam flechas e pedras sobre o acampamento inimigo. A carta do cruzado Arnulfo, ao bispo Milão de Taruana, contando-lhe as peripécias da tomada de Lisboa em 1147, de que tomou parte, ilustra bem o cotidiano de sitiantes e sitiados:

logo que os sarracenos o viram [a máquina de guerra dos cruzados], com azeite inflamado reduziram a cinzas a nossa máquina, cujo condutor mataram

a pedrada numa brecha do muro. Tendo infligido inúmeras mortes com as manganelas e com as setas, também eles foram punidos pelos nossos. (Carta de Arnulfo, 1982, p. 136-137)

Conforme Maria Alegria F. Marques (1996, p. 59), se os sitiados conseguissem fazer uma brecha na muralha ou abrir de qualquer das portas, seguia-se a entrada na cidade, com as lutas corpo a corpo e todo um cortejo de horrores: matanças, saques e estupros. Ainda mais porque as guerras que marcaram a reconquista do território aos muçulmanos contaram com a participação dos cruzados e eram movidas pelo fanatismo religioso e pela fome de rapina, como ocorreu na conquista de Silves em 1189.

De acordo ainda com a autora, não apenas a fome, mas também a sede era uma das armas terríveis contra os sitiados. Foi graças a ela que o exército de cruzados que D. Sancho I convenceu a participar da conquista de Silves, em 1189, alcançou a vitória. Apesar da negociação dos vencidos com D. Sancho, condicionando a sua rendição à possibilidade de sair com seus pertences, o monarca português não conseguiu refrear a sede de vingança e de espólios de seus aliados. Os horrores então observados incluíam maus tratos e humilhação de toda sorte a uma população de sedentos, esfomeados e pestilentos (Marques, 1996, p. 59).

Embora fossem constantes as guerras com leoneses e muçulmanos, no processo da delimitação das fronteiras, Mattoso observa que havia uma significativa diferença entre elas. As guerras entre Portugal e Leão se reduziam “a meras escaramuças de fronteira, onde decerto se disputaram algumas terras e castelos, se exigiram certos juramentos, se trocaram filhas ou irmãs para garantir o respeito de compromissos mútuos, mas não houve nunca invasões muito profundas em território inimigo nem qualquer propósito sério de aniquilar o adversário ou conquistar todo o reino” (Mattoso, 1993b, p. 65). Já as guerras com os sarracenos, especialmente aquelas conduzidas por exércitos régios, tinham “um sentido verdadeiramente militar e político”. Em outras palavras, elas procuraram de fato “apropriar-se de pontos estratégicos, assegurar a defesa eficaz do território, atingir objetivos definitivos” (Mattoso, 1993b, p. 65).

O cotidiano belicoso naqueles anos de formação da nacionalidade portuguesa foi, também, responsável por configurar uma peculiaridade na organização social da época. Em outros locais da Europa medieval, especialmente nas regiões onde predominou o feudalismo clássico, a guerra era de competência da nobreza. Mesmo a cavalaria, na França, segundo Duby (1994, p. 322), era parte da própria aristocracia, composta principalmente pelos filhos segundogênitos.

Assim como alhures, em Portugal, a sociedade também era tripartida: clero, nobreza, e trabalhadores; a diferença residia, entretanto, no fato de que não apenas a nobreza empunhava armas. Havia a participação nas guerras de um segmento do clero, as Ordens Militares – como os Templários, a Ordem do Hospital ou dos Hospitalários, a Ordem dos Freires de São João de Jerusalém, a Ordem de Calatrava, e a Ordem de Sant’Iago da Espada⁹ – e dos trabalhadores livres – os cavaleiros vilãos e até os peões.

De acordo com Maria Helena da Cruz Coelho (1996), cavaleiros vilãos e peões faziam parte da ordem dos “laboradores”, ou seja, dos trabalhadores da população comum; entretanto, ambos eram trabalhadores livres e detentores de posses. Por serem muito importantes no período da Reconquista, constituíam um estrato social aberto, isto é, não havia tanto rigor para uma pessoa alcançar estas categorias, ascendendo socialmente. Mas, entre um segmento e o outro havia diferenças. Manuela Santos Silva (s.d., p. 277) caracteriza uns e outros:

⁹ Acerca das Ordens Militares e o papel das mesmas conferir Serrão (1978, p. 166-173). Às páginas 121 e 122, Serrão escreve sobre as origens e funções das Ordens Militares na Península Ibérica, inclusive em Portugal. É interessante notar que tais Ordens tiveram suas origens na própria conjuntura das Cruzadas, guerra santa encetada pelos cristãos, para a conquista dos lugares santos, desde o final do século XI. Como a Reconquista se revestia de um valor espiritual, uma espécie de ato de justiça, um resgate para a Cristandade de terras que pertenceram antes aos cristãos e que no momento encontrava-se sob o domínio do “infel”, dela tomaram parte não apenas as Ordens Militares, mas também muitos bispos, como o bispo de Lisboa, D. Soeiro Gomes, o bispo de Évora e o abade de Alcobaça. Em 1212, na batalha de Navas de Tolosa, já no reinado de D. Afonso II, os portugueses retomaram, aos mouros, Alcácer do Sal, tomado em 1191.

[...] os cavaleiros vilãos eram, em quase todos os concelhos urbanos, os maiores proprietários rurais, os detentores das maiores fortunas individuais, aqueles de quem em grande parte dependia a segurança da comunidade em caso de ataque militar e, finalmente, como resultado de tudo isto, aqueles que monopolizavam e perpetuavam num grupo fechado as magistraturas da administração local. No século XII, o seu papel fora fundamental na concretização do plano reconquistador e na defesa do território cristão a sul do Mondego.

A diferença entre cavaleiros vilãos e os peões começava com a posse ou não do cavalo e demais armamentos para a guerra, o que implicava recursos para a sua aquisição e manutenção. O cavaleiro possuía o cavalo para guerrear e disso advinha seu *status* e seus privilégios;¹⁰ o peão era aquele que ia à guerra a pé, isto é destituído de cavalo. Sua arma, normalmente era a besta – uma arma de arco e corda – e portava escudo de couro. Desta forma, embora fossem homens livres e pequenos proprietários rurais, os bens dos peões

não atingiam os quantitativos exigidos pela legislação para a passagem à categoria de cavaleiro. Não se tratava apenas de uma distinção em termos teóricos: o cavaleiro precisava possuir bens para comprar e manter o seu animal – criado especificamente para atividade de guerra – e para adquirir as armas correspondentes, com as quais serviria o seu rei e o seu território. Ao peão era exigido muito menos. Também a oportunidade de enriquecer com as pilhagens de guerra lhe surgiria mais raramente. Mas em termos de tributação e encargos para com o rei estavam muito mais sobrecarregados do que os cavaleiros. (Silva, s.d., p. 277)

A importância dos peões, contudo, se restringiu basicamente aos séculos da Reconquista: momento em que puderam portar arma e também ter alguns direitos, como o de participar das assembleias de vizinhança – os *concilia*. Os

¹⁰ Sobre os privilégios do cavaleiro vilão, cf. Coelho (1996b, p. 256-260). Em muito se assemelhava à nobreza, especialmente a liberação do amanho da terra, embora da terra obtivesse as suas rendas e, ainda, a isenção do pagamento de impostos ao rei. Mas era no plano jurídico que a sua superioridade se mostrava: podia, no tribunal, exigir a presença do alcaide. Ainda segundo Coelho (1996b), por gozar do privilégio político da governança em alguns concelhos, estes cavaleiros vilãos “dominavam também no campo assistencial; eram os acólitos leigos privilegiados dos párocos das respectivas freguesias; eram os procuradores escolhidos pelos concelhos para os representarem na Corte ou junto dos privilegiados. Eram a parte mais nobre dos “homens-bons” que dominavam nos concelhos.

peões, agricultores, almocreves, pequenos comerciantes, pescadores e artífices eram pessoas de poucos haveres e como muito lhes era exigido e pouco lhes era oferecido, a sua condição tendeu a piorar nos séculos posteriores.¹¹ Coelho enfatiza, ainda, que a cavalaria nunca perdeu o seu lugar dominante, mas os peões, que nos séculos XI e XII sabiam manejar a besta, chegavam a formar uma infantaria e a ter “foro de cavaleiro”, nos séculos posteriores, perderam a possibilidade de ascensão e tiveram a sua situação agravada; aqueles que eram meros lavradores estavam em situação pior (Coelho, 1996a, p. 261).

A belicosidade cotidiana, nos séculos XI e XII, também era responsável por reduzir muitos trabalhadores livres e pequenos proprietários à servidão. Sobre esta circunstância escreve Coelho (1996a, p. 265): “A ambiência de guerra [...] deixava os homens inseguros. O permanente e esforçado amanho da terra para que se abrisse em frutos não podia estar sujeito às razias das colheitas e aos saques dos celeiros pelos inimigos”.

A insegurança fazia com que os pequenos se colocassem sob a proteção dos grandes: de um cavaleiro vilão ou um nobre, isto é, de um senhor local. O rei distante e envolvido na guerra, embora fosse da sua competência proporcionar segurança aos súditos, nem sempre podia fazê-lo. Assim, famílias faziam como aquele casal de Coimbra, com seus oito filhos, em dezembro de 1112, que se encomendou, ou seja, entregou a sua herdade a D. Gonçalo, bispo de Coimbra, dando-lhe *servitio et racione* (serviço e um tributo), com a condição de receber em troca *et vos que teneatis nos salvos et onoratos* (que vos nos mantendes salvos e honrados) (*Livro preto da Sé de Coimbra*, 1979, p. 26). O que tal procedimento implicava para aquela família e seus descendentes?

A família entregava a terra, mas continuaria a cultivá-la, isto é, teria o usufruto da mesma; pagando para isto uma renda ao senhor, teria proteção

¹¹ Acerca do que era exigido aos peões, Coelho (1996a, p. 261) afirma: [cabia-lhes] “sustentar pelos serviços e pelas contribuições o bem comum [...]. O trabalho braçal nas obras de muralhas e fortificações, de calçadas, pontes e fontes era por eles assegurado, bem como os demais serviços de transportar e guardar os presos ou escoltar os dinheiros. Eram ainda os peões obrigados aos tributos individuais (o mais vulgar, a jugada) ou colectivos (o mais comum, a colheita), que o rei ou outro senhor do concelho estipulavam ao conceder a carta de foral. Mas igualmente os impostos próprios do concelho, fossem os normais ou os extraordinários, como pedidos ou talhas, saíam das suas bolsas”.

e defesa da parte do senhor. Aquele que daria proteção – o senhor –, como bem sintetiza Coelho (1996a, p. 266), “ganhava a terra, um homem para trabalhar e uma renda para armazenar”. Destarte, aquela família – como tantas outras que viveram situações idênticas – passou da condição de proprietária para a condição de rendeira, arruinando, portanto, a sua condição, tanto econômica como social, enquanto os senhores, além de aumentar a sua riqueza aumentavam também a sua honorabilidade. Não apenas os senhores laicos, mas também os eclesiásticos se beneficiaram com tais procedimentos.

Naquela sociedade, outras vicissitudes poderiam igualmente levar homens livres à servidão: as dívidas, penas por faltas cometidas – quando o indivíduo teria que doar bens a poderosos leigos ou eclesiásticos – e ainda o furto e o homicídio etc. Foi assim o caso de dois irmãos que tiveram que entregar uma herdade a um casal, pelo simples fato de lhes haver furtado um travesseiro. Como o costume prescrevia que a pena pelo furto era a reposição de nove vezes o valor do objeto furtado e eles não tinham outros nove travesseiros para lhe retribuir, tiveram de ceder a terra para reparar o furto (*Le Cartulaire de Baio-ferrado du monastère de Grijó*, 1971. Doc.271).

Ainda, a necessidade de proteção contra inimigos poderosos levava muitas pessoas a entregar seus bens a senhores leigos e eclesiásticos que lhes protegessem (*Livro preto da Sé de Coimbra*, 1979, p. 61-62). Também havia casos em que trabalhadores de condições servis mais pesadas podiam ascender ao estatuto contratual mais favorável (*Livro preto da Sé de Coimbra*, 1979, p. 71-72). Ademais, é preciso dizer que a própria evolução política do recém-formado reino português foi impondo novos matizes ao dia a dia da sua população, como se deu quando D. Sancho I adotou o povoamento dos lugares conquistados como uma política régia.

3 O POVOAMENTO E AS NOVAS IMPLICAÇÕES PARA A VIDA COTIDIANA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NO COMEÇO DE DUZENTOS

Ainda em vida de D. Afonso Henriques – especialmente depois do desastre de Badajoz, de 1169, que pôs fim à vida militar daquele soberano –, D. Sancho, seu filho e herdeiro, já conduzia as guerras contra mulçumanos

e leoneses. Alexandre Herculano, contudo, sinaliza o ano de 1200, como um marco importante na postura governativa do segundo monarca português. De acordo com Herculano, D. Sancho I, ainda no vigor da idade, foi tomado pelo cansaço e pelo tédio que o afastaram “dos campos de batalha, nos quais até aí tanto se deleitara” (Herculano, 1981, p. 123).

Diferentemente daquele historiador oitocentista que viu naquela postura de D. Sancho I uma espécie de “cansaço” e “tédio”, que o levou ao abandono dos campos de batalha, tenho que a razão era bem outra: tratava-se de um projeto político e governativo. Com certeza o filho de Afonso Henriques não estava cansado e nem entediado dos campos de batalha, mas havia percebido que não bastava conquistar terras, somente; era preciso povoá-las, até mesmo para não perdê-las. Ademais, era preciso, também, organizar a produção nos campos, para alimentar a população. Então, pode-se dizer que, a partir de 1200, o povoamento dos lugares conquistados se tornou um projeto político de D. Sancho I e passou a dar um novo direcionamento para o dia a dia das pessoas.

É interessante dizer que muitas medidas nesse sentido já haviam sido tomadas no passado. Maria Helena da Cruz Coelho afirma que a doação de cartas de foral era a forma de legitimar a apropriação do espaço, feita por cristãos e muçulmanos, ainda antes da formação do condado e do reino de Portugal. O que os reis de Leão e Castela fizeram foi sancionar e reordenar aquela prática, que na maioria das vezes tinha o sentido de tornar de direito o que já existia de fato.

As cartas de foral foram conceituadas por Coelho (1996b, p. 558) como sendo “o documento que criava ou legalizava um concelho, reconhecendo a uma comunidade de homens livres regras de existência próprias e a capacidade de deliberarem e assumirem o poder local”. É interessante ressaltar, porém, que esta conceituação é aplicada juridicamente, mas, na prática do dia a dia, havia uma variedade de formas de forais, as quais podiam ser mais ou menos pródigas em liberdades, refletindo as mais diversas circunstâncias – desde os fatores naturais até o querer do outorgante.

Os forais – como já se disse – criavam ou sancionavam a existência dos concelhos. Mas o que eram os concelhos? António Borges Coelho define o concelho típico como

a comunidade de vizinhos que exclui a classe senhorial ou a integra em igualdade de direitos. Vizinhos que se definem pela posse da casa, da herdade e da mulher. Comunidade com governo próprio, eleito anualmente pela assembleia (associação, às vezes irmandade) de vizinhos ou concelho (*consilium*). É o *consilium* que aprova, rejeita ou discute os problemas mais importantes da comunidade. Por sua vez, este governo comunal ou concelho exerce-se sobre os habitantes e fronteiras, ocupa-se de problemas fiscais, prediais, civis, processuais, penais, políticos e militares. Coutado como qualquer honra senhorial. (1986, p. 154)

Os concelhos foram, na verdade, a gênese das municipalidades portuguesas. Eram comunidades que se assentavam em um poder livremente partilhado por homens livres – os vizinhos ou homens bons – e era assumido através do *concilium* (reunião, assembleia). A esta assembleia civil podia juntar-se a existência de uma paróquia, de modo que os laços religiosos fortaleciam os civis, em uma época em que esta simbiose de poderes não era estranha.

Para o autor, que viu nos concelhos uma força revolucionária, “o alcance fundamental deste novo órgão político e militar é que só ele consegue quebrar decisiva e permanentemente o monopólio da terra, garantia, preocupação e base do poder econômico-social da classe senhorial” (Coelho, 1986, p. 155).

O que D. Sancho I fez, porém, foi não apenas intensificar atos que favorecessem o processo de povoamento do País, mas dar-lhes a sistematização de uma verdadeira política. Ao ser adotada como política régia, esta prática visava tornar o povoamento atrativo, propiciando aos

moradores a faculdade de se governarem por si mesmos, seguindo normas específicas. Normas que envolviam direitos, como igualmente deveres, mas porque fixados em carta adquiriam a perdurabilidade da escrita para o seu cumprimento interno, mas não menos para o seu respeito pelos outros. (Coelho, 1996b, p. 559)¹²

¹² Segundo a autora, quando o objetivo a alcançar com a carta de concessão do foral era estratégico-militar, o tal foral favorecia mais à cavalaria vilã.

Isso fazia com que aquela gente se empenhasse na defesa do seu território, quer fosse do ponto de vista defensivo ou agressivo.¹³ Foi isso que os reis perceberam e apoiaram. Como o rei era um nobre entre os outros, ao mesmo tempo que carecia do apoio da nobreza, para a empresa da Reconquista, deve ter percebido que tinha, na camada senhorial, adversários na condução do poder. Então, os concelhos, ao mesmo tempo que apareciam como um outro poder, podiam contribuir para o equilíbrio dos poderes dentro da sociedade, ou seja, poderiam, também, ser aliados da causa real.

Para os monarcas dos séculos XII e XIII, os concelhos representavam “espaços controlados”. O rei tinha o domínio militar de alguns daqueles núcleos “através do alcaide, seu delegado”, e recebia, através dos fiscais, parte dos créditos, “que oficiais da coroa – almoxarifes, mordomos ou vigários – se encarregavam de cobrar. Este poder delegado era mais indirecto no caso da justiça, mas igualmente benéfico para o reino” (Coelho, 1996b, p. 560). Os alvaxis ou juízes eram eleitos, localmente.

Dentro dos concelhos havia também contradições: se em tese o governo do concelho podia ser exercido por todos os vizinhos, na verdade só os cavaleiros vilãos e os peões detentores de maiores posses acabavam por exercê-lo. Assim, os principais cargos dos concelhos eram exercidos por aqueles segmentos, os quais, juntamente com os outros homens bons (detentores, além da liberdade, de algum outro tipo de propriedade) do concelho, tinham poder de deliberação nas assembleias concelhias e até mesmo de legislar, estatutando leis para a respectiva localidade.

Se a manutenção da ordem acontecia, ainda que através de poderes locais, o poder régio se consolidava; mais perigosa era a desordem, que ameaçava o rei e o reino. A ordem, baseada nas leis estatuídas e acordadas nas assembleias concelhias, beneficiava internamente os vizinhos – residentes e contribuintes de um concelho –, representava a segurança dessas pessoas, das suas famílias e de seus bens (Coelho, 1996b, p. 560-561). Assegurava-se, pois, a liberdade individual e o respeito à propriedade e à família;

¹³ Para Serrão (1972, p. 112), D. Sancho assinou quase 50 cartas de foral com o intuito defensivo, as quais beneficiaram principalmente as províncias da Estremadura, Beira e Trás-os-Montes.

estabelecia-se a solidariedade vicinal; condenavam-se os abusos e se impunham penas para os crimes mais usuais.

Ao que tudo indica, com a intenção de assegurar a povoação do território e de protegê-lo contra a invasão de inimigos, quer de muçulmanos ou de leoneses, D. Sancho I intensificou as concessões de cartas de foral¹⁴ e fez atraentes as condições para o surgimento de novos concelhos, como a dilatação dos termos.¹⁵ Mesmo quando doava terras à nobreza que lhe prestava o serviço das armas, fazia-o com a incumbência de que criassem vilas, no interior daqueles territórios, e castelos nas fronteiras. Além disso, procurava atrair moradores para os ermos da Beira Baixa. As ordens militares, que receberam terras no Alentejo, fundavam vilas à sombra das tréguas feitas com os sarracenos, em 1197.

Como nas narrativas épicas, Herculano narrou os feitos grandiosos de D. Sancho I: “Vagueando incessantemente pelas diferentes províncias de Portugal [...] dedicava-se [...] a fazer surgir debaixo de seus pés as aldeias, as vilas e os castelos” (Herculano, 1981, p. 128-129). E o rei multiplicava a concessão de forais, tanto nos reguengos, quanto nas terras pertencentes à coroa, já colonizadas e ainda destituídas de instituições municipais e sujeitas à autoridade de ricos-homens, ordens militares e prelados (Herculano, 1981, p. 129). Mesmo nos últimos tempos de sua vida, entre os anos de 1208 e 1210, D. Sancho ainda efetivava sua política de semear povoações.

Faz-se mister ressaltar, porém, que o concelho urbano – fosse cidade ou vila – se constituía de uma área amuralhada, necessária para a defesa naqueles tempos belicosos, e também do termo, o campo. Cada uma dessas partes impunha um viver diferente às suas populações, numa época em que havia um número diversificado de categorias sociais, que as diferenças entre a cidade e o campo se incumbiram de ir reforçando, ou libertando.

¹⁴ A este respeito conferir a obra de Azevedo; Costa; Pereira (1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, que apresenta uma extensa lista de cartas de foral, emitidas entre 1200 e 1210.

¹⁵ Uma outra medida tomada pelo rei foi a dilatação do termo – a zona rural – de algumas municipalidades. Sobre a importância do termo para o município, especialmente quando se assistia a um crescimento da vida urbana, conferir Silva (s.d.), p. 262. Cf. também Serrão (1978, p. 113).

A terra era o meio de sobrevivência por excelência e também a base da riqueza e do prestígio, por isso mesmo não estava nas mãos de muitos.¹⁶ A maior parte da população trabalhava a terra alheia. Situações várias – como a necessidade de proteção, dívidas, castigos,¹⁷ fome – concorreram para transformar proprietários em rendeiros. A estes se juntavam os colonos na formação de um campesinato, ao qual cabia a exploração dos senhorios, nos séculos XII e XIII, mediante um contrato¹⁸ – a princípio oral e depois escrito. Prendia-se por obrigações e foros e, em troca, recebia um casal.¹⁹

O casal era, ao mesmo tempo, uma unidade fundiária e tributária; servia ao sustento de uma família, mas era também uma fonte de renda para o senhor, sendo muito fomentado nos novos espaços de colonização. O campesinato,

¹⁶ Fernandes (s.d., p. 212) chama a atenção para o fato de se distinguir entre propriedade e forma de exploração da terra e afirma que a existência de grandes proprietários não implicava necessariamente que a terra fosse cultivada em regime de vastas explorações. Na verdade sucedia o contrário, com o predomínio da parcela. Somente a partir de meados do século XII é que a propriedade apresentou a tendência ao reagrupamento.

¹⁷ Ilustrativo é o caso de Egas Fernandes, irmão e cunhado que doaram, com reserva de usufruto, ao bispo D. Miguel e à Sé de Coimbra um terço do que herdaram de seu pai Fernando Ramires, a quem o bispo perdoou a injúria cometida contra o seu arcediogo, permitindo que sepultassem Fernando Ramires em lugar sagrado. Outro caso é o de Gonçalo Afonso, que doou, com reserva, ao bispo D. Miguel e à Sé de Coimbra um terço do que possuía em Mortágua, por D. Miguel ter lhe perdoado a injúria que cometeu contra o seu arcediogo. Conferir o *Livro preto da Sé de Coimbra*, v. III, 1978, p. 193-195.

¹⁸ A respeito deste contratos, Coelho, (1996a, p. 270-273) afirma que a importância dos mesmos estava nas melhores ou piores condições asseguradas ao trabalhador, como a duração do usufruto da terra, os montantes a serem pagos e as obrigações a cumprir. De acordo com a mesma autora, nos séculos de colonização, com o cultivo de novas terras, a situação mais favorável para o camponês foi a dos *laços perpétuos e hereditários*, com que teria assegurado a sobrevivência, para si e seus descendentes. A maior parte do campesinato preferia pagar uma fração da renda ao senhor e guardar o restante *para alimento e semente*. A estipulação de rendas fixas só era interessante para aqueles lavradores que estavam desafogados e poderiam recorrer a subcontratos e a assalariados.

¹⁹ Segundo Coelho (1996a, p. 270), o casal era “constituído, além da morada e seus anexos, por parcelas várias, de diferentes aptidões, muitas vezes grandemente dispersas pelo povoado, que garantiam um sistema de policultura. Nele ainda combinava o ager com o incultus para viabilizar a criação de gado no quadro agrícola. Estes casais, que em princípio deviam bastar ao sustento de uma família, tinham, porém, extensões muito díspares e níveis de fertilidade muito diversos. Seriam necessárias umas 8 a 10 jeiras, ou seja, 5 a 6 hectares, para, num regime de afolheamento bienal, produzir o suficiente para alimentar uma família”.

que estava adscrito a um senhorio, além das rendas que devia pagar e dos serviços que devia prestar no domínio e/ou ao senhor, era obrigado a se submeter ao monopólio do senhorio, como os do uso do forno e do moinho. Sem dúvida, a vida do campesinato foi mais dura no norte senhorial do que no centro e no sul, onde os concelhos recém-fundados acenavam com mais liberdades.

No centro e no sul do País, conviviam médios e grandes proprietários, bem como aqueles que só detinham o usufruto de terras, com a garantia de que seus direitos e deveres estavam claramente definidos nas cartas de foral. Liberdades ainda eram asseguradas com a erradicação dos trabalhos servis e outros direitos senhoriais; entretanto, exigia-se a prestação de serviços ao concelho que, muitas vezes, não eram leves (Coelho, 1996a, p. 272-273). O centro e o sul, além de acenarem com mais liberdades, eram também mais urbanos, o que impunha outras formas de exploração das terras e, conseqüentemente, de organização social.

Para Hermenegildo Fernandes, o campo sofreu a influência da organização do sistema comercial que encaminhava a produção agrícola “para as cidades, sustentando o crescimento destas e, simultaneamente, colocando a sociedade rural numa dependência crescente” (Fernandes, s.d., p. 209), que começou por aparecer na própria organização do espaço cultivado. Assim, a cidade, um centro de consumo cotidiano, precisava ter perto de si, os produtos que não suportariam um transporte prolongado sem se deteriorarem, e que fariam parte de um cultivo intensivo, carecendo de cuidados permanentes, como é o caso da horticultura, da vinicultura e da olivicultura (p. 209).

Como o pão era a base da alimentação, as áreas mais atrativas eram as que produziam cereais. Elas eram raras em Portugal, com exceção, para o período em questão, do vale do baixo Mondego e dos campos e lezírias em torno e abaixo de Santarém, onde o cultivo do trigo era compensador. Embora as searas de trigo abundassem pelo País, plantava-se em solos inadequados, “e o resultado era um fraco rendimento por unidade. As crises cerealíferas repetiam-se em anos próximos, especialmente em relação aos centros populacionais” (Oliveira Marques, 1987, p. 15-16). Uma cidade como Lisboa carecia da importação do cereal.

Para o povo miúdo, a situação era mais facilmente contornada nos campos, onde podia se recorrer à bolota e ao milho (o atual milheto ou então o milho painço). “Comia-se também pão de farinhas compósitas: trigo e milho, trigo e centeio, trigo e cevada etc; às vezes, entravam na panificação até três farinhas de cereais diferentes” (Oliveira Marques, 1987, p. 15-16).

Oliveira Marques (1987, p. 8-9, 11) chama a atenção para o seguinte: as hortaliças e os legumes não eram apreciados entre as classes superiores, que privilegiavam a carne, sobretudo a carne de porco, de carneiro gordo e as caças. Também usavam o peixe – para os dias de abstinência e eram tantos! Para esta mesma categoria social, era comum uma culinária requintada, nas quais se usavam condimentos como coentro, salsa, hortelã, caldo de limão e de agrão, vinagre e pinhões. “Cebola e azeite entravam para o tradicional refogado”.

Mas o povo, esse recorria aos peixes – frescos, onde era possível tê-los, e salgados, em zonas interioranas – e ainda

fazia basto uso das couves (couve comum, couve-flor, couve murciana, couve tronchuda) e não menos de feijões e favas, amplamente difundidos no mundo islâmico [...]. As favas, assim como as ervilhas, lentilhas, e o grão-de-bico e os chúcaros, tinham igualmente significado como sucedâneos do pão. (Oliveira Marques, 1987, p. 11)

No interior, os beirões e transmontanos, ao invés da fava, recorriam às castanhas “que o solo e clima favoreciam”. Chegando mesmo, durante metade do ano, a comer castanha em vez de pão. Oliveira Marques (1987, p. 11) afirma que “brócolos, alfaces, pepinos, rabanetes, rábanos, cenouras, nabos, espargos e outros produtos hortícolas consumiam-se da mesma forma no Portugal medievo”. Como o número de bebidas fosse muito limitado, com “vinho e água se matava a sede ou se acompanhavam os alimentos”. O vinho era consumido em “seu estado natural (cru), como também cozido. Temperado com água, considerava-se a bebida ideal” (Oliveira Marques, 1987, p. 16).

Mas, afinal quem eram os trabalhadores que cultivavam tais alimentos? Manuela Santos Silva fala das comunidades de aldeões, dependentes de um concelho, e que viviam junto às terras que cultivavam, e também se faziam presentes nos mercados das cidades (Silva, s.d., p. 261). Oliveira Marques,

por sua vez, chama atenção para as transformações que estavam ocorrendo nos séculos XII e XIII, que fizeram com que o servo de gleba fosse “conquistando a sua liberdade e transformando-se, quer em colono sedentário, quer em trabalhador de jornal. Passou a existir nos campos uma autêntica mão de obra flutuante, que oferecia os seus braços a quem deles precisava ou melhor lhes pagava” (Oliveira Marques, 1987, p. 134-135).

Eram os trabalhadores por jornas, no geral homens sós – os mancebos – que vendiam seu trabalho, naturalmente, a quem melhor lhes poderia pagar. E os que dispunham de recursos para tal eram nobres senhores e cavaleiros vilãos. Quanto aos afazeres a que se dedicavam, Maria Helena da Cruz Coelho (1996a, p. 275-276) afirma que incluía, prioritariamente, o cuidado dos animais. Mas podiam ser empregados também nas lides agrícolas, tendo a enxada como seu principal instrumento de trabalho. Por isso recebiam o nome de cavões.

Acerca da organização social do espaço, nas sedes de concelhos – as cidades e vilas –, é preciso levar em conta as constatações de Oliveira Marques, assumidas por Manuela Santos Silva no que toca às cidades portuguesas dos séculos XII e XIII: elas eram apenas “uma aldeia maior, ou seja um centro de organização e distribuição agrícola [onde] comércio e indústria são atividades subsidiárias [...] e os seus habitantes proprietários rurais de quintas em redor” (Silva, s.d., p. 254). Diferindo, portanto, daquelas do norte europeu, onde houve uma burguesia que agiu como impulsionadora do desenvolvimento econômico, as cidades portuguesas guardavam semelhanças com as suas congêneres mediterrânicas, sendo, por isso, bastante permeadas pelas vivências rurais.

De acordo com Manuela Santos Silva, internamente, as cidades portuguesas, via de regra, assim se compartimentavam:

As elites político-administrativas escolheriam como morada as ruas e largos principais [...] vizinhando quer com o castelo, quer com a igreja principal. Os mercadores e artífices de mesteres mais nobres ocupariam também as zonas centrais, os eixos viários mais percorridos internamente: Os mesteirais em geral procurariam as ruas que iam dar às portas, instalando-se até fora delas, nos arrabaldes, quando isso lhes parecia favorecer o seu negócio. O estrato

social menos considerado, o dos agricultores, quando habitava a cidade, teria de se contentar com as ruas periféricas menos procuradas e, por isso, com mais traços ruralistas. Aí podia ter as suas adegas e lagares, os celeiros, os currais, além dos quintais que toda a gente possuía e onde criava aves de capoeira, árvores de fruto e legumes. (Silva, s.d., p. 269)

As cidades portuguesas do início dos duzentos também estavam compartimentadas em freguesias – uma circunscrição eclesiástica que dependia de uma paróquia –, de modo que cada habitante que fosse cristão, pertencia a uma freguesia. Sempre existia uma ou mais igrejas na sede do concelho. Se mais de uma, com certeza, havia uma principal, com um espaço sem construção na frente, onde se realizariam as cerimônias públicas e atividades sociais, quiçá as próprias assembleias de vizinhos – os *concilia*. Havia, também, em pontos centrais, os açougues, para vendas de carne e peixe; as fangas, para a venda de cereais; e, perto de uma das portas, o rossio, onde acontecia “o mercado semanal” (Silva, s.d., p. 271).

Entretanto, é bom lembrar que as cidades portuguesas medievais tinham também entre os seus muros as judiarias – guetos de judeus, normalmente se ocupando do artesanato e do comércio – e, fora dos muros, nos arrabaldes, as mourarias – bairros de remanescentes muçulmanos. Fora dos muros, também, estavam os mesteirais, cujo trabalho tido como poluente, perturbava a paz e o sossego da população; os locais onde se recolhiam os leprosos – gafos – em gafarias; assim como os que acolhiam os pobres, em albergarias (Silva, s.d., p. 267-271). Os arrabaldes, via de regra, eram os espaços reservados aos pobres e desprezados, por um motivo ou outro.

Assim, a política de povoamento assumida por D. Sancho I, ainda que não fosse capaz de suprimir todas as vivências marcadas pela belicosidade, já começava a direcionar a vida cotidiana das populações portuguesas para um processo mais organizativo, em todos os aspectos.

CONCLUSÃO

O estudo da vida cotidiana de uma sociedade – como se disse no início – é um estudo voltado para as práticas que se repetem, num tempo longo

e imóvel. No caso, trata-se do tempo das massas populares – cavaleiros de pequenas e médias posses, peões, campesinato, trabalhadores por jornadas etc. – no Portugal do século XII e começo do século XIII. Diferentemente do tempo das elites, como o dos reis e nobres, que viviam um tempo agitado e criador – o tempo dos acontecimentos, o tempo das guerras e dos atos de governança, tal processo impõe uma dialética do tempo e uma multiplicação do tempo. Entretanto, é interessante observar que aqueles tempos se interpenetravam, se mesclavam e podiam criar novos matizes.

Embora se tome a história do cotidiano como o estudo das práticas repetidas, não se pode menosprezar as vicissitudes políticas, pois, assim como o lugar habitado, os acontecimentos políticos também podem interferir nas vivências de uma sociedade. A formação do território e do Estado português foi alcançada em meio a guerras. Tal processo interferiu nas práticas cotidianas daquela sociedade, tornando-a violenta, de maneira que as pessoas não apenas tinham hábitos violentos como também não estranhavam as práticas violentas no seu dia a dia. E ainda viam a violência como um meio de enriquecimento, seja através das razias e saques seja pelo recolhimento de riquezas que as vítimas das guerras daqueles tempos traziam junto de si, em seus corpos.

Com efeito, as práticas violentas – tanto a das guerras como aquela dos castigos corporais – eram por demais corriqueiras entre as populações medievais – não apenas entre os portugueses, que as achavam naturais e, portanto, normais. Como não causavam estranheza e nem repúdio na população que as praticava no seu cotidiano, as práticas violentas eram reforçadas.

Uma política de povoamento, como aquela encetada por D. Sancho I, ainda que não tenha acabado com o uso da violência no dia a dia das populações, trouxe-lhes outras opções em seu processo organizativo, seja a nível sociopolítico, como no caso dos concelhos, seja a nível da produção econômica, como se viu nos tipos de plantio, na organização dos mesteres, isto é, dos ofícios, e, por conseguinte, na forma de trabalhar e produzir. Esse processo direcionou as relações inter-pessoais, as práticas alimentares, a organização da casa e da família, como em todas as práticas cotidianas, num processo lento.

FONTES

AZEVEDO, Rui de; COSTA, Pe. Avelino de Jesus da; PEREIRA, Marcelino Rodrigues. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1979.

CARTA de Arnulfo. In: PIMENTA, A. *Fontes Medievais da História de Portugal*. Anais e Crónicas. 2. ed. v. I. Lisboa: Sá da Costa, 1982. p. 136-137.

CRÓNICA geral de Espanha de 1344. Luis Filipe Lindley (edição crítica do texto português) Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1951. v. IV. Disponível em: http://www.geocities.com/rosapomar/cintra_cronica_geral_espanha_iv.htm. Acesso em: 25 maio 2000.

BRANDÃO, Fr. António. *Monarquia Lusitana*, v. III. Ed. fac-similada, com introdução de A. da Silva Rego e notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa, 1973.

DE EXPUGNATIONE Scalabis. In: *PORTUGALLAE Monumenta Historica, Scriptores*, v. I, Lisboa, 1866. p. 93-95.

HISTÓRIA Compostelana. Emma Falke Rey (introducción, traducción, notas e índices). Madrid: Akal Ediciones, 1994. p. 154. Disponível em: http://www.geocities.com/rosapomar/falke_historia_compostelana.htm. Acesso em: 25 maio 2000.

LE CARTULAIRE de Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII siècles). Introdução e notas de Robert Durand. Paris, 1971. Doc. 271 de 20 de janeiro de 1135.

LIVRO PRETO da Sé de Coimbra. Edição crítica por Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, v. III. Coimbra, 1978. v. II.

LIVRO PRETO da Sé de Coimbra. Edição crítica por Pe. Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, v. III. Coimbra, 1979. Doc. 410, de 7 de dezembro de 1112. p. 26.

TAROUCA, Carlos da S. *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*. Lisboa, s.e., 1952.

REFERÊNCIAS

- COELHO, António Borges. *Comunas ou concelhos*. Lisboa: Caminho, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. O povo – a identidade e a diferença no trabalho. In: Serrão, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Presença, 1996a. p. 252-308.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. Concelhos. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Presença, 1996b. p. 554-584.
- DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Efraim F. Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis: Vozes. 1997. t. 2.
- DUBY, G. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2. ed. Tradução de Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1994.
- FERNANDES, Hermenegildo. Sociedade e economia nos campos – séculos XII a XIV. In: MEDINA, João. *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Clube Internacional do Livro: Edição e Comércio de Livros a Crédito, s.d., v. III. Portugal Medieval, p. 198-248.
- FERREIRA Maria Emília C. Teresa, Condessa D. In: SERRÃO, J. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963. v. IV, p. 157. Disponível em: [wywiwyg://fronteiraprinc.116/http://www.g.../rosapomar/ferreira_teresa_condessa_d.htm](http://www.g.../rosapomar/ferreira_teresa_condessa_d.htm). site. Acesso em: 25 maio 2000.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal: desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. t. II. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.
- LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução de António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Tradução de Márcia C. de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A sociedade medieval portuguesa*. Aspectos de vida quotidiana. 5. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. A constituição de um condado. In: SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES A. H. de. (Dir.) *Portugal em definição de fronteiras*. Lisboa: Presença, 1996a. p. 13-23.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. Um tempo entre cristãos e muçulmanos. In: SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. (Dir.) *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Presença, 1996b. p. 18-19.

MARQUES, Maria Alegria F. A viabilização de um reino. In: SERRÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (Dir.). *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Lisboa: Presença, 1996. p. 23-37.

MATTOSO, José. A realeza de Afonso Henriques. *Fragments de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1993a. p. 213-232.

MATTOSO, José. A formação de Portugal na Península Ibérica nos séculos XII e XIII. *Fragments de uma Composição Medieval*. Lisboa: Estampa, 1993b. p. 49-71.

MATTOSO, José. *Identificação de um país*. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325. I – Oposição. 5. ed. Lisboa: Estampa, 1995.

MESQUITA, Zilá. Espaço, território e lugar: estas palavras ciganas. *Educação, subjetividade e poder*, v. 5, n. 65. Porto Alegre, jul. 1998.

RIBEIRO, Orlando. *Ensaio de geografia humana e regional*. Trinta e cinco anos de estudos geográficos. Síntese e método. Em torno da Geografia de Portugal. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 2. ed. Lisboa: Verbo, 1978. v. I.

SILVA, A. Alves da; PEREIRA, G. M. Martins; SERÉN, Maria do Carmo. *Perspectivas da História de Portugal: das origens ao fim do Antigo Regime*. Rio Tinto: Asa. s.d., v. 1.

SILVA, Manuela Santos. As cidades (séculos XII-XV). In: MEDINA, J. *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Clube Internacional do Livro: s.d. v. III. Portugal Medieval. p. 249-313.

O jogo nas noites do Rio do início do século XX

| Getúlio Nascentes da Cunha

APESAR DE TER PERMANECIDO ILEGAL NA quase totalidade do período, gozando de uns poucos meses de consentimento oficial para o seu funcionamento, o jogo foi largamente praticado na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX e início do século XX.

Em seu trabalho sobre os jogos de azar no Rio de Janeiro, Marcelo Pereira de Mello (1989) apontou três razões para a expansão dessa prática nos primeiros anos da República. A primeira delas seria a estrutura econômico-social da cidade, com uma economia em crescimento, forte concentração populacional, além do fato de ser o Rio o centro político e financeiro do país. A segunda seria a política do Encilhamento, que teria levado a população a uma forte atração pela especulação. A terceira razão é que haveria um fator cultural: a tradição de jogos de azar vinda do Império (Mello, 1989, p. 35-38).

A influência do processo especulativo introduzido na cidade pelo Encilhamento foi também apontado pelo jornal *O Paiz* como um dos causadores do crescimento do número de pessoas que se dedicavam ao jogo em toda a cidade. Dizia aquele diário:

Habituamo-nos insensivelmente a jogar na Bolsa, substituindo os nossos hábitos de trabalho e economia por hábitos mais fáceis e deleitosos de ociosidade e de dissipação; em vez do esforço perseverante e fecundo adotamos o palpite, que nos dava num lanço a fortuna desejada.

Fechada essa banca incomparável, a maioria dos que se tinham habituado a ganhar sem esforço sentiu-se esterilizada para a luta da vida pelos processos fastidiosos da sobriedade, da previdência, da economia. Daí naturalmente a multiplicação das casas de jogo, em que à falange dos velhos frequentadores juntava-se agora a legião dos vencidos da Bolsa. (*O Paiz*, 13 fev. 1893, p. 1)

O crescimento do número de pessoas envolvidas na prática do jogo era facilmente percebido. Foi notória nesse momento a elevação não apenas das casas de tavolagem, mas também do número de loterias, muitas patrocinadas por diferentes governos de províncias e que podiam ser facilmente adquiridas por toda a cidade, com resultados divulgados pela imprensa. Foi também por essa época que apareceu e tomou grande proporção o jogo do bicho.¹

No século XIX, era comum que em festas se realizassem jogos de prendas como parte dos divertimentos oferecidos. Mas, ao final do século XIX, a prática dos jogos ainda não tinha ganhado as dimensões que teria no início do século XX, quando, menos do que sinônimo de diversão, o jogo se transformou em forma de vida. Era a possibilidade de ganhar dinheiro fácil sua verdadeira motivação, que enchia as casas de tavolagem ou os clubes onde ele era praticado. Lola, uma cocotte cujo amor pelos homens que a cortejavam era proporcional ao dinheiro que eles podiam lhe dar, não tinha dúvidas em afirmar: “Sim, o Gouveia é jogador, e essa é a única razão que me faz gostar dele” (Azevedo, 1965, p. 14), pelo menos enquanto ele estava ganhando e não perdendo.

Apostava-se nas mais variadas formas de jogo: nas tradicionais corridas a cavalo, de bicicleta ou mesmo a pé; em lutas (todas permitidas pela polícia durante o início da República e que depois passaram a sofrer restrições ao

¹ No texto intitulado “Jogatina”, João do Rio definiu a cidade como “o reino da batota”, isto é, do jogo (1910a, p. 127-140).

seu funcionamento); nos jogos de dados, na roleta e nos muitos tipos de carreado praticados em várias casas da cidade. Apesar de esse tipo de atividade ser então considerado ilegal, os jogos ficavam “à sombra da tolerância das autoridades” (*O Paiz*, 13 fev. 1893, p. 1).

Nos primeiros anos da República, os Frontões, os Velódromos e os Boliches eram bastante procurados pelos jogadores. Os Frontões e Velódromos “eram espécies de mini-ginásios, [...], compostos de pistas especiais para corridas a pé e equipadas com arquibancadas para abrigar o público espectador” (Mello, 1989, p. 42-43). Esses estabelecimentos funcionaram com o consentimento da prefeitura até 1895, quando foi publicado o Decreto n. 126, de 1º de janeiro, restringindo as atividades. A partir de então, e a despeito de várias tentativas dos proprietários de provar que não eram casas de jogo, mas centros desportivos, sua abertura ficou limitada a um dia por semana. O mesmo aconteceu com os Boliches, que tiveram o mesmo tratamento (Mello, 1989, p. 42-47).

A importância que tinham esses estabelecimentos pode ser constatada na peça *A Capital Federal*, de Artur Azevedo. Representada pela primeira vez em fevereiro de 1897, no Teatro Recreio, foi uma peça de bastante sucesso, tendo sido remontada várias vezes nos anos seguintes. A peça, definida como uma comédia-opereta, foi desenvolvida a partir do enredo da revista fluminense *O Tribofê*, representada em 1891.² A história gira em torno de uma família do interior que vai para a cidade do Rio de Janeiro à procura do noivo da filha, que havia voltado para o Rio, na tentativa de fazer fortuna.

Um dos elementos retratados na trama é justamente o jogo. Todo o nono quadro do terceiro ato se passa no Belódromo Nacional. Entre os frequentadores tradicionais, estavam Figueiredo (morador no hotel onde se hospeda a família e que gostava de prostituir mulatas) e Benvinda (antiga empregada da família que foge com Figueiredo), já transformada em

² Apesar disso, Artur Azevedo afirmou que “é um trabalho, devo dizê-lo, quase inteiramente novo, pois o que aproveitei do Tribofê não ocupa a décima parte do manuscrito. Ampliei cenas, inventei situações e introduzi novos personagens importantes.” Citado por Süsskind (1986, p. 234).

prostituta, Gouveia (o noivo), com Quinota (a filha), Dona Fortunata (a mãe), Eusébio (o pai), Lola e as outras cocottes. Desde o início o que ressalta da cena são as apostas: “Durante todo este ato, ouve-se a intervalos o som de uma sineta que chama os compradores à casa das pules, à esquerda, e uma voz que grita: ‘Vai fechar!’” (Azevedo, 1965, p. 142).

A fiscalização e o controle das casas de jogos, velódromos, frontões e boliches era relativamente fácil, já que o seu funcionamento dependia de autorização da prefeitura. Além disso, uma vez que eram localizados em prédios com estruturas apropriadas, que deviam conter as pistas de corrida, as arquibancadas, instalações sanitárias, bares e lugares para as apostas, sua manutenção na clandestinidade era difícil. Por isso, a estratégia adotada por seus proprietários, depois que as autoridades resolveram restringir sua atuação, foi a de conseguir na justiça o direito de permanecerem funcionando, ainda que não com a mesma liberdade de que gozavam antes do Decreto n. 165, de 1895. Através de decisões favoráveis, muitos puderam manter a atividade até os primeiros anos do século XX. (Mello, 1989, p. 47-48)

Mais preocupante para as autoridades policiais, entretanto, era o crescimento dos jogos de cassino como a roleta, o dado e vários carteados. Desde os primeiros anos da República, a imprensa reclamava medidas. Já em 1890, *O Paiz* publicou a seguinte nota:

De duas semanas para cá, por motivos que não queremos perscrutar, a polícia tem tido condenável tolerância para com o jogo desbragado, desgraça e ruína dos inexperientes, que em busca da sorte sacrificam o último pão da família. Há jogo em toda parte, às escâncaras, em todas as ruas da cidade, nos jardins dos teatros, e a pretexto de kermesses e benefícios impera a roleta, os dados, as cartas, as estradas de ferro e toda sorte de especulações e laços armados à boa fé dos menos avisados. (*O Paiz*, 13 set. 1890, p. 1)

Nas casas onde o jogo era realizado, a burla era constante, até que o jogo fosse legalizado nos anos 30. Tavernas, botequins, clubes, associações, cosmoramas escondiam muitas vezes uma finalidade comum: dar abrigo às roletas, aos dados e aos baralhos.

O centro da cidade concentrava o maior número de estabelecimentos, como podemos perceber pelas notícias dadas nos jornais sobre ações

policiais de combate à atividade. Eram comuns menções às ruas do Hospício, Senhor dos Passos, Sete de Setembro, da Conceição, Visconde do Rio Branco³ etc. Estas eram vias com intensa movimentação noturna, presença de prostitutas, soldados, marinheiros, trabalhadores.

Nos anos iniciais da República, um dos disfarces utilizados pelos responsáveis pelas bancas de jogo foram os cosmoramas, casas onde se expunham grandes vistas fotográficas.⁴ Desde o início do século os jornais denunciavam a utilização dos cosmoramas como locais de jogos proibidos. *O Paiz* afirmava que isso não era desconhecido pela polícia e pedia que ela não desse mais autorizações para o funcionamento dessas casas, noticiando que, em duas delas, situadas nas ruas da Conceição e dos Inválidos, foram surpreendidos 48 jogadores, entre eles muitos menores. A situação não se modificou nos anos seguintes e o mesmo jornal denunciou, em 1895, a continuidade da prática, chamando os cosmoramas de “caterva de vadios viciosos de todo o gênero” (*O Paiz*, 11 jan. 1895, p. 2).

A perseguição efetuada pela polícia dava poucos resultados práticos. Numa vistoria a uma taverna da Rua Conde d’Eu, os agentes encontraram dez indivíduos jogando o monte. Cada um deles foi multado em 4\$000, e o proprietário da casa em 30\$000 (*O Paiz*, 24 nov. 1890, p. 1), valor insuficiente para desestimular os jogadores. Apesar dos constantes aumentos nas multas colocados em prática para combater essa atividade, os resultados não eram satisfatórios. Assim, sucederam-se, com maior ou menor amplitude, campanhas contra a realização dos jogos de apostas, principalmente os de salão.

Uma dessas ações policiais foi realizada em 1891 pelo 5º Delegado, dr. Barros Barreto. Durante todo o mês de maio, o delegado empreendeu investidas contra locais onde eram encontrados jogos de roleta e de

³ As referências a essas ruas aparecem em vários números do jornal *O Paiz*: 4 jan. 1891, p. 2.; 5 out. 1891, p. 1.; 5 mai. 1891, p. 2.

⁴ “Cosmoramas” (do grego *Kosmos* e *Orama*) quer dizer *vistas* ou *imagens do mundo*. Estas são observadas pelo espectador através de um aparelho com lentes ou vidros de aumento e refletidas por meio de espelhos” (Araújo, 1985, p. 53).

baralho. Nessa, como em outras ocasiões, as reclamações publicadas na imprensa se referiam ao fato de a polícia perseguir apenas as tavolagens mais pobres:

A rua da Conceição está cravejada de estabelecimentos de jogatina, não há dúvida; lá deu ontem S.S., e achou emprego para a sua atividade; mas não basta perseguir essas míseras tascas em que se ilude o vício; é preciso subir os degraus de muita casa de luxo e surpreender lá os verdadeiros viciosos, os grandes jogadores, os que se arruinam e arruinam os seus, e nessa prática degradante dão mais prejuízo à sociedade do que os que perdem ou ganham mais ou menos um copo de aguardente. (*O Paiz*, 5 maio 1891, p. 2)

Na mesma ocasião, o jornal reclamou dos abusos empreendidos pelas autoridades que, além das multas previstas em lei, ainda mandavam prender todos os que haviam sido encontrados.

Dois dias depois, *O Paiz* voltou a criticar a ação do 5º Delegado, reforçando o que já havia publicado quanto à falta de ação sobre as casas mais elegantes. As batidas policiais tinham provocado o fechamento de um Cosmorama da Rua da Conceição. Entretanto, na mesma ocasião, ainda segundo aquele jornal, o dr. Barros Barreto visitou uma das casas elegantes de jogo situada na Praça Tiradentes, sem tomar qualquer atitude contra os muitos jogadores presentes, retirando-se sem que eles se dessem conta de sua passagem pelo lugar.

Muitas tavolagens, assustadas com a possibilidade de serem varejadas, suspenderam temporariamente as atividades, fazendo com que algumas buscas fossem infrutíferas (*O Paiz*, 7 maio 1891, p. 1). Mas outras não se intimidavam, mantendo tranquilamente a jogatina. E mesmo aquelas que haviam sido fechadas pela polícia e tiveram todos os equipamentos de jogo apreendidos, não duvidavam em voltar a montar o negócio depois de alguns dias, isto é, o tempo necessário para se obter novos equipamentos (*O Paiz*, 20 maio e 31 jul. 1891, p. 1).

A julgar pelos dados, esses estabelecimentos não eram muito grandes. Tinham uma fachada de legalidade, onde o dono possuía um negócio autorizado e outro cômodo em que montava as bancas de jogo. O número de pessoas presentes quando das investidas da polícia girava em torno de

vinte.⁵ Mais difícil é dimensionar os valores envolvidos nas buscas, já que eles raramente eram mencionados. Uma exceção foi a reclamação apresentada à polícia por um indivíduo que alegou ter perdido nove contos de réis na roleta de certa casa da Rua Visconde do Rio Branco. A queixa foi dada em razão do alto valor envolvido e também porque o perdedor suspeitou de que houvesse alguma forma de trapaça. Com a intervenção da polícia, o proprietário, mesmo alegando inocência, não criou obstáculos para reembolsar o declarante (*O Paiz*, 12 maio 1891, p. 2), reforçando a suspeita de trapaças.

A melhor descrição que temos do funcionamento dessas casas de jogo populares é do jornal *O Paiz*, que, em 1896, publicou uma série de reportagens com o título de “A Podridão do Vício”. Uma das matérias mostra cenas em que os repórteres entraram numa casa situada no número 7 da rua da Conceição, assim descritas:

É sempre a mesma porta de veneziana verde, guardada da parte de dentro por um porteiro que fica no escuro, [...]. Transposto o longo corredor, acha-se a gente no interior de uma casa antiga cujas divisões internas desapareceram.

Lá está a mesa rodeada por 24 jogadores. Ao centro, de pé, com o baralho na mão, o banqueiro; à sua esquerda o ficheiro, homem que troca o dinheiro por fichas, única moeda admissível sobre a mesa; defronte, o olheiro, homem que vigia o jogo para que não haja espertezas da parte dos que apostam, e que paga aos que ganham; à direita do olheiro está o cacife, homem exclusivamente incumbido de arrecadar n'uma latinha o infalível barato: 400 réis sobre cada jogada.

A luz vem do alto. Todos os rostos estão na sombra formada pelas abas dos chapéus e bonés. (*O Paiz*, 12 maio 1896, p. 2)

Naquele estabelecimento jogava-se o *Monte*. O banqueiro, que era quem dava as cartas, virava duas sobre a mesa. As apostas eram realizadas tendo por base estas duas cartas. O banqueiro, uma vez fechadas as apostas, ia colocando novas cartas até que saísse uma do mesmo valor de uma das

⁵ Cf. dados apresentados por algumas edições do jornal: *O Paiz*, 9 mai. 1891, p. 1 – rua da Conceição, 20 pessoas; *O Paiz*, 5 out. 1891, p. 1 – rua do Hospício, 25 pessoas; *O Paiz*, 6 mar. 1893, p. 1 – rua da conceição, 15 indivíduos.

duas primeiras. O pagamento era feito de acordo com a quantidade de cartas necessárias para que o jogo se completasse, e de modo proporcional ao dinheiro apostado (*O Paiz*, 12 maio 1896, p. 2).

Os valores movimentados não eram altos. Normalmente ficavam abaixo dos dez mil réis. Naquela noite, no número 7 da Rua da Conceição, os presentes que participavam do jogo apostaram: 1\$000, 4\$000, 2\$000, \$500, 1\$000, 3\$000, 10\$000, 1\$500 e 4\$000, tudo por meio de fichas, não se admitindo o uso de dinheiro na mesa. Isso para que não ocorressem certas trapaças, das quais a principal era a *aberta*. Nessa trapaça o apostador colocava uma nota de maior valor dentro de outra sem que fosse percebido pelos demais. Quando ganhava, alegava que o valor em disputa era o correspondente à soma das duas cédulas. Quando perdia, dizia que a nota tinha sido colocada por engano e que apenas o menor valor era o correto (*O Paiz*, 13 maio 1896, p. 2).

Na noite em que os repórteres de *O Paiz* estavam na tavadagem, ocorreu uma visita da polícia. A reação dos presentes foi imediata e o pânico tomou conta de todos:

De repente, veio do corredor um ronco, uma voz asfixiada:

– A canoa!

Todos se puseram de pé e todos correram em direção aos fundos, numa confusão desordenada. O olheiro, porém, agarrou um pela gola, enquanto o Mol escondia a caixa das fichas, o cacife guardava a latinha do barato, e o banqueiro metia o baralho no bolso.

Só este último pôde fazer obra completa; pois soldados e agentes, raivosos por ter havido um embaraço na porta entravam com impetuosidade. Nem os que pretendiam fugir tiveram tempo de arrastar um banco para galgar o muro dos fundos; eram tantos a carregar esse móvel, que ele em vez de ir para diante parecia andar para trás. (*O Paiz*, 13 maio 1896, p. 2)

Nessas ocasiões, a polícia se aproveitava não apenas para apreender o material utilizado no jogo e multar o proprietário, mas para fazer revista nos presentes, levando-os presos para averiguação.

Essas casas, que tinham estrutura muito simples, funcionavam com uma única mesa e um único tipo de jogo. Bem diferente era o que se passava nos

clubes refinados. Em 1891, o 5º Delegado, ao vistoriar o Club Gymnástico, encontrou ali vários tipos de jogos proibidos, apreendendo roletas, baralhos e fichas (*O Paiz*, 31 ago. 1891, p. 1). O Cercle Federal, situado à rua do Lavradio, esquina da rua do Senado, recebeu uma batida policial no dia 25 de julho de 1894; menos de um mês depois, na noite do dia 11 de agosto, as autoridades encontraram novamente atividades de jogo (*O Paiz*, 26 jul.; 12 ago. 1894, p. 2). Dizia-se que medidas mais enérgicas por parte da polícia contra “os belos palacetes da Praça Tiradentes e ruas do Espírito Santo e Sete de Setembro, onde joga a aristocracia do vício” eram necessárias (*O Paiz*, 8 set. 1895, p. 3).

A posição da polícia em relação à prática do jogo nos clubes era justificada pela indefinição que havia quanto ao direito dos sócios de jogarem nas dependências de um local privado. No final de 1896, o 2º delegado auxiliar, dr. Vicente Neiva, remeteu um ofício ao chefe de polícia, no qual expunha algumas dificuldades que vinha sofrendo para vistoriar os clubes. Cabe aqui lembrar que, assim como as demais formas de diversões públicas, o funcionamento dos clubes e das demais associações estava na dependência de autorização anterior concedida pelo chefe de polícia. Assim, o dr. Vicente Neiva lembrava que uma das condições para que tal licença fosse concedida era justamente o comprometimento por parte dos clubes e associações de não praticarem jogos de azar em suas sedes.

Para garantir o correto funcionamento daquelas sociedades, a polícia tinha direito de inspecioná-las sempre que julgasse necessário, o que estava naquele instante sendo obstado pela colocação de portas e portões de ferro que permaneciam sempre fechados, dificultando a entrada policial. Com o fechamento das entradas havia tempo para que fossem desmontados todos os jogos que por acaso ali existissem, quando chegasse a polícia (*O Paiz*, 26 nov. 1896, p. 1).

A argumentação apresentada pelo 2º Delegado Auxiliar validava a repressão por parte das autoridades em relação à prática de jogos nos clubes. Os donos e frequentadores se defendiam dizendo que, tratando-se de clubes particulares, eles teriam o mesmo estatuto da habitação privada, já que ali só podiam entrar os respectivos sócios. Isso transformaria o jogo apenas num divertimento entre amigos, não caracterizando tavolagem. Essa era a posição defendida pela revista *Don Quixote* (ano V, n. 96, 30 set. 1899):

Estes assaltos aos clubs são arbitrários e ridículos.

Não é desse modo que se combate o vício do jogo.

Em todas as nações do mundo civilizado há clubs e em todos estes se joga. O club não é casa de tavolagem onde qualquer entra sem que lhe perguntem quem é. Pode ser um gatuno, o que a ninguém importa. Nessas casas é que a polícia pode intervir, mas nunca em clubs e em casas particulares, onde só vão sócios e amigos.

Em setembro de 1897, as autoridades entraram no High-Life Club, situado na praia do Flamengo, na desembocadura das ruas Barão do Flamengo e Paissandu, e apreenderam todo o material encontrado, inclusive móveis de decoração que não tinham relação direta com a prática do jogo, além de aplicar multas e prender alguns dos presentes (*O Paiz*, 11 set. 1897, p. 1). Essa ação fez com que o arrendatário do prédio onde funcionava o High-Life, Luiz Pereira, entrasse na justiça contra o 6º Delegado de Polícia responsável pela operação. Em seu parecer sobre o caso, o jurista Viveiros de Castro defendeu o direito dos sócios de clubes privados de se dedicarem ao jogo ou a qualquer outra forma de divertimento, sem que a polícia interferisse, já que a sede do clube seria igualada à moradia particular. Não considerou, todavia, o High-Life como um clube particular, não lhe atribuindo, portanto, aqueles privilégios (*O Paiz*, 7 jan. 1898, p. 2).

O High-Life estava longe de ser o único clube onde se praticavam jogos de azar. Havia quem considerasse que essas associações só existiam com a finalidade de dar guarida para aquela prática, o que foi claramente exposto no texto “O club dos otimistas”, de João do Rio. Nele, um homem tenta conseguir adesões para o clube que estava fundando e para o qual cobrava uma taxa de 10 mil réis. Diante da dificuldade de conseguir seu intento, diz em certo momento: “Se fosse um club de vício ou de jogo, estava cheio de sócios!” (Rio, s.d., p. 127). Muitas pessoas confiavam que o jogo praticado nos clubes era menos visado pela polícia. Mas mesmo sendo citados nas crônicas policiais com menor frequência, os clubes não deixavam de ser visitados pela polícia, que chegou mesmo a fechar, ainda no final do século XIX, o Clube dos Girondinos, que funcionava na Praça Tiradentes (*O Paiz*, 19 maio 1897, p. 2).

Apesar da ação policial contra a tavolagem, o jogo não parava de tomar conta das noites do Rio de Janeiro, tornando-se um hábito cada dia mais difundido. Em 1897, o jornal *O Paiz* (11 set. 1897, p. 1) afirmou que entre janeiro e setembro a polícia havia arrecadado cerca de 100:000\$000, apenas em multas, o que dá uma ideia da dimensão que a prática havia tomado. As autoridades chegaram a ameaçar entregar aos jornais os nomes dos que fossem encontrados jogando, tentando intimidar sobretudo aqueles que eram casados e que, na visão da polícia, colocavam em risco a sobrevivência financeira da família. Essa atitude, entretanto, não chegou a ter resultados práticos.

No início do século XX, as casas de jogo ganharam uma tal importância, que a revista *O Rio Nu* (n. 733, 15 jul. 1905, p. 2) chegou a afirmar:

A essa hora da noite [depois do fechamento dos botequins] o Rio só tem vida e animação nas casas de jogo, onde, com a maior franqueza, o vício ostenta-se enriquecendo uns e desgraçando outros.

E são inúmeras hoje as casas de tavolagem toleradas pela polícia.

Tal era a importância do jogo e tamanha a presença das pessoas nos clubes, que eram cada vez mais comuns piadas como essa: a mulher indaga ao marido: “Como explicas isto, de vir para casa às 2 da manhã”, e ele responde tranquilamente “Que queres tu? O Club não fecha mais cedo” (*Careta*, ano IX, n. 398, 5 fev. 1916).

Crescendo com a própria modernização por que passava o Rio de Janeiro, o jogo procurava também atender às expectativas da população quanto ao conforto e a aparência das casas. Por isso os jogos de azar se desenvolveram principalmente nos clubes, fazendo com que a *Fon-Fon* mencionasse uma verdadeira mania por clubes, que, no final de 1907, teria se transformado na “nova febre da cidade” (*Fon-fon*, n. 31, 9 nov. 1907) em detrimento das pequenas casas de tavolagem.

Em meados de 1908, quando era chefe de polícia o dr. Alfredo Pinto, a cidade viu realizar-se uma forte campanha contra os jogos de azar. No ano anterior, as autoridades policiais já tinham perseguido o jogo do bicho, sem contudo abrangerem em sua ação as casas de tavolagem. Foi então que ela se voltou especificamente contra os clubes.

Um dos primeiros a ser fechado foi o High-Life Club, velho conhecido. Segundo as autoridades, tinha sido instituído para a mais franca exploração dos jogos de azar e era frequentado por meretrizes, que o seu proprietário, Pascoal Segreto, aliciava com o fim de atrair mais numerosa clientela, entre a qual figuravam menores. Após sua interdição, Segreto requereu autorização para que a casa fosse transformada em restaurante, providência que o chefe de polícia pediu que fosse negada, para que o lugar não se visse novamente de braços com o jogo.

Por um curto espaço de tempo, a polícia conseguiu manter fechados os clubes. Acostumados com a forma como as autoridades agiam, alternando períodos de repressão com períodos de franco liberalismo, muitos apenas esperavam o momento em que poderiam retomar com calma a suas antigas atividades.⁶

Nessa mesma época o Rio de Janeiro viu crescer o número de cabarés que se associavam ao jogo. Também os clubes destinados à elite carioca, onde imperavam os jogos de azar, adotaram os espetáculos de cabaré, como forma de atrair fregueses.

Mulheres e jogos eram presenças constantes nos clubes. Segundo João do Rio (1910a, p. 32), os clubes de jogos tinham contratos com as proprietárias de pensões *chics*, pelos quais as pensionistas iam animar o jogo. Cada uma delas tinha um cachê pelo serviço e pagavam uma multa quando não compareciam.

A rápida retomada do jogo, assim que a polícia encerrou o período de repressão, era criticada na imprensa, que se queixava da atuação do novo chefe de polícia, dr. Leoni Ramos. Nesse processo de expansão do jogo até mesmo o High-Life foi reaberto. A população, cada dia mais cultivava a ideia do jogo como um elemento cotidiano da vida noturna, principalmente a dos mais ricos:

⁶ Isso fica claro em anedotas como essa: “Alfredo Pinto: Desta vez não me escapa nada! Os dados: fujamos! Esperemos a bom recato que passe o acesso do chefe! Voltaremos depois com mais sede ao pote!...” (“A polícia e a jogatina”. *O Malho*, ano VII, n. 308, 8 ago. 1908).

Em toda a parte o jogo passou a ser nas rodas altas um entretenimento caro, é verdade, arriscado muitas vezes, inseparável da elegância, mas de que se fala sem o menor constrangimento com a família e com a gente de reputada sisudez.

Ir ao clube quer dizer ir ao lugar onde se pode jogar. Nos centros mais civilizados é de bom tom frequentá-los. Os nossos cercles são uma reprodução muito modesta dessas associações, não sabendo velar com outros atrativos, com os salões ricos de conversa e de leitura, com um restaurante finamente montado, o seu objetivo principal, que é o jogo. Já ninguém se peja em dizer que lá vai passar uma hora ou duas, nem há quem incorra no ridículo de censurar esse hábito. (*O Paiz*, 19 mar. 1911, p. 1)

Com a transformação do jogo em uma atividade visível, cresceu também o volume de negócios. A julgar pelas histórias publicadas, era cada dia mais comum que pessoas arriscassem quantias consideráveis. Numa anedota, um indivíduo reclamava ter perdido um conto e 500 em apenas trinta minutos (*Careta*, ano III, n. 120, 17 set. 1910), enquanto o Coronel Tibúrcio se espantava de rapazes perderem três ou quatro contos com a mesma rapidez (*Careta*, n. 71, 9 out. 1909).

O jogo continuava a ser considerado ilegal, o que mantinha sempre estreita sua relação com a polícia. Várias piadas da época refletiam a situação, como a do *O Chico dos quiabos*, publicada pela *Careta*. Chico era um pobre e inocente homem que acabou sendo contratado como porteiro de um clube. Sua falta de curiosidade fez com que nunca atinasse com o que se passava no interior do local. Apenas sabia que ali devia chegar sempre às seis horas da tarde. Um dia, preocupados com a possibilidade da volta da perseguição, no momento em que as pessoas começavam a sair do clube, por volta de uma hora da manhã, os gerentes solicitaram a Chico que fosse até a esquina ver se havia algum policial. Em sua inocência, como não encontrou nenhum, Chico não teve dúvidas: foi até a Delegacia e buscou um comissário e dois guardas. “A estupefação foi geral. Não houve tempo de abafar os baralhos e a roleta”. Mas a situação se resolveu sem incidentes, apenas Chico perdeu seu emprego, com o conselho de se empregar como sacristão (*Careta*, ano II, n. 51, 22 maio 1909).

Independente do jogo como prática de negócio, jogar significava divertimento, uma das alternativas de lazer que existia na cidade:

Mas é forçoso confessar que com vida social tão acanhada ainda entre nós e a quase ausência de grandes cercles, onde se encontre uma boa palestra e uma boa leitura, a rapaziada do Rio de Janeiro não tem onde passar a noite senão nos clubes onde se joga, ao lado das chanteuses que acabado o espetáculo, aí vão arriscar o seu parco ordenado. (*Fon-fon*, n. 11, 18 mar. 1911)

Embora as casas funcionassem diariamente, era nas noites de sábado a grande movimentação, quando se permanecia nos clubes até às 3 ou 4 horas da madrugada. A noite poderia começar em um café-concerto, seguindo então o caminho dos clubes, com escalas pelos Bohemios, pelos Políticos, indo terminar no High-Life.

A presença nos clubes era obrigatória não apenas para os jovens de boas famílias, mas também para políticos, que eram vistos com constância nos clubes (*Careta*, ano V, n. 23, 28 dez. 1912).

Tal era o desenvolvimento do jogo na cidade, nos meados da década de 1910, que João do Rio chegou a falar na presença de “mil e um *clubs* de jogo” (1992, p. 18). Mas nem todos concordam que o problema tinha as dimensões apontadas por alguns jornais. Em uma de suas crônicas semanais publicadas em *O Paiz*, Oscar Lopes definiu o jogo como um problema epidêmico e não endêmico, acrescentando que o jogo nunca tinha atingido uma grande zona de devastação. Segundo ele, apenas o jogo do bicho teria um caráter endêmico, merecendo o combate mais sério da polícia (*O Paiz*, 10 ago. 1913, p. 1).

O controle sobre o jogo era bastante difícil, embora a polícia não desconhecesse os pontos onde, durante toda a noite e muitas vezes ainda com o calor do sol, tinha lugar a jogatina, como ficava demonstrado nas informações prestadas pelos delegados distritais, no início de 1916. O detalhamento solicitado não poderia ser obtido de uma hora para outra, o que atestava que a polícia, mesmo quando não procurava fechar as casas, tinha sobre elas uma vigilância constante.⁷

A ação policial contra o jogo acentuava a corrupção:

⁷ Estas informações constam de documentos oficiais consultados (NA-RJ – Série Justiça, IJ-6-595. Documento sem número, de 23 de fevereiro de 1916).

Desde que o governo resolveu reformar a Constituição da República, principiando a dar licença oficial a cada cidadão de atentar contra ela, que do Mangue ao Leme, do Pão de Açúcar à Avenida Central, o jogo franco abertamente campeia e se alastra como o fogo nas matas da Tijuca.

De quando em vez, alguns policiais, vendo-se sem o níquel para as pândegas nos grandes clubs, concertam uma batida em qualquer baiúca e, ao sair dela, voltam às delícias tentadoras dos Tenentes ou Palace ou Bohemios, enquanto com mais ardor prossegue o jogo na baiúca visitada. (*Careta*, ano IX, n. 408, 15 abr. 1916)

A charge que acompanhava essa nota mostrava um grupo que, querendo montar um club de jogo, disfarçava-se de policiais e, através de uma batida, se apodera dos instrumentos necessários para o funcionamento da casa.

O Chefe de Polícia, Aurelino Leal, antes da campanha contra o jogo do bicho de 1917, protagonizou episódio que muito deu o que falar no Rio de Janeiro. A 30 de outubro de 1916, fez publicar uma nota oficial em todos os jornais, com o seguinte teor:

[...] ao delegado do distrito, ordenando-lhe que lavre auto de apreensão de todos os objetos de jogatina. Antes, porém, de se lhe oficial, comunique-se-lhe esta minha recomendação pelo telefone. Recomenda-se, outrossim, ao mesmo delegado, que intime os diretores dos clubes existentes na Av. Rio Branco e suas proximidades a se mudarem para outros locais, com prévia ciência, dentro do prazo de 30 dias, sob pena de serem cassadas as respectivas licenças. (Almirante, 1977, p. 24)

A reação da população foi imediata, com a distribuição pelas ruas de folhetos parodiando o samba *Pelo telefone* e criticando o chefe de polícia:

O chefe da polícia
Pelo telefone
Mandou-me avisar
Que na Carioca
Tem uma roleta
Para se jogar...

Ai, ai, ai,

O chefe gosta da roleta,
Ó maninha
Ai, ai, ai,
Ninguém mais fica forreta,
Ó maninha.

Chefe Aurelino,
 Sinhô, sinhô,
É bom menino,
 Sinhô, sinhô,
Faz o convite,
 Sinhô, sinhô,
Pra se jogar,
 Sinhô, sinhô,
De todo jeito,
 Sinhô, sinhô
O bacará,
 Sinhô, sinhô,
O pinguelim,
 Sinhô, sinhô,
Tudo é assim. (Almirante, 1977, p. 24-25)

A cada dia, o jogo tornava-se mais abertamente praticado e um elemento essencial da noite carioca. Na história intitulada “Um marido modelo”, Lucindo Paióba, em uma certa noite, não tinha podido ir ao clube por causa da sogra que exigira sua presença em casa para um jogo de bisca. No intervalo do jogo ele começou a ler numa revista um artigo sobre um marido que há 30 anos não passava uma noite fora de casa. A sogra não perdeu a oportunidade de comentar: “Repara, Maria, repara naquilo: 30 anos, e todas as noites passadas em casa! Não houve clubs, nem sociedades, nem assembleias que o arrastassem para fora da família...”. Ao que Lucindo emendou lendo em voz alta: nunca passou uma noite fora de casa. Todo esse tempo esteve paralítico” (*Careta*, ano X, n. 455, 10 mar. 1917).

Eventualmente a polícia fechava uma casa ou mesmo um clube de menor importância, como ocorreu com o Gyrasol Club, situado à Rua Luiz Gama, n. 28, onde os móveis, baralhos e fichas, utilizados no jogo *Campista*, foram apreendidos durante uma inspeção. O mesmo ocorreu com o Club Palais de Botafogo, com sede na Rua General Polydoro, n. 28, onde se jogava o *Monte*.⁸

Diante dessa situação, a sociedade se tornava cada vez mais favorável à legalização do jogo. Se ele não podia ser controlado, era melhor que fosse legalizado. No início de 1920, a Câmara dos Deputados havia aprovado o Decreto n. 3987, de 2 de janeiro de 1920, que tratava da reorganização dos serviços de saúde pública. Uma das fontes de recursos que deveriam garantir a implementação dos serviços de saúde pública era uma “taxa de 15% sobre o produto líquido dos jogos de azar licenciados”.⁹ Segundo previa o art. 14 desse decreto, “aos clubes e cassinos das estações balneárias, termais e climáticas poderá ser concedida autorização temporária para a realização dos jogos de azar em locais próprios e separados”. A regulamentação, para que as autorizações fossem concedidas, demorou um pouco a ser publicada e, no final do ano, a Lei n. 4230 modificou as disposições do Decreto n. 3987.

Somente com a publicação do Decreto n. 14808, de 17 de maio de 1921, o jogo foi finalmente legalizado no Brasil. O decreto estabelecia as regras para a cobrança do imposto de 2% sobre as quantias em giro nos jogos permitidos, definindo as localidades que deveriam ser incluídas dentro das categorias estações balneárias, termais e climáticas:

Art. 2º - Para os efeitos da autorização, só se consideram estações balneárias, termais e climáticas as localidades do país para onde, durante certa época do ano, afluem numerosas pessoas atraídas pelo clima ou pelo uso de águas minerais ou de banhos medicinais.

⁸ Informações extraídas das publicações NA-RJ – Série Justiça, IJ-6-648. Ofícios n. 1105, do 3º Delegado Auxiliar, de 17/8/1918, e n. 1613, do 3º Delegado Auxiliar, de 17/8/1918.

⁹ Além da taxa sobre o jogo, o art. 12 previa a utilização, nos serviços de saúde, também do produto sobre o consumo de bebidas alcoólicas destiladas, a renda dos laboratórios subordinados ao MJIN, e o produto da venda do selo sanitário.

As autorizações podiam ser concedidas por um período de, no mínimo 12 meses, e, no máximo, 15 anos, e podiam ser cassadas se qualquer dos itens constantes da concessão fosse desobedecido. O pedido de revogação podia ser feito tanto pelas autoridades municipais como pelo poder público. Os pretendentes deveriam formalizar seu pedido com os documentos necessários para a comprovação de sua idoneidade, uma planta detalhada do edifício onde seria instalado o cassino ou clube, o regulamento da casa e prova de estarem em dia com a fazenda pública (art. 4º).

Uma circular da Diretoria da Receita Pública, de número 49, datada de 19 de novembro de 1921, especificou quais eram os jogos admissíveis:

Art. 1º - Os jogos permitidos pelo art. 1º do Decreto n. 14808, de 17/5/1921, são somente os seguintes:

- a) com 36 números e um zero;
- b) baccara a deux-tableaux;
- c) chemins de fer;
- d) pharaon ou roleta campista;
- e) petits chevaux e suas variedades. (Brasil, 1922, p. 2)

A primeira reação por parte dos proprietários de clubes e cassinos que funcionavam clandestinamente em toda a cidade do Rio de Janeiro foi de desconfiança em relação às possíveis consequências de um pedido de autorização para a exploração regular do jogo. Tanto assim que dois meses depois de aprovada a regulamentação, o diretor da receita pública, sr. Abdenago Alves, reclamava que apenas um clube havia até então procurado legalizar sua situação (*O Paiz*, 6 jul. 1921, p. 4).

A receita pública tinha permitido a livre ação dos clubes, cassinos e agremiações, esperando que se cumprisse o prazo de dois meses para a adequação às novas normas. Como os exploradores de casas de jogo não pareciam dispostos a se apresentar espontaneamente, os responsáveis pela fiscalização tiveram de atuar com mais rigor, o que provocou uma disputa entre a polícia e os agentes da receita. Senhora absoluta de tudo o que se referia à noite carioca, a polícia não estava disposta a abrir mão de parte importante de seu poder. Sua primeira reação foi a de não prestar auxílio às autoridades

fiscais no fechamento das casas que continuassem a funcionar ilegalmente (*O Paiz*, 5 jul. 1921, p. 2).

A dimensão do significado do jogo na noite carioca pode ser percebida pelo uso de um instrumento seguro de medição, no caso, o valor dos tributos. Em agosto de 1921, o jornal *O Paiz* publicou o montante do imposto arrecado no mês anterior, primeiro mês de efetivo cumprimento do regulamento, que totalizava 40:008\$870. No mês de dezembro, o valor foi bastante parecido: 40:020\$940. Cabe lembrar que esse montante abrangia apenas os 15 clubes ou cassinos que tinham autorização legal para funcionar.¹⁰ A expectativa da lei orçamentária era de arrecadar 200 contos, em todo o Brasil, durante o ano de 1921 (*O Paiz*, 7 ago. 1921, p. 3).

O número de 15 clubes, cassinos ou agremiações que contribuíam com o imposto de 2% foi obtido graças ao que *O Paiz* considerou como “uma liberalidade com a regulamentação do jogo”. Inicialmente proposta apenas para estações balneárias, termais ou climáticas, o art. 13 do Decreto n. 14808, extrapolando as previsões da lei, possibilitava que nas cidades, cuja população excedesse 400.000 habitantes, pudesse ser “concedida autorização para jogos de azar aos grandes clubes fechados, constituídos sob a forma de sociedade civil, com o objetivo de interesse público, a juízo do governo, contanto que não haja distribuição de luvas aos sócios e que funcionem tais clubes em prédios próprios, do valor mínimo de 1500:000\$, prestando-se ao fim a que é destinado”. Nesses clubes, a participação nos jogos era limitada aos sócios, podendo a fiscalização exigir provas desta condição. O governo concedeu, ainda, um prazo de doze meses para que os clubes interessados comprovassem que atendiam aos pré-requisitos exigidos, já que no Rio de Janeiro possivelmente apenas dois clubes atenderiam às exigências, o Derby e o Jockey (*O Paiz*, 28 set. 1921, p. 3).

¹⁰ Segundo a matéria “O Jogo Legal” (*O Paiz*, 3 jan. 1922, p. 5), os valores parciais foram: Club Naval, 877\$400; Zuavos Carnavalescos, 1:999\$; Modesto Club, 2: 018\$160; Club dos Aliados, 703\$200; Cassino Teatro Phenix, 2:741\$800; Derby Club, 6:073\$100; Centro Fluminense, 4:353\$800; City Club, 2:041\$520; Cassino Internacional, 1:197\$; Club Socialista 2:885\$560; Congresso dos Tenentes, 3:096\$100; Club dos Políticos, 3:636\$; Cercle Federal, 2:055\$700; Centro Elegante, 2:728\$700.

Foi nesse momento de funcionamento legal do jogo que Ribeiro Couto relatou suas andanças pelo Rio noturno. Através de seu relato vemos como o jogo tinha importante papel na noite carioca, prolongando-se por toda a madrugada, quando a maioria dos outros locais já se encontrava fechado. Numa noite, ele e o amigo a quem mostrava a cidade resolveram ir aos cabarés. A primeira parada foi o cabaré que funcionava no Assírio, restaurante do Teatro Municipal. O Assírio, entretanto, era forçado a fechar suas portas à uma hora da madrugada, seguindo as determinações do regulamento de diversões públicas. Obrigados a sair, muitos iam a caminho do Passeio Público, para os clubes. Foi o que fizeram.

Primeiro passaram pelo Palace, para mais tarde se dirigirem aos Políticos e terminar a noite no Congresso dos Tenentes. O Palace ficava “no canto escuro e silencioso da Rua Senador Dantas com a Rua do Passeio, em frente aos altos arvoredos do jardim” (Couto, 1998, p. 39). O Políticos também tinha sua sede na Rua do Passeio, e o Congresso dos Tenentes estava na esquina da Rua do Passeio com a Avenida Mem de Sá. Os dois primeiros eram casas luxuosas, com uma freguesia requintada e atrações de melhor qualidade. O Congresso dos Tenentes, uma tradicional associação carnavalesca, tinha uma estrutura mais popular.

É perceptível a multiplicação de atividades que os clubes de jogo proporcionavam, tornando-se, antes de mais nada, verdadeiros centros de sociabilidade masculina. Neles era possível cear antes de dar por encerrada a noite, beber enquanto se acompanhava os números do cabaré, encontrar prostitutas que para lá eram atraídas.

Os clubes tinham autorização para funcionar até às três horas da madrugada,¹¹ mas Ribeiro Couto saiu do Congresso dos Tenentes às três horas e esse não dava sinais de estar interrompendo suas atividades (Couto, 1998, p. 41), indicando que o horário estabelecido pela Receita Pública não era cumprido na sua integridade.

Não era unânime a opinião de que tudo era refinamento. Orestes Barbosa ([1923]1993, p. 87) afirmava:

¹¹ Por meio da matéria intitulada “O jogo legal”, *O Paiz*, 19 nov. 1921, p. 4, o Jornal informa terem sido negados pedidos de prorrogação do prazo de funcionamento do jogo para além das 3 horas.

O jogo no Rio ainda é uma coisa provinciana.
Eu não gosto de fantasiar.
Há quem veja por aí Montecarlo.
Eu não vejo.
Vejo clubes muito pobres – os nossos clubes mais chics envergonhariam outro qualquer, mesmo da América do Sul.
Mulheres quase todas batidíssimas pela vida, “fazendo a América”.
Capitalista de meia-tigela.
As mulheres novas aqui são as brasileiras – e as brasileiras não dão, absolutamente, para profissionais do amor...
Querem casar.
Os capitalistas, em geral, são estrangeiros – vivem aferrados ao dinheiro, e não há luxo, não há pompa, não há sensação.

Menos de um ano após sua legalização, a lei do jogo sofrera nova modificação, em dezembro de 1921. Pela Lei n. 4440, de 31 de dezembro, a jogatina passara a ser permitida apenas nas estações hidro-minerais e termas do interior do país. A proibição do jogo na cidade do Rio de Janeiro foi o assunto de capa da *Careta* de 14 de janeiro de 1922. Nela, via-se a personificação do jogo em forma de gente abraçada a dois homens chorando e embaixo lia-se: “O jogo – Resta-me ao menos esse conforto moral: – As lágrimas de meus amigos”. Na mesma edição foi publicada esta quadrinha:

Devido à morte do jogo
Ouvem inúmeros ais:
Soluçam os jogadores
Gemem de dor os fiscais.

A fiscalização do jogo pelos agentes da receita pública, no seu período de legalização, foi realmente um problema. Em outubro e novembro de 1921, duas circulares do Tesouro Nacional tinham tentado modificar a forma como estava sendo feita a fiscalização que se revelava absolutamente ineficiente. Numa crônica da *Careta*, Lima Barreto fala de um encontro com um desses fiscais. Ao lhe perguntar como estava indo o trabalho, a resposta

foi: “Magnificamente! Ceio lautamente todas as noites, vejo lindas mulheres e bebo *champagne* a rodo. Tudo isso de graça. Não é bom?” (Barreto, 1961, p. 175). Insinuava-se a corrupção!

Na mesma crônica, Lima Barreto criticava explicitamente a forma pela qual os fiscais eram nomeados. Segundo a crônica, Antunes Segadas Bustamente,¹² para conseguir sua nomeação, “interessou fulano na sua pretensão, rogou a beltrano, falou a sicrano e conseguiu a cousa” (Barreto, 1961, p. 175). Para tanto não tinha qualquer qualificação: não chegara a se formar, metido a jornalista publicava coisas insulsas nos jornais, apesar de não se saber de onde tirava o dinheiro, vestia-se com apuro. Era um típico cavador à espera de um emprego que lhe fosse rendoso.

A extinção do jogo havia sido votada no momento da aprovação das receitas orçamentárias para o ano de 1922, sendo retiradas as concessões. A justificativa para a retirada das autorizações foi o elevado número de concessões que haviam sido permitidas pelas várias exceções introduzidas na lei. Os clubes tiveram reações diferentes diante da nova proibição. Parte deles aceitou a decisão fechando suas portas. Outros, optaram por continuar funcionando ou interromperam suas atividades num primeiro momento e as retomaram em seguida:

Em representação dirigida ao diretor da receita pública, o inspetor do jogo, dr. Luiz Mendes, comunicou ter percorrido diversos clubs de jogos licenciados, desta capital, logo que entrou em execução a lei da receita, fazendo suspender imediatamente os jogos. Essa ordem foi obedecida sem nenhuma relutância no momento. Anteontem, porém, chegou ao seu conhecimento que a maioria dos clubs estava jogando. Em virtude da denúncia recebida, percorreu vários clubs, iniciando a sua ação pela zona da Lapa.

O primeiro visitado foi o Club dos Zuavos Carnavalescos, onde não encontrou jogo. No Moderno Club, para onde se dirigiu em seguida, surpreendeu o jogo da “campista”, em pleno funcionamento. Prendeu, por isso, em flagrante, o diretor do club, em serviço, e o banqueiro, levando-os à presença do

¹² Quando o jogo é realmente extinto e todos os fiscais são dispensados, esse nome não constava da relação. Assim não é possível saber se Lima Barreto teria apenas modificado seu nome, ou se toda a situação é fictícia.

2º delegado auxiliar, tendo requisitado a necessária força e feito apreensão do material concernente ao jogo, que foi levado para a polícia. À presença da mesma autoridade foram conduzidas 40 pessoas que se achavam no club. (*O Paiz*, 4 jan. 1922, p. 6)

Em agosto daquele mesmo ano, *O Paiz* ainda reclamava que “o jogo continuava a ser explorado às escâncaras, sem fiscalização e sem ônus nenhum dos que o exploram, a favor do Tesouro”. Além da perda dos recursos provenientes do imposto de 2%, o governo teve que enfrentar os protestos dos grupos que haviam investido na construção de novos hotéis onde seriam explorados cassinos. Esse foi o caso da Companhia dos Hotéis Palace, que, naquele momento, já tinha dado início à construção do Copacabana Palace, confiada na concessão de 15 anos para a exploração do jogo. A principal reclamação, segundo *O Paiz* (26 ago. 1922, p. 3), se referia à grande soma de recursos que tinha sido empregada no projeto e nas obras de edificação, já que a própria regulamentação estabelecia um valor mínimo para os imóveis onde operariam os cassinos. O governo alegou em sua defesa que as autorizações eram dadas a título precário, podendo ser retiradas a qualquer momento.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, ao analisar a questão, chegou a elaborar um novo projeto de regulamentação definitiva do jogo. As discussões prolongaram-se por todo o ano de 1922, mas o projeto não foi aprovado. Mesmo sem autorização legal para funcionar, as casas de jogo do Rio de Janeiro não se intimidaram e mantiveram suas atividades. Durante toda a noite era possível ouvir o barulho das roletas e das fichas. A polícia e demais autoridades municipais pareciam não se importar com a situação e o jogo crescia ininterruptamente.

De fato, os clubes seguiam sua rotina noturna ao lado dos cabarés. Como nos conta Benjamin Costallat, às três e meia da manhã a cidade dormia, mas nos clubes o movimento era ainda intenso. O barulho da *jazz-band* era acompanhado pelo das fichas:

Num recanto, no pano verde, a frase clássica e sacramental do “croupier”:

- Cem na banca!... “Banco”... Feito...

Ouve-se o “tic-tac” das fichas de marfim, agitadas por dedos febris.

É o jogo!

E a pá do “croupier”, como um braço enorme e impiedoso, alonga-se por entre as “paradas”, fazendo e desfazendo sorrisos nas fisionomias pálidas dos jogadores.

- “Banco” de quinhentos! Quinhentos!... Feito!...

Há um instante de silêncio. Todo os olhares se fixam sobre o baralho, como querendo magnetizá-lo. É um segundo de anseio. Os corações batem mais rápido. Mais uma carta, porém, é virada, e mais uma ilusão se desfaz!

E o jogo recomeça, e as fichas de marfim voltam a fazer “tic-tac”, nervosamente, umas nas outras... (Costallat, 1924, p. 15)

As acusações de que o jogo era manipulado eram constantes e a presença de pessoas pagas pelos proprietários para funcionar como chamariz reforçava ainda mais as denúncias. Para isso uma figura imprescindível era o croupier. Segundo Costallat (1995, p. 88), o salário de um croupier em um bom clube era de um conto e quinhentos, mas, com as percentagens sobre os lucros, chegava a 4 ou 5 contos. O croupier encarregava-se de fazer o jogo de forma que a casa ganhasse.

Em 1924, foi inaugurado o Hotel Copacabana Palace e nele um novo teatro e também o mais sofisticado cassino que a cidade já havia visto. Segundo Juan Carlos Mendes, um dos diretores do cassino, o Rio de Janeiro ainda não havia conhecido uma casa de jogo similar aos grandes estabelecimentos estrangeiros, e explicou como seria o funcionamento no Copacabana:

A entrada a seus salões será limitada: só poderão frequentá-los os membros dos grandes clubs sociais do Brasil, para os quais, como ao corpo diplomático etc., haverá um salão especial; os estrangeiros que visitem o Rio e frequentam os grandes hotéis, assim como os que, não sendo membros dos grandes clubs, não sendo pessoas de respeito e conhecidas, destinando-se a estes uma outra grande e luxuosa sala e o grill-room, onde se realizarão as soirées dançantes.

A emissão de bilhetes de entrada será rigorosamente controlada. (*O Paiz*, 16 jan. 1924, p. 4)

Logo o Cassino de Copacabana tornou-se ponto central nas noites do Rio de Janeiro. Passar a noite em seus salões tornou-se sinal de prestígio social. Como disse um cronista da *Careta* (ano XVII, n. 839, 19 jul. 1924),

o Cassino era “o pequenino palco social onde se agita[va]m os bonecos articulados que perfuma[va]m a nossa sociedade. [Era] o *rendez-vous* da alta roda *Qui s’amuse*”.

Mesmo quando a polícia voltou a reprimir o jogo, fechando alguns clubes como o Victória, o Mineiro, o Rio Branco, o Legalista, o Socialista, o Travesso, o Zuavos, a frequência ao Copacabana não deixou de crescer. De tal forma foi o crescimento do jogo nas noites de Copacabana que o jornal *A Noite* chegou a publicar uma denúncia acusando a polícia de ser conivente com o fato. A defesa da polícia, publicada em *O Paiz*, afirmava que o funcionamento do Cassino de Copacabana fora assegurado por um mandato de manutenção de posse concedido pelo suplente do juiz substituto da 1ª vara federal. O mandato não apenas confirmava a posse dos móveis que seriam utilizados no jogo, mas também a sua realização efetiva, impossibilitando que a polícia agisse contra seus diretores e frequentadores.

Em 1926, entretanto, forte campanha levou à perseguição do jogo em toda a cidade, inclusive nos clubes. O Cassino de Copacabana, entretanto, não foi incomodado. Em maio a *Fon-Fon* (ano XX, n. 18, 1º maio, 1926) publicou o seguinte texto, com o título de “Espelunca Dourada”:

O Cassino de Copacabana não é só uma afronta à sociedade carioca porque também é centro de perdição e despudor.

É certo que as espeluncas proliferam como cogumelos. Mas estão encobertas por uma aparência de decoro.

Parece até que os seus proprietários têm certeza de que os seus antros são uma vergonha para a cidade.

Depois há sempre receio da polícia. Porque esta, de quando em quando, dá a sua nota de escândalo, detendo os jogadores e apreendendo os jogos explorados.

O assobio da “viúva negra”, a multidão em frente das tavolagens, a chasquear, entre comentários pitorescos e irreverentes, tudo isso inspira temor aos infratores, que se acautelam e retraem.

Com o Cassino nada disso acontece. O esplendor da espelunca impõe uma certa cerimônia à polícia. Esta nem sequer aparece no “Palácio da Morte”.

De modo que a jogatina à praia de Copacabana cada vez mais atesta o pouco caso que meia dúzia de estrangeiros – os seus felizes proprietários – demonstra pelas leis do país e pelo decoro da sociedade brasileira.

A crítica continuou. Pouco depois foi a vez do jornal *A Noite*. Como forma de denúncia, os repórteres do jornal instalaram várias bancas de jogos baratos em frente ao Cassino, numa atitude logo controlada pela polícia, com a prisão dos responsáveis. Em agosto, o Supremo Tribunal Federal, através do voto do Ministro Bento de Faria, se posicionou contrário à realização dos jogos nos clubes. Segundo o parecer do Ministro, os clubes existentes na cidade não eram fechados, usando esse título apenas como justificativa para a exploração do jogo. Com isso retirou-se o argumento de defesa usado pelos clubes e a polícia ganhou instrumentos para agir.

A decisão, entretanto, não se aplicava ao Cassino de Copacabana, que continuou funcionando normalmente, enquanto esperava que o Supremo Tribunal Federal julgasse o mandato de manutenção de posse que garantia seu funcionamento. Mas não era apenas em Copacabana que o jogo continuava. Apesar da proibição, muitos clubes continuaram funcionando e, segundo os jornais, as campanhas feitas só serviam para cada vez mais despertar o desejo do jogo, principalmente porque a corrupção continuava a imperar na polícia.

Mas o hábito de jogar não se limitava apenas aos clubes e casas de tavolagem. Cada vez mais ele se tornava um divertimento social, praticado em diferentes ambientes. Dessa forma, ele se tornou presente nas casas, tomando o lugar dos antigos jogos de prendas durante as reuniões sociais. Podemos perceber isso no romance *As razões do coração*, de Afrânio Peixoto. No relato sobre a festa oferecida por Noronha, para a comemoração dos 18 anos de Regina, sua afilhada e centro da narrativa, há referência a diferentes espaços. No salão térreo estava a orquestra, que ao som do tango embalava os mais jovens; pelos cantos, próximos das janelas, ficavam aqueles que queriam conversar ou namorar com um pouco de tranquilidade; mas a festa se estendia também para o andar superior:

Esgueiraram-se pelo corredor e subiram as escadas. Lá em cima havia silêncio. Uma concentração muda reinava em todas as salas, que fechavam pesados reposteiros. As moças espiaram, aproximando-se da porta que dava para o salão. Homens numerosos, algumas senhoras. Sentados uns, outros de pé, inclinavam-se todos sobre a mesa, intensamente iluminada pelo lustre baixo,

cujas luzes, veladas pelos abajures de seda verde, jorravam em foco sobre o pano verde tradicional. Ouvia-se apenas, no impressionante silêncio comovido, o ruído das fichas de marfim ou nácar, que se encontravam. As raparigas olharam algum tempo, e vendo que todos, atentos à sua ambição, não dariam por elas, penetraram no salão... Um homem ao centro dava cartas, duas, três, bancando o bacará... e arriava as próprias, ganhando ou perdendo:

– Peço carta...

– Ganhou a banca...

– Oito!

– Cinco!

E recomeçavam. Havia montes de fichas sobre notas graúdas de dinheiro, em face de cada qual. Os de pé jogavam também, sobre os outros, depondo na mesa as suas paradas. Velhos, senhoras não atentavam senão ao que se passava no pano verde. Condições sociais, idade, sexo, posição, não contavam. (Peixoto, 1994, p. 60-61)

Participando do jogo estavam pessoas importantes. Quando Noronha entra no jogo, perde uma soma considerável, fazendo com que aqueles que até então estavam perdendo recuperassem seu dinheiro. Isso fazia parte da estratégia do anfitrião para angariar simpatias, já que precisava do apoio daqueles senhores para a aprovação de um grande contrato de obras públicas que lhe traria uma grande comissão, suficiente para lhe garantir autonomia financeira permanente, como se revela no final do romance. Mas o fato era que, durante toda a festa, o jogo não cessou um minuto. Os detalhes dessa narrativa mostram que ele havia penetrado no espaço privado.

FONTES

- Jornal *O Paiz*, de 1890 a 1930.
- Revista *Careta*, de 1905 a 1930.
- Revista *O Malho*.
- Revista *Fon-Fon*.
- Revista *O Rio*.
- Arquivo Nacional-RJ – Série Justiça, IJ-6-648.
- Decreto n. 2588, de 21 de julho de 1897.
- Decreto n. 6562, de 16 de julho de 1907.
- Decreto n. 14529, de 9 de dezembro de 1920.
- Decreto n. 14808, de 17 de maio de 1921.
- Decreto n. 4294, de 6 de julho de 1921.
- Decreto n. 16553, de 13 de agosto de 1924.

REFERÊNCIAS

- ALMIRANTE. *No tempo de Noel Rosa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- AZEVEDO, Artur. *A Capital Federal*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.
- BARBOSA, Oreste. *Bambambã!* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, [1923]1993.
- BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

- BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambon*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- BRASIL. Diretoria da Receita Pública. *Circular n. 49, de 19/11/1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil (1900)*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTALLAT, Benjamim. *Fitas*. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1924.
- COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- COUTO, Ribeiro. *A cidade do vício e da graça. Vagabundagem pelo Rio Noturno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- DIÉGUES JR., Manuel. Vida social no Rio de Janeiro. In: COSTA, Luiz Antônio Severa da et al. *Brasil 1900-1910*. v. 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. p. 39-53.
- MELLO, Marcelo Pereira. *A história dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Dissertação (Mestrado em História) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. O Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do IHGB*, 272, jul. set. p. 3-200, 1966.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PEIXOTO, Afrânio. *As razões do coração*. 7. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908a.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1908b.

RIO, João do. *Dentro da noite*. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, 1910a.

RIO, João do. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910b.

RIO, João do. *A profissão de Jacques Pedreira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Instituto Moreira Salles/Scipione, 1992.

RIO, João do. *Rosário de ilusão*. Lisboa/Rio de Janeiro: Brasil Limitada/Companhia Editora Americana/ Livraria Francisco Alves, s.d.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

Sobre os autores

Cristiano Alencar Arrais cursou a graduação em História na Universidade Federal de Goiás e o doutorado em História na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, Campus Goiânia. Suas áreas de pesquisa são a Teoria e Filosofia da História, História urbana, com ênfase na história política e das ideias.

Eliane Martins de Freitas possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia e doutorado em História pela UNESP, campus de Franca. É professora da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, onde coordena o grupo de pesquisa DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho. Atua nas áreas de História Política do Brasil República, Violência e relações de gênero, História de Goiás.

Getúlio Nascentes Da Cunha, com graduação e doutorado em História pela Universidade de Brasília, atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Atua principalmente nas áreas de história do Brasil República, com ênfase em história do Rio de Janeiro, história cultural e história de gênero.

Júlio Bentivoglio, com doutorado em História Econômica pela USP, atualmente é professor adjunto de Teoria da História da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem trabalhado na organização e tradução de textos alemães de teoria da história, com ênfase em autores do século XIX. Atua nas áreas de teoria e metodologia da História, História das ideias e Cultura política do Brasil império.

Kamily Barros de Abreu Silva possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, trabalhando também no ensino superior. Sua área de pesquisa inclui: história e memória, história e literatura, historiografia e modernidade.

Luzia Márcia Resende Silva possui graduação em História pela Fundação Educacional de Patos de Minas e doutorado pela PUC de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, onde desenvolve estudos sobre o ensino de História, memória e trabalhadores, história oral.

Márcia Pereira dos Santos possui graduação em história pela Universidade Federal de Goiás e doutorado em História pela UNESP, campus Franca. Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Atua principalmente nas áreas de memória, campo e cidade, cidade e literatura.

Teresinha Maria Duarte cursou a graduação em História na PUC de Goiás obtendo o doutorado em História pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora da universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Seus temas de pesquisa são História do Cristianismo, com ênfase na Igreja Católica, em especial nos períodos medieval e moderno.

Valdeci Rezende Borges cursou a graduação em História na Universidade Federal de Uberlândia e o doutorado na PUC de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Seus principais interesses de pesquisa abarcam História do Brasil imperial e republicano, com ênfase em representações, José de Alencar, Machado de Assis, imaginário social e história e literatura.

© Getúlio Nascentes da Cunha, 2012
Direitos reservados para esta edição:
UFG/ Catalão

Revisão

Cânone Editoração

Projeto gráfico da coleção e capa

Alanna Oliva

Editoração eletrônica

Alanna Oliva

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)
(Henrique Bezerra de Araújo)

H673 História, Representações Culturais e relações de força / Organizador,
Getúlio Nascentes da Cunha. – Goiânia : FUNAPE/DEPECAC/UFG,
2012.

280p. 16 x 22 cm. (Coleção Labor; 08)

ISBN: 978-85-8083-036-1

1. História – Brasil e Portugal. 2. Relações de Força. 3. Literatura – Memória e
Representação. 4. Cotidiano – Campos de Experiência. I. Título.

CDU 94

Projeto gráfico, impressão e acabamento
Campus Samambaia, Caixa Postal 131
CEP: 74001-970 - Goiânia - Goiás - Brasil
Fone: (62) 3521-1107 - Fax: (62) 3521-1814
editora@cegraf.ufg.br
www.cegraf.ufg.br



